

<p>IDENTIDADE</p> <p>FILIAÇÃO-PAI <u>Alberto Piva</u>.....</p> <p>MÃE <u>Laura Moretti Piva</u>.....</p> <p>IDADE <u>28 Jan 1920</u> ESTADO CIVIL <u>casado</u>.....</p> <p>PROFISSÃO <u>Econ. Jorn. Prof.</u> POSTO OU GRAD.</p> <p>FUNÇÃO <u>Professor da Unv. Fed. BA</u>.....</p> <p>NACIONALIDADE <u>bras.</u> NATURAL DE <u>BA</u>.....</p> <p>LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA</p> <p>TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO</p> <p>ESTUDANTE ESCOLA</p> <p>..... NÍVEL <u>superior</u>.....</p> <p>RESIDÊNCIA <u>Rua Inácio Tosta, 33 Aptº 101 - SALVADOR/BA</u>.....</p> <p>OUTROS DADOS <u>Dep. Federal p/MDB/BA</u>.....</p> <p>.....</p>	<p>FOTO</p>	<p>NOME</p> <p>MARIO PIVA</p>
<p style="text-align: center;">HISTÓRICO</p>		
<p>- Através o D.O. nº 12, de 17 Jan 69, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos com base no <u>A</u>to Institucional nº 5, de 13 Dez 68.*</p> <p>- Pelo D.O. nº 210, de 27 Jun 69, foi aposentado no cargo de Professor da Universidade Federal da BAHIA, com base no Ato Institucional nº 10, de 16 Mai 69.</p>		
		<p>CIC</p>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 025	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: MÁRIO PIVA	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DE NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE:	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: Dep Fed - Professor de Economia - Jornalista	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA: Hotel Nacional - BRASÍLIA Rua Inácio Costa nº 33 - aptº 101-SALVADOR (3-79) 52	

Ficha Individual de MÁRIO PIVA - Cont.



12 - EXTRATO DO PRONTUÁRIO

- Deputado Federal, eleito pelo MDB/BA.
- Pronunciou-se contra a aprovação de mensagens do Governo Federal prevendo a intervenção federal nos Estados, o confinamento dos políticos cassados e a cassação do fóro especial para ex-Presidentes e ex-Governadores.
- Anti-revolucionário.
- Notabilizou-se, na Câmara dos Deputados, pelos constantes e violentos ataques ao Governo, à Revolução e às FFAA.
- Lançou, oficialmente, na Câmara dos Deputados, campanha pela realização de eleições diretas.
- Declarou que "a depredação da Casa de THOMAS JEFFERSON, foi obra de SNI, somente para culpar os estudantes e o MDB".
- Protestou contra a cassação de mandatos de deputados federais.
- Procura criar uma área de atrito entre militares e o clero.
- Foi contra a nova Lei de Imprensa.
- Foi um dos nove deputados que votou a favor do impedimento do Presidente CASTELO BRANCO.
- Atacou, da Tribuna da Câmara, o SNI, a quem atribuiu a responsabilidade pelas agitações estudantis.
- Considerou o SNI como "desnecessário e danoso aos interesses da democracia brasileira".
- Criticando o confinamento de HÉLIO FERNANDES, afirmou que "o Governo do Mar COSTA E SILVA segue a mesma linha arbitrária do seu antecessor".
- Tem grande participação nos debates da Câmara, fazendo o jogo dos comunistas, muito embora se diga centrista.

Ficha individual de MARIO RIVA - Cont.

-3-

- É autor de carta falsa contra JUTAI MAGALHÃES.
- É favorável à "Frente Ampla".
- Protestou contra a prisão da artista TÔNIA CARRERO.
- Foi contra o Decreto-Lei que ampliou as atribuições do CSN.
- Participou ativamente das manifestações estudantis em BRASÍLIA, decorrentes da morte de EDSON SOUZA, na GB.
- Na Câmara, criticou acerbamente o Gen GARRAS TAZU MÉDICI, Chefe do SNI.
- Criticou a Portaria do Min da Justiça que tornou ilegais as atividades da Frente Ampla.
- Participou de comício durante o qual foram distribuídos panfletos e pronunciados discursos subversivos.
- Declarou que apresentará projeto pedindo a extinção do SNI.
- Em discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, deu inteiro apoio às manifestações estudantis.
- Condenou o confinamento de JÂNIO QUADROS.
- Apoiou MARIVALDO NOGUEIRA CALDAS, agitador e Presidente do Sindicato da Indústria de Petróleo da Bahia.
- Favorável à formação da "Federação das Oposições".
- Referindo-se à Portaria que proibiu passetas, qualificou o Min GAMA E SILVA como incompetente.
- Chamou o Min JARBAS PASSARINHO de "LEONEL BRIZOLA sofisticado".

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1 965 - Ago - "Ao invés de adeus às armas, parece que estamos dando adeus às urnas" - afirmou, ao criticar "o militarismo refletido nos vetos à candidatura de Mar LOTT".

Ficha individual de HÉRIO RIVA - Cont.

- Out - Declarou: "O inconformismo dos derrotados no pleito de 3 de outubro, os quais acreditavam em eleições livres apenas como nomeação de seus candidatos e não como escolha do povo, vai gerar a mais grave crise já enfrentada nos últimos anos pelo País. Outubro corrente e Novembro próximo deixarão para trás todos os amargos agostos brasileiros". Defendeu o princípio de eleições diretas, por entender que este é o único sistema através do qual o povo escolhe seus dirigentes.
- Em pronunciamento feito na Câmara, manifestou-se contrariamente à aprovação das mensagens do Governo Federal, enviadas ao Congresso, e que previam intervenção federal nos Estados, confinamento de políticos cassados em domicílios coatos e a cassação de foro especial dos ex-Presidentes e dos ex-Governadores.
- Nov - A propósito do pleito realizado em 11 Estados da Federação, declarou: "No dia 5 de outubro, a democracia brasileira sofreu o maior ataque, diante da inconformidade de grupos militares que não queriam aceitar, como não querem, os resultados verificados e apurados nas urnas". Prosseguindo, disse que uma ala do Exército estaria interessada em provocar intranquilidade, em condições semelhantes às que a Nação viveu antes de 31 de março de 1964, guardadas as devidas proporções e tendências ideológicas. Recordando que todos os Partidos apoiaram a realização das eleições livres e diretas, negou que o responsável pela crise em curso fosse o ex-Pres JK pelo fato de ter retornado ao País. Depois de assinalar que o ex-Presidente teve o seu mandato cassado por motivos de ordem política, segundo teria revelado o Min LUIZ VIANA FILHO, advertiu que o Mar CASTELO BRANCO, permitindo que JK fosse "ouvido por coronéis e majores" se esquecia de que "amanhã poderá, também, como ex-Pres e como Mar, sofrer as mesmas humilhações e vexames".

Ficha individual de MÁRIO RIVA - cont.

- Denunciou que alguns círculos militares querem a deposição do Presidente da República, porque o consideram responsável pelas eleições de 3 de outubro. Em seguida, analisou as recentes mensagens presidenciais, as quais condenou e considerou "como atendimento a reclamos de inconformados e que tornarão o Movimento de Março mais impopular ainda".
- Comentou o discurso do Min da Guerra, criticando-o, pois, "não foi a Revolução que legitimou o Congresso, mas sim o Poder Legislativo que legitimou o movimento de março, dando-lhe a forma, dentro da lei, que as armas não lhe poderiam dar".
- Dez - Fêz uma análise das eleições realizadas nos 11 Estados, afirmando que "através do voto livre e independente, o povo brasileiro ratificou sua tradicional e inalienável convicção democrática, pois que não aceita a caricatura dos ditadores, nem candidatos de bolso de colete".
- 1 966 - Fêz o primeiro pronunciamento político na convocação extraordinária da Câmara, afirmando: "A Revolução ganhou o Poder, mas perdeu o povo" e "todos os órgãos estão desmoralizados pelo próprio governo central".
- Trajando luto fechado, foi à Tribuna da Câmara e declarou que assim comparecia "para acompanhar o velório da democracia brasileira, vítima de tromba se provocada pelo AI-3" e que "comparecia de luto para ser fiel àqueles companheiros que ainda sabem vibrar com os anseios de liberdade e hoje, estão ao meu lado, velando o estado de regim que a Revolução de 31 de março prometeu salvar".
- Declarou, ao analisar o período revolucionário de 1 Abr 64 a 31 Dez 65: "Não é o povo que está contra a Revolução. Foi a Revolução que se colocou contra o povo, eliminando-o da vida política nacional e impondo-lhe os mais terríveis sacrifícios".
- Mar - Os rumores de novas cassações de mandatos de deputados, com base em dispositivos do AI-2, provocaram na sessão da Câmara um clima de preocupação.

Ficha individual de MÁRIO PIVA - cont.

- O marginado ocupou a Tribuna para fazer críticas à Revolução e aos rumos da política interna e externa do Governo CASTELO BRANCO. Em momento de exaltação disse: "Esta parece a revolução dos gagos. Sem o intuito de ofender àqueles a quem Deus não permitiu o uso da linguagem desembaraçada, repetem-se no chamado de moralização do Movimento de março de 64, os tropeços da gagueira".
- Abr - "Pela primeira vez e para estarrecimento de todos nós - teremos um Presidente da República funcionando como cabo deito: al daquele que ôle mesmo indicará na convenção do seu partido" - disse da Tribuna da Câmara, ao responder o discurso do líder do Governo, Sr RAIMUNDO PADILHA.
- Mai - Ao fazer, da Tribuna da Câmara, uma "análise da situação nacional face aos desacertos do Ministro de Planejamento", afirmou que "a política econômico-financeira do Ministro ROBERTO CAMPOS está causando empobrecimento geral da Nação, gerando in tranquilidade social e comprometendo a nossa soberania".
- Declarou à imprensa: "Na imprensa livre e independente, nós, os brasileiros, encontramos, hoje, a manifestação de repúdio às violências contra o processo de militarização que se instalou no País".
- Declarou, em discurso no Congresso: "O Governo atual corrompe instituições e subverte a ordem democrática. Será que a Revolução que proclama ter legitimado o Congresso, não tem coragem de se legitimar pela manifestação livre e soberana do povo? O Governo não pôde permitir a realização de eleições livres porque fracassou a "Trilogia Revolucionária" pois não conseguiram fortalecer o processo democrático, não eliminaram a corrupção e permitiram que a subversão continuasse com trânsito livre no País. O Governo atual corrompe leis, suspendendo sua execução através de simples portarias; subverte o princípio de harmonia e independência dos Poderes, fazendo prevalecer a vontade arbitrária do Executivo; corrompe os costumes políticos, gerando a prática do adesismo, com tôdas as regalias; subverte a ordem legítima do exercício do Poder".

Ficha individual de MÔNIO PIVA - Cont.

- Lançou, oficialmente, na Câmara, a campanha pela realização das eleições diretas.
- Jun - "O Governo está confundindo conceitos de moralidade com princípios de conveniência" - afirmou, ao comentar a nota oficial da Presidência da República sobre os motivos da suspensão dos direitos políticos do SR ADEMAR DE BARROS - "Em bom português - isso significa que se o ex-Governador paulista continuasse atendendo às conveniências do jogo eleitoral do Pres da Rep, o fato de ter sido ou ser corrupto não valeria para eliminá-lo da vida pública e mereceria talvez uma estátua".
- Classificou a posição de Mar CASTELO BRANCO como de "artificialismo democrático", afirmando que "o Pres da Rep demonstra agora sua vocação ditatorial e continuista". Disse, ainda, que "as atitudes anteriores do Chefe da Nação eram discutidas apenas no campo da suspeição mas, hoje, ninguém pode ter a menor dúvida, depois que usou o sadismo de bom-humor anedótico nascido da aplicação de penalidade".
- Declarou: "Não pretendemos fazer da campanha pelas eleições diretas patrimônio exclusivo do MDB. Ela pertence ao povo, marginalizado pelos atos de violência e pelas arbitrariedades praticadas em nome da Rebelião de 64".
- Jul - A respeito do atentado de PE, o marginado - disse que: "ao invés de estar gravando conversas telefônicas de deputados da oposição; em lugar de colecionar discursos e pronunciamentos de membros do MDB; ao invés de acompanhá-los, discreta e indiscretamente às sessões cinematográficas; em lugar de infiltrar agentes nas redações dos jornais e estações de rádio e TV, deveriam os agentes do SNI, do DOPS, estar mais atentos na defesa da integridade física do candidato do Governo à sucessão presidencial e mais vigilantes pela segurança e tranquilidade da família brasileira".
- Set - Declarou: "A depredação da Casa de THOMAS JEFFERSON, mantida pelo Governo Norte-americano, foi obra do SNI, somente para culpar os estudantes e o MDB e ter motivo para fazer as violências que vem

Ficha individual de MARIO RIVA - Cont.

- que vem praticando contra o povo".
- Out - Referiu discurso na Câmara, protestando contra a cassação de mandatos de deputados pelo Gov Revolucionário.
 - Nov - Tentou criar áreas de atrito entre militares e o clero, condenando de arbitrário o ato militar contra o clero e chamando os militares de propetentes e instrumentos de terror e de destruição.
 - 1 967 - Jan - Apresentou a emenda nº 1 ao projeto da nova Lei de Imprensa. Propôs a supressão, por "inepto, arbitrário e antidemocrático" do texto do projeto do Governo, restabelecendo a Lei 2.083/53 (atual Lei de Imprensa), adaptada ao rádio, TV e agências noticiosas.
 - Foi um dos nove deputados que, na sessão extraordinária de 21 do corrente (Jan), na Câmara, votaram pelo impedimento do Pres CASTELO BRANCO.
 - Mai - Sustentou, na Câmara, haver uma conspiração declarada contra a redemocratização do País. Disse que a Nação não pode ser transformada em escaninho de recalques pessoais, nem no repositório de ambições frustradas.
 - Enviou uma carta ao jornalista DANTON JOBIM, Diretor-Presidente de ÚLTIMA HORA, destacando a posição deste jornal na defesa das franquias liberais e em favor do respeito à pessoa humana.
 - Da Tribuna da Câmara, atacou severamente o SNI, dizendo que o mesmo era o responsável pela agitação estudantil.
 - Jun - Falando na Câmara, fez veemente crítica ao SNI, acentuando que num regime democrático não se podia conceber a existência de um órgão dessa natureza.
 - Declarou que a oposição é contrária ao projeto que abre crédito destinado a atender às despesas de gratificação do SNI, porque o considera "desnecessário e danoso aos interesses da democracia brasileira".
 - Jul - Disse que considera o confinamento na inóspita ilha de Fernando de Noronha, do jornalista HÉLIO FERNANDES, como mais uma prova de que o Gov do Mar COSTA E SILVA "segue a mesma linha arbitrária que orientou seu antecessor".

Ficha individual de MARIO PIVA - cont.

- Dados anotados sobre o marginado, na Agência de BRASÍLIA: Jornalista profissional, desde 1951, economista em empresas privadas, foi Assessor da Associação Comercial da Bahia e do Instituto do Cacau e Diretor da Cia. de Energia Elétrica da Bahia. Era suplente da bancada possedista na Câmara Federal.
- No caso recente da aprovação de verba para o SUI, disse: "Esta verba se presta para que o Governo utilize os homens de caráter fraco, útil aos homens de formação pouco firme, para levaron informações, muitas vözes falsas...". Tem grande participação nos debates da Câmara, fazendo o jögo dos comunistas, muito embora se diga centrista. Autor de uma carta falca contra JURAI MAGALHES.
- Ago - afirmou que "a morte do ex-Pres CASTELO BRANCO provocou o restabelecimento do processo punitivo, com medidas extensivas de arbítrio e violênciã, para provar que os militares continuam mandando com a lei, dentro da lei ou fora da lei".
- Out - Na Câmara, afirmou que "o arbítrio, a violênciã e a açöo policialesca estöo sufocando o impörio da ordem, da lei e da liberdade em nosso País!
- 1 968 - Jan - Pronunciou-se a favor da "Frente Ampla".
- Fev - afirmou que "em três anos e meio, o Govérno revolucionário entuiu três vözes e meio a mais do que todos os governos em 75 anos". Criticou a ocupação de cargos civis por militares.
- Na Câmara, disse: "Nöo vi o que os algozes da democraciã pretendem fazer com öste País. É possível que nada de pior consigam, porque antes que façam o que esperam, alguém há de fazer o que öles não desejam. Entöo não será difícil saber quem é a maioria".
- Criticou as declarações de que as Förcas Armadas estöo unidas, afirmando que a recente prontidão teve por fim evitar que alguns militares emprestassem solidariedade ao Sr CARLOS LACERDA.
- Na Câmara dos Deputados, atacou violentamente a Revoluçöo e as FFAA.

Ficha individual de MARIO RIVA - Cont.



- afirmou, referindo-se à Revolução de Mar 64, que "dez razões levarão o golpe ao fracasso":
- 1 - Substituição do idealismo pelo oportunismo;
 - 2 - Ausência de conteúdo ideológico, pois toda ação se fundamenta no "anti": antidemocrática é a Lei de Segurança; antiliberal é a Lei de Imprensa; antinacionalista é a modificação da Lei de Remessa de Lucros; antierista é a perseguição dos cléricos; antihumana é a Política Salarial; antidesenvolvimentista é o programa de ação econômica;
 - 3 - Carência de liderança;
 - 4 - Ineficiência do plano econômico;
 - 5 - Sede de vingança;
 - 6 - Falta de povo, colocado "apenas a seu serviço";
 - 7 - A exigência de obter "sim", sem diálogo;
 - 8 - O Processo inacabado de institucionalização revolucionária - "tudo o que conseguiu institucionalizar foi o arbítrio, a violência, o pavor";
 - 9 - Criação de crises artificiais;
 - 10 - Suposta pacificação - "esta a maior das provas do fracasso revolucionário".
- Protestou contra a prisão do artista TÔNIA CARREIRO, atacando o Governo e caracterizando o fato como similar a outros da "época da Gestapo nazista".
- Lançou a aprovação, pela Câmara, de Decreto-Lei que amplia as atribuições do Conselho de Segurança Nacional.
- Mar - Participou ativamente das manifestações estudantis em BRASÍLIA, decorrentes da morte de RICHARDSON SOUZA, na CB.
- Abr - Na Câmara, acusou o Gen GARRASTAZU MÉNICI, Chefe do SNI, de "ofender o Parlamentar brasileiro, ao declarar que as iniquidades dos parlamentares terminavam no momento em que os deputados passassem a fazer parte das arruaças". "É evidente, frisou, que esse homem se esquece de que as arruaças maiores tem sido feitas pelos próprios militares, desde 1º Abr 64".

Ficha individual de MÁRIO PIVA - Cont.

- Na Câmara, referindo-se ao aniversário da Revolução, considerando-a um engodo, disse que os símbolos mais caros da Nação foram por ela destruídos.
- Criticou violentamente a Portaria do Min da Justiça que tornou ilegais as atividades da "Frente Ampla".
- Mai - No "Dia do Trabalho", realizou comício na cidade de CANDEIAS/BA, ocasião em que afirmou que apresentará projeto pedindo a extinção do SNI.
- Jun - Na Câmara, em aparte, disse que "isto não é mais uma República, é uma sociedade onômica, nascida a 1º Abr 64, cujos acionistas ameaçam abrir falência se persistirem as divergências fúteis - que contrariam interesses pessoais".
- Jul - Em diversos discursos na Câmara dos Deputados, deu inteiro apoio às manifestações estudantis.
- Anunciou que "está em marcha nos porões palacianos uma conspiração contra a liberdade de imprensa", e advertiu: "que os proprietários de jornais prepararam mais uma mesa na redação e foca da censura furdada vai trabalhar".
- Ago - Condenou o confinamento de JÂNIO QUADROS.
- Atacou o Governo, acusando-o de tomar "atitudes de provocação à juventude universitária, evidenciando a sua preocupação de estabelecer o diálogo pela repressão policial".
- Fêz violento ataque ao Governo, aludindo à recente desvalorização do cruzeiro.
- Veio apoiando o movimento desencadeado por MARIVALDO ROQUEIRA CALDAS, Pres do Sind da Indústria de Petróleo de BA, eloquente agitador, que visa a defesa do monopólio estatal de petróleo.
- Proferiu diversos discursos atacando as providências governamentais quanto ao setor estudantil.
- Subscreeveu documento apoiando a ação apostolar de D. HELENE CÂMARA.
- Criticou a escolha de Chefe de SNI para presidir sindicância sobre os acontecimentos na Universidade de Brasília.



Ficha individual de MARIO PIVA - Cont.

- Out - Declarou-se favorável à formação da "Federação das Oposições".
- Condenou o propósito do Governo de cassar o mandato do Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES.
- Comentando a Portaria do Ministro da Justiça que proibiu novas passagens, qualificou o Min GAMA E SILVA de incompetente e de fazer o jogo de alguns militares radicais, que desejam a baderna no País com o propósito de endurecer o regime. "A incompetência de Sr GAMA E SILVA é tão grande e tão comprovada que reiteramos o pedido de que ôle rasgue o seu diploma de bacharel em Direito".
- Nov - Qualificou o Min JANEAS PASSARINHO de "LEONEL BRIZOLA sofisticado", repelindo críticas proferidas, pelo Ministro, no Congresso Nacional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CONFIDENCIAL

DSIEC/SA/OF/Nº 66 /69

Em, 27 de junho de 1969.

Do Diretor da Divisão de Segurança e Informações
Ao Sr. Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do CSN.

Assunto : Direitos políticos suspensos.-

Senhor Chefe:

Em consulta feita ao Ministério da Educação e Cultura, a respeito da situação de Professor que teve seus direitos políticos suspensos com base no AI-5, o Sr. Consultor Jurídico do Ministério deu o parecer de que "o referido Professor não está impedido de exercer o magistério Federal".

O Dr. HÉLIO AVELLAR, integrante da Comissão de Investigação Sumária do MEC, consultado pelo Sr. Ministro, deu parecer contrário ao do Procurador.

Este, em ofício nº 109 solicitou, por intermédio do Ministro, fôsse consultado o Sr. Dr. Procurador da República.

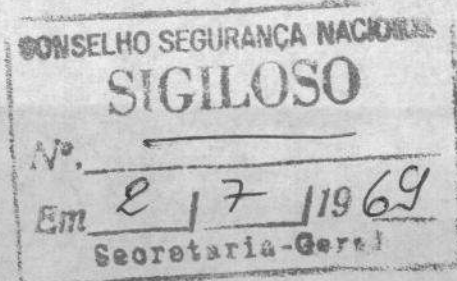
Ao encaminhar a V.Sa. os Pareceres constantes do a nexo, solicito, salvo melhor juízo, que seja o Sr. Procurador General alertado do prejuízo que traria para a educação caso, também, venha a apoiar a tese do Procurador do MEC.

Aproveito o ensejo, para reiterar a V.Sa. a expressão de minha consideração e apreço.

*Procurador de
Moraes PIVA*

Waldeomar Raul Turola
WALDEMAR RAUL TUROLA
Diretor da DSIEC

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Exercício do magistério em autarquia federal por professor punido com base no AI. -5.
(Proc. 80 - 2.408-69 - MEC).
RESERVADO.

O Reitor da Universidade Federal da Bahia consultou o Senhor Ministro a respeito da situação do Professor titular daquela autarquia, ex-deputado federal, que teve os direitos políticos suspensos com base no AI-5.

2. O Sr. Consultor Jurídico do MEC opinou no sentido de que o referido professor não está impedido de exercer o magistério federal, porque a sanção específica não lhe foi imposta (Parecer 83-69), pois - "A imposição de restrições ou proibições relativamente ao exercício de direitos públicos e privados, além dos efeitos em que importa a suspensão de direitos políticos, não está implícita no próprio ato, devendo ser expressamente declarada - § 1º do art. 5º do Ato Institucional nº 5" (Nossos os grifos).

3. Encaminhou o Senhor Ministro o processo a esta CISMEC.

4. Reporta-se o parecer do eminente Dr. Heitor do Nascimento Silva ao art. 5º do AI-5, que estabelece o elenco dos efeitos da suspensão dos direitos políticos com base no aludido ato, sem que entre os mesmos figure o afastamento do cargo público. E ressalta que, pelo § 1º do mesmo artigo, " o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados", texto que parece ao ilustre jurista de "clareza incontroversa" (tendo o verbo poderá conteúdo possibilista e não determinativo). Ademais, a seu ver, o AC--39 "distinguiu e tornou independentes entre si as hipóteses de: I - suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos; II - demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma (art. 1º). »

5. Reporta-se mais o referido Consultor ao AI-10, de 16 de maio de 1969, cujo art. 1º estabelece que " a suspensão dos direitos políticos, ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, com fundamento nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964, nº 2, de 27 de outubro de 1965, nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, podará, além do que dispõe a legislação em vigor, acarretar, ainda:

- a) a perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista), tanto da União como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios;

b) a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço..." (os grifos não são do original).

E o § 1º aduz que aquela suspensão, ou cassação, "poderá acarretar, por prazo não superior a 10 (dez) anos, a proibição do exercício de atividades, cargos ou funções em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional" - .

6. Ouso divergir do Dr. Consultor Jurídico, cuja cultura admiro e a quem pessoalmente estimo. E o faço rigorosamente dentro da linha de pensamento do meu parecer de 28-4-69, relativo ao Proc. MEC 1268-69 (situação da Inspectora de Ensino Yara Lopes Vargas).

7. Não podemos considerar, apenas, o literalismo do AI-5 e AI-10 e do AC-39, mas seu alcance finalístico e, ademais, ter em mira que com eles não se varreu nossa estrutura constitucional. Eles integram um corpus juris que se acrescenta à Constituição, também incluída nesse conjunto.

8. Ora, a Constituição de 1967 trata, no art. 144, inciso I, da suspensão de direitos políticos e, no inciso II, de sua perda, estipulando no § 1º, que a perda de direitos políticos determina a do mandato eletivo, cargo ou função pública, e a suspensão dos mesmos direitos, a suspensão do mandato eletivo, ~~mandato eletivo~~, cargo ou função pública, enquanto perdurarem as causas que a determinarem.

9. Parece-me, assim, indiscutível que a suspensão dos direitos políticos, segundo a tranquila disciplina constitucional, impõe, automaticamente, sem necessidade de ato declaratório, a suspensão, por igual prazo, do cargo ou função pública, e entendo que é dever da autoridade impedir, ex-prompto, uma vez editada a suspensão do jus civitatis, o exercício funcional pelo funcionário no qual incidiu a medida.

10. Nem poderia ser de outra forma, mesmo que silenciasse o texto constitucional, porque o gozo dos direitos políticos é conditio sine qua non para o exercício de qualquer munus público.

11. O art. 95 da Carta Magna torna os cargos públicos acessíveis a todos os brasileiros, "preenchidos os requisitos que a Lei estabelecer". Ora, o art. 22 do Estatuto dos Funcionários (Lei nº 1711, de 28-10-52) - só permite empossar em cargo público a quem satisfaça os requisitos indicados, entre os quais o de nº III - "estar no gozo dos direitos políticos".

12. Quando o art. 5º do AI-5, ao estabelecer os efeitos da suspensão dos direitos políticos, não insere o afastamento do cargo público, tal não significa a exclusão deste efeito, mas evidentemente, a pura enumeração das consequências acrescidas às que já existem, impostas pela legislação aditada.

Handwritten signature or initials.

13. Quando o § 1º do mesmo artigo estatui que "o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições-relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados", há, como disse o ~~eminente~~ Consultor Jurídico, "clareza incontroversa", mas, a meu ver, iluminando conclusão diversa. É claro que tal ato, além das consequências inerentes à sua decretação (afastamento do cargo), ainda poderá dilatar as restrições ao gozo de direitos, por exemplo, impedir o exercício do magistério, mesmo em entidade particular (ou de qualquer outra profissão, medida que se despe de qualquer aparência anti-democrática, quando se medita sobre o perigo que o professor antidemocrático representa para a formação da opinião política da juventude).

14. Não me sensibiliza o argumento de que o AC-39, no seu art. 1º, «distinguiu e tornou independentes" as hipóteses da suspensão dos direitos políticos e a da demissão, aposentadoria, etc., pois o que há, na realidade, são duas hipóteses, mas diferentemente entendidas: a da suspensão dos direitos políticos (com o obrigatório afastamento do cargo público) e a do afastamento do cargo (em várias nuanças - demissão, aposentadoria, etc). sem a perda dos direitos políticos.

15. Fica patente, portanto, que o art. 1º do AI-10, ao consignar medidas ao arbítrio do prolator da suspensão dos direitos políticos ou da cassação de mandato eletivo ("poderá".....), não exclui as que defluem obrigatoriamente da legislação vigente ("além do que dispõe a legislação em vigor".....). Assim, editada a suspensão ou cassação, ocorrerá, imperativamente, o afastamento do cargo público; mas com base no AI-10, pode o Presidente, ~~apreciar~~, para preservar a administração do retorno ao ativismo nocivo por quem tenha sofrido a suspensão ou cassação, ir além da simples suspensão do exercício, optando pela demissão ("perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta") ou pela aposentadoria ("aposentadoria compulsória com proventos proporcionais".....).

16. Aliás, a matéria já mereceu amplo estudo jurídico da lavra do douto Consultor Geral da República, in-parecer nº 415-H (D.O.U. de 16-11-66, pg. 13.225), cuja ementa resume:

"Ato Institucional nº 1, art. 10.

Suspensão dos direitos políticos implica na demissão do cargo público, salvo se o Senhor Presidente da República aplicar pena mais branda".

17. Do eminente jurista são as palavras seguintes: "a demissão dos alcançados pelo art. 10 é a regra, ao passo que, para os atingidos pelo art. 7º é medida excepcional decorrente de motivos revelados através de investigação...." (O art. 7º suspende, por 6 meses, as garantias de vitaliciedade e estabilidade, estabelecendo, nos parágrafos, investigação sumária capaz de implicar em demissão, dispensa, aposentadoria, disponibilidade, transferência para a reserva ou reforma, enquanto o art. 10, previu a suspensão dos direitos políticos - por 10 anos e a cassação de mandatos, no interesse da paz e da honra nacional).

JS

18. Prossegue o Mestre Dr. Adrcaldo Mesquita da Costa: "Há casos em que o Senhor Presidente da República aplicou pena mais branda (aposentadoria, reforma, disponibilidade) aos que tiveram os direitos políticos suspensos, por força do referido art. 10. Estes são exceção. Na falta do ato expresso, neste sentido, a demissão se impõe, independentemente de investigação, ainda que sumária". (Gri fos nossos).

19. Vale, a respeito, ler também, in-D.O.U., de 29-5-1964, à pag. 4.600, o parecer do culto Consultor Jurídico do DASP, Dr. Cle nício da Silva Duarte, no Proc. 4816-64, de interesse de Alberto Guer reiro Ramos, funcionário federal que tivera seus direitos políticos - suspensos por 10 anos. Diz a ementa: "A suspensão dos direitos po líticos tem como consequência o afastamento do exercício de cargo pú blico, por ser esse exercício um dos direitos políticos".

EM CONCLUSÃO,

20. Sou de parecer que, no regime da Constituição de 1967 e res- pectivos Atos Adicionais, especialmente após a promulgação do Ato - Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969,

- a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de manda- tos eletivos federais, estaduais e municipais implica, impe rativamente, no automático afastamento, por prazo igual ao de sua duração, do exercício do cargo público, podendo, po rém, a critério do Presidente da República, acarretar

- a) a perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta (enoxeração, demissão, dis pensa),
- b) a aposentadoria compulsória com proventos propor- cionais (no caso de cargo ou emprego que a comportem) e
- c) a proibição de atividades em empresas concessio- nárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações - criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, e até em instituições de ensino e pesquisa ou outras organizações de - interesse da segurança nacional, mesmo privadas.

JS

/.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

fls. 5.

21. Assim, deve o Sr. Mário Fiva ser imediatamente afastado do magistério federal.

S. M. J.

Em 16 de junho de 1969.



Hélio de Alcântara Avellar
Membro da Comissão de Investigação Sumária - CISMEC

HAA

Of. nº 109/69

24 de junho de 1969

Consultor Jurídico do MEC no Estado da Guanabara

Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura

Solicita encaminhamento de consulta ao Senhor Consultor-Geral da República.

Senhor Ministro:

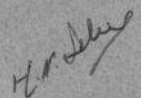
Tenho a honra de me dirigir a V. Exa. a fim de expor e solicitar o seguinte:

1. Editado o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tem esta Consultoria Jurídica sido chamada a se manifestar sobre se a pena de suspensão de direitos políticos, aplicada de acordo com o art. 4º do mencionado Ato, implica simultaneamente na imposição de restrições ou proibições relativamente ao exercício de direitos públicos ou privados, entre elas a do exercício do cargo de magistério.

2. Estudado o assunto, a conclusão a que chegou - a Consultoria foi no sentido de que

- a imposição de restrições ou proibições relativamente ao exercício de direitos públicos e privados, além dos efeitos em que importa a suspensão de direitos políticos em si, não está implícita no próprio ato, devendo ser expressamente declarada em cada caso.

Esse entendimento resulta do próprio texto dos



Of. nº 109/69

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

-2-

texto dos Diplomas Legais atinentes à espécie, conforme passo a demonstrar.

O art. 5º do Ato Institucional nº 5 prescreve:

"Art. 5º. A suspensão dos direitos políticos com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de fóro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) - liberdade vigiada;

b) - proibição de frequentar determinados lugares;

c) - domicílio determinado."

São êsses, portanto, os efeitos ou as consequências inerentes à própria suspensão de direitos políticos, entre eles não figurando a proibição do exercício de cargo ou função pública, matéria tratada expressamente no § 1º do mesmo art. 5º, nos seguintes termos:

" § 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos - públicos ou privados."

(o grifo não é do original)

Por outro lado, indicando claramente que a suspensão de direitos políticos não importa simultaneamente na proibição do exercício de cargo ou função pública, mas, sim, que

H. Silva

Of. nº 109/69

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

-3-

mas, sim, que se trata de hipóteses distintas e independentes entre si, o Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968, atribuindo competência aos Ministros de Estado para representar diretamente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no tocante ao pessoal civil ou militar dos respectivos Ministérios, assim relaciona os dois casos em seu art. 1º:

" I - suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos";

"II - demissão, renúncia, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma"

Finalmente, deve ser invocado o preceito do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969:

" Art. 1º. A suspensão dos direitos políticos, ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, com fundamento nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964, nº 2 de 27 de outubro de 1965, nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, podera, além do que dispõe a legislação em vigor, acarretar, ainda:

a) a perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista), tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios;

b) a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço, das pessoas que exerçam cargo ou função nas entidades previstas na alínea anterior;

.....

§ 1º - A suspensão dos direitos políticos ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, referidas neste artigo, podera acarretar, por prazo não superi

E. M. Silva

Of. nº 109/69

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

não superior a 10 (dez) anos, a proibição do exercício de atividades, cargos ou funções em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional;

.....

Art. 2º - A representação ao Presidente da República para aplicação das sanções previstas no artigo primeiro deste Ato far-se-á nos termos do Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968.

.....

Art. 3º - A demissão, aposentadoria, transferência para reserva ou reforma, com fundamento nos Atos Institucionais acima citados, podem determinar, também, a proibição do exercício de atividade, cargo ou função em qualquer das entidades referidas na alínea "a" e no § 1º do artigo 1º deste Ato Institucional."

(o grifo não é do original)

Anteriormente à edição do Ato Institucional nº 5, o eminente Senhor Consultor-Geral da República firmou entendimento no sentido de que a suspensão de direitos políticos acarretava, automaticamente, a perda de cargo público, "salvo se o Senhor Presidente da República, expressamente, aplicar pena mais branda" (Pareceres ns. H-082-A, de 7 de outubro de 1964, H-330, de 6 de maio de 1966 e H-415, de 13 de outubro de 1966).

Os Diplomas Legais cuja vigência se iniciou com a edição do Ato Institucional nº 5, entretanto, segundo assina lei com a transcrição dos respectivos textos, adotaram nova

Handwritten signature

nova norma sobre o assunto, qual seja a consistente em distinguir e separar a imposição da pena de suspensão de direitos políticos das outras sanções que são aplicadas de acordo com a peculiaridade e a conveniência de cada caso, a exclusivo critério da suprema autoridade do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, segundo o preceito do § 2º do art. 1º do Ato Institucional nº 10, verbis:

§ 2º - O Presidente da República poderá, a qualquer tempo, impor as sanções previstas neste artigo, inclusive as pessoas já atingidas pelos Atos Institucionais anteriores a 13 de dezembro de 1968."

(o grifo não é do original)

3. A conclusão a que chegou esta Consultoria no exame do assunto é, portanto, a que enunciei de início, isto é:

- a imposição de restrições ou proibições relativamente ao exercício de direitos públicos e privados, além dos efeitos em que importa a suspensão de direitos políticos em si, não está implícita no próprio ato, devendo ser expressamente declarada em cada caso.

4. Considerando, todavia, não apenas a relevância da matéria, como o avultado número de consultas a esse respeito, venho pedir se digne V. Exa. solicitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que submeta o assunto à douta apreciação do eminente Senhor Consultor-Geral da República, a fim de que o entendimento que S. Exa. der às disposições Institucionais e Complementares invocadas venha a constituir norma a ser cumprida pela Administração, nos precisos termos do Decreto nº 58.693, de 22 de junho de 1966, art. 22-§ 2º.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. meus -

H. F. Silva

Of. nº 109/69
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

-6-

meus protestos da mais elevada consideração e apreço.

S.M.J.

Heitor do Nascimento Silva
HEITOR DO NASCIMENTO E SILVA
(Consultor Jurídico)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Exercício do magistério em autarquia federal por professor punido com base no AI-5.

(Proc. 80 - 2.408-69 - MEC).

RESERVADO.

O Reitor da Universidade Federal da Bahia consultou o Senhor Ministro a respeito da situação do Professor titular daquela autarquia, ex-deputado federal, que teve os direitos políticos suspensos com base no AI-5.

2. O Sr. Consultor Jurídico do MEC opinou no sentido de que o referido professor não está impedido de exercer o magistério federal, porque a sanção específica não lhe foi imposta (Parecer 83-69), pois "A imposição de restrições ou proibições relativamente ao exercício de direitos públicos e privados, além dos efeitos em que importa a suspensão de direitos políticos, não está implícita no próprio ato, devendo ser expressamente declarada - § 1º do art. 5º do Ato Institucional nº 5" (Nossos os grifos).
3. Encaminhou o Senhor Ministro o processo a esta CISMEC.
4. Reporta-se o parecer do eminente Dr. Heitor do Nascimento Silva ao art. 5º do AI-5, que estabelece o elenco dos efeitos da suspensão dos direitos políticos com base no aludido ato, sem que entre os mesmos figure o afastamento do cargo público. E ressalta que, pelo § 1º do mesmo artigo, " o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados", texto que parece ao ilustre jurista de "clareza incontroversa" (tendo o verbo poderá conteúdo possibilista e não determinativo). Ademais, a seu ver, o AC--39 "distinguiu e tornou independentes entre si as hipóteses de: I - suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos; II - demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma (art. 1º)."
5. Reporta-se mais o referido Consultor ao AI-10, de 16 de maio de 1969, cujo art. 1º estabelece que " a suspensão dos direitos políticos, ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, com fundamento nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964, nº 2, de 27 de outubro de 1965, nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, poderá, além do que dispõe a legislação em vigor, acarretar, ainda:

- a) a perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista), tanto da União como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios;

JK

b) a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço...." (os grifos não são do original).

E o § 19 aduz que aquela suspensão, ou cassação, "poderá acarretar, por prazo não superior a 10 (dez) anos, a proibição do exercício de atividades, cargos ou funções em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional" - .

6. Ouso divergir do Dr. Consultor Jurídico, cuja cultura admiro e a quem pessoalmente estimo. E o faço rigorosamente dentro da linha de pensamento do meu parecer de 28-4-69, relativo ao Proc. MEC 1268-69 (situação da Inspectora de Ensino Yara Lopes Vargas).

7. Não podemos considerar, apenas, o literalismo do AI-5 e AI-10 e do AC-39, mas seu alcance finalístico e, ademais, ter em mira que com eles não se varreu nossa estrutura constitucional. Eles integram - um corpus juris que se acrescenta à Constituição, também incluída nesse conjunto.

8. Ora, a Constituição de 1967 trata, no art. 144, inciso I, da suspensão de direitos políticos e, no inciso II, de sua perda, estipulando, no § 19, que a perda de direitos políticos determina a do mandato eletivo, cargo ou função pública, e a suspensão dos mesmos direitos, a suspensão do mandato eletivo, ~~o cargo ou função pública~~, cargo ou função pública, enquanto perdurarem as causas que a determinarem.

9. Parece-me, assim, indiscutível que a suspensão dos direitos políticos, segundo a tranquila disciplina constitucional, impõe, automaticamente, sem necessidade de ato declaratório, a suspensão, por igual prazo, do cargo ou função pública, e entendo que é dever da autoridade impedir, ex-prompto, uma vez editada a suspensão do jus civitatis, o exercício funcional pelo funcionário no qual incidiu a medida.

10. Nem poderia ser de outra forma, mesmo que silenciasse o texto constitucional, porque o gozo dos direitos políticos é conditio sine qua non para o exercício de qualquer munus público.

11. O art. 95 da Carta Magna torna os cargos públicos acessíveis a todos os brasileiros, "preenchidos os requisitos que a Lei estabelecer". Ora, o art. 22 do Estatuto dos Funcionários (Lei nº 1711, de 28-10-52) - só permite empregar em cargo público a quem satisfaça os requisitos indicados, entre os quais o de nº III - "estar no gozo dos direitos políticos".

12. Quando o art. 59 do AI-5, ao estabelecer os efeitos da suspensão dos direitos políticos, não insere o afastamento de cargo público, tal não significa a exclusão deste efeito, mas evidentemente, a pura enumeração das consequências acrescidas às que já existem, impostas pela legislação aditada.

218

13. Quando o § 1º do mesmo artigo estatui que "o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições-relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados", há, como disse o eminente consultor Jurídico, "clareza incontroversa", mas, a meu ver, iluminando conclusão diversa. É claro que tal ato, além das consequências inerentes à sua decretação (afastamento de cargo), ainda poderá dilatar as restrições ao gozo de direitos, por exemplo, impedir o exercício do magistério, mesmo em entidade particular (ou de qualquer outra profissão, medida que se despe de qualquer aparência anti-democrática, quando se medita sobre o perigo que o professor antidemocrático representa para a formação da opinião política da juventude).

14. Não me sensibiliza o argumento de que o AC-39, no seu art. 1º, ((distinguiu e tornou independentes" as hipóteses da suspensão dos direitos políticos e a da demissão, aposentadoria, etc., pois o que há, na realidade, são duas hipóteses, mas diferentemente entendidas: a da suspensão dos direitos políticos (com o obrigatório afastamento do cargo público) e a do afastamento do cargo (em várias nuances - demissão, aposentadoria, etc). sem a perda dos direitos políticos.

15. Fica patente, portanto, que o art. 1º do AI-10, ao consignar medidas ao arbítrio do prolator da suspensão dos direitos políticos ou da cassação de mandato eletivo ("poderá"....), não exclui as que defluem obrigatoriamente da legislação vigente ("além de que dispõe a legislação em vigor"....). Assim, editada a suspensão ou cassação, ocorrerá, imperativamente, o afastamento do cargo público; mas com base no AI-10, pode o Presidente, ~~optar~~ para preservar a administração de retorno ao ativismo nocivo por quem tenha sofrido a suspensão ou cassação, ir além da simples suspensão do exercício, optando pela demissão ("perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta") ou pela aposentadoria (aposentadoria compulsória com proventos proporcionais"....).

16. Aliás, a matéria já mereceu amplo estudo jurídico da lavra do douto Consultor Geral da República, in-parecer nº 415-H (D.O.U. de 16-11-66, pg. 13.225), cuja ementa resume:

"Ato Institucional nº 1, art. 10.

Suspensão dos direitos políticos implica na demissão do cargo público, salvo se o Senhor Presidente da República aplicar pena mais branda".

17. Do eminente jurista são as palavras seguintes: "a demissão dos alcançados pelo art. 10 é a regra, ao passo que, para os atingidos pelo art. 7º é medida excepcional decorrente de motivos revelados através de investigação...." (O art. 7º suspendera, por 6 meses, as garantias de vitaliciedade e estabilidade, estabelecendo, nos parágrafos, investigação sumária capaz de implicar em demissão, dispensa, aposentadoria, disponibilidade, transferência para a reserva ou reforma, enquanto o art. 10, previu a suspensão dos direitos políticos - por 10 anos e a cassação de mandatos, no interesse da paz e da honra nacional).

28

18. Prossegue o Mestre Dr. Adrealdo Mesquita da Costa: "Há casos em que o Senhor Presidente da República aplicou pena mais branda (aposentadoria, reforma, disponibilidade) aos que tiveram os direitos políticos suspensos, por força do referido art. 10. Estas são exceção. Na falta do ato expresse, neste sentido, a demissão se impõe, independentemente de investigação, ainda que sumária". (Grifos nossos).

19. Vale, a respeito, ler também, in-D.O.U., de 29-5-1964, à pag. 4.600, o parecer do culto Consultor Jurídico do DASP, Dr. Cleonício da Silva Duarte, no Proc. 4816-64, de interesse de Alberto Guerreiro Ramos, funcionário federal que tivera seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Diz a ementa: "A suspensão dos direitos políticos tem como consequência o afastamento do exercício de cargo público, por ser esse exercício um dos direitos políticos".

EM CONCLUSÃO,

20. Sou de parecer que, no regime da Constituição de 1967 e respectivos Atos Adicionais, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969,

- a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais implica, impreterivelmente, no automático afastamento, por prazo igual ao de sua duração, do exercício do cargo público, podendo, porém, a critério do Presidente da República, acarretar

a) a perda de qualquer cargo ou função exercida na administração direta ou indireta (enxeração, demissão, dispensa),

b) a aposentadoria compulsória com proventos proporcionais (no caso de cargo ou emprego que a comportem) e

c) a proibição de atividades em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, e até em instituições de ensino e pesquisa ou outras organizações de interesse da segurança nacional, mesmo privadas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

fls. 5.

21. Assim, deve o Sr. Mário Fiva ser imediatamente afastado do magistério federal.

S. M. J.

Em 16 de junho de 1969.

Hélio de Alcântara Avellar

Hélio de Alcântara Avellar
Membro da Comissão de Investigação Sumária - CISMEC

HAA

NB. PRO. CSS-222.4, p.31

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

MARIO PIVA

4

MARIO PIVA

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro - GB

Em 16 de janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor MÁRIO PIVA, Deputado Federal pelo MDB, Seção da Bahia, nos termos do Art. 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, de participação em agitações, bem como de atuação em entidades subversivas.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 DISCURSOS PRONUNCIADOS

3.1.1 - Em 08 AGO 65

" Nobre deputado, mais uma vez V Exa presta um depoimento terrível a esta Casa sôbre a coragem para o mal dessa Revolução, dêsses homens que cercaram o Congresso; armados de canhões, de baionetas, de metralhadoras, cercam aqui dentro setenta homens que queriam defender a dignidade desta Casa. É isto coragem? É coragem para o mal, nobre deputado. E V Exa vem, neste instante, dar um depoimento da coragem que tiveram aquêles que, no momento em que esta Casa votaria contra uma vontade, um desejo, uma violência do Poder Executivo - negaram-se a aprovar uma lei - no dia seguinte recebiam pelo rádio a notícia de que havia sido baixado o Ato Institucional nº 2, vilipendiada esta Casa.

Esta coragem eu também condeno. Mas, de qualquer sorte, é uma coragem, e mais uma vez agradeço o depoimento que V Exa traz, para que se distinga neste país o que é coragem a serviço do bem e o que é coragem a serviço de uma falsa Revolução. "

- Em 27 OUT 1965

" Obrigado, nobre deputado. Já que V Exa se refere a pronunciamentos militares, é bom que se destaque que, há muito tempo, todos - as lideranças do Governo nesta Casa, os próprios militares em contato com deputados e senadores - vinham exigindo, para evitar que se agravasse a crise, uma atitude ponderada, uma atitude equilibrada e uma alta dose de bom-senso.

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69

-13-

.....
que não há diferença entre militares e milita -
rismo. Quem pensa assim discuta, então, não co-
migo, mas com Ruy Barbosa, que ontem, desta tri-
buna foi citado pelo nobre deputado MÁRIO COVAS
que demonstrou a diferença clara, inequívoca
que existe entre militar e militarismo.
.....

Muito obrigado, a V Exa. Desejo fazer uma reti-
ficação que se impõe. V Exa afirmou que eu te-
ria considerado injuriosas as palavras do nobre
deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES. Tanto não as con-
sidero injuriosas, que o nobre deputado AMÉRICO
DE SOUZA perguntou-me se eu as subscrevia e eu
respondi a S Exa que sim. E se as subscrevo, é
porque não as entendo injuriosas, nobre deputa-
do, não que passe em julgado aquilo que não dis-
se. Subscrevo as palavras do deputado MÁRCIO MO-
REIRA ALVES porque se referem a uma minoria mi-
litarista, e porque S Exa também não se opôs ao
7 de setembro. E, mais, porquê, se desagravo
porventura coubesse em decorrência das expres-
sões do nobre deputado da oposição já êste foi
feito pelo nobre deputado ERNANI SÁTIRO, dois
dias depois, em discurso pronunciado dessa mes-
ma tribuna, em que S Exa considerou como inju-
riosas aquelas palavras e desagravou o Exérci-
to. Consequentemente, nobre deputado, não veja
V Exa, ao subscrever eu as palavras do nobre de-
putado MÁRCIO MOREIRA ALVES, qualquer injúria
às Fôrças Armadas, às quais sempre respeitei e
às quais sempre destaquei. Agora, abomino e tam-
bém contesto a participação de uma minoria que
fala em nome das Fôrças Armadas, sem poder fa-
zê-lo. "

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69

filiar-me às manifestações fúnebres e, com todo o respeito, fazer o necrológico que devia ter sido feito na data apropriada, isto é, a 1º de abril.

.....
O César daquela época não precisava de um circo nem de leões. Instalou-se jactanciosamente na poltrona, usou do Ato Institucional nº 2 e derramou sobre o País mais 169 cassações e suspensões de direitos políticos; mais 26 demissões, mais 14 reformas, mais uma cassação de posto e patente, e mais 2 aposentadorias. Total da segunda fase: 212 atos punitivos.

Esse o balanço que alguém precisava fazer neste País, quando se fala aqui em revolução democrática. E onde não houve "paredón". Não há diferença entre o "paredón" que mata, o "paredón" que leva definitivamente para longe desta vida aquêles que participaram de uma luta, e êsses atos de punição que levam a dor, a fome e a miséria a milhares de lares brasileiros.

.....
Do ponto de vista sociológico, repito, sob o prisma histórico, somente a má-fé, a ignorância ou a impostura poderiam, depois de três anos, considerar revolução o que não passou de um golpe militar. A confusão continuou e ganhou corpo, graças à propaganda nascida dos conhecimentos deturpados dos teóricos da Escola Superior de Guerra todos empenhados nessa fase, na modificação de conceitos inequívocos no campo da Sociologia e da História. Uma Revolução, Srs Deputados, impõe-se pelos elementos que lhe dão forma e conteúdo - ensina um historiador

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69

-5-

clássico. Nem o conteúdo do movimento de 1º de abril de 1964, nem a forma pré-fabricada por atos institucionais, pela pressão sobre o Legislativo, pela tentativa de desmoralização, pelas ambições pessoais ou pela vontade incontrolável de criar heróis, de fabricar deuses, de gerar nas entranhas do terrorismo policial, são características de uma revolução. "

- Em 29 ABR 1967

" O MDB está convencido - e aqui traduzo a palavra oficial do Partido - de que estamos diante de uma conspiração em marcha, a qual, por incrível que pareça, nasce, não daquele perigo iminente que tanto se anunciava, ou seja, do radicalismo da esquerda, mas, sim, do radicalismo da direita.

Ora, se examinarmos o quadro atual da situação brasileira, encontraremos, de um lado, no centro dos acontecimentos, a figura do Marechal COSTA E SILVA, guindado à mais alta magistratura da Nação contra o voto e contra a vontade do Movimento Democrático Brasileiro e da maioria da Nação, diga-se de passagem, através de método que condenamos, mesmo às vésperas de sua realização ou seja, o pleito indireto; e, de outro, veremos o nosso partido a realizar um sistema de oposição que não deve ser confundido, em hipótese alguma, com essa outra oposição, que surge nascida de inspirações das marionetes que se movimentam de acordo com os cordéis movidos por "Wall Street" e pelo Pentágono. "

- Em 08 JUN 1967

" Sr Presidente, conquanto o Serviço Nacional de

Informações seja um órgão criado por lei, evidentemente a sua participação na vida pública brasileira, e sobretudo a sua colaboração aos trabalhos realizados pelo Governo, têm sido marcadas, constantemente, por erros, equívocos e, às vezes, providências que deixam no espírito de cada um a certeza de que a tendência do Serviço Nacional de Informações é a de, exclusivamente, apontar à Nação, às autoridades, aqueles que não concordam com os primados firmados pela Revolução de 31 de março de 1964.

Num regime democrático, Sr Presidente, num verdadeiro regime democrático, a existência do SNI deveria ser considerada uma excrescência, senão uma afronta à própria democracia.

.....
 Sr Presidente, o Congresso Nacional, em nome não apenas de sua soberania, mas em respeito àquelas que foram as vítimas das más informações prestadas por um mau serviço. Não pode, sob pena de estar ferindo os seus próprios brios, aceitar essa abertura de crédito, que representa, sobretudo, uma ofensa ao Congresso Nacional. "

- Em 21 NOV 1967

" Sr Presidente, continua em ordem do dia na imprensa a discussão a respeito da convocação extraordinária do Congresso.

É justo que o assunto seja debatido livremente pela imprensa brasileira. Extranham, porém, todos os deputados desta Casa justamente a crítica partida do Executivo.

.....
 Sr Presidente, se observarmos quanto gasta o

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69-7-

Serviço Nacional de Informações, veremos que as despesas são muitas vêzes a de uma convocação extraordinária. E para que? Para delatar patrióticos, para criar uma atmosfera de animosidade, de antipatia contra aquêles que não concordam com o que está aí. "

- Em 01 FEV 1968

" Sr Presidente, esgotou-se o prazo de confiança que havíamos aberto a êste Govêrno. Esgotou-se e, infelizmente, os resultados colhidos em todos os setores da vida pública nacional, quer sob o aspecto político, quer sob o aspecto econômico, são desoladoramente negativos, são altamente prejudiciais à retomada do processo democrático e ao estabelecimento de norma de bem-estar para o povo brasileiro. Esgotou-se o prazo e, agora, a desconfiança, a intranquilidade e o mal-estar dominam o povo brasileiro.

.....

Sou imune aos gritos bélicos, mesmo quando êles se restringem ao simples direita, volver - esquerda, volver - meia volta, volver.

Sr Presidente, aborrecem-me os moralistas patológicos. Não me fazem bem ao estômago os banquetes em que se oferecem pratos anticomunistas , que são regados aos vinhos da ditadura da direita, vinhos espumantes que se preparam nas adegas úmidas das verdadeiras ditaduras.

Sr Presidente, causam-me náuseas os que se serviram da bandeira do rosário e da família para transformá-la no porta-estandarte do ódio, do arbítrio e da vingança.

O movimento armado de 1º de abril de 1964 transformou-se num verdadeiro pentatlo, em que os

militares disputam tôdas as modalidades e tôdas as categorias de cargos civis. Os carreiristas, os aventureiros, os candidatos à aposentadoria política, ao lado dos que tiveram as suas vocações ditatoriais sufocadas em outras épocas, es tão disputando a maior prova de velocidade do século.

No campo da administração pública, no âmbito econômico, na esfera política, no seio do povo, tudo é intranquilidade; e não se venha dizer, co mo disse o líder da Maioria em discurso pronun-
x ciamento ^{do} nesta tribuna e em declarações presta- das à imprensa do País, que nós formamos o sindicato da oposição para agitar o País. Mas, se isso fôsse verdade, Sr Presidente e Srs Deputa- dos, eu preferiria pertencer ao sindicato da o- posição a integrar a Máfia governista, porque entre nós não há delação, não há crimes, não há ódios, não há vinganças. "

- Em 07 FEV 1968

" Sr Presidente, Srs Deputados, vêm causando cer- ta apreensão e mesmo certa curiosidade entre o povo brasileiro as declarações repetidas - e não apenas nos jornais mas também nas Ordens do Dia dos quartéis - dos chefes militares que pregam constantemente a união entre as Fôrças Armadas, como a quererem convencer de uma coisa que evidentemente não existe. As Fôrças Armadas estão unidas contra nós, o po- der civil, mas, entre elas, a desunião é fla- grante. A última prontidão, que alguns qualifi- caram como ato de rotina, foi uma providência adotada para evitar que alguns militares empres- tassem solidariedade ao Sr CARLOS LACERDA

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69

quando de sua palestra em São Paulo, isto é, de seu discurso de paranínia.

Ora, Sr Presidente, o que se verifica neste instante é que a voz do líder da Frente Ampla invadiu os quartéis e tocou de perto o coração da oficialidade jovem, esta oficialidade hoje informada com a atitude e o comportamento de certos donos do golpe de 1º de abril. "

- Em 13 FEV 1968

" Sr Presidente e Srs Deputados, desde o início da atual legislatura, o MDB, representando a verdadeira aspiração do povo brasileiro, lançou-se contra a famigerada Lei de Segurança Nacional. Desta tribuna vários pronunciamentos foram feitos por líderes, vice-líderes e integrantes da Oposição, demonstrando quanto desumana, antidemocrática, sumamente fascista era essa lei denominada de Segurança Nacional que nós batizamos de lei de insegurança geral. "

- Em 15 FEV 1968

" Sr Presidente e Srs Deputados, aqui está no "Correio da Manhã" de hoje, na primeira página, uma fotografia. Fotografia igual a esta só vi, confesso a V Exa, na época da Gestapo. Só na Alemanha fascista, na Alemanha nazista era possível ver episódio semelhante, em que uma atriz como Tônia Carrero é prêsa por ter levado, em companhia de outros atores nacionais, uma "corbelle" de flores ao Monumento dos Pracinhas".

- Em 02 ABR 1968

" Primeiro de Abril - data histórica de uma falsa revolução que foi o maior engôdo que o povo

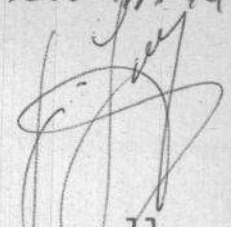
brasileiro já conheceu: engôdo definitivo. Mentiram aquêles que usaram e abusaram do têrço e da família para, em seguida, substituí-los exclusivamente pelo arbítrio, pela violência e pela espada.

Sr Presidente, tive oportunidade de dizer, nesta tribuna, que todos os símbolos mais caros desta Nação foram destruídos por esta Revolução, e o foram efetivamente. Tive ensejo de dizer ainda, aqui, que do símbolo da Justiça arrancaram a venda, o manto e a balança. Deixaram só a espada. Até a mulher levaram. "

- Em 02 ABR 1968

" E não considero boato porquê essas Fôrças Armadas, que V Exa chama de disciplinadas e eu chamo de Fôrças Armadas sem convicção, pois não posso admitir que se bandeiem para o lado da fôrça e nada mais, deixem de cumprir o seu legítimo dever constitucional. Na defesa da integridade dêste País, elas estariam agora na Amazônia, pondo para fora de lá aquêles que ocupam o território nacional - e isto nobre deputado, são declarações do Ministro da Justiça e não minhas; mas são declarações da Oposição. Diz aquêles titular que tôda a Amazônia está virtualmente ocupada por estrangeiros. Então, as Fôrças Armadas, antes de serem Fôrças de partido político, deveriam ser fôrça de resguardo da Nação.

.....
Eu hoje disse, desta tribuna, que o General Comandante do SNI havia insultado esta Casa. Pois bem, um deputado tomou a defesa do Comandante do SNI, que nos chamou de arruaceiros e disse



CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69

que não tínhamos imunidades. E houve quem o defendesse. É a voz das estrêlas.

Portanto, quando falo que é a voz das estrêlas, peço a V Exa que me dê um exemplo de rebelião contra os militares. "

- Em 12 JUN 1968

" Sr Presidente, Srs Deputados, não conseguí entender até agora, por mais que me esforçasse, o ódio, a aversão que os atuais ocupantes do poder têm pela juventude brasileira. Além desse espetáculo deprimente que têm os beaguins policiais oferecido ao País, sinto que, nesse instante, os detentores do Poder resolvem criar um novo tipo de castigo para a juventude, isto é, reduzindo, dentro de um famoso plano de economia, que até hoje ninguém entendeu, as verbas destinadas à universidade brasileira. "

- Em 21 JUL 1968

" Sr Presidente, Srs Deputados, impressionante a escalada antidemocrática dos homens que passaram a ocupar o Poder a partir de 1º de abril de 1964! Como demonstração inicial de seus desígnios, a eliminação de líderes, através do arbítrio dos atos institucionais, cassando mandatos, suspendendo direitos políticos e levando ao exílio professôres, técnicos, cientistas e intelectuais da melhor envergadura. Mais tarde a inominável afronta ao direito de livre escolha de governadores e presidente da República. Depois, em sequência absorvente, o fechamento de entidades estudantís, a intervenção sindical, o garroteamento do Congresso Nacional, as



deformações do Poder Judiciário, o espancamento do povo nas ruas e o terrorismo econômico, voltado contra os menos favorecidos.

Agora, o Governo marcha a passos largos para atingir o que há de mais sagrado na vida de um povo liberal. Aponta as armas da prepotência e do arbítrio, disposto a destruir o último reduto das instituições democráticas. Procura eliminar o instrumento que considera o mais perigoso e o mais incômodo na trilha dos condicionamentos preestabelecidos pela implantação de um regime ditatorial, sem guardar o culto das aparências. O Governo se empenha na extinção da liberdade de imprensa. O Governo capricha na disposição de impedir a livre manifestação do pensamento. A conspiração é clara e indiscutível. Os objetivos são facilmente identificáveis. A imprensa, o rádio, a televisão, enfim, todos os meios de divulgação estão na alça de mira dos iracundos fatores da chamada revolução. "

- Em 18 OUT 1968

" Pediria a V Exa, nobre deputado, que aparteasse mais e consumisse menos o meu tempo. Também V. Exa, com o mesmo espírito militarista, embora civil, deformou as palavras do nobre deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES. Disse o Ministro do Exército - e isso contestado hoje num brilhante artigo do companheiro HERMANO ALVES, no "Correio da Manhã" que o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES condenou as cúpulas militares. Isto não é verdade. O que êle condenou foi a cúpula militarista. Esta a condenação feita. Dizem aqui ao lado

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69

Foi este o exemplo que nos deu, há poucos dias, o Exmo Sr Ministro da Guerra? Não. Ao contrário S Exa numa linguagem a mais agressiva, a mais imprópria para um Ministro de Estado, investiu contra o chefe de um Poder, o Judiciário, e contra este Congresso, reclamando que assumíssemos uma posição de colaboração com a Revolução, porque éramos apenas um Poder legitimado pelo Ato Institucional. Ora, Sr Presidente e Srs Deputados, é preciso acabar com esta balela. Não somos um Poder legitimado pelo Ato Institucional. Somos, então, os filhos espúrios dessa democracia? Nós que fomos eleitos pelo povo, que conquistamos nossos postos disputando-os na praça pública, somos os filhos abandonados desse regime democrático, somos aqueles que invadimos e reclamamos a legitimação da Revolução? "

- Em 29 AGO 1967

" Tenho a impressão de que este Governo está no cio da violência e do arbítrio. Tenho dito e repetido desta tribuna que a prepotência que vinha caracterizando o Governo passado, foi herda da pelo Governo atual, e o castelismo requeentado continua sendo uma constante na vida de nosso País. "

- Em 11 ABR 1967

" Sr Presidente, não serei impiedoso a ponto de fazer a apologia de uma quartelada apelidada de revolução, e, por isto mesmo, inautêntica, incapaz e antidemocrática, apenas para destacar fatos episódicos, que a História registrará para nossa vergonha. Prefiro, em razão disto,



3.2 INFORMES E INFORMAÇÕES

3.2.1 Do Ministério da Marinha

Informação nº 0662-CONFIDENCIAL-de 15 DEZ 1968

- Contem um Informe segundo o qual, em 12 OUT 1967, compareceu à Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde, entre outras coisas, disse aos alunos que considerava como líderes CARLOS LACERDA, "o gênio da política", LEONEL BRIZOLA e JANIO QUADROS.

3.2.2 Do Ministério do Exército

Relatório Especial de Informações-CONFIDENCIAL, de 08 ABR 68, do CIE/ADF.

- Entre outros parlamentares esteve à frente de estudantes que, a 29 MAR 1968, em BRASÍLIA, realizaram passeata proibida e promoveram arruaças.

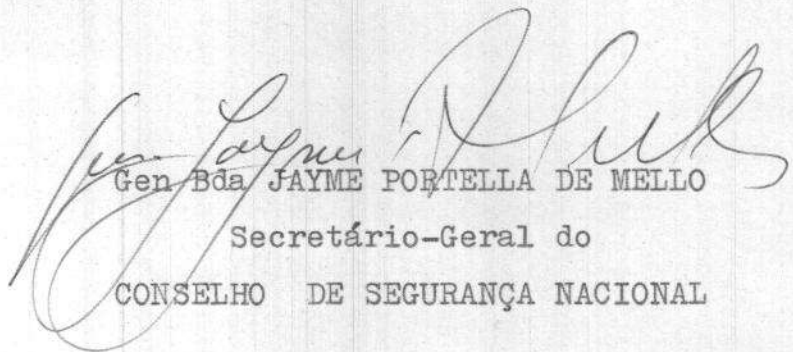
Informação nº 1.647/68-S-102-CIE, de 25 JUL 68

Em declarações ao "Jornal da Bahia", o Sr MARIVALDO NOGUEIRA CALDAS, presidente do SINDIPETRO na Bahia, disse que a paralização geral de todos os serviços da PETROBRÁS, prevista para 1º JUL 1968, para "defesa do monopólio estatal", contou com a adesão de JOSAPHAT MARINHO, ANTONIO BALBINO, MÁRIO COVAS e MÁRIO PIVA.

4. Nestas condições, peço vênia sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Art. 5º do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor MÁRIO PIVA, consoante dispõe o Art. 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 004 /SG-1/69 -15-
.....

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Exce
lência os meus protestos do mais profundo respeito.



Gen. Bda. JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

UBVRO. CSS 222. 4/P. 49

DO
"B"

B - F I C H A I N D I V I D U A L



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº. 025	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: MÁRIO PIVA	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DE NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE:	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: Dep Fed - Professor de Economia - Jornalista	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA: Hotel Nacional - BRASÍLIA Rua Inácio Costa nº 33 - Aptº 101-SALVADOR (Tel: 3-79 52)	

M339P

MÁRIO PIVA (MÁRIO PIVA), M.D.B., ANTES P.S.D., BAHIA. PROF.: ECONOMISTA E JORNALISTA. NASC.: 28 DE JANEIRO DE 1920, BA. FIL.: ALBERTO PIVA (FAL.) E LAURA MORETTI PIVA. CÔNJ.: RAFAELINA MITIDIERI PIVA. FILHOS: MARLI, MARGOT, MÁRIO E MARIA DA GRAÇA. EST. E GRAUS UNIV.: BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS PELA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DA BAHIA. LEGISL.: 1963-1967. MISSÕES NO EXT.: VISITA DE ESTUDOS AOS E.U.A., A CONVITE DO DEPARTAMENTO DE ESTADO, NO "PROGRAMA DE LÍDERES". END.: HOTEL NACIONAL, AP. 934, BRASÍLIA, DF. RUA INÁCIO TOSTA, 33, AP. 101, SALVADOR, BA.

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL
DE INFORMAÇÕES

12 - EXTRATO DO PRONTUÁRIO

- Deputado Federal, eleito pelo MDB/BA.
- Pronunciou-se contra a aprovação de mensagens do Governo Federal prevendo a intervenção federal nos Estados, o confinamento dos políticos cassados e a cassação do fóro especial para ex-Presidentes e ex-Governadores.
- Anti-revolucionário.
- Notabilizou-se, na Câmara dos Deputados, pelos constantes e violentos ataques ao Governo, à Revolução e às FFAA.
- Lançou, oficialmente, na Câmara dos Deputados, campanha pela realização de eleições diretas.
- Declarou que "a depredação da Casa de THOMAS JEFFERSON, foi obra do SNI, somente para culpar os estudantes e o MDB".
- Protestou contra a cassação de mandatos de deputados federais.
- Procura criar uma área de atrito entre militares e o clero.
- Foi contra a nova Lei de Imprensa.
- Foi um dos nove deputados que votou a favor do impedimento do Presidente CASTELO BRANCO.
- Atacou, da Tribuna da Câmara, o SNI, a quem atribuiu a responsabilidade pelas agitações estudantis.
- Considerou o SNI como "desnecessário e danoso aos interesses da democracia brasileira".
- Criticando o confinamento de HÉLIO FERNANDES, afirmou que "o Governo do Mar COSTA E SILVA segue a mesma linha arbitrária do seu antecessor".
- Tem grande participação nos debates da Câmara, fazendo o jogo dos comunistas, muito embora se diga centrista.

Ficha individual de MÁRIO PIVA - Cont.

-3-

- É autor de carta falsa contra JUTAÍ MAGALHÃES.
- É favorável à "Frente Ampla".
- Protestou contra a prisão da artista TÔNIA CARRERO.
- Foi contra o Decreto-Lei que ampliou as atribuições do CSN.
- Participou ativamente das manifestações estudantis em BRASÍLIA, decorrentes da morte de EDSON SOUTO, na GB.
- Na Câmara, criticou acerbamente o Gen GARRASTAZU MÉDICI, Chefe do SNI.
- Criticou a Portaria do Min da Justiça que tornou ilegais as atividades da Frente Ampla.
- Participou de comício durante o qual foram distribuídos panfletos e pronunciados discursos subversivos.
- Declarou que apresentará projeto pedindo a extinção do SNI.
- Em discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, deu inteiro apoio às manifestações estudantis.
- Condenou o confinamento de JÂNIO QUADROS.
- Apoiou MARIVALDO NOGUEIRA CALDAS, agitador e Presidente do Sindicato da Indústria de Petróleo da Bahia.
- Favorável à formação da "Federação das Oposições".
- Referindo-se à Portaria que proibiu passeatas, qualificou o Min GAMA E SILVA como incompetente.
- Chamou o Min JARBAS PASSARINHO de "LEONEL BRIZOLA sofisticado".

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1 965 - Ago - "Ao invés de adeus às armas, parece que estamos dando adeus às urnas" - afirmou, ao criticar "o militarismo refletido nos vetos à candidatura do Mar LOTT".



- Out - Declarou: "O inconformismo dos derrotados no pleito de 3 de outubro, os quais acreditavam em eleições livres apenas como nomeação de seus candidatos e não como escolha do povo, vai gerar a mais grave crise já enfrentada nos últimos anos pelo País. Outubro corrente e Novembro próximo deixarão para trás todos os amargos agostos brasileiros". Defendeu o princípio de eleições diretas, por entender que este é o único sistema através do qual o povo escolhe seus dirigentes.
- Em pronunciamento feito na Câmara, manifestou-se contrariamente à aprovação das mensagens do Governo Federal, enviadas ao Congresso, e que previam intervenção federal nos Estados, confinamento de políticos cassados em domicílios coatos e a cassação de fôro especial dos ex-Presidentes e dos ex-Governadores.
- Nov - A propósito do pleito realizado em 11 Estados da Federação, declarou: "No dia 5 de outubro, a democracia brasileira sofreu o maior ataque, diante da inconformidade de grupos militares que não queriam aceitar, como não querem, os resultados verificados e apurados nas urnas". Prosseguindo, disse que uma ala do Exército estaria interessada em provocar intranquilidade, em condições semelhantes às que a Nação viveu antes de 31 de março de 1964, guardadas as devidas proporções e tendências ideológicas. Recordando que todos os Partidos apoiaram a realização das eleições livres e diretas, negou - que o responsável pela crise em curso fosse o ex-Pres JK pelo fato de ter retornado ao País. Depois de assinalar que o ex-Presidente teve o seu mandato cassado por motivos de ordem política, segundo teria revelado o Min LUIZ VIANA FILHO, advertiu - que o Mar CASTELO BRANCO, permitindo que JK fosse "ouvido por coronéis e maiores" se esquecia de que "amanhã poderá, também, como ex-Pres e como Mar, sofrer as mesmas humilhações e vexames".

Ficha individual de MÁRIO PIVA - cont.

-5-

- Denunciou que alguns círculos militares querem a deposição do Presidente da República, porque o consideram responsável pelas eleições de 3 de outubro. Em seguida, analisou as recentes mensagens presidenciais, as quais condenou e considerou "como atendimento a reclamos de inconformados e que tornarão o Movimento de Março mais impopular ainda".
- Comentou o discurso do Min da Guerra, criticando-o, pois, "não foi a Revolução que legitimou o Congresso, mas sim o Poder Legislativo que legitimou o movimento de março, dando-lhe a forma, dentro da lei, que as armas não lhe poderiam dar".
- Dez - Fêz uma análise das eleições realizadas nos 11 Estados, afirmando que "através do voto livre e independente, o povo brasileiro ratificou sua tradicional e inalienável convicção democrática, pois que não aceita a caricatura dos ditadores, nem candidatos de bolso de colete".
- 1 966 - Fêz o primeiro pronunciamento político na convocação extraordinária da Câmara, afirmando: "A Revolução ganhou o Poder, mas perdeu o povo" e "todos os órgãos estão desmoralizados pelo próprio governo central".
- Trajando luto fechado, foi à Tribuna da Câmara e declarou que assim comparecia "para acompanhar o velório da democracia brasileira, vítima de tromba se provocada pelo AI-3" e que "comparecia de luto para ser fiel àqueles companheiros que ainda sabem vibrar com os anseios de liberdade e hoje, estão ao meu lado, velando o ataúde do regime que a Revolução de 31 de março prometeu salvar".
- Declarou, ao analisar o período revolucionário de 1 Abr 64 a 31 Dez 65: "Não é o povo que está contra a Revolução. Foi a Revolução que se colocou contra o povo, eliminando-o da vida política nacional e impondo-lhe os mais terríveis sacrifícios".
- Mar - Os rumores de novas cassações de mandatos de deputados, com base em dispositivos do AI-2, provocaram na sessão da Câmara um clima de preocupação.

Ficha individual de MÁRIO PIVA - Cont.

- 6 -

- O marginado ocupou a Tribuna para fazer críticas à Revolução e aos rumos da política interna e externa do Governo CASTELO BRANCO. Em momento de exaltação disse: "Esta parece a revolução dos gagos. Sem o intuito de ofender àqueles a quem Deus não permitiu o uso da linguagem desembaraçada, repetem-se no chamado de moralização do Movimento de março de 64, os tropeços da gagueira".
- Abr - "Pela primeira vez e para estarecimento de todos nós - teremos um Presidente da República funcionando como cabo eleitoral daquele que ôle mesmo indicará na convenção do seu partido" - disse da Tribuna da Câmara, ao responder o discurso do líder do Governo, Sr RAIMUNDO PADILHA.
- Mai - Ao fazer, da Tribuna da Câmara, uma "análise da situação nacional face aos desacertos do Ministro do Planejamento", afirmou que "a política econômico-financeira do Ministro ROBERTO CAMPOS está causando empobrecimento geral da Nação, gerando in tranquilidade social e comprometendo a nossa soberania".
- Declarou à imprensa: "Na imprensa livre e independente, nós, os brasileiros, encontramos, hoje, a manifestação de repúdio às violências contra o processo de militarização que se instalou no País".
- Declarou, em discurso no Congresso: "O Governo atual corrompe instituições e subverte a ordem democrática. Será que a Revolução que proclama ter legitimado o Congresso, não tem coragem de se legitimar pela manifestação livre e soberana do povo? O Governo não pôde permitir a realização de eleições livres porque fracassou a "Trilogia Revolucionária" pois não conseguiram fortalecer o processo democrático, não eliminaram a corrupção e permitiram que a subversão continuasse com trânsito livre no País. O Governo atual corrompe leis, suspendendo sua execução através de simples portarias; subverte o princípio de harmonia e independência dos Poderes, fazendo prevalecer a vontade arbitrária do Executivo; corrompe os costumes políticos, gerando a prática do adesismo, com tôdas as regalias; subverte a ordem legítima do exercício do Poder".

Ficha individual de MARIO PIVA - Cont.

-7-

- Lançou, oficialmente, na Câmara, a campanha pela realização das eleições diretas.
- Jun - "O Governo está confundindo conceitos de moralidade com princípios de conveniência" - afirmou, ao comentar a nota oficial da Presidência da República sobre os motivos da suspensão dos direitos políticos do Sr ADEMAR DE BARROS - "Em bom português - isso significa que se o ex-Governador paulista continuasse atendendo às conveniências do jogo eleitoral do Pres da Rep, o fato de ter sido ou ser corrupto não valeria para eliminá-lo da vida pública e mereceria talvez uma estátua".
- Classificou a posição do Mar CASTELO BRANCO como de "artificialismo democrático", afirmando que "o Pres da Rep demonstra agora sua vocação ditatorial e continuista". Disse, ainda, que "as atitudes anteriores do Chefe da Nação eram discutidas apenas no campo da suspeição mas, hoje, ninguém pode ter a menor dúvida, depois que usou o sadismo de bom-humor anedótico nascido da aplicação de penalidade".
- Declarou: "Não pretendemos fazer da campanha pelas eleições diretas patrimônio exclusivo do MDB. Ela pertence ao povo, marginalizado pelos atos de violência e pelas arbitrariedades praticadas em nome da Rebelião de 64".
- Jul - A respeito do atentado de PE, o marginado - disse que: "ao invés de estar gravando conversas telefônicas de deputados da oposição; em lugar de colecionar discursos e pronunciamentos de membros do MDB; ao invés de acompanhá-los, discreta e indiscretamente às sessões cinematográficas; em lugar de infiltrar agentes nas redações dos jornais e estações de rádio e TV, deveriam os agentes do SNI, do DOPS, estar mais atentos na defesa da integridade física do candidato do Governo à sucessão presidencial e mais vigilantes pela segurança e tranquilidade da família brasileira".
- Set - Declarou: "A depredação da Casa de THOMAS JEFFERSON, mantida pelo Governo Norte-americano, foi obra do SNI, somente para culpar os estudantes e o MDB e ter motivo para fazer as violências que vem

Ficha individual de MARIO PIVA - cont.

- que vem praticando contra o povo".
- Out - Proferiu discurso na Câmara, protestando contra a cassação de mandatos de deputados pelo Gov Revolucionário.
 - Nov - Tentou criar áreas de atrito entre militares e o clero, condenando de arbitrário o ato militar contra o clero e chamando os militares de prepotentes e instrumentos de terror e de destruição.
 - 1 967 - Jan - Apresentou a emenda nº 1 ao projeto da nova Lei de Imprensa. Propôs a supressão, por "inepto, arbitrário e antidemocrático" do texto do projeto do Governo, restabelecendo a Lei 2.083/53 (atual Lei de Imprensa), adaptada ao rádio, TV e agências noticiosas.
 - Foi um dos nove deputados que, na sessão extraordinária de 21 do corrente (Jan), na Câmara, votaram pelo impedimento do Pres CASTELO BRANCO.
 - Mai - Sustentou, na Câmara, haver uma conspiração declarada contra a redemocratização do País. Disse que a Nação não pode ser transformada em escaninho de recalques pessoais, nem no repositório de ambições frustradas.
 - Enviou uma carta ao jornalista DANTON JOBIM, Diretor-Presidente de ÚLTIMA HORA, destacando a posição deste jornal na defesa das franquias liberais e em favor do respeito à pessoa humana.
 - Da Tribuna da Câmara, atacou severamente o SNI, dizendo que o mesmo era o responsável pela agitação estudantil.
 - Jun - Falando na Câmara, fez veemente crítica ao SNI, acentuando que num regime democrático não se podia conceber a existência de um órgão dessa natureza.
 - Declarou que a oposição é contrária ao projeto que abre crédito destinado a atender às despesas de gratificação do SNI, porque o considera "desnecessário e danoso aos interesses da democracia brasileira".
 - Jul - Disse que considera o confinamento na inóspita ilha de Fernando de Noronha, do jornalista HELIO FERNANDES, como mais uma prova de que o Gov do Mar COSTA E SILVA "segue a mesma linha arbitrária que orientou seu antecessor".



- Dados anotados sôbre o marginado, na Agência de BRASÍLIA: Jornalista profissional, desde 1951, economista em emprêsas privadas, foi Assessor da Associação Comercial da Bahia e do Instituto do Cacau e Diretor da Cia. de Energia Elétrica da Bahia. Era suplente da bancada possedista na Câmara Federal.
- No caso recente da aprovação de verba para o SNI, disse: "Esta verba se presta para que o Govêrno utilize os homens de caráter fraco, útil aos homens de formação pouco firme, para levarem informações, muitas vêzes falsas...". Tem grande participação nos debates da Câmara, fazendo o jôgo dos comunistas, muito embora se diga centrista. Autor de uma carta falsa contra JUTAI MAGALHÃES.
- Ago - Afirmou que "a morte do ex-Pres CASTELO BRANCO provocou o restabelecimento do processo punitivo, com medidas ostensivas de arbítrio e violência, para provar que os militares continuam mandando - com a lei, dentro da lei ou fora da lei".
- Out - Na Câmara, afirmou que "o arbítrio, a violência e a ação policialesca estão sufocando o império da ordem, da lei e da liberdade em nosso País!"
- Jan - Pronunciou-se a favor da "Frente Ampla".
- Fev - Afirmou que "em três anos e meio, o Govêrno revolucionário emitiu três vêzes e meio a mais do que todos os governos em 75 anos". Criticou a ocupação de cargos civis por militares.
- No Câmara, disse: "Não vi o que os algozes da democracia pretendem fazer com êste País. É possível que nada de pior consigam, porque antes que façam o que esperam, alguém há de fazer o que êles não desejam. Então não será difícil saber quem é a maioria".
- Criticou as declarações de que as Fôrças Armadas estão unidas, afirmando que a recente prontidão teve por fim excitar que alguns militares emprestassem solidariedade ao Sr CARLOS LACERDA.
- Na Câmara dos Deputados, atacou violentamente a Revolução e as FFAA.

1 968



- Afirmou, referindo-se à Revolução de Mar 64, que "dez razões levarão o golpe ao fracasso":
 - 1 - Substituição do idealismo pelo oportunismo;
 - 2 - Ausência de conteúdo ideológico, pois toda ação se fundamenta no "anti": antidemocrática é a Lei de Segurança; antiliberal é a Lei de Imprensa; antinacionalista é a modificação da Lei de Remessa de Lucros; anticristã é a perseguição dos clérigos; antihumana é a Política Salarial; antidesenvolvimentista é o programa de ação econômica;
 - 3 - Carência de liderança;
 - 4 - Ineficiência do plano econômico;
 - 5 - Sede de vingança;
 - 6 - Falta de povo, colocado "apenas a seu serviço";
 - 7 - A exigência de obter "sim", sem diálogo;
 - 8 - O Processo inacabado de institucionalização revolucionária - "tudo o que conseguiu institucionalizar foi o arbítrio, a violência, o pavor";
 - 9 - Criação de crises artificiais;
 - 10 - Suposta pacificação - "esta a maior das provas do fracasso revolucionário".
- Protestou contra a prisão da artista TÔNIA CARRERO, atacando o Governo e caracterizando o fato como similar a outros da "época da Gestapo nazista".
- Lamentou a aprovação, pela Câmara, do Decreto-Lei que amplia as atribuições do Conselho de Segurança Nacional.
- Mar - Participou ativamente das manifestações estudantis em BRASÍLIA, decorrentes da morte de EDSON SOUTO, na GB.
- Abr - Na Câmara, acusou o Gen GARRASTAZU MÉDICI, Chefe do SNI, de "ofender o Parlamento brasileiro, ao declarar que as imunidades dos parlamentares - terminavam no momento em que os deputados passassem a fazer parte das arruaças". "É evidente, frisou, que esse homem se esquece de que as arruaças maiores tem sido feitas pelos próprios militares, desde 1º Abr 64".

Ficha individual de MÁRIO PIVA - Cont.

-11-

- Na Câmara, referindo-se ao aniversário da Revolução, considerando-a um engodo, disse que os símbolos mais caros da Nação foram por ela destruídos.
- Criticou violentamente a Portaria do Min da Justiça que tornou ilegais as atividades da "Frente Ampla".
- Mai - No "Dia do Trabalho", realizou comício na cidade de CANDELAS/BA, ocasião em que afirmou que apresentará projeto pedindo a extinção do SNI.
- Jun - Na Câmara, em aparte, disse que "isto não é mais uma República, é uma sociedade anônima, nascida a 1ª Abr 64, cujos acionistas ameaçam abrir falência se persistirem as divergências fúteis - que contrariam interesses pessoais".
- Jul - Em diversos discursos na Câmara dos Deputados, deu inteiro apoio às manifestações estudantis.
- Anunciou que "está em marcha nos porões palacianos uma conspiração contra a liberdade de imprensa", e advertiu: "Que os proprietários de jornais preparem mais uma mesa na redação: o foca da censura fardada vai trabalhar".
- Ago - Condenou o confinamento de JÂNIO QUADROS.
- Atacou o Governo, acusando-o de tomar "atitudes de provocação à juventude universitária, evidenciando a sua preocupação de estabelecer o diálogo pela repressão policial".
- Fêz violento ataque ao Governo, aludindo à recente desvalorização do cruzeiro.
- Vem apoiando o movimento desencadeado por MARIVALDO NOGUEIRA CALDAS, Pres do Sind da Indústria do Petróleo da BA, elemento agitador, que visa a defesa do monopólio estatal do petróleo.
- Proferiu diversos discursos atacando as providências governamentais quanto ao setor estudantil.
- Subscreeveu documento apoiando a ação apostolar de D. HELDER CÂMARA.
- Criticou a escolha do Chefe do SNI para presidir sindicância sobre os acontecimentos na Universidade de Brasília.

Ficha individual de MÁRIO PIVA - Cont.

- Out - Declarou-se favorável à formação da "Federação das Oposições".
- Condenou o propósito do Governo de cassar o mandato do Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES.
- Comentando a Portaria do Ministro da Justiça que proibiu novas passeatas, qualificou o Min GAMA E SILVA de incompetente e de fazer o jogo de alguns militares radicais, que desejam a baderna no País com o propósito de endurecer o regime. "A incapacidade do Sr GAMA E SILVA é tão grande e tão comprovada que reiteramos o pedido de que êle rasgue o seu diploma de bacharel em Direito".
- Nov - Qualificou o Min JARBAS PASSARINHO de "LEONEL BRIZOLA sofisticado", repelindo críticas proferidas, pelo Ministro, ao Congresso Nacional.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

DADOS PARA ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

COMPLEMENTARES SOBRE O CIDADÃO

MÁRIO PIVA



CORREIO DA MANHÃ
(09.10.65)

DEPUTADO DENUNCIA MANOBRA GOLPISTA CONTRA AS ELEIÇÕES

BRASILIA (Sucursal) — O deputado Mário Piva (PSD-BA) afirmou, ontem, ao CORREIO DA MANHÃ, que "o in-conformismo dos derrotados no pleito de três de outubro, os quais acreditavam em eleições livres, apenas como nomeação de seus candidatos e não como escolha do povo, vai gerar a mais grave crise já enfrentada nos últimos anos pelo País. Outubro corrente e novembro próximo deixarão para trás todos os amargos agostos brasileiros".

E esclareceu: "a UDN tinha a certeza de que todos os seus candidatos sairiam vitoriosos das urnas, porque contava com o medo que o povo teria das pressões militares. Aconteceu, porém que demonstrando sua tradicional inclinação democrática, usando o segredo das urnas, o povo preferiu aqueles que, efetivamente, mereciam sua confiança, sem idéia de revanchismo ou de demonstração anti-revolucionária."

Posse

"Os resultados demonstram claramente que, nos Estados onde as forças autenticamente governistas apresentaram bons candidatos, eles foram eleitos. Apesar disso, e dessa lição recebida, há quem deseje discutir a questão da posse dos eleitos, quando essa é uma

decorrência natural da própria eleição. E o mais interessante é que se referem apenas aos candidatos vitoriosos que não pertencem à UDN, como se ela fosse a única agremiação política capaz de encarnar o próprio regime democrático" — declarou.

Diretas

O deputado Mário Piva defendeu o princípio de eleições diretas, por entender que este é o único sistema através do qual o povo pode escolher seus dirigentes. Disse, nesse respeito:

— "Eleições indiretas, a essa altura, representaria um retrocesso no avanço feito no sentido da consolidação da democracia brasileira. Querem esse tipo de eleição aqueles que temem o pronunciamento do povo

ou os que sabem não terem votos nas urnas. Não acredito, sinceramente, que, sob a alegação dos resultados registrados a 3 de outubro, se pretenda alterar aquilo que se constituía, inclusive, em bandeira da própria União Democrática Nacional. A não ser que a UDN, após o teste das eleições em onze estados, tivesse decidido reverter a sua posição para impedir o supremo julgamento do povo."



PIVA DIZ AO "DN"

DN 23

"CRISE MILITAR É DE PAVOR ÀS SOMBRAS"

«Ninguém contará com o meu voto para a aprovação das emendas constitucionais e do projeto de «Estatuto dos Cassados» e não estou também vivendo dramas de consciência porque jamais seria capaz de servir de fermento para a fabricação de novas crises militares, como não quero contribuir para a extinção do sistema federativo» — declarou, ontem, o deputado Mário Piva (PSD-BA) em entrevista exclusiva ao «DN».

Ademais — frisou o parlamentar — não vendo nem compro panacéias para curar males graves, incrustados no bôjo da própria revolução, acrescentando que «nunca se poderia acusar o Congresso de estar travando o processo de consolidação do movimento de 31 de março, apesar da inconformação de poucos militares pela derrota do sr. Carlos Lacerda, que decidiram criar uma crise nascida de seu pavor às sombras».

FECHAMENTO

O presidente da República, reiteradas vezes, através de pronunciamentos públicos, tem ressaltado a atuação do Legislativo, fornecendo-lhe todos os instrumentos legais de que carece para levar a bom termo sua tarefa.

Mais adiante, disse o parlamentar baiano «não creio no fechamento do Congresso Nacional. Esta declaração não é válida como desafio. Falo assim porque acredito, sinceramente, que acima e mais forte do que esse grupo inconformado, estão os verdadeiros representantes das Forças Armadas, cuja função precípua é a de defender a nossa liberdade e manter as instituições. Nos não somos uma republiqueta. Temos responsabilidades perante o mundo civilizado, nada temos a te-

mer. Apenas alguns militares receiam anistia para os 1.700 companheiros que tiveram seus direitos políticos cassados, apavoram-se ante a responsabilidade do revanchismo. Não são, portanto, Juscelino, Jango ou Brizola, as figuras que os atemorizam, não é o resultado do pleito de 3 de outubro. Seu temor se fundamenta nos erros que cometeram. Mas esse problema não é do Congresso, nem por ele foi criado».

MENSAGENS

Após analisar a posição dos diversos partidos no caso da votação das emendas constitucionais, o deputado Mário Piva afirmou: — tenho uma boa notícia para dar a esse grupo de militares que está traindo o espírito constitucionalista e legalista de nossas Forças Armadas. As mensagens não serão aprovadas pelo Congresso Nacional. Demos tudo que nos pediram. Agora, desejamos que o governo remeta mensagem propondo medidas para minorar o sofrimento do povo e para tornar menos angustiosa a situação das classes assalariadas. Todos nós estamos cansados da tortura que nos impõem essas crises. Fizemos uma revolução para riscá-las de nossa vida. E elas retornam neste momento, não de divisas, mas de galões.

CONFIANÇA NO BOM-SENSE

«Creio que não seria demais — acrescentou, reclamar dose de bom-senso daqueles que têm sobre os ombros a responsabilidade de consolidar a revolução. Nasceu e tornou-se vitoriosa sob o signo das inspirações democráticas. Deve consagrar-se na mesma trilha. Caso contrário, aquilo que se chamou de revolução não passará de mero golpe de Estado, proibido, apenas, na finalização» — concluiu.



CAÇA AO COMUM
(Sua e sua família)

Câmara JN 12 Mário Piva diz que o silêncio dos congressistas não injetará sangue numa democracia anêmica

BRASÍLIA, 11 (Meridional) — O deputado Mário Piva, da Bahia, referindo-se à sessão de hoje da Câmara Federal à propalada criação de uma segunda Capital, com sede na Guanabara, como decorrência de exigências de certos atores políticos que, com isso, esperam ver a estagnação de Brasília, disse:

«Daí a razão porque desejo condenar, com veemência, aqueles que insinuam e procuram, com isso, sensibilizar a opinião de deputados e senadores, para a implantação de duas capitais, uma no Rio e outra em Brasília. Invocam com a maior sem cerimônia, como exemplo histórico, o que se verificou nos Estados Unidos, quando Filadélfia e Washington serviram de sede ao governo norte-americano. Lá, foram as condições materiais, apenas, que ditaram essa providência. Aqui, não. Prevalcem condições de ordem política, comandam medidas ditadas pelo inconformismo, sobrevêm as imposições nascidas de inclinações ditatoriais. Brasília é a Capital do Brasil — bem o disse o sr. presidente da República. Também a, exa., não usa reticências quando se refere à posse dos eleitos».

DEMOCRACIA DEBILITADA

Após examinar os vários aspectos do comportamento humano, o deputado Mário Piva recriminou a atitude de silêncio escolhida pela maioria dos congressistas. «Comportamento esse que não resguarda o Parlamento, não ajuda o Governo, nem injeta sangue novo no organismo debilitado de nossa democracia».

DIALOGO

O orador considerou que «para o Governo, na hora presente, a crítica, através do diálogo franco e construtivo é muito mais profícua que o aplauso doméstico e o falso elogio. «Aliás — acentuou —, o próprio ministro da Justiça, em recentes declarações à imprensa, destacou a necessidade de dialogar com as classes operárias, estudiantia, intelectuais e com o povo em geral. E que todos reconhecem, agora, a impossibilidade de se distanciar daqueles que exprimem a verdadeira opinião pública, sem incorrer no risco de destruir a obra de consagração dos ideais de qualquer movimento social».

A formação dos novos partidos políticos mereceu, igualmente, especial apreciação do sr. Mário Piva.

que estabeleça normas para o processo dos dissídios coletivos; que estende aos arviços de navegação da Amazônia e de Administração do porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Cia. Nacional de Navegação Costeira; que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro de contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Cia. de Cimento Portland Cauê; que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de 64 milhões de cruzeiros para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas; que dispõe sobre gratificação de representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores; que isenta de impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro, os bens dos imigrantes, com emendas da Comissão de Economia; que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural do país fronteiro; que dispõe sobre os prazos de validade dos concursos para provimento de cargos públicos da União e das autarquias; que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Senado Federal o crédito suplementar de 2.415.240.000 cruzeiros em reforço das dotações que especifica; que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, ex-vejaria Paraense S. A.



AI-3 PÓS PIVA DE LUTO: "É A TROMBOSE NA DEMOCRACIA"

O sr. Mario Piva, da Bahia, trajando luto técnico, foi à tribuna, ontem, para declarar que comparecia vestido assim, para acompanhar o velório da democracia brasileira, vítima da trombose provocada pelo Ato Institucional nº 3.

Acrescentou o parlamentar que «compareço de luto para ser fiel àqueles companheiros que ainda sabem vibrar com os anseios de liberdade e,

Ao examinar o último édito revolucionário, o parlamentar baiano indagou: "De que valerem as lutas que empreendemos no Congresso, quando da aprovação da Emenda Constitucional n. 14? De que valerem as 14 horas de trabalho ininterrupto, numa sessão, para votar o diploma das inelegibilidades? Que expressão representa na vida democrática do país, se, numa reunião de meia hora, o Executivo, na mais monstruosa demonstração de violência, desrespeito, modificação, transforma, altera e até faz abatimento de 50 por cento na emenda e na Lei das Inelegibilidades? Por que estão abertas as portas desta Casa? Apenas para receber a visita do achincalhe, do desprezo, da diminuição?"

COVA RASA

Mais adiante, disse o representante da Bahia: "Eliminando o Legislativo, o Judiciário e o povo de suas decisões, a Revolução acaba de erguer sobre a cova rasa das esperanças democráticas o mausoléu suntuoso de uma farsa liberal. Confessa o AI-3, nos seus "consideranda", que os objetivos do movimento de 31 de março eram os de impedir as frustrações, Frustrações que poderiam ser traduzidas na manifestação livre do povo, nas urnas. Por isso, preferiu dividir o país, politicamente, em duas partes: os Estados de eleições diretas e os Estados de eleições indiretas; as capitais de prefeitos eleitos e as capitais de prefeitos nomeados; os governadores com maioria absoluta e os governadores com maioria simples".

NÃO CONFIA NO POVO

Ao concluir seu discurso, o sr. Mario Piva afirmou: — "O governo não confia no povo e não confia, também, nas Assembleias que vão "nomear" seus candidatos. Por isso, estabeleceu o voto nominal, a fim de evitar ser traído pelo voto secreto. Há poucos dias, em nome do governo, alegaram na tribuna desta Casa que os sindicatos e os estudantes influíam nas decisões do Congresso. Hoje, efetivamente, isso não mais existe. Ninguém mais influí em nossas decisões. Recebemos ordens, pura e simplesmente. Quem manda não é o sindicato dos trabalhadores; é o sindicato do Executivo".

ESPERANÇA DO BRASIL

"A juventude brasileira, bem como toda a nação, espera que a Universidade de Brasília inicie o ano letivo de 1966 com a reabertura de todos os seus cursos, num clima de paz e de tranquilidade, assegurando estudo, técnica, pesquisa e experimentação", afirmou o sr. Paulo Macarini, de Santa Catarina, destacando que a UNB "organizada num sistema integrado de pesquisas tecnológicas e científicas, pode continuar representando uma esperança para o Brasil e para a América Latina". Ao concluir, afirmou que a CPI que examinou os problemas da UNB constatou a necessidade de se atribuir maiores recursos àquela instituição, solicitando da mesa providências no sentido de que seja concluída a CPI que investigou os problemas da Universidade para que as conclusões sejam remetidas ao Poder Executivo.

LEI SECA

O sr. Eurico de Oliveira, da Guanabara, apresentou três projetos de Lei. 1º — Que proíba o uso do álcool a bordo das aeronaves que sobrevoam o território nacional e a permanência em seu interior de passageiros ou tripulantes em estado etílico.

Hoje, estão ao meu lado, velando o estado do regime que a revolução de 31 de março prometeu salvar».

LUTO E PROTESTO

O sr. Mário Piva afirmou, ainda que «estou de luto para ser autêntico, na solidariedade àqueles que se lamentam pelos corredores desta Casa e àqueles que transformam suas lamentações em gritos de protesto, nesta tribuna».

Outro que concede anistia aos eleitores faltosos de picitos eleitorais anteriores, dispensando-lhes os encargos das sanções legais e finalmente o que disciplina os programas de estímulo e revelação artística nas rádios e televisões.

ANIVERSARIO DE ARARUAMA

O sr. Edésio Nunes, do Estado do Rio, aludiu ao transcurso anteontem de mais um aniversário do Município de Araruama.

AI-3 PROVOCA DESASSOSSEGO

O sr. Renato Celidônio, do Paraná, falou de seu "desencanto e sua estranheza em decorrência de mais este triste episódio na vida política de nosso país, com a publicação do Ato Institucional n. 3". Afirmou o representante do Paraná que, "através deste instrumento, o povo brasileiro vê-se, mais uma vez ceceado em suas prerrogativas no regime democrático". Ao concluir, criticou o Cadastro Rural promovido pelo IERA em todo o território nacional, "elaborado com absurda complexidade, contendo questionário incompreensível até mesmo para homens formados, técnicos em diferentes carreiras".

ELEIÇÃO DA MESA

De autoria do sr. Aniz Badra, de São Paulo, foi apresentado projeto de resolução que "dispõe sobre as eleições preparatórias para os membros da Mesa da Câmara dos Deputados". Na proposição o parlamentar paulista diz que tal dispositivo não revoga as normas regimentais que prevêm as sessões preparatórias para o dia 23 de fevereiro de cada ano. Visa ao aproveitamento desses dias normais de trabalhos legislativos, para melhor contato das lideranças e seus liderados, e ainda em face da coincidência com a semana dos festejos momioscos".

CORRUPTOS NA ARENA

O sr. Sousa Santos, da ex-UDN do Piauí, em violento pronunciamento, comentou a vida política do Piauí, historiando a formação da ARENA naquele Estado, deplorando a entrega desta ao que qualificou de "societas sceleris", ali estabelecida entre o governador Petrólio Portela e o senador José Cândido Ferraz, que passaram a dominar o partido oficial por meio de maioria pré-fabricada". Depois de afirmar que o governador piauiense "é pessoa notoriamente vinculada à subversão janguista, pois que acintosamente condenou o movimento de 31 de março, conclamando o povo a combatê-lo, além de um IPM sobre o contrabando de café que provou a responsabilidade do governo piauiense em vultoso contrabando de café para o exterior", e, no tocante ao senador Cândido Ferraz, assinalou tratar-se de homem despoído de discípulos adepto de sibiartismo, lembrando que tanto um quanto outro estiveram nas listas de cassações dos primeiros tempos da revolução".

Ao concluir, varberou a "promiscuidade da revolução com os seus adversários de ontem e de hoje da necessidade de que o partido oficial tenha um rumo ideológico nítido, protestando energicamente contra e não inclusão do seu nome no órgão executivo da ARENA piauiense e contra a passividade do senador Joaquim Parente, que presidiu a junta organizadora da comissão diretora regional, e que consentiu na submissão do partido ao mando incontestável do sr. Petrólio Portela".

Piva classificou Castelo dono de curral de eleitores



BRASÍLIA, 23 (M). «Pela primeira vez e para astarrecimento de todos nós — teremos um Presidente da República funcionando como chefe eleitoral daquele que ele mesmo indicará na convenção do seu partido» — disse o deputado Mário Piva, da tribuna na Câmara, na sessão de hoje, em resposta ao discurso do líder do governo, sr. Raimundo Padilha. E prosseguiu:

«Com a sãna poderosíssima do governo da República em suas mãos, será dono do «curral eleitoral» de pouco mais de 450 eleitores e não o juiz do pleito de 1968. Grande avanço «democrático», sem sombra de dúvida! Grande demonstração de «liberdade» que prevalecerá na escolha! Grande exemplo oferecido aos governadores dos Estados, onde se realiza, também, eleições indiretas».

CONFISSÃO

O representante do MDB referiu, no início da confissão do sr. Presidente da República, na entrevista coletiva concedida à imprensa nacional e estrangeira, há pouco dias. O Marechal Castelo Branco declarou, de maneira categórica, que participará da coordenação dos trabalhos da ARENA para a escolha do seu sucessor e apoiará o candidato indicado».

O sr. Mário Piva considerou como um diálogo impossível o que o governo pretende, «aberto e franco, cordial e democrático para alcançar a paz e a tranquilidade».

«É difícil dar cumprimento a esse desejo oficial, quando se abrem os sulcos profundos entre a geração presente e os homens do passado que compõem a atual administração pública».

«A inquietação dos ânimos, a rebeldia que se registra em vários pontos do país, são frutos da ausência de condições para o diálogo».

INFLAÇÃO

Comentando a afirmação do presidente, segundo a qual «o tratamento gradualista da inflação» impediu duríssimos sacrifícios, o parlamentar baiano afirmou que S. Exa. esquece de dizer que a organização das finanças públicas, a melhoria de nossa posição na balança de pagamento, tudo nasceu do empobrecimento do povo.

«Não fora a exacerbção da carga tributária e a adoção de uma política salarial de aviltamento do trabalhador brasileiro e, com certeza, nem esses pontos poderiam ser mencionados pelo Presidente da República». E ressaltou que «a mentalidade, nova, no campo econômico, que S. Exa. deseja impor à Nação sustentada em bases falsas, desumanas, de capitulação integral às forças aliegnas».

REPULSA

O sr. Mário Piva repeliu com veemência as «insinuações feitas pelo Marechal Presidente, segundo as quais não acredita ele na vitória do candidato da oposição e tachando-o ao mesmo tempo de «contra-revolucionário». «As insinuações feitas, de que são contra-revolucionários todos aqueles que não aplaudem os seus erros, que exercitam um direito democrático, que se opõem aos atos considerados prejudiciais ao regime e que não se subordinam — porque tem espinha dorsal, aos caprichos governamentais» fazem lembrar que «se existe ou existiu conspiração

contra revolucionária, os elementos da oposição nunca estiveram na Vila Militar, nunca assinaram manifestos contra seus superiores, nunca deixaram de atender as convocações de seus líderes para decidir sobre matéria de seu interesse. Se o fato de criticar os erros do governo, de não ingressar na ARENA, de não se curvar ao poder implica em contrarrevolução, neste caso o Marechal Castelo Branco deverá estender a qualificação à maioria do povo brasileiro».

FORÇAS ARMADAS

O sr. Mário Piva concluiu que «seria ridículo a qualquer um de nós procurar desyendar nos socavões do poder discricionário e desumano, sem direito ao recurso à Justiça, o que S. Exa. entende por consciência culpada. Quem irá julgá-la? A toga dos magistrados ou o impulso do Presidente da República? Onde poderá ser confessada? Nas barras livres dos tribunais ou nos corredores do palácio governamental? O que o governo pretende, em realidade, é manter suspensa sobre a cabeça dos temerosos a espada de Dâmo-cles das cassações, a fim de tornar mais fácil a sua tarefa de «convencimento». E finalmente: «Creio, sinceramente, no espírito democrático e na formação legalista de nossas Forças Armadas. Creio, sinceramente, que o pleito de 3 de outubro, com os vícios e defeitos que o descaracterizam como disputa eleitoral, há de se ferir dentro de postulados que resguardem a dignidade e a liberdade dos congressistas incumbidos de fazer a escolha».



DISCURSO ABRE NA CÂMARA A LUTA POR VOTO DIRETO

BRASÍLIA (Sucursal) — A campanha pela realização das eleições diretas foi lançada ontem, oficialmente, na Câmara Federal, pelo deputado Mário Piva (MDB-BA) e apoiada, em discurso, pelo representante da Guanabara, sr. Noronha Filho, que fez um histórico das teses favoráveis ao pleito indireto "preconizadas pelas velhas raposas da política".

O sr. Mário Piva repeliu a tentativa do chefe do Governo de, "em seu discurso de recepção aos membros da ARENA, pretender traçar os rumos que devem ser seguidos pela oposição" e disse que o convite para que o MDB aderisse ao candidato oficial "não tem sentido nem significado".

FRACASSO

Prosseguindo, disse que "os donos da revolução não desejam eleições diretas porque fracassaram na defesa da trilogia revolucionária: não conseguiram fortalecer o processo democrático, não eliminaram a corrupção, e permitiram que a subversão continuasse com trânsito livre no país".

E continuou: "Os governos passados corromperam homens e subverteram entidades. O governo atual corrompe instituições e subverte a ordem democrática. Corrompe leis, suspendendo sua execução através de simples portarias. Subverte o princípio da harmonia e independência dos poderes, fazendo prevalecer a vontade arbitrária do Executivo. Corrompe os costumes políticos gerando a prática do adesismo com todas as regalias, e subverte a ordem legítima do exercício do Poder".

PRORROGAÇÃO

Condenando aqueles que procuram "escamotear a decisão do povo preparando fórmulas de prorrogação de mandatos dos parlamentares", o sr. Mário Piva acentuou: "A imoralidade das nomeações através de eleições indiretas, somente se compara com a imoralidade da prorrogação de mandatos. Porque os srs. integrantes da ARENA têm medo das urnas? Se acham

que estão do lado certo, se acreditam que abraçaram a melhor causa, que se dirijam à praça pública e expliquem ao povo o quanto de bom tem realizado esse Governo. Deixem-nos a tarefa difícil da contestação. Lutem democraticamente pelo que consideram certo. Digam, alto e bom som, que nós, os do MDB é que estamos errados. Mas não queiram fugir ao debate e ao julgamento no seio do povo. Não neguem suas tendências democráticas. Não ajudem a fechar as urnas. Não falem em prorrogação de mandatos, nem por um dia. Irá aliviá-lo de tantas contradições. Quem serão os eleitores nos pleitos indiretos, nós, os representantes desse povo e eleitos por esse povo que — segundo o Governo — é incapaz, incompetente, inepto para escolher seus dirigentes. Percebam, senhores da situação, a perfídia que vai nessa medida. Nós, somos frutos dessa inépcia, dessa incompetência, dessa incapacidade alegada."

E concluiu: "Por tudo isso e contra isso tudo, levaremos nossa mensagem ao povo. Lutaremos pelas eleições diretas. Se não alcançarmos nosso objetivo, pior para a democracia. Assistiremos, então, ao lado do povo, eleições realizadas em sessões extraordinárias, alta madrugada, onde os homens estarão decidindo contra a vontade soberana daqueles que os legitimaram no desempenho de um mandato que foi traído."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DN 14

PIVA: CASTELO MOSTRA VOCAÇÃO DE DITADOR

O sr. Mário Piva classificou, ontem, a posição do marechal Castelo Branco como de «artificialismo democrático», afirmando que «o presidente da República demonstra agora sua vocação ditatorial e continuísta».

O vice-líder do MDB disse que «as atitudes anteriores do chefe da nação eram discutidas apenas no campo da suspeição, mas, hoje ninguém pode ter a menor dúvida, depois que usou o sadismo de bom-humor anedótico nascido da aplicação de penalidades».

CARTA ABERTA

O parlamentar, discursando como se fosse uma carta aberta ao general Costa e Silva afirmou, ainda, que «o comportamento do presidente Castelo Branco precisa ser arrolado como tendência concreta, indiscutível, definitiva em favor de seu próprio continuísmo. E prosseguiu o sr. Mário Piva: «Iludam-se a si mesmos aqueles que quiserem. Concordem com esse procedimento, adotando-o por mera conveniência. Batam palmas os que aprenderam a conhecer somente o aquecimento quando provem da lareira do poder, por mais legítimo que seja. Desopilem o fígado diante da desgraça alheia. Entoem cânticos de exaltação os bajuladores, não aprimorando o sistema democrático».

REVOLTA

«Aperfeiçoamento — continuou — implica em ensinamentos sadios, à base de normas pedagógicas esmeradas e exemplos. Impossível seria ensinar ao povo a praticar a verdadeira democracia legislando fora do congresso, lavrando sentenças distantes das barras dos tribunais, retalhando a constituição descumprindo as leis, suprimindo as franquias individuais. Numa escola disciplinária ninguém aprenderá o exercício da democracia. Num colégio de subserviência aos condestáveis, os idealistas assimilam, apenas, as lições de revolta».

Após destacar a ambivalência política do governo Castelo Branco que, segundo o parlamentar balano, de um lado revela o seu artificialismo democrático, e, do outro, sua vocação ditatorial e continuísta denunciou a farsa que se prepara, utilizando como escudo o nome de um velho soldado, o qual pode ter muitos defeitos, mas, a quem não se deve negar as reverências do respeito. E dirigindo-se ao ministro da Guerra, é que

«Acredita mesmo em sua investidura no cargo de presidente da República? Conta

com o apoio da ARENA e do marechal Castelo Branco ou confia no dispositivo militar que há de garantir o cumprimento das regras do jogo impostas a V. Excia?»

INCOMODA

Recordando, em seguida os lances, algumas vezes humilhantes que precederam a escolha do seu nome, o deputado Mário Piva afirmou que, somente após ter sido lançado da Tribuna da Câmara por elementos da oposição, o nome do ministro da Guerra, é que alguém começou a perceber a situação incômoda em que se colocava o chamado «governo revolucionário». E acrescentou: «Concorde general Costa e Silva que foi difícil a sua escalada até a convenção. Difícil e irritante. Primeiro, a indiferença, depois as prévias ante-prévias e post-prévias, dentro e fora da organização a que pertence, agora, os obstáculos que se estão multiplicando e que V. Exa. deveria estar a senti-los».

ATO FORMAL

Destacou também, que, logo após a escolha do nome do general Costa e Silva, na convenção da ARENA, os governistas passaram a considerá-la, unicamente, como um ato formal agora, sem entusiasmo nem grande aprézo.

Indagando se o ministro queria provas aditou: — «No dia imediato à suspensão dos direitos políticos do governador de São Paulo, o nome mais lamentado, dentro da própria ARENA, não era o de Ademar de Barros. Era o de general Artur da Costa e Silva. Os arenistas exultavam com a demonstração de força do sr. presidente da República. Admitam — como ainda admitem — que o candidato oficial da organização é V. Exa. porém, tudo dependerá da palavra final (e da ação, também) do marechal Castelo Branco. A ARENA está com V. Excia. até onde com V. Excia. estiver o presidente da República. Nem mais, nem menos».

EICHA BESSOV

IBWINE-DBES



Piva denuncia Polícia no comando das eleições e acusa Ministro da Justiça

Brasília (Sucursal). — O Deputado Mário Piva (MDB-Bahia) acusou, ontem, da tribuna da Câmara, o Ministro da Justiça de estar envolvido na intriga que servirá para tumultuar as eleições de 15 de novembro, pois "nega esclarecimentos sobre a vinculação de votos, criando dificuldades para a distribuição de recursos financeiros aos Tribunais Regionais Eleitorais e "permite que agentes da Polícia assumam o comando de providências que competem à Justiça".

— Nós, da Oposição — ressaltou — sabemos das pressões que ainda não de desabar sobre o eleitorado livre e consciente. Acreditamos, porém, na fibra e na coragem, além do amor à liberdade, de todo o povo brasileiro, embora as autoridades do Poder Executivo estejam pressionando as populações do interior e pressionando a das Cidades, para evitar a escolha independente do eleitorado.

CURRAIS E CORONEIS

— Nos mais distantes rincões do País, nas zonas mais afastadas e nas áreas mais desligadas dos benefícios da civilização — a crescentou o Deputado balano — os currais eleitorais vão-se formando, não mais pelo prestígio dos coroneis, mas, pelo ferrão da prepotência e da ameaça.

Afirmou que o Governo deseja eleger por esse meio a maioria da ARENA, a fim de

proclamar a suposta popularidade da Revolução.

— Depois, há de divulgar as estatísticas das apurações, cantando hinos de louvor aos resultados alcançados — advertiu, concluindo:

— Quero, porém, que, ao lado dos algarismos forjados com os instrumentos do arbítrio, apareça a nota histórica esclarecedora: "O Governo que prometeu aprimorar o sistema eleitoral, corrompeu-o com todas as armas ao seu alcance".

Ministro da
Câmara
Federal
de Brasília
ob. candid.
eleitorais

Assessoria
Identificação
Bibliográfica
Arquivo
Impressão

FICHA BRESSOAT

IBN/ONE-UBES

1966
1966

Numero da



MÁRIO PIVA

EXTRATO DO PRONTUÁRIO

Dado a conquista amorosas e ao jogo, sendo conhecido como mal pagador de suas contas e emitente de cheques sem fundo, segundo consta, para pagamento de dívida de jôgo.

Ataca violentamente, em artigos de jornais (A TARDE), o Governo Federal e em tôdas as reuniões políticas, em que participa, parece que seu ataque acirrado ao govêrno visa, particularmente o eleitorado, uma vez que seu prestígio antes da revolução era relativamente fraco e hoje vai crescendo *gradativamente*.





JORNAL	JORNAL DA PAZ
DATA	17. 6. 1966
PAGINA	1a 3

PREPOTENCIA

O vice-líder oposicionista Mário Faria, denunciando o que chamou de "atos arbitrários de militares contra as autoridades eclesásticas", disse hoje na Câmara ser um "absurdo a prepotência de alguns militares desejarem impor aos representantes do clero regulamentos das Forças Armadas". Acrescentou que D. Helder Câmara realizou na Guanabara e realizou no Nordeste uma obra social que confunde o Governo, porque "sem dispor dos vastos recursos do Tesouro Nacional, sem contar com o apoio do Banco Nacional de Habitação, sem a base dos Ato Institucional", "demonstra que constrói obras mais duradouras e humanas, com amor e compreensão".

Disse ainda o parlamentar balano que ao Presidente da República, "como chefe supremo das Forças Armadas, cumpre interiormente no problema, a fim de evitar que o mesmo se transforme em uma questão religiosa, sob a fúria dos vergos e a cegueira dos irresponsáveis, num momento grave da vida nacional. Protesto não apenas em nome da comunidade do meu estado, protesto em nome de todos os homens e mulheres do meu país, os quais não aceitam a prepotência e a presunção de falsos juizes como instrumentos de terror e destruição da fé e da esperança de todos os brasileiros".



lilases e murchas da liberdade de imprensa".

GOLPE

Relembrando o árduo trabalho empreendido pelo MDB, no intuito de "evitar a inclusão de várias monstruosidades na proposição original", o representante baiano assinalou: — tanto o relator, como diversos membros da ARENA, na Comissão Especial, para justificar a adoção da co-autoria, andaram citando dezenas de tratadistas, desde a Inglaterra às cubatas africanas. Esqueceram-se, porém, de declinar os motivos e o autor que os levavam a aceitar cegamente a propositura. Poderiam ter sido fiéis e confessar que a inovação permaneceria intacta porque seguia, não os ensinamentos, mas as ordens do mal. Castelo Branco.

Demonstrou, mais adiante, que a co-autoria representava "golpe terrível na aspiração de todo o jovem que desejasse se iniciar na atividade jornalística, como também o afastamento dos colaboradores de alto gabarito. Assim, ao invés de coibir os abusos, a lei servirá para debilitar o nível intelectual da imprensa através da censura prévia que os proprietários de jornais terão que fazer. Nessas condições, a co-autoria é inconstitucional — e isso será provado por um jurista, desta mesma tribuna — porque impõe a censura, inadmissível, no caso".

ARMADILHAS

"O projeto governamental está cheio de ciladas — disse. Criam-se figuras novas de abuso contra a liberdade de manifestação do pensamento. Nenhuma delas revela propósito punitivo, todas trazem a intenção de sufocar a independência dos jornais, periódicos e órgãos da radiodifusão."

Apontando algumas das ciladas, deteve-se na análise do art. 16 do substitutivo e acentuou: "Um comentário de natureza econômica firmando perspectivas a respeito da safra do feijão poderá levar o comentarista, o redator da seção, o redator-chefe e o proprietário do jornal a pena de detenção de um a três meses e multa de cinco a dez salários regionais. Para tanto, basta que o governo não tome providências para amparar o produto ameaçado e, em seguida, atribua à notícia o crime de haver provocado sensível perturbação na cotação das mercadorias."

REJEIÇÃO

Ao concluir, disse o sr. Mário Piva: "Por todos esses motivos, batti-me, desde o início, pela rejeição pura e simples do projeto. A reforma da Lei nº 2.083 reclamava clima de paz, de tranquilidade e de confiança. Não poderia ser feita numa fase de excepcionalidade democrática. Faço um apelo aos deputados e senadores da ARENA. Na votação deste projeto não se subordinem ao dever tantas vezes e com tanta fidelidade demonstrado — de obediência ao Governo. Lancem suas vistas mais longe, desta feita. Lembrem-se de que não é a imprensa ou a radiodifusão, não é aos jornalistas ou aos proprietários de empresas que vamos prejudicar. Estamos suprimindo do povo o direito de ser livremente informado. Estamos colocando um ponto final na sentença que nos acenava com esperanças de liberdade e de democracia."

ENTERRO

O sr. Mário Piva, vice-líder do MDB, ao discutir a matéria, disse que "as sessões de encerramento dos períodos legislativos têm sido, nesta Casa, uma constante festa democrática. Na ocasião, renovam-se as esperanças, re-memoram-se os esforços no cumprimento do dever, lançam-se as sementes de novas perspectivas, sonha-se o despontar do desenvolvimento e da liberdade. Hoje, senhores, ao final do período de convocação extraordinária, assistimos, melancolicamente, a um enterro de terceira classe. No ataúde da democracia, leva-se à cova rasa dos anseios cívicos o que deveria ser a lei maior, para preservar a dignidade de todo o cidadão; e, com ela, as pétalas

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

(07-03-67)



O DEPUTADO Mário Piva (MDB-Bahia) acusou, na Câmara Federal, o sr. Jutai Magalhães, filho do chanceler Juraci Magalhães, de haver sido um dos beneficiários da informação de que o cruzeiro seria desvalorizado na quarta-feira de Cinzas. Segundo o deputado baiano, Jutai ainda na segunda-feira de carnaval conseguiu comprar de um banco, à taxa de NCr\$ 2,20, por dólar, US\$ 100 mil. O fato já ontem provocou acalorados debates no plenário da Câmara Federal. Juraci Magalhães e seus irmãos estão unidos: querem limpar a honra da família, que consideram maculada por Piva, que, por sua vez, declara ter documentação comprobatória de que o filho do chanceler ganhou uma fortuna, valendo-se da informação (segredo de Estado) que obteve de seu pai.



JURACI
Vamoa
limpar
honra da
família



MDB FAZ O BALANÇO DO GOVÊRNO EM SEU FINAL

BRASÍLIA (Sucursal) — Falando pela liderança da Oposição, o sr. Mário Piva examinou, ontem, na Câmara, longamente, a última mensagem do mar. Castelo Branco, balanço das atividades econômicas e sociais de seu Governo, para que não se diga que o MDB deixou passar aquele procedimento sem as críticas serenas, porém enérgicas e definitivas, como merece, "embora estejamos a nove dias do encerramento do primeiro período do golpe de primeiro de abril, e que foi transformado em revolução através de atos que ferem a consciência democrática e afrontam o espírito de justiça do povo brasileiro".

CAPENGA

Inicialmente disse que em resposta ao apodo que o presidente da República usou para com o MDB, na festa da churrascaria do lago — oposição capenga — acrescentava que era essa a Oposição que "um Governo caolho poderia enxergar. Podia ter perdido pernas, braços e cabeças, ao arbítrio do Governo, mas jamais perdeu a dignidade, ao contrário da revolução, "que se perdeu pela falsidade, não pelo mau comportamento, não pela traição daqueles que sempre procuraram dar a este Governo o caminho certo, as diretrizes exatas, para que ele seguisse aqueles rumos, aqueles objetivos que eram os de toda a Nação. E assim, a "redentora", esta revolução nada apresentou de positivo, apenas modificou situações, transformou um caos num outro caos, evitou uma ditadura da esquerda para caminhar para uma ditadura de direita. Foi isto que vimos neste País, num desmentido de seu chefe e presidente às próprias palavras proferidas nesta Casa". Foi um triste primeiro período.

SEGUNDO

Depois de intervenções do sr. Jonas Carlos (ARENA-CE), em favor da revolução, o sr. Mário Piva falou que o segundo período, cujo início se anuncia marcado para 15 de março próximo, ainda é uma in-

côgnita. É o desconhecido, asoberbado de problemas e carregado da herança malsinada de um período gravado pelo ódio, pela vindita, pelo desrespeito à Justiça e pelo despreço à ordem democrática, além da arca cheia de armadilhas, denominada safra de decretos-leis e atos diversos colhida às vésperas do término do mandato do mal. Castelo Branco.

Referindo-se ao discurso pronunciado pelo presidente da República, "quando do jantar oferecido aos novos congressistas da ARENA, onde o mal. Castelo Branco, irritado, esmurando a mesa no melhor estilo tavoriano, afirmou que nós, éramos "oposição capenga", o parlamentar balano assegurou que o chefe do Executivo tinha razão. E arrematou: numa fase de "excepcionalidade democrática", para um governo caolho, somente se compreenderia uma oposição capenga. A excepcionalidade não é apenas comum ao regime, mas, igualmente, ao comandante do situacionismo e aos integrantes "da Oposição".

CONTRADIÇÕES

Utilizando-se dos discursos pronunciados pelo mal. Castelo Branco, no período de 1964 a 1966, ressaltou as contradições existentes "entre a palavra e o comportamento do presidente". E acrescentou: "Falando, relembra a figura do homem que veio ao mundo para distribuir o bem, para ajudar a construir a felicidade comum, para respeitar a lei, para servir à democracia. Agindo é o tufão devastador, é o símbolo da antijustiza, o criador da vingança como símbolo de autoridade, o carrasco dos que não dizem amém às suas orações, o primeiro prêmio em fantasia de democrata na passarela da ditadura."

Reportando-se ao discurso de posse do mal. Castelo Branco, o vice-líder do MDB acentuou: "Nêle, encontramos a profissão de fé do liberal, do democrata, do espírito da legalidade. Duraram pouco as suas convicções. Convicções que S. Exa. afirma que o acompanham desde a mocidade. Morreram na idade em que chegava ao mais alto posto da

magistratura nacional, e foram enterradas no ataúde de suas vaidades pessoais, do seu despreço pela opinião pública, da distância em que se colocou daqueles que seguem."

ATENTADOS

"Pelos erros cometidos pelo mal. Castelo Branco — prosseguiu — pelos atentados que mereceram, até dentro desta casa, o batismo oficial, o País que o sr. mal. Humberto de Alencar Castelo Branco vai entregar ao seu sucessor, sob muitos aspectos e bem pior do que aquele que recebeu no bojo da desorientação total determinada pela superveniência de ocorrências políticas surpreendentes. Do ponto-de-vista político, lega ao mal. Artur da Costa e Silva a instabilidade institucionalizada; do ponto de vista econômico, transfere toda a estrutura nacional comprometida pela vesguice de um planejamento obediente e submisso a interesses que não eram nossos; do ponto de vista social, oferece ao presidente que entra a comprometedora paisagem dos assalariados inconformados, dos estudantes perseguidos e das classes mais abastadas duvidando dos rumos nacionais".

Prosseguiu o sr. Mário Piva, analisando todos os pontos mencionados, comparando-os, nas contradições, com os discursos pronunciado pelo mal. Castelo Branco. Destacou que às vésperas de deixar o cargo, tumultua o processo de institucionalização criando, de imediato, para o seu sucessor, o clima de perplexidade. "Ao acordar, no dia 16 de março, o mal. Costa e Silva, se se revelar homem de bom senso, se estiver disposto a executar a obra de redemocratização, se a sua rota for o caminho da segurança e da soberania, terá a impressão de estar vivendo um pesadelo".

E concluiu o orador: "Se o mal. Castelo Branco não conseguiu fazer deste País a nação que, por simples amor à argumentação, diremos que desejou, quando nada não impeça ao seu sucessor de não querer repetir todos os erros, todos os equívocos, todos os males que marcam a vida e o futuro de nossa pátria".

ANEXO N.º

LANÇADO EM 3



Brasília (Sucursal) — O Deputado Mário Piva (MDB-Bahia) denunciou, na tribuna da Câmara, em nome do Partido da Oposição, que "há uma conspiração em marcha no Brasil, no mais alto estilo publicitário", aconselhando os homens do Governo a se acautelarem, "antes que seja tarde demais".

— Ao Marechal Costa e Silva — acrescentou — cumpre o dever de medir a força e as possibilidades do radicalismo da direita que pretende conduzir o País a uma ditadura, acionada pelos cordéis de Wall Street e do Pentágono.

"CONSPIRAÇÃO EM MARCHA"

Disse o vice-líder do MDB em seu discurso:

— Iluda-se quem quiser. Estamos diante de uma conspiração em marcha, visando conturbar qualquer possibilidade de alteração no esquema traçado pelo ex-Presidente da República, cujo objetivo fundamental foi designado por forças externas. A evidência não resistiria ao exame mais elementar. Por que, na presença do Marechal Castelo Branco e de dois Ministros do atual Governo, o Sr. Roberto Campos procurou desmoralizar a orientação da política econômico-financeira do Marechal Costa e Silva? Por que os arautos da Escola Superior de Guerra assinaram um prazo de seis meses para o Chefe do Executivo revelar as linhas mestras do seu programa, sob pena de deposição? Por que já se fala abertamente na reunião que estaria sendo preparada para o dia 18 de maio e que ensejaria o encontro dos Governadores mais ligados ao ex-Presidente? Por que o Gal. Bizarria Mamede fez questão de destacar que o Mal. Costa e Silva está na Presidência da República por concessão especial de S. Ex.^a, que não desejou dividir as Forças Armadas? Por que o Marechal Cordelro de Farias, após tão prolongado e saudável silêncio, vem dizer, de público, que a equipe do Marechal Castelo Branco está preocupada com a situação presente? Por que o Embaixa-

dor norte-americano insiste em visitar a Universidade de Brasília e obtém o apoio do reitor, sabendo que o clima reinante recomendava que assim não procedesse?

E prosseguiu:

— Todas essas indagações encontram respostas seguras naquilo que os conspiradores denominam de "preocupação pelo fracasso da Revolução de 1 de abril de 1964". Mas, não se iludam as cassandras, nem se enganem os ambiciosos. O povo não reconhece autoridade de crítica àqueles que não souberam, no curso de três anos, dar solução aos mais elementares problemas da vida nacional. O povo não pode e não quer aceitar a tutela, nem mesmo a orientação, daqueles que se revelaram, quando no Poder, os seus mais rancorosos inimigos. Não julguem também que o movimento democrático brasileiro esteja desatento às alternativas que estão sendo perseguidas, na ânsia incontida de sufocar definitivamente a liberdade do povo. Não.

E mais adiante:

— A Oposição que exercitamos não se confunde com a fúria conspiratória dos sectários do Marechal Castelo Branco. Nossa oposição ao Governo Costa e Silva prosseguirá no sentido de alcançar as mais caras reivindicações da maioria esmagadora dos nossos patriotas. Nossa luta envolve alterações fundamentais no programa econômico-financeiro, visando ao fortalecimento material do País, a melhoria do índice de vida das classes menos favorecidas, a continuidade do processo desenvolvimentista e a defesa dos postulados sagrados do mais puro e sincero nacionalismo, para resguardar nossas riquezas e manter nossa soberania. Nossa luta é pelas eleições diretas, pelo restabelecimento de todas as franquias democráticas, pela revogação das Leis de Imprensa e da Segurança Nacional. Nossa luta, enfim, é por tudo quanto não conseguiram fazer ou destruíram os que se guindaram no Poder a 1 de abril de 1964.



Piva insiste em que existe uma conspiração em marcha no País

BRASILIA, 5 — (AO) — O deputado Mário Piva, vice-líder da oposição, voltou a declarar, da tribuna da Câmara, que "existe uma conspiração em marcha, visando restabelecer o mesmo clima vigente até 13 de março de 1967".

— afirmou o representante

oposicionista balano que "o governo instalado em Ipanema não está satisfeito com o governo do Palácio do Planalto" e que "a impressão generalizada é a da existência de dois poderes Executivos: um, para executar as leis e outro para executar as determinações ditadas pela Sorbonne".

Ao formular essas "acusações", o Sr. Mário Piva quis deixar bem claro que não desejava ampliar a faixa de inquietação que domina a Nação, mas que cumpria "o mais elementar de todos os deveres: o de alertar o povo, como seu representante, para as ciladas que se abrem no caminho da redemocratização". E num tom de crítica, sublinhou:

"Não sou leviano. Leviano seria, se não fosse ação premeditada, o chefe militar da guarnição de Belo Horizonte, prestar honras de chefe de Estado ao marechal Castelo Branco, quando o mesmo, há pouco tempo, visitou a capital mineira e, por coincidência, em companhia de vários de seus ex-auxiliares. Levianidade poderia ser, não fosse comportamento planejado, a atitude de ex-ministros do governo passado, que continuam declarando abertamente aprovação ou a desaprovação da "equipe" do marechal Costa e Silva. Levianidade poderia ser, se não fosse um passo com objetivo definido, a série de críticas, sem qualquer intuito construtivo, da parte daqueles que foram apeados do poder.

Não ficou aí o sr. Mário Piva, acrescentando:

"O que mais me causa espanto, o que provoca indignação no seio do povo brasileiro, é a audácia daqueles que não resolveram os nossos problemas mais elementares, e agora, se arvoram em fiscais dos atos alheios. O que me causa arrepios é ver o marechal Costa e Silva assistir aos atos de subversão escancarada e de provocação, sem esboçar a menor reação".

MANIFESTO

"O Manifesto da Ação Católica Operária, que se inspirou no princípio do Evangelho, será objeto da maior atenção do governo, que tem sensibilidade para os altos e graves problemas do povo. A declaração é do deputado José Lindoso (ARENA-AM), assinalando que "no Nordeste, através da SUDENE, há gritante marginalização do trabalhador e frequente descumprimento das leis trabalhistas, enquanto a miséria não foi erradicada".

Para o sr. José Lindoso o manifesto — ao afirmar que no Nordeste o desenvolvimento se faz sem justiça — reflete a situação daquela região.

APLAUSOS A BELTRAO

As declarações do ministro

sempertamento foram aplaudidas na Câmara, hoje, pelo deputado Rozendo de Souza (ARENA-RJ) que adverte: porém, não ser tarefa fácil considerando os meandros internos de cada repartição. A seu ver, o objetivo será atingido se forem escolhidos os funcionários verdadeiramente tarimbados e capazes, que conhecem os problemas e as dificuldades, porque descentralizar é mais difícil do que centralizar.

PROTESTANTES

"Nada mais inverídico, nada mais falso do que atribuir aos missionários protestantes americanos a prática de aplicação de métodos anticoncepcionais de Brasil, declarou hoje, na Câmara, o deputado Paulo Freire, ao estranhar que o Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim, venha a imprensa confirmar tais notícias.

O sr. Paulo Freire disse que esses homens e mulheres que vêm para o Brasil dedicar suas vidas à educação do nosso povo, jamais se prestarão à prática de qualquer ato atentatório à dignidade da pessoa humana".

Afirmando esperar que as investigações venham demonstrar que nenhum missionário protestante americano está envolvido nesse assunto, o sr. Paulo Freire observou que novamente se está querendo criar antipatia e formar opinião contra essas missionárias que para aqui vêm unicamente para ajudar o povo brasileiro, na sua formação moral, espiritual e cívica.



43.035

VE MILITARISMO NO

BRASÍLIA (Sucursal) — O adesismo a esse Governo, que se lastreia na filosofia de seu antecessor, é antes de tudo a renúncia do Poder Civil e a consagração do militarismo político — disse ontem na Câmara o sr. Mário Piva (MDB-BA), condenando qualquer tendência de aproximação com o governo, por parte do MDB.

Salientou que as visitas de cortesia, as manifestações de amizade pessoal, ou as viagens de turismo não podem servir de esponja para apagar o sofrimento nacional nesses últimos três anos. E considerou qualquer ato de aproximação com o Governo cumplicidade e traição.

QUARTELADA

Ao fazer o "necrológio da quartelada", disse o sr. Mário Piva que "três anos representam perspectiva histórica e sociológica bem razoável para responder à indagação que permanece suscitando a curiosidade e o espírito de milhões de brasileiros: — Em 1964, houve efetivamente uma revolução neste País? Os exegetas da Escola Superior de Guerra asseveram que o Brasil conseguiu o milagre de deflagrar e tornar vitoriosa uma revolução, sem exigir uma gota de sangue.

Quanto ao derramamento de sangue, seria ressaltar o óbvio. Mas não houve revolução. O País assistiu perplexo e amedrontado, a um golpe militar, a uma quartelada, com abundante derramamento de fel. Fel que tornou mais amarga a vida de milhões de patricios menos favorecidos; fel que travou a liberdade; fel do ódio, do arbítrio e da vingança, marcando a condenação de homens e mulheres, sem culpa e sem defesa".

TERRORISMO

"Em 1.065 dias do chamado período de consolidação do processo revolucionário — disse — o Governo baixou mais de três atos punitivos por dia. Uma revolução se caracteriza pelos elementos que lhe dão forma e conteúdo, mas, nem conteúdo, nem forma pré-fabricados por atos discricionários, por ambições pessoais ou pela vontade de gerar deuses nas entranhas do terrorismo policial. Revolução compreende transformação de estrutura social. Ainda assim não basta para completar-se. Precisa, também, representar a vontade da maioria da coletividade. E' um avanço no sentido do progresso, respaldado na vontade soberana e democrática do povo. E porque uma revolução tanto pode ser feita de modo pacífico co-

mo por processo violento, teimam os hermeneutas do movimento armado de 1964 em qualificá-lo de revolução".

"Revolução foi aquela que se desencadeou no Governo do sr. Juscelino Kubitschek, pela industrialização intensiva, transformando este País no maior parque industrial da América Latina e conduzindo-o à emancipação econômica. Brasília foi a grande frente revolucionária que empurrou o Brasil para o Oeste."

GOLPE REQUENTADO

O sr. Mário Piva concluiu afirmando que, "nos três anos da chamada revolução, o País não conheceu a tranquilidade social, política e, nem sequer, militar".

O movimento democrático brasileiro não está fugindo ao diálogo. Queremos, porém, usar e ouvir a mesma linguagem que pode ser entendida por estudantes, trabalhadores, intelectuais, representantes das classes liberais e das forças produtoras; pelo povo que anseia pelo retorno à verdadeira democracia e à retomada da revolução do desenvolvimento brasileiro. Para nós, da Oposição, o Governo atual — e aqui cabe a qualificação com toda a propriedade — é ainda o "golpe de abril requentado".



Piva critica a Revolução de 64 e os adesistas JH4

BRASILIA, 3 (M) — "O espólio do golpe militar de 1 de abril de 1964 está sendo administrado e ninguém sabe se enriquecido pelo Governo atual" — declarou, na tribuna, o deputado Mário Piva (MDB-BA), considerando, ainda, o adesismo ao atual Governo "um ato de cumplicidade" e advertindo: "É a negação de todos os ideais democráticos que justificam e amparam o programa da oposição. É a renúncia do poder civil à consagração do militarismo político". Disse, finalmente, que não havia o aniversário de uma revolução, mas "o necrológio de uma quartelada".

DIALOGO

"O MDB não está fugindo ao diálogo — salientou. Queremos porém usar e ouvir a mesma linguagem que pode ser entendida por estudantes e trabalhadores, intelectuais, representantes das classes liberais e das forças produtoras, enfim, pelo povo, que anseia pelo retorno à verdadeira democracia e à retomada da revolução do desenvolvimento brasileiro. Para nós, da oposição, o Governo atual é ainda o golpe de abril requeentado".



Piva Chama Revolução de Mentirosa e Tirana

«Sempre defendi a tese de que esta chamada revolução foi, eletivamente, um primeiro de abril», afirmou da tribuna da Câmara, o sr. Mário Piva, ao comentar a passagem do terceiro aniversário da revolução de 31 de março.

Destacou, ainda, o deputado do MDB o número de atos punitivos do governo revolucionário, «recorde absoluto na história do mundo», dias em que, se não houve derramamento de sangue, «correu o fei da maldade, da tirania, da intolerância e da vontade ditatorial».

DELÍRIO

Disse, depois que «nos 1065 dias do chamado período de consolidação do processo revolucionário de uma revolução que não houve, o país assistiu desolado, revoltado, confuso, além de amedrontado, dois períodos de delírio punitivo. O primeiro retrata o procedimento desumano de vindita, e vai de 9 de abril de 1964 a 10 de outubro de 1965. Foram cassados, nesse período, 116 mandatos conferidos legitimamente pelo povo, através do voto direto e secreto, 378 atos de suspensão de direitos políticos por dez anos, 524 aposentadorias em caráter punitivo, 20 demissões com aposentadoria imediata, 244 demissões com expulsão, 1284 demissões simples, além de reformas e cancelamento do uso de insígnias militares, transferências para a Reserva, cassações de medalhas distinções e disponibilidades, além de numerosos outros arbítrios, foram praticados. Disse o sr. Piva que na segunda etapa, a «fúria do governo não parou aí, só podendo ser equiparada, a fúria legislante, que mais tarde veio demonstrar que não coube aos revolucionários, mas aos golpistas do golpe, os donos da chamada revolução naquela fase, que se chamou de fase da restauração do regime democrático».

SANGUE E FEL

Ao concluir, assinalou o sr. Piva que «nesses 1.065 dias a «Revolução», em que

não correu sangue mas, é preciso repetir, em que correu o fei da maldade, da tirania da intolerância, da vontade ditatorial, 3.747 atos punitivos foram baixados, recorde absoluto na história do Mundo: três atos punitivos por dia. O governo que passou, o governo revolucionário, cujo período foi tão cantado e decantado por muitos, editou mais de três atos punitivos por dia, durante 1065 dias de triste administração neste país.

ULTIMA HORA

(05-04-67)



Massacre Político

A safra de punições do regime dito revolucionário mereceu do Deputado Mário Piva um balanço digno de reflexão. São algarismos que refletem um verdadeiro massacre político.

O total de atos punitivos baseados no Ato Institucional número 1 é de 3.535. Vamos reproduzir os principais itens da estatística do parlamentar oposicionista, que dizem respeito à primeira fase compreendida entre 9 de abril de 1964 e 10 de outubro de 1965: cassações de mandatos populares, 116; suspensões de direitos políticos por dez anos, 378; aposentadorias com caráter punitivo, 524; demissões simples, 1.284; reformas, 555; cancelamentos de uso de insígnias militares, 41; transferências para a reserva, 165; cassações de medalhas, 60; demissões da Ordem do Mérito Militar, 20; expulsões da Ordem do Mérito, 55; e outros castigos de menor monta.

A estas medidas se somam 169 cassações e suspensões no segundo período, que perfaz o montante de 212 atos punitivos, elevando o total geral a 3.747.

Tôdas essas punições, como se sabe, foram decretadas do dia para a noite, na base de "dossiers" secretos, que só meia dúzia de pessoas conheciam. As vítimas foi negado todo e qualquer direito de defesa. Uma vez fulminadas pelo "ukase" ditatorial, não lhes restava outra coisa senão curvar a cabeça e mergulhar no silêncio de uma "austera, apaga-

da e vil tristeza", ou procurar os caminhos da clandestinidade e do exílio.

Quando se fala em anistia, o que se tem em vista é o esquecimento da situação assim criada sem qualquer fundamento jurídico, sem apoio nas normas brasileiras. Esta massa de atos punitivos cria evidentemente um quadro anômalo no organismo nacional: para normalizá-lo, o ideal seria uma revogação geral, esta sim, dentro das tradições de pacificação de que o Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, foi um alto e generoso exemplo.

Mas se o atual Governo considera que não há condições para a anistia e que pelo menos alguns dos castigos foram merecidos — então por que se recusa a reabrir os casos, assegurando às vítimas o direito de defesa? Se há corruptos ou subversivos que põem em perigo a segurança nacional — a segurança, como vimos, tem costas largas — então por que não apresentar publicamente a documentação que lhes vale essa pecha? O ônus da prova cabe a quem acusa, como poderá informar o Ministro Gama e Silva, que deve ter ouvido falar também em certa máxima do Direito Romano segundo a qual "nulla poena sine lege": não há pena sem lei.

Não teremos normalização da vida brasileira enquanto não forem reparadas as gritantes injustiças cometidas em nome da revolução.



CONSPIRAÇÃO DENUNCIADA NA CÂMARA

BRASÍLIA (Sucursal) — O sr. Mário Piva (MDB-BA) sustentou ontem, na Câmara, haver uma conspiração declarada contra a redemocratização do País. Disse que "a Nação não pode ser transformada em escaninho de recalques pessoais, nem no repositório de ambições frustradas. Não é o desejo de servir ao País que está gerando o clima de intranquilidade que tanto deprime o povo brasileiro".

"São as vaidades, os galardões da mediocracia e as facções inconformadas que emprestam à hora presente incontestável fisionomia conspiradora." Acrescentou denunciando a conspiração em marcha no Brasil e criticou ardentemente os últimos pronunciamentos políticos de militares e civis ligados ao mal. Castelo Branco, patentes com as declarações do sr. Roberto Campos e do mal. Cordeiro de Farias.

EPISÓDIOS

Ressaltou que "além da flagrante indisciplina e do desrespeito ao atual presidente da República, não se torna difícil verificar todo o elenco de agitações, desde o espancamento de estudantes ao documento subscrito pelo ministro do Exército. Nada está acontecendo por acaso. Os episódios, que muitos consideram isolados, são, em realidade, os elos de uma cadeia que visa a implantar em nossa pátria um regime ditatorial sem concessões. Se os universitários de Brasília tivessem vaiado o embaixador norte-americano, na hora em que o mesmo visitou a universidade da Capital federal, seriam espancados, como não o valeram nem o desrespeitaram, foram esbordoados, para justificar os nossos futuros".

"Por que o gen. Bizarria Mamedê fez questão de destacar que o mal. Costa e Silva está na Presidência da República por concessão especial de S. Exa., que não desejou dividir as Forças Armadas? Por que o mal. Cordeiro de Farias, após tão prolongado e saudável silêncio, vem dizer, de público, que a equipe do mal. Castelo Branco está preocupada com a situação presente? Por que o em-

baixador norte-americano insiste em visitar a universidade de Brasília e obtém o apoio do reitor, sabendo que o clima reinante recomendava que assim não procedesse?"

CASTELO

Comparando o trabalho do MDB com as arrancadas quixotescas dos ex-auxiliares do mal. Castelo Branco, o deputado Mário Piva enfatizou: "a perspectiva oposicionista e os conceitos de dignidade nacional do movimento democrático brasileiro não podem ser confundidos, nem podem ser confundidos com a oposição conspiradora dos trovadores da alienação da independência nacional e de nossa autodeterminação. Ao mal. Costa e Silva cumpre o dever de medir a força e as possibilidades do radicalismo da direita que pretende conduzir o País a uma ditadura, acionada pelos códigos de Wall Street e do Pentágono".

E concluiu: "Há uma conspiração em marcha no Brasil, no mais alto estilo publicitário que caracteriza a levandade de manobras dessa natureza entre nós. Só os insensíveis ou comparsas não percebem os apetites vorazes que assaenam os atrabiliários. Somente os cegos não enxergam a evidência. Que se acautelem, antes que seja tarde demais".

ASSECLAS

O sr. Márcio Alves também abordou o mesmo tema, afirmando: "Não há uma conspiração da oposição, mas em marcha uma conspiração daqueles que de tão má-vontade tiveram de deixar o Palácio do Planalto. Essa conspiração procura, como sempre, o apoio dos quartéis e manifesta-se através da palavra de líderes castelista, sempre apoiados pelos seus asseclas civis.

Já estamos vendo os pronunciamentos dos antigos ministros, que continuam a reunir-se em um ministério de sombras, pronunciamentos que perturbam profundamente um princípio de normalidade institucional no País e dos quais é de se ressaltar o último, ontem publicado, do general Cordeiro de Farias, que disse que ainda não há conspiração, mas que o atual presidente está despreparado para o poder.



Incidente encerrou reunião da CPI dos dólares

BRASÍLIA (Sucursal) — A reunião de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o chamado "escândalo dos dólares", decorrente da reforma cambial de 13 de fevereiro, foi encerrada com o incidente verificado entre o deputado Mário Piva, autor do requerimento de constituição da CPI, e o deputado Elias do Carmo, presidente do órgão.

A troca de palavras ásperas — que por pouco não degenerou em corpo-a-corpo —, deveu-se ao fato de não ter o sr. Elias do Carmo concordado em deferir o requerimento do sr. Mário Piva para que lhe fosse fornecida uma certidão, em termos por ele ditados, para se defender das acusações do sr. Ruy Santos, segundo as quais ele, Piva, teria protelado por dois meses seu depoimento na CPI.

INCIDENTE

Irritado o sr. Mário Piva chamou o deputado Elias do Carmo de "faccioso", tendo este prontamente reagido. Os ânimos porém, não se exaltaram mais, pela pronta intervenção do deputado Luna Freire, da Bahia, que se interpôs entre ambos enquanto os membros da CPI procuravam embargar os passos do deputado Piva, que partia decididamente em direção ao sr. Elias do Carmo. Isso não impediu, contudo, que ambos os deputados trocassem pesados insultos.

JUTAI

O exame grafológico da assinatura do vice-governador da Bahia, sr. Jutai Magalhães, na cópia fotostática entregue pelo deputado Mário Piva à CPI, revelou ser "inautêntica, ou falsa", conforme o laudo pericial realizado pelo Instituto Nacional de Criminalística, exibido ontem à tarde nos parlamentares integrantes da comissão.

Afirmaram os peritos criminais Antônio Carlos Villanova e Paulo Lopagesse, após aquela conclusão, que "face à evidente firmeza de traços com que se encontra lançada dita assinatura falsa, bem como a existência, da esdrúxula extra acentuante que ela apresenta, não está a indicar tratar-se, na espécie, de uma falsificação de memória, na qual o falsário efetuou um lançamento pela mera lembrança de um modelo — do qual não dispunha no momento. Daí ter surgido aquela

cetra na assinatura falsificada, remanescente da lembrança ou memorização dos grammas horizontais e amplamente projetados que compõem os triângulos, ou deltas, observados nos JJ e YY das assinaturas padrões".

PERÍCIA

Os peritos confrontaram a assinatura da fotocópia com assinaturas diversas do sr. Jutai Magalhães, lançadas em cartões de autógrafos por eles pessoalmente colhidos em Salvador, com as devidas autorizações legais, no tabelião Franklin, no tabelião Marback, no Banco do Estado da Bahia e no Banco da Bahia S/A assinalam os peritos que "os padrões referidos, além de adequados e abundantes, foram lançados nos respectivos cartões de autógrafos em datas anteriores àquela consignada no documento questionado, sendo alguns do ano de 1926".

Observam ainda que "os exames grafotécnicos sobre fotostáticas sofrem uma série de restrições, decorrentes das naturais falhas oferecidas pelo mencionado processo de reprodução o qual, em virtude do contraste que oferece, não reproduz o jogo de claros-escuros nos traços manuscritos, além de, frequentemente, oferecer falhas na continuidade dos mesmos traços". Entretanto — dizem a seguir os peritos — na impossibilidade de efetuar o exame sobre o documento em original, será sempre possível um confronto sobre a cópia fotostática, naturalmente com as limitações impostas pelas deficiências apresentadas pela reprodução".

PIVA

O deputado Mário Piva, presente à reunião da CPI, tomou conhecimento do laudo pericial do INC e não se deu por vencido, prometendo encaminhar ao órgão parlamentar, laudos levantados por outros técnicos, comprovando a legitimidade da assinatura do sr. Jutai Magalhães no bilhete (em que apenas se assinou "Jutai") encaminhado ao seu "testa-de-ferro" na Companhia Autorizadora da compra de dólares sob a reforma cambial de 13 de fevereiro do corrente ano.

Comprometeu-se ainda com o presidente Elias do Carmo a encaminhar à CPI dentro de breve o original do bilhete em questão.

29 AGO. 1967

VB PRO. C-95-222-41P.88



1199 Piva afirma que violências sufocam a lei

O deputado Mário Piva, vice-líder oposicionista, sustentou ontem na Câmara que o arbítrio, a violência e ação policialista estão sufocando o império da ordem, da lei e da liberdade em nosso País.

"O que acaba de acontecer em Salvador — disse — numa triste repetição do que ocorreu em outros pontos do território nacional, evidencia o desejo do governo chamado revolucionário em asfixiar todas as livres manifestações do pensamento de nossa juventude".

MANIFESTAÇÃO

Acrescentou o parlamentar oposicionista que o "velho e surrado refrão de possível ligação dos fatos desenvolvidos em Salvador com atividades subversivas nacionais e até internacionais, desta feita, perdeu sentido e objetividade", pois os moços da Bahia protestaram contra a Lei Orgânica do Ensino que, através de um dispositivo, tornava todo o ensino secundário pago.

Nem motivação de ordem política, nem orientação ideológica servirá para provocar a revolta dos estudantes, pais e professores. Fazendo prevalecer a força da brutalidade —

prosseguiu — a polícia esbordoou barbaramente os jovens, prendeu professores e jornalistas e impediu a passeata de protesto organizada pelos pais e responsáveis".

CORREIO DA MANHÃ

1 FEV. 1968

ANEXO N.
LANÇADO EM



GOVÉRNO BATE RECORDES EM EMISSÕES

BRASÍLIA (Sucursal) — "Em três anos e meio, o Governo revolucionário emitiu três vezes e meia a mais do que todos os Governos em 75 anos" — afirmou, ontem, na Câmara, o sr. Mário Piva (MDB-BA), num exame do que vem sendo a ação revolucionária, desde março de 1964. Referindo-se à inflação sem precedentes, o vice-líder da Oposição disse: "Tôda a filosofia do governo revolucionário fundamenta-se no fortalecimento da moeda. Acontece que, no campo internacional, o cruzeiro sofreu queda superior a 200 por cento. No tocante ao saneamento financeiro, considerado essencial pelo Governo para a sua política, o déficit de caixa do Tesouro, em 1967, anda pela casa de um trilhão e 500 bilhões de cruzeiros velhos."

Disse que a 31 de março de 1964 o papel-moeda em circulação era da ordem de 800 bilhões de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1967 subia para 2 trilhões e setecentos bilhões. E forneceu as seguintes médias emissionistas de antes e após a revolução: 11 bilhões e 675 bilhões — por ano; 900 milhões e 56 bilhões — por mês; 30 milhões e 1 bilhão e 875 milhões — por dia; 1 milhão, 250 mil e 78 milhões e 125 mil — por hora; 20.800 e 1.300.000 — por minuto, e 346 e 21.600 cruzeiros por segundo.

01 FEV. 1968

ANEXO N.º
 ANEXO DA S.



Piva compara golpe a um pentatlo

BRASILIA (Sucursal) — Falando em nome da Liderança da Oposição, o deputado Mário Piva (MDB-BH) declarou ontem na Câmara que o golpe armado de 1.º de abril de 1964 transformou-se num "pentatlo revolucionário". "Onde os militares — disse — disputam todas as modalidades de provas, para ocupar os cargos civis, enquanto aqueles que não usam farda, mas são militaristas fisiológicos, ficam nas arquibancadas aplaudindo".

Lembrou o vice-líder da Oposição que durante algum tempo se manteve na expectativa "oferecendo um crédito de confiança ao mal. Costa e Silva, pelas suas declarações iniciais". Acrescentou que não deseja ser cúmplice da incapacidade que domina a Nação, nem quer ser acusado de omissos "diante da hipocrisia democrática daqueles que, em verdade, são os mais autênticos representantes do autoritarismo, da prepotência e da tolerância."

CONTRA DITADURA

O sr. Mário Piva declarou-se refratário a toda a sorte de "subordinação" nascida de ameaças e imune aos gritos histéricos, mesmo quando se destinam ao monólogo do "direita voiver". Após afirmar que não lhe fazem bem ao estômago os banquetes em que se servem pratos anti-comunistas, acompanhados de vinhos espumantes, fermentados nas adegas úmidas das ditaduras da direita, disse o parlamentar, respondendo ao líder Ernani Sátiro, que chamou a Oposição de "Sindicato":

— Antes pertencer ao Sindicato da Oposição do que à "Máfia" governista. A intransigência que aí está não é provocada pelos que combatem o regime atual mas, pelos que tentam mantê-lo pela incapacidade, pela sede de denunciar, pelo apetite incontrolável de castigar, pelo monopólio de patriotismo e honradez, como se a honra e o amor à Pátria somente fossem válidos quando fardados. Não há falta de lideranças civis nes-

te País. O que há é excesso de falsas lideranças militares invadindo setores estranhos à sua atividade.

REVOLUÇÃO FALHOU

Proseguindo seu discurso, disse o sr. Mário Piva que a revolução falhou em todos os seus objetivos, acentuando:

— Revolução é mudança de estrutura. As estruturas arcaicas que existiam no País mais se comprometeram ainda com o golpe de abril de 1964. Basta verificar o que está ocorrendo com o assalariado brasileiro. Tomando-se por base os salários médios vigentes em 31 de dezembro de 1963 e 31 de dezembro de 1967, conclui-se que o salário real, o poder aquisitivo dos menos afortunados está se restringindo, enquanto a exigência de maior número de horas de trabalho serve para torná-los mais infelizes ainda.

INFLAÇÃO

Abordando as medidas governamentais de combate à inflação, salientou o vice-líder da Oposição:

— Toda a filosofia econômica do governo revolucionário fundamenta-se no fortalecimento da moeda. Acontece que, no campo internacional, o cruzeiro sofreu queda superior a 200 por cento. No tocante ao saneamento financeiro, considerado essencial pelo governo para a sua política, o deficit de caixa do Tesouro, em 1967 anda pela casa de 1 trilhão e 500 bilhões de cruzeiros velhos. Quanto à emissão de papel moeda, aconteceu o que jamais se pensou ver neste País. Em 3 anos e meio, o governo revolucionário emitiu 3 vezes e meia a mais do que todos os governos somados, em 75 anos.

O sr. Mário Piva concluiu seu discurso manifestando o seu pessimismo ante as perspectivas que se oferecem à Nação brasileira:

— Não sei o que os algozes da democracia pretendem fazer com este País. É possível que nada de pior consigam, porque antes que façam o que esperam alguém há de fazer o que eles não desejam. Então não será difícil saber quem é maioria.

Nº. PRO. 55.222 4/P91

JORNAL COMERCIO

ANEXO N.º
LANÇADO EM 22



07 FEV. 1968

D. M.º

5/13

Fôrças Armadas e segurança

16 X

○ vice-líder da Oposição, deputado Mário Piva (MDB-BA), declarou ontem, em Brasília, que é desnecessário que os chefes militares estejam repetindo que as Fôrças Armadas estão unidas, pois no seu entender «elas estão realmente

unidas contra o Poder Civil, mas, entre elas, a desunião é flagrante.

— A última prontidão, que alguns qualificaram como ato de rotina — disse o sr. Piva — foi apenas uma providência adotada para se evitar que alguns militares emprestassem solidarie-

dade ao sr. Carlos Lacerda, quando de sua palestra em São Paulo.

— O que se verifica neste instante, acrescentou o representante oposicionista, é que a voz do líder da Frente Ampla invadiu os quartéis e tocou de perto o coração da oficialidade jovem.

43.035

14 FEV. 1968



MDB MAIS VIOLENTO AINDA:

“Golpistas Esmagaram os Que Fizeram a Revolução”

O SR. MARIO PIVA (MDB-BA), discursando em nome da oposição, ontem, na Câmara, disse que «o poder militarista que domina e desgoverna o país, desde 1º de abril de 1964, não aceita a crítica, recebe-a como se fora um insulto às Forças Armadas, e nesse torvelinho de incompreensão antidemocrática os que pensaram em revolução foram esmagados pelos golpistas».

«Os golpistas — acrescentou — se irmãnam com os carreiristas e todos se uniram na confraria da incompetência que está destruindo as últimas esperanças deste enorme país. Não houve revolução em 64, apenas o poder foi tomado pela força, a mesma força que amparou os acontecimentos anteriores ao golpe de 1º de abril, mudando-se homens nos postos, sem renovar a mentalidade».

FRACASSO

Para o sr. Mário Piva foram 10 as razões que levaram o golpe de 1964 ao fracasso, a primeira das quais a substituição do idealismo pelo oportunismo.

«Tanto isso é verdade — disse — que os participantes do movimento armado, inclusive alguns civis, precipitaram-se na disputa de postos. Todos quantos diziam-se bater contra qualquer forma de governo discricionário acomodaram-se no estuário do oportunismo. Passaram a navegar mansamente, indo desembarcar na foz das embaixadas, dos tribunais, dos ministérios, dos governos estaduais e até da Vice-Presidência da República. O sol do oportunismo ofuscou o brilho do idealismo».

CONTEÚDO

A ausência de conteúdo ideológico foi a segunda razão apontada pelo deputado baiano.

«Toda a argumentação e ação revolucionária fundamenta-se no «antis», quando deveria assentar-se no «pro». Antidemocrática é a Lei de Segurança, antiliberal é a Lei de Imprensa, antinacionalista é a modificação da Lei de Remessa de Lucros, anticristã é a perseguição dos padres, anti-humana a política salarial, antidesenvolvimentista o programa de ação econômica».

Em seguida, o sr. Mário Piva referiu-se à carência de lideranças que está determinando a confusão atual: «Desfechou-se um golpe, apelidado de revolução, com muitos donos e feitores, mas sem líderes em sentido popular. Daí porque pretenderem exercer li-

derança com metralhadoras e cassetetes e não com idéias».

QUARTA RAZÃO

Como quarta razão do fracasso do golpe militar apontou a insuficiência de plano econômico, destacando elementos que tinham sido objeto de discursos anteriores e de outros companheiros do MDB. A quinta foi traduzida como sede de vingança.

«Os donos do poder mais se preocuparam em castigar e destruir do que construir. Onde há escravos da prepotência, do arbítrio e da ilegalidade plasma-se caracteres servis. Os aventureiros de 1º de abril repetem as façanhas dos vencedores de antanho. Querem o povo a seu serviço. A serviço de seus caprichos, de suas tendências ditatoriais, de sua exibição, tornam a mentalidade domesticada».

PROCESSO INACABADO

O processo inacabado da institucionalização revolucionária foi o oitavo item do decálogo do sr. Mário Piva.

«Nada será institucionalizado à base das providências de impacto e improvisadas. Os passos revolucionários são inseguros, lança-se, hoje, medida arbitrária. Contra ela se ergue o clamor público. No auge da luta, o governo derrama sobre o país outra providência draconiana. Assim, institucionaliza-se apenas o arbítrio, a violência, o pavor».

A nona razão são as crises artificiais: «O governo continuará encaminhando mensagens ao Congresso para serem rejeitadas. Dirá, mais tarde, que o Legislativo, cuja docilidade, por sua maioria, já se tornou tradicional, não está fornecendo à Revolução os instrumentos legais de que necessita para consolidar-se. Então, o caminho para a ditadura se tornará mais suave e fácil».

ÚLTIMA RAZÃO

O sr. Mário Piva concluiu apontando a suposta pacificação como a última prova do fracasso revolucionário.

«Que modelo de pacificação é este quando se pretende punir correligionários do próprio governo, apenas porque divergem da orientação política e econômica em determinados setores? Que pacificação é essa onde se trocam princípios programáticos por cargos públicos? Que pacificação é esta que exige o silêncio da oposição? Isto é, a meu ver, pura e vergonhosa barganha. É a institucionalização da desmoralização pacífica».

14 FEV. 1968



A opinião de Mário Piva

De outra parte, falando em nome da Oposição, o deputado Mário Piva (MDB-Bahia) afirmou, da Tribuna da Câmara, que o «poder militarista que domina o País, desde 1964, não aceita a crítica da Oposição. Recebe-a como se fôra um insulto, transferindo-a para a farda e desdobrando-a em injúrias às forças armadas.

— Nêsse torvelinho de incompreensão antidemocrática — continuou — os que pensaram em revolução foram esmagados pelos golpistas; os golpistas se irmanaram com os carreiristas, os carreiristas acolheram os aventureiros, os aventureiros se apoiaram nos tecnocratas. E todos se uniram na confraria da incompetência que está destruindo as últimas esperanças dêste enorme País.

O deputado Piva apontou as razões que a seu ver, «levaram o golpe de

1964 ao fracasso: a substituição do idealismo pelo oportunismo, a ausência de conteúdo ideológico, a carência de lideranças, a ineficiência no plano econômico, a sede de vingança, a falta de povo, o processo inacabado de institucionalização revolucionária, as crises artificiais e, finalmente, a pacificação como prova do fracasso revolucionário.

E concluiu o representante oposicionista: «Que modelo de pacificação é este quando se pretende punir correligionários do próprio govêrno, apenas porque divergem da orientação política e econômica em determinados setores? Que pacificação é essa onde se trocam princípios programáticos por cargos públicos? Que pacificação é esta que exige o silêncio da Oposição? Isto é, a meu ver, pura e vergonhosa barganha. É a institucionalização da desmoralização pacífica».

4 JUN. 1968



563

Contestação de Piva

«Isto não é uma República. É uma Sociedade Anônima, nascida a 1º de abril de 1964, cujos acionistas ameaçam abrir falência se persistirem as divergências fúteis que contrariam interesses pessoais».

A declaração é do deputado Mário Piva (MDB-BA), respondendo, na tribuna da Câmara, em nome do MDB, as declarações, em entrevista, depois desmentidas, da tribuna, pelo sr. Stenzel, do sr. Clóvis Stenzel.

Indagado onde estava o propósito de unidade revolucionária, dentro do projeto das sublegendas, o parlamentar baiano condenou a ameaça clara e indiscutível que o ilustre representante do Rio Grande do Sul incluiu em sua entrevista, após um encontro com militares, dos quais, com certeza colheu opiniões incorporadas à sua fala à imprensa.

— Falar-se em fechamento do Congresso Nacional — frisou o vice-líder oposicionista — simplesmente porque a Maioria não deseja ver aprovada a sublegenda, mais do que simples ameaça de força é uma palmada sonora aplicada na alta sensibilidade de alguns arenistas. A prova de que não vivemos em regime democrático está ressaltada nas palavras e no pensamento do sr. Clóvis Stenzel, palavras e pensamentos que correspondem, sem sombra de dúvida, à filosofia dos militares da chamada «Linha Dura».

— Fechar o Congresso por que? Por que a Maioria rejeita ou pretendia re-

jeitar proposição nascida — segundo afirmam os dirigentes da ARENA e o presidente da República — da vontade dos políticos? Por que é proibido em linguagem democrática, aceitar ou não aceitar uma proposição? Não, senhores deputados. A sublegenda, como gota d'água, está para os militares da «Linha Dura» na mesma proporção que o mesmo projeto está para a propalada renúncia do senador Daniel Krieger.

«Em ambos os casos valeriam apenas como motivação, nunca como objetivo primordial para a defesa da ordem democrática e, muito menos, para salvaguardar a unidade de uma suposta revolução».

Lamentando que o parlamentar gaúcho «não houvesse repellido a idéia do fechamento do Congresso, em defesa da instituição a que pertence», o sr. Mário Piva acentuou que há uma denúncia grave feita pelo deputado Clóvis Stenzel: os militares têm participado das reuniões de seu partido, embora, para amenizar a indesejável participação, asianço que não formulam, qualquer solução». Disse o vice-líder oposicionista que «temos agora uma declaração oficial. Um vice-líder da ARENA vem dizer de público que os militares tutelam a ação dos civis no âmbito da política. Não disse, apenas, se são os civis que vão fardados às reuniões ou se são os militares que comparecem à paisana».

Para o sr. Mário Piva «há, igualmente, uma contradição que não pode

deixar de ser registrada. Diz o sr. Clóvis Stenzel, textualmente, que o senador Daniel Krieger foi quem interpretando o interesse da Maioria, conseguiu do Governo o projeto. Ora, se a Maioria tivesse sido ouvida e desse o seu aval à proposição, não se justificaria a desagregação da ARENA, como destaca o vice-líder situacionista. A verdade é que, a cúpula foi auscultada. E aqueles que desejam, dentro dos quadros da ARENA, o fortalecimento do Poder Civil, em contraposição àqueles que se tornam cada vez mais subservientes do poder militar, insurgiram-se contra a medida. Nem o MDB influiu para a saída do Plenário de deputados da ARENA. Decidido a não participar da farsa, não daria seu apoio, como não deu, nem dará, para contestá-la».

E concluiu: «Não sei qual será a sorte do projeto ou do substitutivo das sublegendas. Antes de dar seu voto, peço aos nobres membros da ARENA que leiam atentamente a entrevista do seu vice-líder Clóvis Stenzel. Analisem nas entrelinhas as ameaças feitas ao Congresso. Pensem sobre a renúncia do sr. Daniel Krieger, considerado o único homem capaz de conduzir o partido oficial. Destaquem as contradições de suas palavras quando se refere à Maioria da ARENA. Depois, votem, votem ou não votem amanhã, de acordo com os ditames de suas próprias consciências. De uma coisa porém, estejam certos: acima das pressões da força ou sentimentos está a democracia».

O JORNAL

7 MAIO 1968



ANEKO N.º 41
1968
7 DE MAIO 68

D. M.º 563

publicada pela imprensa carioca, acrescentando que «a única manifestação em praça pública foi, precisamente, a promovida pelo Movimento Democrático Brasileiro, e que contou com a presença espontânea de milhares de trabalhadores e estudantes».

Segundo o sr. Mário Piva, afluência verificada na programação oficial deve-se, sem sombra de dúvida, ao oferecimento grátis de comida, coisa que os trabalhadores brasileiros, somente com muita dificuldade, conseguem colocar em suas mesas». E concluiu: «Os operários que participaram do comício, organizado pelo MDB e pelos sindicatos que se opuseram à imposição governamental, comemoraram o Primeiro de Maio, e os outros, os que acompanharam a programação oficial, comemoraram mais um Primeiro de Abril».

PRIMEIRO DE MAIO

«Os trabalhadores bahaenses, ao contrário do que foi noticiado, contaram com dois tipos de comemorações para o dia 1.º de Maio. Num, o Governo da Bahia, aliado à Delegacia Regional do Trabalho e às Federações, conseguiu atrair operários, em recinto fechado, com bebida e comida.

Noutro, o MDB, com os operários e estudantes, comemorou o mais autêntico dia de luta das classes oprimidas».

A declaração é do deputado Mário Piva, vice-líder do MDB, ao contestar notícia

43035

ULTIMA HORA

31 JUL 1968

ANEXO N.º

LANÇADO EM 6



Deputados condenam punição

BRASILIA (UJ) ³¹ Além do Deputado Mário Covas, que leu uma carta do Sr. Jânio Quadros, vários outros parlamentares pronunciaram-se, ontem, na Câmara, sobre o confinamento. O Sr. Mário Piva condenou a medida, afirmando que "a vindita e o ódio continuam sendo as armas de que se serve o Governo para suas demonstrações de força e poder". Depois de acrescentar que a revolução só tem se preocupado com punir, o Governo fabricou crises que causam à economia nacional maiores prejuízos do que as passeatas estudantis.

Enquanto o Deputado Lurtz Sabiá considerava o confinamento uma provocação, não a um ex-chefe de Estado, mas à própria família brasileira, o Sr. Celestino Filho dizia que "na verdade, as forças repressoras

do Governo passaram a dominar a situação". Por sua vez, o Sr. João Herculino, que acaba de retornar dos Estados Unidos, declarou que "a democracia brasileira, tão decantada pelo Marechal Costa e Silva, é vista lá fora, por jornais de responsabilidade, a começar pelo "New York Times", como um Governo militar".

Finalizando, o Sr. João Herculino disse esperar que líderes "da envergadura do Sr. Juscelino Kubitschek alertem o povo para a verdadeira derrocada moral e política para a qual o Brasil caminha a passos largos".

O Deputado José Mandelli também se pronunciou contra o confinamento, manifestando a certeza de que o Poder Judiciário, ao examinar o assunto, esclarecerá todas as dúvidas a respeito da vigência dos Atos Institucionais.

Os deputados da Guanabara que seguem a orientação política do Sr. Carlos Lacerda condenaram a punição ao Sr. Jânio Quadros. Os parlamentares Mauro Magalhães e Mauro Werneck afirmaram que "os detentores do poder acabaram de praticar mais uma violência contra a pessoa humana, violando todos os cânones jurídico-constitucionais".

O líder arenista Carvalho Neto achou, entretanto, que o confinamento não terá maiores implicações, pois o "ex-Presidente acabou politicamente no momento em que deserto".

O vice-líder do Governo, Deputado Alfredo Tranjan, disse por sua vez que "não existem condições políticas, quer nacionais, quer internacionais para a instalação no Brasil de uma ditadura extremista".

22 JUL 1968



(Oposição vê Plano Cohen onde militares sentem conspiração)

Enquanto elementos oposicionistas — a partir do vice-líder Mário Piva vêm no plano agitação divulgado sábado por uma cadeia de jornais uma reedição, revista e melhorada, do Plano Cohen, militares dos serviços de segurança do atual regime asseguraram ontem que o material é verdadeiro e corresponde a uma ação contra o Governo posta em prática a partir de 1966, pelo chamado Movimento Contra a Ditadura.

Segundo esses militares, o material foi apreendido há poucos meses atrás em Volta Redonda, quando da prisão de várias pessoas apontadas pelo Governo como inimigos do regime.

Pouco depois teria sido apreendida cópia idêntica em companhia 99 T 9 89 em Copacabana, já com o desdobramento do plano geral em subplanos, fato que, ainda de acordo com os militares, levou ao Governo o controle total a que atribui fins conspiratórios.

QUEM É QUEM DO PLANO

Com o plano geral divulgado, os subplanos só virão a público quando for julgado possível, porque, no momento, ainda estão em curso algumas investigações, dizem os militares.

Todavia, após fazer a ressalva acima, os informantes militares disseram que o Movimento Contra a Ditadura seria formado pelas seguintes organizações:

1 — dissidência da Ação Popular; 2 — grupo expulso do Partido Comunista Brasileiro que adotou a linha da OLAS, fixada em Havana; 3 — a

chamada linha chinesa que formou o Partido Comunista do Brasil e 4 — os trotskistas em geral.

NOVO COHEN

O Deputado Mário Piva vê na divulgação do documento a preparação de um novo Plano Cohen, para justificar os anseios dos elementos radicais que desejam um regime mais duro ainda que o atual ou cortar as possibilidades de qualquer tipo de vitória oposicionista em 1970.

Contudo, acha que o assunto deve ser levado à bancada oposicionista na Câmara Federal, para que ela se manifeste no sentido de convocar os ministros militares ou o titular da Justiça, numa sessão secreta ou não, a fim de esclarecer até onde vai a ameaça ao regime se ela é apócrifa e, por isso mesmo, falsa.

Com isso não concordam os militares encarregados pela segurança do regime, afirmando que a elaboração de um plano falso teria que trazer uma medida de exceção, coisa que o Governo não concretizou por ter o absoluto controle da situação, esclarecido.

REAÇÃO

Embora evitem entrar em detalhes maiores, o certo é que os elementos responsáveis pela segurança da chamada revolução dizem já ter um esquema básico para combater o movimento que chamam de subversivo.

Sobre a hipótese de êxito do Movimento que dizem existir, afirmam ser impossível "porque o Governo tem gente infiltrada e em poucas horas sabe de tudo o que é tratado".

O plano que os respon-

sáveis pela segurança do regime dizem ter apreendido tem o nome de Plano de Ação e, em sete laudas datilografadas em espaço dois, define a chamada Parte A, ou seja, os Objetivos, em seis partes.

Como primeira parte objetivo estratégico-radicalização da luta institucional) estão definidas a base social (estudantes, intelectuais e operários), o programa (luta contra a ditadura e pela democracia) e a organização (área estudantil, dos intelectuais e dos operários), as formas a luta (através sobretudo dos secundaristas, ir às manifestações de rua, assembleia, comícios, conferências, picnismos e panfletos).

Na segunda parte, ainda como objetivo estratégico, está definida a luta ideológica através do tom da ditadura contra democracia (intelectuais pela liberdade de cultura; estudantes pela participação na vida política e liberdade de cultura; operários lutando em prol da unidade e independência do movimento operário, além da participação nos fatos políticos). Para isso todos os instrumentos são válidos. A segunda parte ainda abrange o trabalho na faixa clandestina e na faixa interna do movimento, através da instrução básica dos seus participantes.

Para a terceira parte do objetivo estratégico foi a organização revolucionária do movimento operário e do movimento camponês, inclusive apontando os locais básicos de operações. Também a forma dos operários e estudantes se organizarem consta da terceira parte.

JORNAL COMÉRCIO



31 JUL 1968

Protesto do MDB

Durante 60 minutos, o deputado Mário Piva ocupou a tribuna em nome do MDB para trazer a palavra oficial da oposição, de protesto «contra este ato, contra o Estado policial e contra todos os atos ditatoriais que são impostos ao País».

— A oposição — disse o sr. Mário Piva — não pode aceitar que embora esteja em vigor a Constituição de 1967

ainda se administre o País e se apliquem penas à base dos atos institucionais e atos complementares».

Sustentou que a intenção do legislador foi impedir que aqueles atingidos pelos editos revolucionários tivessem oportunidade ou chance, uma vez aprovada a Constituição, de recorrer ao Judiciário. Hoje, porém, os atos institucionais estão-se transformando em causa para novos efeitos, novas penalidades». Indaga, por-

de 31

tanto o MDB: «esses atos institucionais, assim compreendidos, não são ameaça permanente sobre a Câmara?». Diz o sr. Mário Piva que «foi no uso do direito de livre manifestação do pensamento que o sr. Jânio Quadros se pronunciou numa entrevista, que — diga-se — não representou motivação para uma crise política. Foi baseado nesse dispositivo constitucional que o ex-Presidente da República concedeu a tão famosa entrevista».

UNA DA IMPRENSA

18 OUT 1968

ANEXO N.º 46-1
LANÇADO EM 22



43 035

~~790~~

MDB ACUSA O GOVÊRNO DE CALAR PELA FÔRÇA

BRASILIA (Sucursal) O deputado Mário Piva (MDB—Bahia), no exercício da liderança da Oposição, denunciou ontem, da tribuna da Câmara, que desde 1964, "tôdas as vèzes em que o Legislativo pretendeu agir com independência, foi sufocado pela força, pois o arbítrio falou mais alto". E enfatizou: "Resguardou-se o Congresso como uma tradição de fantasias, destinados a ornamentar o panteão da posteridade".

O discurso do líder oposicionista foi para repelir a tentativa de cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves, proposta pelo ministro Gama de Silva, começando por dizer que a atual crise político-militar, "traduzida em linguagem revolucionária, é igual a de 1964, com correção monetária".

Ocupando a tribuna na qualidade de líder da Oposição, o deputado Mário Piva afirmou que desde abril de 1964, "os detentores do poder revelam uma única disposição: concentram-se em crises episódicas para diluir o panorama da crise permanente que se instalou no País". Acrescentou que "tudo isso decorre do lamentável procedimento dos responsáveis pelo nosso destino. Os vitoriosos de 1964, falando em preservação e legitimação do Congresso Nacional, ao invés de assegurar a harmonia e a independência, princípio cantado e decantado pelos constitucionalistas, diluiu-se, melancolicamente, nas brumas de uma nova mentalidade e, voltada, não apenas para o fortalecimento do Executivo, mas sobretudo para a subordinação do Legislativo".

"O mais grave — prosseguiu — é que no quadro das disputas olímpicas do confronto, fomos todos envolvidos. A responsabilidade, porém, dessa iniciativa,

coube ao Executivo. Tôdas as vèzes em que o Legislativo pretendeu agir com independência, foi sufocado pela força". Em seguida, assinalou que, "assim, nasceu o Ato Institucional n.º 2, como se preparam as eleições indiretas no Rio Grande do Sul e no Acre. Todos sabem que a Constituição de 1967, se não fôsse crismada pelo Congresso, com a ausência do MDB, seria batizada por um Édipo revolucionário. Ninguém ignora que o recesso do Congresso, em 1966, representou à instituição de uma injúria muitas vèzes maior do que as palavras do deputado Márcio Moreira Alves. E comandando a rebelião da época, estava o deputado Adauto Lúcio Cardoso, logo depois escolhido ministro do Supremo Tribunal Federal. Ao nosso lado, esteve também o sr. Aniz Badra, hoje vice-líder da ARENA".

Analizou, em seguida, os vários aspectos políticos da cassação, mostrando que poderiam "significar uma advertência à Mesa — por nós, imediatamente, desagradada — ou por um instrumento de intimidação destinado a silenciar os tímidos". Disse mais o sr. Mário Piva, que é lamentável que os ministros militares, tendo lido o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, não tivessem conhecimento da oração do líder do Govêrno, sr. Ernâni Sátiro, o qual, dois ou três dias depois, condenava as palavras do deputado oposicionista, desagradando os atingidos.

Finalizando, perguntou o deputado à Mesa da Câmara: "Ou será que o desagravo, dentro da subversão semântica da atualidade, deve ser cobrado ao preço da cabeça de membros do Congresso Nacional? Será que a tribuna vale para o agravo, mas não vale para o desagravo?"

18 OUT 1968

ANEXO N.º

LANÇADO EM 2



— Queira Deus, que esteja eu equivocado, mas a minha impressão, traduzida em linguagem revolucionária, é a de que a crise política de 1968 é igual à de 1964, com correção monetária — disse, ontem, o deputado Mário Piva (MDB-BA) ao analisar ~~em tribuna~~ da Câmara a tentativa de cassação do mandato do seu companheiro Márcio Moreira Alves.

No exercício da liderança da Oposição, o parlamentar considerou que «desde abril de 64 os detentores do poder revelam uma única disposição: concentram-se em crises episódicas para diluir o panorama da crise permanente que se instalou no País. E tudo decorre de lamentável procedimento dos responsáveis pelo nosso destino. Os vitoriosos de 1964, falando em preservação e legitimação do Congresso Nacional, ao invés de assegurar a harmonia entre os poderes, estimularam o confronto. Assim, a harmonia e a independência, princípio cantado e decantado pelos constitucionalistas, diluiu-se, melancolicamente, nas brumas de uma nova mentalidade, voltada, não apenas para o fortalecimento do Executivo, mas sobretudo para a subordinação do Legislativo».

Entende o vice-líder oposicionista que o mais grave é que «no quadro das disputas olímpicas do confronto foram todos envolvidos. A responsabilidade, porém dessa iniciativa

coube ao Executivo. Todas as vezes em que o Legislativo pretendeu agir com independência foi sufocado pela força. O arbítrio falou mais alto. Resguardou-se o Congresso como uma tradição de fantasmas, destinados a ornamentar o panteão da posteridade. Assim, nasceu o Ato Institucional n.º 2, como se preparam as eleições indiretas no Rio Grande do Sul e no Acre. Todos sabem que a Constituição de 1967 se não fosse criada pelo Congresso com a ausência dos membros do MDB, seria batizada por um édito revolucionário.

Ninguém ignora que o recesso do Congresso, em 1966 — prosseguiu — representou à instituição uma injúria muitas vezes maior do que as palavras do deputado Márcio Moreira Alves. E comandando a rebeldia da época estava o deputado Adauto Lúcio Cardoso logo depois escolhido membro do STF. Ao nosso lado esteve também Aníz Badra, hoje vice-líder da ARENA.»

Afirmou também o sr. Mário Piva que na tentativa de cassação do deputado Márcio Moreira Alves «é evidente que o intuito não se restringe a calar uma voz oposicionista, vai mais longe: procura firmar jurisprudência sobre imunidades parlamentares».

18 OUT 1968

ANEXO N.º 48

RECEBIDO EM 22/10/1968



Piva acha evidente o intuito *em 18*

BRASÍLIA (Sucursal) — O deputado Mário Piva, do MDB, ~~anunciou~~ ontem, durante os debates na Câmara sobre o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, que "o intuito é evidente, não se restringe a calar uma voz oposicionista", explicando que "vai mais longe" porque "procura firmar jurisprudência sobre imunidades parlamentares".

"Não atingirá o acusado. Abrangerá toda a instituição. Representa novo confronto", assegurou o sr. Mário Piva, que frisou ainda: "Ninguém ignora que o recesso do Congresso, em 66, representou à instituição uma injúria muitas vezes maior do que as palavras do deputado Márcio Moreira Alves. E comandando a rebeldia, na época, estava o deputado Adauto Lúcio Cardoso, logo depois escolhido membro do Supremo Tribunal Federal."

Disse o sr. Mário Piva saber-se que a Constituição de 67, se não fosse crismada pelo Congresso, com a ausência dos membros do MDB, seria batizada por um édito revolucionário.

E acrescentou que o confronto, a que aludira, passou a substituir o primado da harmonia e da independência dos poderes, notadamente quando as relações envolvem o Executivo e o Legislativo.

Relembrou os atos de terrorismo e as organizações terroristas cada vez mais ativos, concluindo: "Tudo isso vai passando para o esquecimento. Vai sendo envolvido pela onda de outras crises. Toma o nome de PARASAR, Márcio Moreira Alves ou Hermano Alves. Os rótulos não importam. O importante é saber — e isso é responsabilidade da ARENA, principalmente — o que se esconde por detrás desse biombo. Se os políticos que desfrutam da intimidade simpática do SNI não sabem, a mim não perguntem. Perscrutem a linha do horizonte. É a noite sombria do totalitarismo que nos estimula a prosseguir na batalha. Somos, talvez, sonhadores; mas, procuramos, no meio das trevas, os raios de sol da liberdade."

12 NOV 1968

ANEXO N.º

ANEXO IX



Mário Piva exige interpelação *AB, 2*

O vice-líder do MDB, Deputado Mário Piva, protestou contra as declarações do Ministro do Trabalho, chamando-o de show-man e de "Coronel Brizola sofisticado". Por fim, exigiu que a Mesa da Câmara interpele o Ministro.

— O Poder Executivo deve ser mais fechado e gostoso que o Congresso. Isto porque permite a um homem que não sabe levar com seriedade os negócios de sua Pasta provocar espetáculos histriônicos, como esse que ofereceu à Câmara Americana de Comércio, e que provocou num empresário americano o seguinte comentário: "Foi o maior show que tivemos" — disse o Sr. Mário Piva.

REQUERIMENTO

O Sr. Mário Piva encaminhou à presidência da Câmara o seguinte requerimento, para que seja interpelado o coronel Jarbas Passarinho:

"Tendo em vista o noticiário do JORNAL DO BRASIL, página 3, 1.º caderno, da edição

de 9 do corrente mês, segundo o qual o coronel Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho e senador da República, teria feito declarações injuriosas ao Congresso Nacional, perante os membros da Câmara Americana de Comércio, solicito a V. Exa. sejam requeridas as seguintes informações do Sr. Ministro do Trabalho.

1 — Se S. Exa. pode fornecer à Mesa da Câmara a íntegra de sua palestra, que, de acordo com o noticiário, durou mais de uma hora;

2 — Se é verdade que S. Exa. considera o Congresso Nacional "o clube fechado mais gostoso do país";

3 — Se é esse, efetivamente, o conceito de S. Exa. sobre o Congresso Nacional, para o qual foi eleito pelo voto direto do povo;

4 — Finalmente, quais os motivos que levaram S. Exa. a emitir, perante representantes estrangeiros, como membro do Governo, conceitos injuriosos sobre o Congresso Nacional."



DATA	RESUMO DO DISCURSO	
XXXXXXXXXX 22 NOV 67	<p>Defendendo o Congresso de críticas à sua convocação extraordinária, que teriam sido preferidas pelo Executivo, comparou as despesas com as efetuadas pelo Itamarati em banquetes e concluiu dizendo: "Se observarmos quanto gasta o SNI, veremos que as despesas são muitas vezes a de uma convocação extraordinária. E para que? Para delabar patricios, para criar uma atmosfera de animosidade, de antipatia, contra aqueles que não concordam com o que aí está. Considerou uma impertinência a intromissão do Poder Executivo.</p>	Nº 160
22 FEV 68	<p>Apresentou projeto nº 4.046, de 68, que solicita ao Poder Executivo, através do Min da Justiça, informações sobre a prisão do padre Francisco Jentel, em Mato Grosso.</p>	Nº 26-I
14 MAI 68	<p>Referindo-se a data de 13 de Maio, Abolição do Cativoiro, disse o seguinte: "hoje, dia 13 de Maio, não creio seja possível homenagear a memória daqueles que se empenharam-se em eliminar a escravidão neste País porque, evidentemente, corremos o risco de necessitar de uma nova Princesa Isabel para acabar com o reino unido que se instalou no poder a partir de 1º de abril de 1964. Felizmente, tive uma grande alegria: um dos mais ilustres membros do partido da situação acabou reconhecendo que esta revolução é uma farsa tão grande, que se divide em duas partes: a dos revolucionários de 30 Mar e a dos revolucionários de 1º Abr.</p>	Nº 74-I
04 MAI 68	<p>Referindo-se a crise surgida na ARENA / quando da votação do projeto da Sublegenda, disse o seguinte: "Isto não é mais uma República, isto é uma sociedade anônima, em que os acionistas decidem abrir falência quando seus interesses pessoais são contrariados.</p>	Nº 89-I

DATA	RESUMO DO DISCURSO	
17.7.68	<p>Em seu discurso entre outras coisas disse o seguinte: "Basta dizer, digo, indagar / quem fez a revolução de 1964. Foi o idealismo de novas lideranças ou o carreirismo de aventureiros, servindo-se do inconformismo de alguns homens bem intencionados? A resposta, a esta indagação, caberia no segundo caso. Reparem nos revolucionários de 1º de abril - que para mim não passou de um primeiro de abril a revolução de 1964; são os mesmos homens que, a 13 de março de 1964, asseguravam a realização na Central do Brasil, do Comício do Sr João Goulart.</p> <p>Os mesmos militares, - alguns promovidos graças ao seu espírito heroico - que asseguravam a reunião do Automovel Clube do Brasil, em 1964, na GB. Portanto - não houve revolução. Muitos temiam de chamar de revolução o golpe militar de 64. Outros, também obtusos, consideram que não houve revolução simplesmente porque não houve derramamento de sangue. Revolução, a meu ver - não é passagem para projetar estruturas arcaicas nem, para consagrar homens superados. Revolução não é passagem de comando. É mudança de estruturas - de hábitos, - de costumes políticos. É criar maturidade - e modificar mentalidades. Isto que é revolução. O que houve em 64 foi uma autêntica quartelada, repito - de 1º de abril de 1964.</p>	Nº 116-I
27.7.68	<p>Em seu discurso entre outras coisas disse o seguinte: "Impressionante a escalada antidemocrática dos homens que passaram a ocupar o Poder - a partir de 1º de abril de 1964! Como demonstração inicial de seus designios, a eliminação de líderes, através do arbítrio dos atos institucionais cassando mandatos, suspendendo direitos políticos e levando ao exílio professores, técnicos, cientistas e intelectuais da melhor envergadura. Mais tarde a inominável afronta ao direito de livre escolha de governadores e presidentes da República. Depois, em sequência absorvente, o fechamento de entidades estudantis, a intervenção sindical, o garroteamento do Congresso Nacional, as deformações do Poder Judiciário, o espancamento do povo nas ruas e o terrorismo econômico, voltado contra os meios favorecidos.</p> <p>Agora, o governo marcha a passos largos para atingir o que há de mais sagrado na vida de um povo liberal.</p> <p>A imprensa, o rádio, a televisão enfim, todos os meios de divulgação, esta na alça de mira dos / iracundos leitores da chamada revolução. Basta acompanhar entrevistas, depoimentos e discursos do Mal GB e seus auxiliares diretos".</p>	Nº 124-I





DATA	RESUMO DO DISCURSO
31.7.68	<p>Em seu discurso, com referência ao confinamento do ex-Pres JÂNIO QUADROS, entre outras coisas disse o seguinte: "confessq que não acreditava que a insanidade dêste Governo chegasse ao ponto de determinar o confinamento de um ex-Presidente (JÂNIO QUADROS), em condições das mais deprimentes, das mais humilhantes para quem exerceu o cargo de Chefe do Executivo. Não saímos ainda, do período punitivo desta chamada revolução, que não passa de uma quartelada".</p>
2.8.68	<p>Em seu discurso, entre outras coisas disse o seguinte: "nenhuma intenção existe, de parte desse Governo, de realizar eleições diretas, de reconhecer essa e outras conquistas efetivamente democráticas. Se os revolucionarios de 64 quiserem transformar esse movimento numa revolução, precisarão agir imediatamente, ou então continuarão como estão. Essas tiradas demagógicas já são conhecidas. O Governo teve, oferecido pela Oposição o instrumento necessário para estabelecer aquilo que agora o Presidente da República diz ser seu desejo, diz ser seu propósito, isto é, ver eleito seu sucessor através de sufrágio direto. Na verdade este Governo não quer eleição direta não quer abertura democrática; ele quer e continuar utilizando ilegalmente arbitrariamente, os atos complementares e os atos institucionais que serviram para confinar o ex-Presidente JÂNIO QUADROS. O que esse Governo deseja é continuar dando demonstração de força e de incapacidade, ao mesmo tempo.</p>
9.9.68	<p>Em seu discurso, entre outras coisas disse o seguinte: "a policia baiana, ao tentar dissolver um comício ou uma concentração estudantil na Pça Castro Alves, assassinou, ontem, um jovem estudante de Filosofia, feriu três outros universitarios a bala, um dos quais, em estado grave, foi recolhido ao Hospital das Clinicas e espancou barbaramente o escritor JORGE AMADO, homem da mais alta expressão nas letras internacionais. O estado policialesco que se instalou neste País está animando a que as policias estaduais continuem a perpetrar esses assassinatos impunemente, matando e ferindo jovens".</p>
20.8.68	<p>Em seu discurso, entre outras coisas disse: "a coluna "Mundo Político", de ontem, do jornal "Correio da Manhã", sob o título "Derrubada de Anistia já acertada na ARENA" diz o seguinte: "A derrubada do projeto de anistia na Câmara, terça-feira, já é</p>

Nº 126-I

Nº 133-I



DATA	RESUMO DO DISCURSO	
20.8.68	<p>pacíficamente aguardada pela liderança do Govern no. Trocando idéias com vários elementos da ARENA, sei que há - digo honestamente - diversos Depu- tados do Partido governista que votam contra a anistia por convicção. Outros votam por fideli- dade partidária. Não xxix é justo, portanto, que a esta altura, o Governo generalize uma acusação a todos os Deputados da ARENA, e, finalmente, / classe civil, a classe política deste país, como se todos nós, não apenas os mais recalitrantes da ARENA fossemos maleáveis e amoldáveis as con- veniências e aos conchavos que se fazem nos porões palacianos".</p>	Nº 140-I
17.8.68	<p>Em seu discurso, disse: "o Governo regressou à Brasília depois de uma estação de águas no Amazo nas. Falando aos jornalistas, o Ministro Magalhães / Pinto frisou a necessidade segundo consta do Correio Brasiliense de hoje, de por fim ao ciclo de agitações em curso no País. E acrescentou que a Nação não pode acupar-se de suas tarefas prio- ritárias, enquanto perdurar o clima de agitação, pois o Governo necessita desviar-se de seu rotei ro normal de trabalho para cuidar das questões / ligadas a manutenção da ordem pública. Nos da Oposição, nos temos preocupado com grave erro cometido fora da esfera administrativa, is- to e, o de continuar o Governo dirigindo este / País a base do ódio, da vingança, da repressão po licial e nada mais".</p>	Nº 139-I
03.9.68	<p>Falando sobre a invasão da UnB pela Polícia, dis se: "acabamos de ouvir, mais uma vez, um Dep da ARENA, ex-Vice-Líder do partido do Governo, trazer a esta Casa o seu repúdio, a sua repulsa aquilo que ocorreu em Brasília. E, com toda dignidade, o Dep Oswaldo Zanello omitiu um acontecimento que em nome do MDB, ao lhe prestar solidariedade, nos destacamos para que conste dos Anais desta Casa. No dia imediato aquele pronunciamento do nobre / Dep Oswaldo Zanello, sua filha, professora no Gama, foi vítima de mais uma violência policial. Nesse instante, a nossa impressão é de que o PR também é prisioneiro da polícia. E é prisioneiro da polícia, porque, embora declare publicamente que esta contra esse tipo de manifestação dos / seus auxiliares, mantém nos postos-chaves o res- ponsáveis por aquilo que ocorreu em Brasília, e que ocorrerá ainda, tenham certeza disto".</p>	Nº 150-I

MÁRIO PIVA.

no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
05.9.68	<p>Falando sobre a invasão da UnB, disse: "evidentemente não tenho o propósito de criar mais dificuldades a qualquer ação de parte do Governo para apurar os fatos que ocorreram na UnB e, sobretudo, para punir os responsáveis por aquelas ocorrências."</p> <p>Os jornais de hoje noticiam - e que o Presidente da República decidiu dar mão forte ao Reitor da UnB, prestigia-lo na sua ação a frente daquele importante estabelecimento de ensino superior do País. Mas não entendo como pode S.Exa prestigiar o Reitor, que foi humilhado vilipendiado pelas autoridades policiais, chamado de subversivo, e ao mesmo tempo manter impunes essas autoridades que, através de uma nota xxxxxx humilharam o Professor Caio Benjamin".</p>	<p>AGÊNCIA JANUÁRIO 152-I</p>
07 SET 68	<p>Falando sobre a CPI para apurar violências da polícia no meio universitário, disse: "na CPI para apurar as violências policiais no meio universitário, dos militares que lá depuseram, uns demonstraram desconhecimento total, ignorância completa daquilo que eles mesmos executaram; outros tentaram comprovar uma coragem que chega às raias da insensatez. O coronel Murilo Cay leu, inclusive, relatório de um Maj, declarando que havia prendido um Parlamentar. Isto não é mais ousadia; isto é um desrespeito, compreensível apenas num regime militarista, de incapazes, de incompetentes, que se instalou no País. É aquilo que o nosso Líder, o Líder da Oposição, chama de dinâmica policial, que não encontra mais freio, que age por conta própria.</p> <p>Mas o lamentável é que parlamentares se tenham dado ao trabalho de prestar solidariedade aos violentos, aos truculentos, a bestiais militares que comandaram a invasão da UnB".</p>	<p>SUP DC Nº 154-I</p>
03.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "o MDB não pretende ouvir em silêncio sem repetir, as insinuações que já se tornam cansativas, além de objurgatorias, do partido governista, toda vez que se defender a classe dos menos favorecidos. Não é este o comportamento do partido do Gov quando se trata das classes mais favorecidas. Até hoje a ARENA não veio a esta tribuna explicar os vencimentos dos diretores do Banco do Brasil.</p> <p>É preciso, de uma vez por todas, alertar os Srs representantes da ARENA de que estas tentativas de tachar os elementos do MDB de subversivos, de agitadores, de nacionalistas entre aspas, não colam mais. Não as aceitamos. Nos os consideramos, isto sim, os covardes desta Nação porque apoiam uma política que leva a miséria a desgraça, a fome e a intranquilidade ao lar do operário".</p>	<p>172-I</p>

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS
13.11.68	<p>Falando sobre o processo para cassar o mandato de MÁRCIO MOREIRA ALVES, disse: "a Câmara Deputados, quando se pronunciar sobre o processo de MÁRCIO MOREIRA ALVES, não estará decidindo a sorte de um dos seus membros: estará defendendo as prerrogativas da instituição, se negar este / pedido de licença, ou estará selando seu próprio destino se o aceitar.</p> <p>Se porventura, for concretizada a infelicidade / da concessão da licença para o processo que se pretende mover contra o Dep MÁRCIO, ninguém aqui terá força moral, ninguém terá, coragem, ninguém terá o direito de esperar que o Judiciário resguarde a dignidade do nosso mandato, se nos mesmos, / por motivo q's mais humilhantes, não tivermos coragem de fazê-lo. O que está em jogo não é a pessoa de MÁRCIO MOREIRA ALVES, mas a inviolabilidade desta tribuna, a imunidade parlamentar e, sobretudo, o respeito que um Poder deve merecer do outro.</p> <p>Os arautos da violência, os arautos de uma ditadura neste País não querem a cabeça de Marcio Moreira Alves: querem o Congresso Nacional de corpo inteiro. É isto que desejam.</p> <p>Confesso, que o meu voto, embora secreto, pode / ser declarado. Votarei "não" a concessão de licença a MÁRCIO MOREIRA ALVES, como votarei "não" a qualquer pedido de licença que se revista de características iguais as do que agora chega ao Congresso".</p>

AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO
199-I

das Las

D. 565

NO PRO. C55-222-4/P. 109 65

JORNAL COMÉRCIO



4 SET 1968

Oposição não acredita no inquérito sobre UB

Em nome da oposição, o vice-líder Mário Piva disse ontem da tribuna da Câmara que «mal revoltante do que aquilo que o governo não faz, no sentido de punir exemplarmente os criminosos que invadiram ou determinaram a invasão do «campus» da Universidade de Brasília, é o que continua fazendo: permitindo que as viaturas do DOPS rondem aquela centro de cultura e prossigam na ingrata tarefa de promover detenções, causando vexames e provocando humilhação a professores, alunos e simples transeuntes».

Para o representante balano isto demonstra de maneira irretorquível que nenhuma disposição existe, por parte do governo, para apurar os fatos e banir os responsáveis da vida pública brasileira porque dela se tornaram indignos».

Acrescentou o vice-líder oposicionista que «os dados mostram aos descrites que em nenhuma outra fase de nossa história, o terror, o vandalismo, a prepotência, o arbítrio e a impunidade se associaram tão escancaradamente, afrontando os fóros de povo civilizado como agora».

E prosseguiu:

«De 1930 até 1963 — vale dizer, em trinta e três anos — dois estudantes morreram, em consequência de choques com a polícia, na praça pública, 136 universitários foram presos, sendo que 23 desses sofreram torturas físicas e mentais; policiais detiveram, para que prestassem esclarecimento, 4 professores; 10 mestres conheceram a demissão; 18 intelectuais estiveram aprisionados e dois deles foram torturados, e cinco escolas superiores estiveram, naquele período, sob cerco mi-

litar, mas jamais foram invadidas, e, muito menos, depredadas. Nos últimos quatro anos, isto é, de 1964 até 1968, um estudante e um popular foram assassinados pela polícia, enquanto seis tiveram sua condição física reduzida, como decorrência de ferimentos recebidos; 873 universitários presos ou detidos, dos quais 137 sofreram torturas; 526 professores presos; 93 mestres conheceram demissão sumária ou foram conduzidos a renunciarem às suas cátedras em consequência de perseguição policial; 26 intelectuais conheceram a humilhante submissão a inquéritos policiais-militares e mais de uma dezena foram torturados; 15 vezes a polícia cercou estabelecimentos de ensino secundário e 28 vezes plantou-se, como guarda inconfornada e cruel, em torno de escolas superiores e cinco vezes invadiu universidades para espancar rapazes e moças».

Após criticar o «pingue-pongue de responsabilidade, disputado entre os auxiliares diretos do presidente da República», o deputado Mário Piva concluiu ressaltando: «O governo está diante de uma opção: ou se propõe, de imediato, a tomar providências enérgicas para a punição exemplar e definitiva de quem determinou o massacre dos estudantes ou a Nação, já bem caracterizada nos dados episódios, e aceita a repulsa de toda confessa, publicamente, sua cumplicidade e omissão de órgãos de classe, de mães de família e no pronunciamento individual de todos aqueles que ainda sonham com a liberdade».

4 SET 1968



PIVA FAZ DENÚNCIAS

BRASILIA (Da Sucursal) — O deputado Mário Piva (MDB-BA), em nome da Oposição, disse ontem, da tribuna da Câmara, que "mais revoltante do que aquilo que o governo não faz, no sentido de punir exemplarmente os criminosos que invadiram ou determinaram a invasão do "campus" da Universidade de Brasília, é o que continua fazendo: permitindo que as viaturas da DOPS rondem aquele centro de cultura e prossigam na ingrata tarefa de promover detenções, causando vexames e provocando humilhação a professores e simples transeuntes".

Para o parlamentar baiano, "isto demonstra de maneira irretorquível que nenhuma disposição existe, por parte do governo, para apurar os fatos e banir os responsáveis da vida públi-

ca brasileira, porque dela se tornaram indignos".

Acrescentou o vice-líder oposicionista que "os dados mostram aos descrentes que em nenhuma outra fase da nossa História o terror, o vandalismo, a prepotência, o arbítrio e a impunidade se associaram ao escancaramento, afrontando os foros de povo civilizado como agora".

— De 1930 até 1963 — vale dizer, em trinta anos — dois estudantes morreram — frisou — em consequência de choques com a polícia, em praça pública; 136 universitários foram presos, sendo que 23 desses sofreram torturas físicas ou mentais; policiais detiveram, para que prestassem esclarecimentos, 4 professores; 10 mestres conheceram a demissão; 18 intelectuais estiveram aprisionados e dois deles fo-

ram torturados e cinco escolas superiores estiveram, naquele período, sob o cerco militar, "mas jamais foram invadidas, e, muito menos, depredadas". Nos últimos 4 anos, isto é, de 1964 até 1968, um estudante e um popular foram assassinados pela polícia, enquanto seis tiveram sua condição física reduzida, como decorrência de ferimentos recebidos; 873 universitários presos ou detidos, dos quais 137 sofreram torturas, 516 professores presos; 93 mestres conheceram demissão sumária ou foram conduzidos a renunciarem às suas cátedras, em consequência de perseguição policial; 20 intelectuais conheceram a humilhante submissão a inquéritos policiais-militares e mais de uma dezena foi torturada; 15 vezes a polícia cercou estabelecimentos de ensino secundário e 28 vezes plantou-se, co-

mo guarda incôformada e cruel, em torno de escolas superiores; cinco vezes invadiu Universidades para espancar rapazes e moças".

Após criticar a "ping-pong" de responsabilidade, disputado entre os auxiliares diretos do presidente da República, o deputado Mário Piva concluiu ressaltando:

— O governo está diante de uma opção: ou se propõe, de imediato, a tomar providências energicas para a punição exemplar e definitiva de quem determinou o massacre dos estudantes, ou confessa, publicamente, sua cumplicidade nos episódios, e aceita a repulsa de toda a Nação, já bem caracterizada nos documentos de órgãos de classe, de mães de família e no pronunciamento individual de todos aqueles que ainda sonham com a liberdade".

5 SET 1968



LÍDER VÊ INCOERÊNCIA

BRASÍLIA (Da Sucursal) — Ocupando a tribuna da Câmara Federal, o deputado Mário Piva, líder do MDB, aludiu ao encontro antecorrem mantido entre o presidente Costa e Silva e o reitor da Universidade de Brasília, acentuando que "ninguém, por mais ingênuo que seja, pode acreditar no propósito do marechal, de prestigiar o reitor, se, ao mesmo tempo, mantém no seu posto o chefe de Polícia, o qual, publicamente, agrediu o professor Caio Benjamim, tachando-o de subversivo e incapaz".

De outro lado, referindo-se à nota da assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, ressaltou o parlamentar baiano que "nela se destaca, apenas, o óbvio e o intuito protelatório, pois em ne-

ningum instante fala na apuração de responsabilidade e na punição dos culpados. Diz, somente, que o general Garrastazu Medici apurará "as causas, as circunstâncias e as conseqüências", deixando a impressão de que o SNI é o serviço mais desinformado deste País, vez que, somente agora, uma semana depois dos acontecimentos, irá procurar saber aquilo que deveria conhecer antecipadamente.

Ao concluir seu pronunciamento, afirmou o vice-líder emedebista, que "a Nação não aceita como válidas as medidas divulgadas. Espero, isto sim, que os responsáveis pelas violências cometidas sejam amplamente punidos, para que outros não encontrem no fato o exemplo e o estímulo para a prática de mais arbitrariedades".

D. 565
ANEXO N.º 54
LENDADA EM 21/11/1968



Piva denuncia Govêrno por propaganda na TV

Baseado em informações que recebeu de que o govêrno pretende realmente implantar na televisão a "Voz do Brasil", o deputado Mário Piva do MDB da Bahia, afirmou que "sômente nos regimes ditatoriais se entende que o govêrno monte, às custas da atividade privada, a sua máquina de propaganda".

Lembrou o parlamentar opositorista que "o govêrno se esquece de que tirando tempo da TV para fazer dela sua máquina de propaganda elimina, de

pronto, uma renda de empresa particular sôbre a qual incidirão impostos que serão carreados para o próprio govêrno".
E concluiu: "Fica, portanto, o nosso protesto contra essa investida do govêrno contra a liberdade de manifestação de pensamento, contra o noticiário franco e liberdade de todos os órgãos de divulgação deste país".

NO. PRO-CSS-222.4/P-113

JORNAL DO BRASIL

27 JUL 1968

ANEXO
LANÇADO EM
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO
NACIONAL DE NOTICIÁRIOS
1968



Mário Piva anuncia uma conspiração contra a liberdade de imprensa

Brasília (Sucursal) — O vice-líder do MDB, Deputado Mário Piva, anuncia que "está em marcha nos porões palacianos uma conspiração contra a liberdade de imprensa", e adverte: "Que os proprietários de jornais preparem mais uma mesa na redação: o foca da censura fardada vai trabalhar."

Segundo o Sr. Mário Piva, "os repetidos pronunciamentos de autoridades civis e militares, contra publicações, valem como tentativa para coonestar, perante o povo, mais um ato de violência." Disse que, após a eliminação de líderes, através do arbitrio dos Atos Institucionais, "o objetivo agora é amordçar a imprensa."

"INJUSTIÇAS"

Declarou que a imprensa divulga, comenta, interpreta os fatos. "A nenhum jornal interessa espalhar notícias levianas. De igual forma, porém, a nenhum jornal interessa esconder as levandades de quem deveria ser responsável."

— Injustiças têm cometido os homens de imprensa. Injustiças de boa-fé. Injustiças fize-

JB-7X

ram ao abrir crédito de confiança. Aqueles que não tinham e não têm condições para governar o país, dentro de normas democráticas. Injustiças cometeram ao tentar minimizar certos fatos graves, na preocupação de tranquilizar a família brasileira. Injustiças cometeram ao ser condescendentes com as falsas promessas de falsos democratas.

NB.PRO.ESS.222.U.P.114

DOC
"D"

D - A N E X O S

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NO CONGRESSO NACIONAL

2 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

NB-PAO. CSS-222. 4/2/16

ANEXO

1

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NO CONGRESSO NACIONAL

- 1.1 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 08 AGO 67
- 1.2 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 27 OUT 65
- 1.3 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 29 AGO 67
- 1.4 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 11 ABR 67
- 1.5 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 29 ABR 67
- 1.6 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 08 JUN 67
- 1.7 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 21 NOV 67
- 1.8 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 01 FEV 68
- 1.9 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 07 FEV 68
- 1.10 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 13 FEV 68
- 1.11 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 15 FEV 68
- 1.12 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 02 ABR 68
- 1.13 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 12 JUN 68
- 1.14 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 21 JUL 68
- 1.15 - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 18 OUT 68

CONGRESSISTA: **Mário Piva**
 PROJETO Nº: **1774**
 CAMARA: **SENADO**
 DC do P / 8 / 64 / CD-X-CA Pg 4246
 DO Nº: **1 do 1**

*Criticas aos
 Juizes Revolucionários*

O SR. MARIO PIVA: 269

(Sem pedido do orador) — Sr. Presidente. Srs. Deputados, já se tornou comum, na cronologia política deste País, mencionar os fluidos maléficos do mês de agosto.

Os exemplos históricos aí estão a demonstrar que, efetivamente, durante este mês, vários fatos ocorreram que modificaram a fisionomia política de nossa Pátria.

Agora, o mês de agosto que mal se inicia, traz-nos notícias bastante agorrentas a respeito do futuro da ordem democrática ou do restabelecimento da ordem democrática, neste País.

Alega-se, Sr. Presidente e Senhores Deputados, que o desaparecimento trágico do Marechal Castello Branco teria sido a mola propulsora de uma alteração que somente pode ser entendida e interpretada por aqueles que desejam instituir, em nosso País, definitivamente, sem esses aspectos e distorções do Congresso aberto, uma ditadura.

Quatro implicações políticas podem ser apontadas, de pronto, com o falecimento do Marechal Castello Branco. A primeira delas ocorreu logo após o falecimento do ex-Presidente. Foi a perplexidade que dominou a chamada "linha-dura". Os militares que estavam habituados ao guante de ferro do período que se prolongou de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967 revelaram-se inconformados de pronto com as alterações que provavelmente viriam diante do desaparecimento daquele político.

Esta perplexidade, Sr. Presidente, precisava ser domada. A "linha-dura" não se conformava em que se aproveitassem os políticos, os civis daquele instante para firmar talvez outra liderança em substituição ao poder militar que vem sendo exer-

cido neste País desde o golpe de 15 de abril de 1964. Refiro-me sempre a golpe, porque não foi efetivamente uma revolução; sem conteúdo ideológico, sem preparação, foi antes uma improvisação daqueles que trocaram por outros os homens que estavam no poder. Temos atualmente neste País um governo de ocupação, este governo que hoje emanda os destinos desta Pátria.

A segunda implicação foi a abertura de um novo núcleo liderança de chamada "república de Ipanema". Aquelles que acompanham o desenvolvimento dos fatos políticos neste País notaram, sem grande esforço, que, após a posse do Marechal Costa e Silva, os ex-auxiliares do Marechal Castello Branco continuaram a reunir-se, continuaram a fazer pronunciamentos, alguns deles severas críticas aos atuais detentores do poder, e devo dizer, por entre as principais da política, que, segundo depoimento de vários homens que viviam da imundade do falecido Marechal Castello Branco, era ele quem ainda impedia se avançasse demais na estrada que vinha sendo palmilhada por aqueles que pretendiam fazer oposição ao governo do Presidente Marechal Costa e Silva, não estando no MDB, estando na "linha-dura".

A terceira implicação é a falta de perspectiva para a substituição desta liderança. A quarta implicação, que ocorreu efetivamente, para tentar minimizar aqueles aspectos que traziam um desconforto total entre os homens que comandam a "linha-dura" neste País, foi justamente o restabelecimento do processo punitivo e das medidas ostensivas de arbitrio e de violência. Onde vemos procurar as demonstrações da implantação ou da reimplantação deste processo? Em casos como o desterro do jornalista Hélio Fernandes, como a prisão do jornalista Flávio Tavares, como a perseguição e prisão de estudantes e sacerdotes; em casos de prisão daqueles que voltaram ao País na certeza de que, não sendo culpados, não seriam detidos e o foram sem culpa formada; daqueles que foram atingidos por um engodo da chamada revolução.

Restabeleceu-se esse processo punitivo, Sr. Presidente, com um pouco objetivo; os militares queriam demonstrar — e o fizeram através da incontinência — que a morte do primeiro chefe da Revolução, o Marechal Castello Branco, não impedia que eles continuassem a dar demonstrações — e aí vai entre aspas a expressão — de "força revolucionária".

Sr. Presidente, uma parte altamente categorizada — e, segundo os jornais, fonte responsável — afirmava, há poucos dias, que as prisões dos jornalistas Hélio Fernandes e Flávio Tavares, dos estudantes e dos sacerdotes, eram fatos isolados.

Reparem bem os Srs. Deputados. Até então, toda a vez que se falava em Congresso da UNE, dizia-se que era apenas a parte de um plano de subversão da ordem no País. Agora, para tentar resguardar as aparências, altera-se o critério de julgamento desses conclave, altera-se o critério de julgamento destas prisões para admitir que elas são apenas fatos isolados.

O Sr. Clóvis Stenzel — Nobre Deputado, entre os seus considerandos, — e eu queria apenas referir-me a um deles — V. Exa., não sei se entendi bem, teria dito que, após a morte do ilustre brasileiro Marechal Castello Branco, os militares queriam dar uma demonstração de que o fato do desaparecimento do Castello Branco não significaria jamais que a revolução tivesse terminado seu período e que o comportamento do Governo não continuaria a ser o mesmo. Quero dizer que V. Exa. é, de fato, um homem arguto, inteligente, mas cometeu sério equívoco. Os militares não ne-

cessitariam de fazer qualquer comprovação a esse respeito, como disse nos, civis da revolução; também não precisariam, porque se lembra no Governo o ilustre Marechal Costa e Silva, que, com relação à sua consciência no período de seu governo, em nada difere, para nós civis e militares da revolução dos processos e objetivos do ilustre Marechal Castello Branco.

O SR. MARIO PIVA — Agradeço o aparte de V. Exa., Nobre Deputado, Mas V. Exa. deve admitir, e admitir com toda lealdade que somente estas, esses propósitos da ARENA estão sendo revelados. Diante a vida do Marechal Castello Branco, a coisa mais difícil dentro desta Casa era ouvir alguém defender o Marechal Costa e Silva. Quando alguém da ARENA vinha para a tribuna, era para fazer a defesa do Marechal Castello Branco e nunca do Marechal Costa e Silva. Talvez a expressão "rei morto, rei posto" seja válida, mas, mesmo assim, eu ainda não a admito. Quanto aos civis revolucionários a estes cabe apenas uma coisa: continuar fazendo continência. É a única concessão que os militares lhes fazem.

O Sr. Clóvis Stenzel — Nobre Deputado, o aspecto da continência a que V. Exa. se referiu, para mim poderia ter duas interpretações: há militares que precisam fazer continência para civis e há civis que precisam fazer para militares, porque o civilismo no Brasil não teve, até hoje outro objetivo senão eleger um presidente civil. Nada mais. Não vejo, no comportamento dos governos do Brasil de todos os tempos, um sequer que tenha caráter militarista, com exceção da ditadura de Getúlio Vargas, que foi civil.

Agora desejava, Nobre Deputado, abordando outro aspecto, dizer a V. Exa. que, neste caso, não é verdade. E, permita-me, não quero dizer que V. Exa. fale a verdade; não é nesse sentido que me proponho. Jamais eu cometeria esse desrespeito, porque o admiro muito, como sabe V. Exa. Mas quero dizer que V. Exa. se equivoca — é o termo mais apropriado — não está bem informado a respeito da defesa que sempre se fez nesta Casa ao Governo Castello Branco, durante seu período de Governo e após sua morte. Por várias vezes tive oportunidade de referir-me nesta tribuna à gestão do nosso Presidente, do Presidente que faleceu há poucos dias, para infelicidade do Brasil. Os meus companheiros da ARENA aqui estavam sempre defendendo o Presidente Castello Branco, como hoje defendem, o Presidente Costa e Silva. Apenas quero lembrar a V. Exa., nesta oportunidade, que, após a morte do Presidente Castello Branco, estamos em muito maiores condições para defendê-lo, ainda mais quando certos opositores não são capazes nem de respeitar o corpo insubstituível do grande brasileiro, Sinal V. Exa. que, quando o Sr. Getúlio Vargas morreu, eu adversário e contemporâneo do Sr. Exa., ocupei a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo e contei dos Anais da Casa — e lhe preslei homenagem pelos fatos positivos de sua vida, esquecendo-me daquele instante os aspectos negativos que orientaram sua conduta pública. Nós, brasileiros, somos muito sentimentais; diante do morte e silêncio. Foi com lágrimas e com pesar que eu, longe do minha Pátria, tive notícia de que brasileiros não reconheceram a memória de um homem que poderia não ter sido nada, mas que bastava ter sido Presidente da República para merecer o respeito de todos os brasileiros.

O SR. MARIO PIVA — V. Exa. explicou-me bem a importância de seu aparte em três aspectos. O primeiro, de aspecto sentimental, não foi de-

ou-lo, sobretudo a alma V. Exa. que soube no exterior, que brasileiros haviam tripudiano sobre a memoria de um Presidente cujo corpo ainda estava insepulto. Essa generalizacao quanto a brasileiros — como se se pudesse mensurar a quantidade de brasileiros que assim se pronunciaram — confesso a V. Exa., não entrará na minha analise. Essa afirmacao de V. Exa. consistia de meu discurso como a de um vice-lider da ARENA. O lado sentimental, eu não o discuto, porque diante da morte todos nós emocionamos, mesmo da de nossos piores inimigos, é evidente. Se V. Exa. se refere a um artigo publicado pelo jornalista Hélio Fernandes, preciso pelo menos reconhecer nesse profissional de imprensa a coragem de ter dito o que pensava. Isto se deve reconhecer; e é preciso reconhecer também que muita gente silenciou não porque respeitasse a memoria do Presidente, mas porque não teve a coragem de dizer o que pensava.

O Sr. Clóvis Stenzel — Interrompo-o, só para dizer, nobre Deputado, que a coragem em si não tem valor negativo nem positivo.

A coragem de Cristo, de Buda, de Maomé, dos grandes heróis, é uma coragem positiva. Os mais terríveis criminosos também foram corajosos: Capone foi corajoso. Não admiro a coragem; admiro a coragem posta a serviço do bem. Essa eu admiro. Não quero fazer criticas, mesmo porque não li o artigo. Acabou de chegar, lendo-o, farei meu juizo. Então, dirá se a coragem a que V. Exa. se refere, no seu devido valor, foi posta a causa do bem e se tem um aspecto positivo. Mas foi-me dito, não li, que é uma coragem de desrespeito; foi-me dito, não li, que é uma coragem de culpa; foi-me dito, não li, que é a coragem de um homem sem piedade, de um homem sem sentimentos, de um homem não identificado com o espirito e com o coração do País em que nasceu. Faga V. Exa. o juizo que quiser a respeito do artigo. Mas tenho a certeza de que jamais o coração do balano aplaudirá um homem que, no dia seguinte à morte de um ilustre brasileiro, escreva um artigo não só desconsiderando a vida desse homem como ofendendo a todos aqueles brasileiros que com ele conungaram os mesmos ideais. Quando se desrespeita um homem na morte desrespeita-se a sua geração; desrespeita-se a ele e a seus amigos; desrespeita-se a ele e aos seus correligionários; desrespeita-se a ele a sua familia. E a coragem a serviço do desrespeito não tem o meu aplauso.

O SR. MARIO PIVA — Nobre Deputado, mais uma vez, V. Exa. presta um depoimento terrível a esta Casa sobre a coragem para o mal dessa Revolução, desses homens que escreveram o Congresso; armados de canhões, de balonetas, de metralhadoras, cercam aqui dentro, setenta homens que queriam defender a dignidade desta Casa. E' isto coragem? E' coragem para o mal, nobre Deputado. E V. Exa. vem, neste instante, dar um depoimento da coragem que tiveram aqueles que, no momento em que esta Casa votaria contra uma vontade, um desejo, uma opinião do Poder Executivo — não tinham-se a aprovar uma lei — e logo seguinte recebiam pelo rádio a noticia de que havia sido baixado o Ato Institucional nº 2, vilipendiando esta Casa.

Esta coragem eu também condeno. Mas, de qualquer sorte, é uma coragem, é mais uma vez arradado o depoimento que V. Exa. fez. Ora, uma se distancia neste País o que é coragem a serviço do bem e o que é coragem a serviço de uma falsa Revolução.

O Sr. Gastone Righi — Permittame V. Exa. aduzir as suas brilhantes

palavras algumas considerações. A melhor resposta ao ilustre Deputado Clóvis Stenzel seria ler dois trechos do artigo do Sr. Hélio Fernandes. Ele começa o artigo assim:

"Nunca pude entender o fato de se chegar e lamentarem todas mortes, indistintamente. Se todos têm que morrer algum dia, se a morte é a finalização natural e inevitável da vida, sempre escapou a minha compreensão o fato de se nivelarem todos na mesma dor: moços e velhos, heróis e covardes, talentos e mediocres, gente que contribuiu para o progresso e dignificação da humanidade e gente que não fez outra coisa senão explorá-la. A vida é que classifica os homens. E a morte, sendo inevitável, não pode ser mais do que um julgamento, um encontro de deve e haver. Se os canalhas também morrem, por que consagrá-los com as mesmas ..."

O SR. PRESIDENTE:

(Ary Alcântara) — Advirto o nobre Deputado que o Regimento não permite em apertes, a leitura de artigos. V. Exa. não poderá continuar lendo o artigo.

O Sr. Gastone Righi — Permittame, Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE:

(Ary Alcântara) — A Mesa não pode deixar de cumprir o Regimento. Lamento bastante. Apelo a V. Exa. para que, colaborando com a Presidência, cumpra o Regimento e não leia mais o artigo.

O Sr. Gastone Righi — Devo dizer a V. Exa. que não desejo estabelecer diálogo com a Mesa quanto a ser regimental ou não a leitura do artigo.

O SR. PRESIDENTE:

(Ary Alcântara) — A Presidência agradece a V. Exa.

O Sr. Gastone Righi — Mas falta apenas uma frase para a conclusão do texto. Ele não faz referencia a ninguém, sequer define quem quer que seja. Deixa-me V. Exa. essa confiança, e conclua apenas com a ultima frase da leitura: "Se canalhas também morrem, porque consagrá-los com as mesmas lágrimas que se destinam aos que não tiveram medo da vida e deram a ela todo o seu desprendimento e toda a sua grandezza?" Assim, nobre colega, parece-me amplamente justificado a esse eminente jornalista o direito de enunciar sua opinião. E' um direito sagrado que as democracias, mesmo aquelas enganosamente situadas, congueram e que só um Estado ditatorial poderia negar.

O Sr. Clóvis Stenzel — Admiro o brilho do ilustre Deputado Gastone Righi, um dos colegas mais ilustres desta Casa, mas o artigo que S. Exa. leu traduz uma filosofia bem barata. A critica é ao articulista. As considerações do articulista são pessimas.

O SR. MARIO PIVA — Pediria a V. Exa. que não fizesse digressões a respeito do artigo. Vamos prosseguir no nosso diálogo.

O Sr. Clóvis Stenzel — V. Exa. permitiu o aparte a outro colega que me contrapartecou...

O SR. MARIO PIVA — S. Exa. não contrapartecou.

O Sr. Clóvis Stenzel — S. Exa. quis ler o artigo para que eu ouvisse. Estou fazendo agora a minha critica.

O Sr. Gastone Righi — V. Exa. não conhecia o artigo.

O Sr. Clóvis Stenzel — Admiro a inteligência de quem leu, mas considero baratíssima, de botiquim, a habilidade do escritor. Agora, devo dizer a V. Exa., nobre Deputado Mário Piva, que a coragem a que nos estávamos referindo, o dever de criticas,

o ataque a que V. Exa. se referiu, ou os problemas de ordem politica, tudo isto está muito certo. Nesta Casa, houve debates porque na revolução houve prisoes; em outras revoluções, houve crimes politicos. Não me refiro a V. Exa., mas a um comportamento de ordem pessoal diante da morte de um Presidente, a comentários não sobre razoes politicas, que não atingem os seus atos como politico, mas violaram a sua personalidade, macularam no instante mais impróprio, a sua dignidade pessoal. Posso até afirmar que — se há nesta Bancada do Movimento Democrático Brasileiro 90 ou 100 Deputados, não sei quantos — duvido, porque sei, como brasileiro que sou e como brasileiros que são, que 10 Deputados pudessem escrever um artigo desse. Duvido que 90% da Bancada do MDB aplauda um artigo dessa natureza. Duvido. E isso em nada absolutamente compromete a sua coerência politica e a sua oposição ao Governo revolucionário. V. Exa. há de concordar comigo, como todos os colegas, que esse artigo é de desrespeito a Castello Branco, a Nação brasileira e à personalidade do povo brasileiro. Se há uma tônica que nos caracteriza, diante dos outros povos — e tive oportunidade, em entrevista A Voz das Americas, de dizer, nos Estados Unidos, que o brasileiro tem virtudes que jamais o povo americano poderá alcançar — é a de ser sentimentalista. Até revoluções ele faz sem parede, sem fuzilar, sem enforcar e os expurgos são feitos, aposentando muitos antes do tempo de serviço. Até a maneira de fazer revoluções no Brasil é própria. E jamais podemos assistir, sem nosso protesto nesta Casa, aos aplausos a um artigo vazado nos termos que acabaram de ler para mim. Se a introdução desse artigo revela bem o que ele é: só a introdução desse artigo revela bem o seu objetivo, só a introdução desse artigo revela bem a sua impedidade. E não será esta Casa, pela voz dos seus representantes, tenho certeza, que há de aplaudir um artigo dessa natureza.

O SR. MARIO PIVA — V. Exa., nobre Deputado, volta justamente a fixar-se naquele ponto que não é problema de discussão e nem está no meu discurso. Não estou julgando o artigo de Hélio Fernandes. Aqui, nesta Casa, o que se julga é a legalidade do ato praticado pelo Governo, é o desfecho do Sr. Hélio Fernandes. Este é outro ponto. E isto o que interessa para caracterizar, como muitos vêm dizendo, a reintrodução do processo de violencia de arbitrio, de desrespeito a lei, depois de 15 de março de 1967. E isto o que é fundamental, nobre Deputado, está ninguém vai discutir com V. Exa. e ninguém nunca o fez nesta Casa. Respeitamos os mortos de V. Exa. e pedimos-lhes que respeitem os nossos vivos.

O Sr. Hermanno Alves — Nobre Deputado Mário Piva, quero apenas recordar isto: Hélio Fernandes, que tinha todo o direito de escrever o artigo que quisesse, sem ter que ir para o degrado, ou para a cadeia, foi um dos três revolucionários do movimento de 31 de março ou 1º de abril neste País.

O SR. MARIO PIVA — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Raul Brunni — Faz bem V. Exa. em não desvirtuar o ponto da discussão. Eu gostaria de dizer ao nobre Deputado Clóvis Stenzel que o que o jornalista Hélio Fernandes demonstrou não foi a coragem de se levantar contra o morto. Quando no Brasil, muitos silenciaram e se omitiram, porque Castello Branco era o gladiador não-poderoso. Hélio Fernandes na primeira linha, investigava, criticava e combatia Castello Branco com toda a sua inteligência sem temer as arbitrariedades, sem temer o es-

R. I. ...
.....
aprecie
.....
Preside
.....
de
.....
transp

meiros signatários ou dos primeiros manifestantes a apoiar, com o seu voto, a constituição dessa Comissão Parlamentar de Inquirição. (Muito bem.)

O SR. MARIO PIVA — Acredito que S. Ex.^a já lá vá.

O Sr. Clóvis Stenzel — Permite-me V. Ex.^a já que fui chamado ao debate?

O SR. MARIO PIVA — Confesso a V. Ex.^a que nunca me privarei de ouvir uma das palavras do ARENA: V. Ex.^a ou o Sr. Deputado Geraldo Freire.

O Sr. Geraldo Freire — Muito obrigado.

O Sr. Clóvis Stenzel — Nes e casa, vou colocar-me em segundo lugar e peço a V. Ex.^a que me permita ouça o Deputado Geraldo Freire.

O Sr. Geraldo Freire — Excelência, malgrado sua gentileza, não vou cantar no aparte; pelo contrário, vou deixar aqui uma nota de certa tristeza, de melancolia. Ouvindo homens brilhantes, como V. Ex.^a e seus nobres correligionários tecerem uma quantidade de acontecimentos escabrosos, ficamos pensando que o Brasil se transformou, todo ele, numa câmara de torturas. Tudo, Excelência, porque a verdade foi desvirtuada. Já se disse, com muita precisão, que não há mentira sem verdade. As mentiras, foi dito até, são os buracos do muro da verdade. Então, nisso tudo, que há de verdade? É que um homem foi punido, não por ser jornalista, mas pelo simples fato de ter os seus direitos políticos suspensos. Isso se transforma numa inensa perseguição aos jornalistas do Brasil, ao ponto de dizer um dos seus nobres aparteantes que o jornalista tem direito sagrado, como se o direito sagrado pudesse fazer com que alguém tripudiasse sobre a memória dos mortos. Admiramo muito que homens como V. Ex.^a não condenem esse absurdo, contrário à nossa formação ética, aos postulados, não de civilização mas de educação primacial de cada homem. Não discuto a posição do Sr. Hélio Fernandes, que já admirei muito na minha vida. Pode ser homem corajoso, ter seus méritos. Como homem, porém, não tinha o direito de tripudiar sobre a memória daquele que eu, pessoalmente, lamento como um dos maiores homens, se não o maior de todos, que já existiram na República brasileira. Quer dizer, ele, em o ofendendo, ofendeu a mim e a todos os brasileiros, quer aqueles que o estimavam, quer aqueles que faziam justiça à sua memória. Isso, entretanto, não vem ao caso, porque os jornalistas, no pelo fato de escrever em jornais, e, sim, porque violou uma lei desta República. E aí de nós se as autoridades desta República não fizessem com que a lei fosse respeitada. Tem-se discutido aqui muito a respeito de subjetividade e objetividade. Não prolonguemos essa discussão, que é acadêmica. Mas firmemos bem; a lei existe, para ser realisticamente cumprida, e a revolução se firma e se firmará cada vez mais, fazendo com que a lei e a Justiça impereem neste País. (Palmos.)

O SR. MARIO PIVA — Nobre Deputado Geraldo Freire, V. Ex.^a novamente me traz argumentos espetaculares para incluir em meu discurso desconsiderado. (Não aplaudos.) V. Ex.^a afirma que a lei foi feita para ser cumprida e declara que houve uma ofensa, que se tripudiou sobre a memória de um homem morto. Admiramo muito, nobre Deputado, que, com a sua formação, V. Ex.^a não esteja nesta tribuna a reclamar contra os poderosos que tripudiam sobre um homem que cometeu, como disse V. Ex.^a, uma grosseria. Admiramo, Deputado, que V. Ex.^a, condenando o artigo do jornalista Hélio Fernandes, não reclame contra a legalidade flagrante praticada pelo Governo.

Admira-me, nobre Deputado, que V. Ex.^a, protestando contra o artigo de Hélio Fernandes, não proteste contra essa portaria do Ministro da Justiça.

E isso que me admira, nobre Deputado.

Se sua formação cristã é assim, V. Ex.^a deveria respeitar os mortos, como eu os respeito, mas deveria resguardar aos vivos os seus direitos, os direitos daqueles que, ainda hoje, são brasileiros como todos nós.

O Sr. Clóvis Stenzel — Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE:

Lembraria ao nobre Deputado Mário Piva que dispõe de dois minutos para terminar seu discurso.

O SR. MARIO PIVA — Nobre Deputado Stenzel, tenho dois minutos. Concedo-lhe o aparte, por 15 segundos.

O Sr. Clóvis Stenzel — Quero dizer ao Deputado Márcio Alves que, apesar da aparente paixão com que defendo minhas teses, numa impressão de que, às vezes, estou distorcendo as palavras e a verdade, em matéria de aburração de arbitrariedades, estarei sempre, nesta Casa, a favor dessa apuração. E, quando S. Ex.^a o nobre Deputado Márcio Alves estava sendo objeto de um debate nesta Casa, quando pediram a intervenção desta Câmara para garantia de suas liberdades pessoais, não deixei de apertear, neste microfone, dizendo que a Presidência da Câmara estava no dever de atender ao chamamento do Deputado e pedir ao Ministro da Justiça que precatasse suas liberdades e imunidades.

O SR. MARIO PIVA — Muito obrigado.

O Sr. Clóvis Stenzel — A esse respeito não tenho a menor dúvida. Agora, quanto a se vou ou não assinar esse pedido, é outro problema. Vou examiná-lo. (Riso) Não é qualquer requerimento que eu assino, quero ler e conhecer os fatos. Posso reiterar a V. Ex.^a que no meu Estado, o Rio Grande do Sul — e peço o depoimento dos Deputados gaúchos aqui, meus adversários — o Exército Brasileiro, mesmo em plena época revolucionária, não praticou vandalismos, barbaridades nem torturas, como se diz.

O SR. MARIO PIVA — Nobre Deputado Stenzel, sou obrigado a pedir o testemunho de um Deputado gaúcho.

O SR. PRESIDENTE:

(Arg. Alcântara) O nobre orador não pode permitir mais apartes, pois o seu tempo está esgotado.

O Sr. Mariano Beck — O Deputado Stenzel está chamando o testemunho de um Deputado gaúcho. Ester aqui para satisfazer o desejo de S. Ex.^a Recentemente, uma Comissão Parlamentar de Inquirição da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a respeito da morte do Sargento Raimundo Soares, e constituída por Deputados do MDB e da ARENA, apontou três coronéis do Exército como responsáveis pelas torturas e pela morte daquele sargento.

O SR. MARIO PIVA — Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Mário Cozas — Deputado Mário Piva, eu não pretendia apertá-lo, até porque V. Ex.^a, com muito brilho, vem-se manifestando da tribuna e expressando com muita felicidade o drama que a todos nos envolve. Mas há uma afirmação feita aqui que precisa ser objeto de reparo: o nobre Deputado Geraldo Freire aproximou-se deste microfone e dizia a V. Ex.^a que se apresentava, hoje, à Nação uma imagem, como se ela estivesse transformada num grande campo de torturas e, portanto, deformando, com isso, aquilo que realmente ocorre no País. É profundamente constrangedor, profundamente

entristecedor, Sr. Deputado, que nós aqui já passamos a considerar problemas desta ordem em função do número de casos, em função da menor ou maior quantidade. Seria crime, no entender do Deputado Geraldo Freire, efetivamente, se neste País, em cada instante, em cada cidade, em cada local, alguém estivesse sofrendo uma tortura. Assim, como poucos, ou em numeros talvez não suficientes são os casos de tortura, nessa preocupação quanto a esses casos deve estar minimizada, pela sua pequena quantidade. Mas, que importa isso, Senhor Deputado? Que diferença faz para um país que quer ter foros de nação civilizada, se o caso é um apenas, se são dez, cem, mil, ou se acontece de forma indiscriminada e generalizada? O que constrange é que ainda sejamos capazes de debater assunto como esse em meio a risos, a conversas, como se estivéssemos tratando da oferta de uma verba para a construção de um estrada ou de algo que não atingisse a dignidade de mais nobre existe na pessoa humana, que é a sua dignidade. Que importa fosse constatado um único caso apenas de tortura neste País? Seria preciso que dentro desta Casa, que da parte de todas as forças vivas da Nação, numa única voz, viesse o repúdio total, veemente, uníssono, em relação a essa atitude. (Muito bem.) Constrange ver este ponto a que chegamos, capazes de debater em nossa própria dignidade, a ponto de mencionar um episódio, como esse, em função do número de casos acontecidos. Se fosse um único torturado, um único confinado, um único preso sem culpa formada, ainda assim estaria a requerer de nossa parte, eoz que se tentassem colocar ao lado da dignidade humana, um grito uníssono contra tal fato. O que constrange e causa profundo entristecimento é ver que esses casos já de tal forma se multiplicam nesta Nação, que a nossa própria apreciação, a nossa própria colocação em função deles já nos faz observá-los sem o cuidado, sem a preocupação e seriedade, sem a palavra de protesto que de todos nós deveria partir. Não se trata, Senhor Deputado, do número de casos. A dignidade humana é um fato de tal envergadura, é um fato de tanta expressão, que, seja um ou "n" o número de casos, a nossa posição só pode ser uma: a de revolta formal, veemente, permanente. Esses atos do mais absoluto arbítrio só poderão merecer a condenação das gerações futuras. (Palmos.)

O SR. MARIO PIVA — Muito obrigado, nobre Deputado Mário Cozas.

O Sr. João Heróclio — Permite-me, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE:

(Arg. Alcântara) — Informo ao nobre orador que não pode mais conceder apartes, pois seu tempo já está esgotado. A Presidência solicita a S. Ex.^a que encerre seu discurso.

O SR. MARIO PIVA — Terminando, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que, neste lerdo, graças à colaboração de dois Deputados da ARENA, o MDB conseguiu trazer os depoimentos de que tanto precisávamos para constar dos Anais. Esses depoimentos foram dados em apartes, revelando talvez o subconsciente de muitos que hoje estão na ARENA por qualquer motivo. Quero apenas deixar claro que temos uma grave responsabilidade neste instante, e V. Ex.^a pode ter certeza, Sr. Presidente, como tanto os Srs. Deputados, de que nós, do MDB, não desejamos ser os criadores funebres à beira do túmulo do poder civil, justamente no instante em que as forças dissidências se preparam para enfrentar solenemente.

Era o que tinha a dizer à Casa, Sr. Presidente. (Muito bem, Palmos. O orador é cumprimentado.)

tado ditatorial que imperava neste País. Portanto, repito a acusação do Deputado Clóvis Stenzel, de que Hélio Fernandes é corajoso apenas contra os mortos. Duvido viver alguém neste País mais corajoso do que Hélio Fernandes para enfrentar o Estado totalitário comandado pelo Sr. Castello Branco.

O Sr. Clóvis Stenzel — Mais uma vez fui citado, e agora, com muita honra para mim, pelo nobre Deputado Raul Brunini, que não me ouviu. S. Ex^a me contra-argumentou e lhe informaram, na entrada, que eu teria dito que o Sr. Hélio Fernandes só atacava os mortos. O contínuo lhe informou mal.

O Sr. Raul Brunini — Ouvi eu mesmo V. Ex^a dizê-lo.

O Sr. Clóvis Stenzel — Veja V. Ex^a os Anais; não disse isso. Gostaria de dizer que exemplo de uma coragem bela, tivemos-a aqui. Esta Casa deve estar lembrada do velho gaúcho chamado Flores da Cunha, adversário de Getúlio Vargas, e com razão, durante toda a sua vida. No momento em que Getúlio era vítima dos mais sózoes ataques, que o levaram ao suicídio, ele não teve um só momento de indecisão; ocupou a tribuna e atacou todos aqueles que faziam injustiças contra ele. Essas coragens são belas. Nem por isso ele comprometeu sua existência, depois de 1934, de acérrimo adversário de Getúlio Vargas. Ser adversário é uma coisa; desrespeitar é outra. Os homens dignos da nossa admiração são os adversários de respeito e os adversários que respeitam. Os adversários que não respeitam não deviam, sequer, ter o nome de adversários, porque não estão na adversidade apenas. Com relação aos ataques feitos pela imprensa, após a morte do Sr. Castello Branco, do modo como e foram, o homem que os redigiu, poderá ter até uma grande folha de serviços prestados ao País. Não o conheço pessoalmente não sei da sua vida, sei apenas de um seu artigo. E como um artigo é a projeção de toda uma personalidade — o homem projeta o que é pelo seu andar, pelo escrever, pelo falar e pelo dizer — o que escreve dá a projeção do que ele é. Parece-me que o Sr. Hélio Fernandes, se está sendo vítima de uma injustiça, cometeu também tremenda injustiça.

O SR. MÁRIO PIVA — Muito obrigado, V. Ex^a vem novamente trazer uma conciliação. Enriquece muito o seu discurso. V. Ex^a disse que os adversários que não se respeitam e que não respeitam não merecem a nossa consideração. Nobre Deputado Clóvis Stenzel, de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967, e agora novamente, esta Casa sofreu tantos desrespeitos por parte do Poder Executivo que, por isso mesmo, esses revolucionários não passaram a merecer mais o nosso respeito. Apanhe V. Ex^a os Anais desta Casa e veja o que está registrado em matéria de desrespeito a esse Poder em matéria de quebra do nosso decore, Sr. Deputado, por ocasião, por colaboração, por cooperação daqueles que deveriam ser os primeiros a defender aquele poder que V. Ex^a considera tão malsinado: O poder civil, ou o civilismo, que deixou, neste País, lições extraordinárias, como aquelas que nos foram proferidas por Ruy Barbosa. V. Ex^a deve estar lembrado disso, nobre Deputado: que o civilismo não é como a Revolução nem é um estado de espírito. É um estado permanente de consciência. Isto é que é o civilismo, e assim nós, da Oposição, o entendemos. Não é a "linha dura", que é um estado de espírito, não; é um estado de consciência, nobre Deputado. V. Ex^a e eu de nós há dia em que o civilismo deixar de existir neste País, para que o militarismo continue a fazer aquilo que está fazendo até hoje.

O Sr. Hernando Alves — Nobre Deputado Mário Piva, quando o Marechal Castello Branco morreu, não se ouviu uma só voz do partido a que nós pertencemos a censurar a figura política e histórica do Marechal Castello Branco em termos insultuosos. Não se pôde provar que o nosso partido tem agido desta maneira. Mesmo um companheiro de bancada nosso, que manifestou ponto de vista favorável ao artigo do Sr. Hélio Fernandes, atendeu à ponderação da Mesa da Câmara...

O SR. MÁRIO PIVA — Sou testemunha.

O Sr. Hernando Alves — ... entendeu-se com a Câmara e não pediu a transcrição nos Anais desse artigo, em sinal de respeito e acatamento à morte. Como dizia John Donne: "a morte de cada homem me diminui". Sr. Deputado Mário Piva, no entanto, há dois pesos e duas medidas. Ainda recentemente, na Guanabara, a Assembleia Legislativa do Estado resolveu dar a uma rua da minha cidade o nome de um ex-sargento casado pela Revolução, que foi encarcerado no Rio Grande do Sul e morto...

O SR. MÁRIO PIVA ...

O Sr. Hernando Alves — ... não se sabe como, mas sob a responsabilidade de algumas autoridades militares. Nesta ocasião, o Sr. Ministro do Exército deu através do seu gabinete uma nota que eu, pessoalmente, depois de tê-la analisado desta tribuna e em artigo, considerei insultuosa, não apenas à Assembléia, mas sobretudo à memória de um morto. Mas era um pobre morto; não era um morto poderoso. E, no entanto, nobre Deputado Mário Piva, os mortos se igualam na morte como os vivos deviam igualar-se na vida; mas não se igualam hoje no Brasil, porque existe uma revolução feita não pelo povo, mas por um pequeno grupo a serviço dos poderosos contra os interesses do povo.

O SR. MÁRIO PIVA — Muito obrigado a V. Ex^a. Concedo o aparte ao nobre Deputado Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Apenas, nobre Deputado Mário Piva, desejava chamar a atenção de V. Ex^a para os apertes do brilhante Deputado Clóvis Stenzel. Tenho impressão de que S. Ex^a, com a sua inteligência, e sua cultura, o seu tirocinio parlamentar, está tentando desviar o curso das considerações que V. Ex^a vem fazendo, desta tribuna, com muita oportunidade.

O SR. MÁRIO PIVA — Mas vem ressaltando as injustiças e os desrespeitos do Poder Executivo.

O Sr. Humberto Lucena — Parece-me que V. Ex^a, como tema central do seu discurso, está procurando comentar o recrudescimento do processo de violência e de punições revolucionárias que vem ocorrendo no Brasil, a partir do trágico desaparecimento do Marechal Castello Branco. E tanto é verdade o que V. Ex^a diz que, bem antes do acidente aviatório que vitimou o ex-Presidente da República, tivemos no Brasil, o ensino de preceder alguns fatos isolados, que indicavam pelo menos a intenção do novo Governo em fazer abertura para acelerar o processo de redemocratização. Entre esses fatos, por exemplo, lembro a V. Ex^a as entrevistas do Vice-Presidente da República, Pedro Aleixo, que a partir de 15 de março começou, com seu espírito liberal, a alargar pelo Brasil a possibilidade da revisão dos processos de punições revolucionárias. V. Ex^a, pois, tem toda razão. E isto eu não posso, atendendo ainda ao que o nobre Deputado Clóvis Stenzel, que naturalmente vai voltar ao Rio do jornalista Hélio Fernandes, pergunta no seu discurso para

profundizar as violências e arbitrariedades de cunho ditatorial que têm sido levadas a efeito, pedindo a partir do desaparecimento do Presidente Castello Branco.

O SR. MÁRIO PIVA — Nobre companheiro, Humberto Lucena, V. Ex^a está equivocada apenas num ponto. O nobre Deputado Clóvis Stenzel não conseguiu desviar-me da linha central do meu discurso. Tenho tentado demonstrar precisamente que há desrespeito por parte deste Governo com injustiças, que o poder militar continua cada vez mais acentuado, como testemunha o processo de arbitrio, de prepotência e de violência. E justamente S. Ex^a está me trazendo um elenco de exemplos e de conceituações, está valorizando este meu discurso, que é absolutamente sem valor. (Não ouviu?) E S. Ex^a quem está enriquecendo o meu discurso com esses aspectos. E, ademais, S. Ex^a sabe, porque me conhece muito bem, que gosto e gosto muito do diálogo. Se ele é tão raro neste País entre Poderes, que, pelo menos, dialoguemos nós, dentro do mesmo Poder.

O Sr. Clóvis Stenzel — V. Ex^a é um ilustre professor, se não me engano, da Faculdade de Economia da Bahia. Não que diminua meus colegas bacharéis, mas o homem verdadeiramente em Economia é um homem quase culturalmente universal. Permite-me dizer a V. Ex^a que o conceito de injustiça não pode ser subjetivo. V. Ex^a disse que tal ato do Governo é injusto. Nós dizemos que é justo. Só há uma maneira de apreciar objetivamente se o ato foi justo ou injusto.

O SR. MÁRIO PIVA — Qual é a maneira?

O Sr. Clóvis Stenzel — É confiar nos atos à Justiça.

O SR. MÁRIO PIVA — De licença apenas para esclarecer seu aparte. A esta altura, V. Ex^a faz grave acusação ao seu Líder, que disse desta tribuna que a interpretação do ato era subjetiva. V. Ex^a está trazendo ao Líder Ernani Satyro uma grave acusação, que não quero deixar de registrar.

O Sr. Clóvis Stenzel — Por mais que ultimamente tenham me procurado para falar contra o Líder Ernani Satyro, sempre reiterei: é meu Líder de fato nesta Casa e sou seu liderado. Agora, deve dizer mais uma vez: seguinte: ainda não li o discurso do nobre Deputado Ernani Satyro; acolho sua afirmação; depois vou ler. Mas estou indo para o Norte e V. Ex^a não me vai levar para o Sul. Nobre Deputado Mário Piva, só há uma maneira objetiva. No dia em que a Justiça se pronunciar pelos seus Tribunais, e o Governo Federal desrespeitar a Justiça, então ele estará sendo arbitrário. Quero congratular-me aqui com o nobre Deputado Henrique, ex-bancada do Rio Grande do Sul, que foi Chefe de Polícia, homem experiente. Vi como preferiu ser discurso. Não que entrar na análise propriamente do problema, que era outro, de crise do ilustre jornalista Clóvis Stenzel. Não encara o caso com olhos de causidico. Apenas quer dizer e pronunciou-se, desta tribuna, poritiva. Agora, um Parlamentar, com a responsabilidade de bacharel, ao fazer desta tribuna uma acusação de arbitrariedade do Governo, não pode limitar-se a alegações, porque um bacharel quando alega, e apenas alega, é um mau advogado. As alegações não valem, quando não corroboradas pelas provas. No momento em que a Justiça decidir da arbitrariedade da prisão, V. Ex^a poderá dizer que foi arbitrária, pois o poder competente que julga objetivamente, assim se pronunciou. Esta Casa poderá falar em injustiças e arbitrariedades. Mas temos o direito de contestar, e prova em contrário de que o Governo esteja

agindo fora da lei. Há o julgamento político. Que é o julgamento político? É aquele baseado no interesse da causa. V. Ex. está com a verdade subjetiva. A verdade objetiva, na Justiça — que muitas vezes não é a verdadeira, reconheço — é baseada nas provas dos autos. V. Ex. terá a decisão da Justiça, não há dúvida. Aqui foi dito que uma autoridade militar, no Rio Grande do Sul, teria sido responsável pela morte de um ex-sargento. Seu gado, vivo no Rio Grande do Sul, minha terra, conheço o meu povo e os militares do Exército Nacional que ali servem e posso dizer que lá, como aqui, o Exército Brasileiro tem a glória de dizer que nas suas fileiras não abriga bandidos. V. Ex. pode estar certo de que os testemunhos são unânimes, de homens que têm sido detidos por corporações do Exército, e que, no dia seguinte, dão demonstração cabal do tratamento que recebem. Mesmo porque, nobre Deputado, nosso Exército não é uma casta. O Exército brasileiro compõe-se de homens, irmãos meus, seus etc. E se não são irmãos, são tios, sobrinhos. Qual de nós não tem um parente militar? Quem não o tem, diga: infelizmente. Não estamos numa terra em que haja uma mentalidade militarista. Nosso Exército, como V. Ex. sabe — isso é acção — tem mentalidade democrática e civil.

O SR. MÁRIO PIVA — Peco a V. Ex. seja mais sintético.

O Sr. Clovis Stenzel — Terrinho, nobre colega, afirmando que pode V. Ex. estar certo de que o Exército Nacional pode até cometer injustiças de momento, cometer equívocos. Mas as injustiças e os pequenos equívocos nada representam diante do interesse de que está movido, neste instante, de salvar o País da importação da revolução comunista de Cuba, da OLAS, da Conferência Tricontinental de Havana e de todos os meios subversivos que estão procurando infelicitar, mais uma vez, a Pátria brasileira. A vigilância do Exército brasileiro não deve, absolutamente, causar espanto ou intransigência a nós, brasileiros, a taralá brasileira, que é por ela defendida.

O Sr. Hermanno Alves — Aos jornalistas brasileiros que por ele são processados.

O SR. MÁRIO PIVA — Agradeço o aparte de V. Ex. e a apologia que fez ao Exército brasileiro.

Nenhuma crítica até agora foi feita ao Exército brasileiro. O que temos criticado, nesta Casa, nós, da Oposição, são aqueles militares que não representam o Exército brasileiro, que são uma pequena casta.

Nobre Deputado, tivemos em 1963 e 1964, sobretudo em 64, a instituição das divisas, com as reuniões de sargentos. Hoje, temos a insubordinação dos galões. São os coronéis, os generais, os capitães. Apenas mudaram de posto. Continuam sendo os mesmos insubordinados que intransigilizaram esta Nação; continuam formando aquele estado de espírito que se chama "linha dura". Não os confundimos com o Exército nacional. Eles são uma casta à parte, ambiciosa, desrespeitosa, e que traz, como bandeira de luta, uma verdadeira negociação com o comunismo internacional. Falam em combate ao comunismo como reação para permanecer no poder. Por que não falam em restabelecimento da democracia em vez de combate ao comunismo? (Muito bem.) Por que não fazem isto? É o que queremos deste Exército brasileiro a que V. Ex. se refere. Não queremos deste Exército, nobre Deputado, que ele seja integrado por bandidos, como não somos, nesta Casa, bandidos. Mas somos, muitas vezes, injustamente condenados como se fôssemos subversivos, porque sustentamos o que é um dever

do Exército brasileiro: a defesa das instituições democráticas.

O Sr. Paulo Macagnoli — Os "resguardos legais", porém, em prática pelo atual governo, têm como o confinamento de Hélio Fernandes, a prisão de sacerdotes, o esparatamento de estudantes, o cercamento do direito de reunião e, por fim, quebra da inviolabilidade do lar de um jornalista, podem, fatalmente, levar este País a uma ditadura.

O SR. MÁRIO PIVA — Nesta esperança é, precisamente, que isso ocorra, nobre Deputado Paulo Macagnoli. Mas, diante das bruxas que andam soltas neste mês de agosto, diante das bruxas que andam soltas no mês daquela festa das Forças Armadas a que nos referimos, nosso recio é de que, ao invés de nos firmarmos numa democracia e vencermos estas forças pelo banaco, resistamos para uma ditadura definitiva e sem distorção.

O Sr. Humberto Lucena — O nobre Deputado Clóvis Stenzel, em seu último aparte, disse a V. Ex. que nenhum de nós, do Movimento Democrático Brasileiro, poderia censurar da tribuna essas arbitrariedades, sobretudo no que diz respeito ao caso do jornalista Hélio Fernandes, sem, antes, haver um pronunciamento da Justiça. Quero lembrar a S. Ex. apenas que, inclusive em relação ao jornalista Hélio Fernandes, já houve um pronunciamento da Justiça, que vem sendo desrespeitado pelo Governo federal. Aquela jornalista, no processo que lhe moveu o Ministro da Justiça, conseguiu uma sentença que foi equi comensada de modo arbitrário pelo nobre Deputado Mário Piva, dessa tribuna assegurando-lhe o exercício da profissão de jornalista. Ora, no momento em que o Governo Federal o não tem o confinamento na Lha Fernando de Noronha, retira-lhe toda e qualquer possibilidade para que exerça a sua profissão de jornalista. Assim, a Justiça está sendo desrespeitada inteiramente pelo atual Governo do Marechal Costa e Silva.

O SR. MÁRIO PIVA — Agradeço ao nobre Deputado Humberto Lucena e incorporo o seu aparte ao meu discurso. Deixo à ARENA a discussão da subjetividade ou objetividade da interpretação dessas leis, que ora são aplicadas como o Governo entende, ora são aplicadas como o Governo acha que a Oposição deve entender. Com muita objetividade e naturalmente, subjetividade, a ARENA fará sua discussão. Tem o aparte o nobre Deputado Hermanno Alves, também uma vítima de Justiça, entre aspas, deste Governo.

O Sr. Márcio Moreira Alves — Nobre Deputado Mário Piva, pela primeira vez, graças ao discurso de V. Ex., um membro da ARENA, explicitamente o articulador de um grande cominamento "guarda-costas" diz, com todas as letras, aquilo que há muito tempo vínhamos reclamando, que a liderança do Governo dissesse, ou seja, que são mentiras as denúncias de torturas que vêm sendo feitas há três anos. Diz que, como racheiro, conhece os militares que servem no Rio Grande do Sul etc. e que, portanto, também são mentiras as denúncias de torturas por parte de militares. Ora, quando aqui intervenimos denunciando torturas, não o fazemos subjetivamente; não trazemos opiniões; trazemos fatos, nomes, muitas vezes datas, locais e horas das torturas, as formas das torturas e os nomes dos torturadores; trazemos um processo. E há a ser expandido pela mesa o processo de respeito da tribuna de um Deputado, também conhecido, o Sr. Clóvis Curcio de Rocha, no sentido de que se cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de torturas de presos políticos. Portanto, está a ARENA, sobretudo o Deputado Clóvis Stenzel, na obrigação de ser dos pri-

Era uma das melhores figuras da magistratura paraibana, cujas virtudes sempre lhe garantiram um lugar de destaque na sociedade da minha terra.

Trago, assim, nesta hora de saudade, o voto de pesar da bancada paraibana pelo prematuro desaparecimento de tão importante personalidade de nossa vida pública.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

IV — O SR. PRESIDENTE:

Passa-se ao Grande Expediente. Tem a palavra o Sr. Pinheiro Brizolla.

O SR. DEPUTADO PINHEIRO BRIZOLLA PROFERIU DISCURSO QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

Durante o discurso do Sr. Pinheiro Brizolla, o Sr. Nogueira de Rezende, 4º Secretário, cedeu a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Emílio Gomes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Mário Piva.

O SR. MÁRIO PIVA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais de uma vez, no curso dos últimos meses, ocupei esta tribuna para demonstrar que a intranquilidade da família brasileira, que a inquietação que se lançava sobre este país nascia no bojo da própria Revolução. Demonstrei e comprovei que não havia influências exteriores, que não havia mais a influência dos corruptos cassados pela Revolução, que não havia influência daqueles que haviam sido castigados com a suspensão dos seus direitos políticos. (Muito bem).

Tudo isto declarei desta tribuna e agora nós temos a prova das afirmações que aqui fiz.

Como se pode e como se deve analisar e definir a crise que atualmente intranquiliza o País? É crise política? É crise das instituições? — Não. É, simples e puramente, uma crise militar. (Muito bem).

Um grupo de militares é preciso que se afirme...

O Sr. Padre Vidigal — Em alto e bom som.

O SR. MÁRIO PIVA — ... um grupo de militares, reunidos na Vila Militar, decidiu tirar do Governo o Marechal Castello Branco. Tomou essa deliberação, e no dia 5 de outubro S. Exa., o Sr. Presidente da República, foi salvo, naquele estabelecimento militar, como se afirma, pelo gongo.

E para contornar a crise, para evitar que ela se alastresse, para evitar a ação das forças que pretendem instalar neste País uma ditadura, S. Exa. acabou por aceitar o envio a esta Casa das mensagens que hoje começarão a ser examinadas.

Mas, Srs. Deputados, que crime cometeu nesta oportunidade, que crime cometeu nesta conjuntura que tanto irritou os militares o Sr. Presidente da República? Apenas um: admitiu, como era sua obrigação, a realização do pleito livre, a 3 de outubro, em 11 Estados da Federação.

Foi o resultado desse pleito, foi a indicação dos vitoriosos que causou essa irritação, esse inconformismo entre os militares que se reuniam naquele estabelecimento da Guanabara. Foi por isso que eles se aborreceram tentaram imediatamente evitar a posse dos eleitos. Viam na posse daqueles escolhidos livremente nas urnas, não a volta da corrupção ou da subversão, como diziam, mas um freio em seus desejos de impor uma dita-

dura militar a este País, a primeira estacada, o primeiro obstáculo que se opunha às suas aspirações. Mas o que é o pleito livre, que tanto irrita os militares? Pleito livre é a afirmação democrática. Ora, afirmação democrática era o lema da Revolução, era o que guardava mmo espirito todos os brasileiros, era o que acolhiam com grandes esperanças. Será melhor, então, que nos curvemos às intuições desse grupo militar e aprovemos as emendas que hoje começarão a ser discutidas? Esta é a grande, a mais grave de todas as dúvidas, a mais séria indagação que deve prevalecer na nossa decisão.

O Sr. Presidente da República tem cometido falhas, algumas delas gravíssimas. Errou diversas vezes. Inclusive na escolha de muitos de seus auxiliares, militares e civis, mas ninguém lhe pode negar o desejo, ou o pressuposto, de resguardar o mínimo de condições democráticas para nossa Pátria. Isto ele tem feito, seguindo, sem dúvida alguma, os conselhos que lhe tem dado o poder civil deste País. Era através deste caminho que esperávamos concretizasse S. Exa., depois da realização das eleições de 3 de outubro, sua promessa de conduzir e consolidar, nesta Nação, a verdadeira democracia.

Srs. Deputados, essas emendas serão hoje discutidas e, provavelmente, votadas amanhã pelo Congresso. É preciso que se abra, neste instante, uma ressalva: o Ato Institucional, nos seus artigos 3º e 4º, quando se refere à atuação do Congresso Nacional, diz sempre que lhe cumpre, não aprovar, mas apreciar as mensagens encaminhadas a esta Casa. Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, qual tem sido a alternativa apresentada a esta Casa? Aprovar ou fechar. Não podemos continuar aceitando esta alternativa, porque não nos dignaria e sobretudo, cria naqueles que nos trouxeram até esta Casa o desrespeito a cada um de nós. Mas, permitiva eu: são essas emendas fruto de um estudo meditado e profundo daqueles que desejam efetivamente consolidar através da revolução, o sistema democrático entre nós? Não, não são fruto de estudo ou de meditação; elas representam, exclusivamente, uma imposição imediata feita ao Sr. Presidente da República por um grupo de militares que desejam antes de qualquer outra coisa, a saída do Marechal Castello Branco do posto que ocupa. É este o interesse desses militares. É este o seu propósito. É este o seu objetivo. É com isso que pretendem levar o País ao caos e instalar a ditadura que há muito tempo desejam.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. É preciso que se medite profundamente sobre as emendas que vamos votar. Há um aspecto profundamente doloroso para todos nós. Nós os Deputados, nós os civis, que até esta data tínhamos direito a julgamento da justiça comum, se aprovarmos essas emendas passaremos a ficar subordinados exclusivamente à justiça militar. Os militares têm sua justiça; nós não podemos ter a nossa. Nem nos inclusive, o direito de sermos julgados pela justiça comum.

O Sr. Cid Carvalho — Quando V. Exa. fala do clima que está vivendo este País e das condições em que este Congresso é chamado a votar essas leis aberrantes da ordem democrática, julgo interessante rever certa passagem de manifesto de um ilustre militar, que passo a ler:

“Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua proparanda, mas para garantir os

podêres constitucionais, o seu funcionamento e aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou aquele poder. Se lhes fosse permitida a facilidade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria necessariamente o direito de também se oporem a uns e a outros. Relativamente à doutrina que admite o seu emprego — isto é, das classes armadas — como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que seria também admissível voltá-la contra qualquer um deles.”

Isto é de um personagem na época conhecido como militar democrático e que, antes da Revolução, ocupava o cargo de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Por incrível que pareça, esse militar se chama Marechal Castello Branco.

O SR. MÁRIO PIVA — Obrigado, nobre Deputado. Já que V. Exa. se refere a pronunciamentos militares, é bom que se destaque que, há muito tempo, todos — as lideranças do Governo nesta Casa, os próprios militares em contato com Deputados e Senadores — vinham exigindo, para evitar que se agravasse a crise, uma atitude ponderada, uma atitude equilibrada e uma alta dose de bom-senso. É este o exemplo que nos deu, há poucos dias, o Exmo. Sr. Ministro da Guerra? Não. Ao contrário. S. Exa. numa linguagem a mais agressiva.

O Sr. Padre Vidigal — Imprópria.

O SR. MÁRIO PIVA — ... a mais imprópria para um Ministro de Estado, investiu contra o Chefe de um Poder, o Judiciário, e contra este Congresso, reclamando que assumíssemos uma posição de colaboração com a Revolução, porque éramos apenas um Poder legitimado pelo Ato Institucional. Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é preciso acabar com esta balé. Não somos um Poder legitimado pelo Ato Institucional. Somos, então, os filhos espúrios dessa democracia? Nós, que fomos eleitos pelo povo, nós, que conquistamos nossos postos disputando-os na praça pública, somos os filhos abandonados desse regime democrático, somos aqueles que invadimos e reclamamos a legitimação da Revolução?

O Sr. Mário Piva — Nobre Deputado Mário Piva, a questão de hierarquia e de disciplina é conceituada segundo os interesses de cada um, é segundo o momento em que essa disciplina deve ser julgada.

Imagino V. Exa. que a disciplina hoje no Brasil pode ser comparada com aquela aplicada ao ladrão, que varia com a importância do furto. O ladrão que rouba pouco, por exemplo, o ladrão de galinhas, é execrado, é miserável, é levado à delegacia e surrado. O ladrão que rouba milhões, muitas vezes — não digo sempre — chega a receber o título de comendador. Quando a indisciplina é feita por sargentos, soldados e capões e o caos é enfim a subversão feita por coronéis, por homens de galera, por Ministros que assistem suas palavras impróprias contra um Poder que perante a Constituição e igual aos outros poderes — porque o Presidente do Supremo Tribunal e o Presidente do Congresso Nacional e o Presidente do Executivo perante a Constituição têm a mesma autoridade — não constitui insubordinação. Representa atitude patriótica de salvação das instituições democráticas. Veja V. Exa. como anda a nossa Pátria.

O SR. MÁRIO PIVA — Muito obrigado a V. Exa. Mas, Sr. Presidente, perguntava eu se tínhamos sido legitimados pela Revolução. E não me conformo, com essa expressão, não a aceito, a não ser como ato de força. Nós, sim, estávamos e estamos le-

gitimando a Revolução instrumentos que ela de conseguir, nem se armas. Estávamos, cor do à Revolução, até h los elementos legais necessitando para se se poderá dizer ago contra essas emenda gresso está negando a lucionárias aqueles me trumentos necessários dação. E não está, por pre a orientação de o Governo que se in movimento de 31 de m b) pediu a esta Casa uma força, para se gitima aspiração pop hoje não conseguiu.

O Sr. Padre Vidigal

O Sr. Padre Vidigal toridade alguma para da Revolução esses q falar em seu nome. Lo fo das armas, depois esta Casa recebeu a ral M. Exa., que afir do Presidente da Cár volução foi feita par Congresso, para man de do Congresso. Ora mais do que no reg Congresso está sendo agora. É preciso di bom so. A pressão es mentos de sedição a com propósito e sem tuna e infortunamen desfaratez que esta gistrou igual. A revo segundo outros, e par zemos — e quando d mos, é porque eu és muitos companheiros, frente contra o Govê contra a comunicação tanto, que estamos v nhor Deputado? É a f caldo de cultura bacil a formação de bactér munição futura do dos os erros que ai é gistrados por qualque tenha independência que quem não tem mental não pode dizer que nã. temos autoriã para dizer — a revo para manter a liberda escolha de seus govern escolheu com inteira li governantes. Não hou to, nenhum atentado dem p'lica, nenhum morte, nenhuma deso ções passadas. Uma presidiu o pleito. O p está politizado e é o não reconhecem esses o resultado das urnas que o povo faz a êses, que se recolham aos o bram o seu dever, esta tituição: a defesa da a manutenção da orde à Constituição e à Lei

O SR. MÁRIO PIVA

gado, nobre Deputado. Efetivamente, o exer mos no pleito de três monstra claramente qu de preparado, além d disposto também a vot Esperar que medidas adotadas para evitar mento das urnas, a n um golpe baixo, que r comportado, que não em providências deste

Mas o que me preoc tante, são as emendas Dizem que tenho o v certas preocupações d crítica Nacional, em ao PSD. Isto não é v res Deputados. A reali vo alguns dramas de nheiros e amigos da que vivem, por exem tanta.

NB. PRO. 255.222-4, P. 123 112

uma das melhores figuras da natureza paraibana, cujas virtudes lhe garantiram um lugar de destaque na sociedade da minha terra.

O SR. PRESIDENTE:

Deputado Pinheiro Brito proferiu discurso em homenagem ao orador revisado, será publicado oportunamente.

durante o discurso do Sr. Pinheiro Brito, o Sr. Secretário de Estado da Presidência, que é o Sr. Emílio Gomes, Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

a palavra o Sr. Mário Piva.

O SR. MÁRIO PIVA:

(revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais de um ano se passou desde o curso dos últimos meses, esta reunião para demonstrar a realidade da família brasileira a inquietação que se lançou neste país nascida no bojo da Revolução. Demonstrei e vi que não havia influências, que não havia mais a indagação dos corruptos cassados pela Revolução, que não havia influências que haviam sido castigadas pela suspensão dos seus direitos políticos.

(Muito bem).

isto declarei desta tribuna. e nós temos a prova das afirmações aqui fiz.

se pode e como se deve analisar a crise que atualmente nos assombra o País? E' crise política das instituições? — Não. É e puramente, uma crise militar.

(Muito bem).

grupo de militares é preciso afirmar.

Padre Vidigal — Em alto e bom som.

MÁRIO PIVA — ... um grupamento reunidos na Vila Militar para o governo do Marquês de Castelo Branco. Tomou essa decisão, e no dia 5 de outubro Sr. Presidente da República, naquele estabelecimento militar se afirma, pelo gongo.

contornar a crise, para evitar que se alastrasse, para evitar que as forças que pretendem instaurar no País uma ditadura, se estabeleçam. S. S. acabou por aceitar o envio a esta mensagens que hoje estão sendo examinadas.

Srs. Deputados, que crime cometeu nesta conjuntura que tanto nos militares o Sr. Presidente da República? Apenas um: admitiu a sua obrigação, a realização do pleito livre, a 3 de outubro, em 11 de outubro.

resultado desse pleito, foi a vitória dos vitoriosos que causou a desconfiança, esse inconformismo enraizado que se reuniam no estabelecimento da Guanabara. Isso que eles se aborreceram a imediatamente evitar a possibilidade. Viam na posse daqueles livresmente nas urnas, a corrupção ou da subversão como diziam, mas um freio desejoso de impor uma dita-

dura militar a este País, a primeira estacada, o primeiro obstáculo que se opunha às suas aspirações. Mas o que é o pleito livre, que tanto irrita os militares? Pleito livre é a afirmação democrática. Ora, afirmação democrática era o lema da Revolução, era o que guardava o espírito todos os brasileiros, era o que acolhiam com grandes esperanças. Será melhor, então, que nos curvemos às imposições desse grupo militar e aprovemos as emendas que hoje começaram a ser discutidas? Esta é a grande, a mais grave de todas as dúvidas, a mais séria indagação que deve prevalecer na nossa decisão.

O Sr. Presidente da República tem cometido falhas, algumas delas gravíssimas. Errou diversas vezes, inclusive na escolha de muitos de seus auxiliares, militares e civis, mas ninguém lhe pode negar o desejo, ou o pressuposto, de resguardar o mínimo de condições democráticas para nossa Pátria. Isto ele tem feito, seguindo, sem dúvida alguma, os conselhos que lhe tem dado o poder civil deste País. Era através deste caminho que esperávamos concretizasse S. Exa. depois da realização das eleições de 3 de outubro, sua promessa de conduzir e consolidar, nesta Nação, a verdadeira democracia.

Srs. Deputados, essas emendas serão hoje discutidas e, provavelmente, votadas amanhã pelo Congresso. E' preciso que se abra, neste instante, uma discussão sobre o Ato Institucional, nos seus artigos 3º e 4º, quando se refere à atuação do Congresso Nacional, diz sempre que lhe cumpre, não aprovar, mas apreciar as mensagens encaminhadas a esta Casa. Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, qual tem sido a alternativa apresentada a esta Casa? Aprovar ou fechar. Não podemos continuar aceitando esta alternativa, porque não nos dignifica e sobrecarrega a esta Casa o peso de aprovar até esta Casa o desrespeito a cada um de nós. Mas, pergunto a vocês: essas emendas fruto de um estudo meditado e profundo daqueles que desejam efetivamente consolidar através da revolução, o sistema democrático entre nós? Não, não são fruto de estudo ou de meditação; elas representam, exclusivamente, uma imposição imediata feita ao Sr. Presidente da República por um grupo de militares que desejam antes de qualquer outra coisa, a saída do Marquês de Castelo Branco do posto que ocupou. E' este o interesse desses militares. A este o seu propósito é este o seu objetivo é com isso que pretendem levar o País ao caos e instalar o ditadura que há muito tempo desejavam.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. É preciso que se medite profundamente sobre as emendas que vamos votar. Há um aspecto profundamente doloroso para todos nós. Nós os Deputados, nós os civis, que até esta data tínhamos direito a julgamento da justiça comum, se aprovarmos essas emendas passaremos a ficar subordinados exclusivamente à justiça militar. Os militares têm sua justiça; nós não podemos ter a nossa. Negam-nos inclusive o direito de sermos julgados pela justiça comum.

O Sr. Cid Carvalho — Quando V. Exa. fala do clima que está vivendo neste País e das condições em que este Congresso é chamado a votar essas leis aberrantes da ordem democrática julgo interessante rever certa passagem de manifesto de um lustre militar, que passo a ler:

“Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua proclamação, mas para garantir os

poderes constitucionais, o seu funcionamento e aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou aquele poder. Se lhes fosse permitida a facilidade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria necessariamente o direito de também se oporem a uns e a outros. Relativamente à doutrina que admite o seu emprego — isto é, das classes armadas — como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que seria também admissível voltá-la contra qualquer um deles.”

Isto é de um personagem na época conhecido como militar democrático e que, antes da Revolução, ocupava o cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Por incrível que pareça, esse militar se chama Marquês de Castelo Branco.

O SR. MÁRIO PIVA — Obrigado, nobre Deputado. Já que V. Exa. se refere a pronunciamentos militares, é bom que se destaque que, há muito tempo, todos — as lideranças do Governo nesta Casa, os próprios militares em contato com Deputados e Senadores — vinham exigindo, para evitar que se agravasse a crise, uma atitude ponderada, uma atitude equilibrada e uma alta dose de bom-senso. Foi este o exemplo que nos deu há poucos dias o Exmo. Sr. Ministro da Guerra? Não. Ao contrário S. Exa. numa linguagem a mais agressiva.

O Sr. Padre Vidigal — Imprópria.

O SR. MÁRIO PIVA — ... a mais imprópria para um Ministro de Estado, investido contra o Chefe de um Poder, o Judiciário e contra esta Casa, reclamando que assumissemos uma posição de colaboração com a Revolução, porque éramos apenas um Poder legítimo pelo Ato Institucional. Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é preciso acabar com esta balala. Não somos um Poder legítimo pelo Ato Institucional. Somos, então, os filhos escuros dessa democracia? Nós, que fomos eleitos pelo povo, nós, que conquistamos nossos postos disputando-os na praça pública, nós, que os filhos abandonados desse regime democrático, somos aqueles que invadimos e reclamamos a legitimidade da Revolução?

O Sr. Mário Piva — Nobre Deputado Mário Piva, a questão de hierarquia e de disciplina é conceituada segundo os interesses de cada um, é segundo o momento em que essa disciplina deve ser julgada.

Imagine V. Exa. que a disciplina hoje no Brasil pode ser comparada com aquela aplicada ao ladrão, que varia com a importância do furto. O ladrão que rouba pouco, por exemplo, o ladrão de galinhas, é execrável, é miserável, é levado à delegacia e surrado. O ladrão que rouba milhões, muitas vezes — não digo sempre — chega a receber o título de comendador. Quando a indisciplina é feita por sargentos, soldados e cabos e o caos é enfim, a subversão feita por coronéis, por homens de galãs, por Ministros que assestam suas palavras impróprias contra um Poder que perante a Constituição é igual aos outros poderes — porque o Presidente do Supremo Tribunal, o Presidente do Congresso Nacional e o Presidente do Executivo perante a Constituição têm a mesma autoridade — não constitui insubordinação. Representa atitude patriótica de salvação das instituições democráticas. Veja V. Exa. como anda a nossa Pátria.

O SR. MÁRIO PIVA — Muito obrigado a V. Exa. Mas, Sr. Presidente, perguntava eu se tínhamos sido legitimados pela Revolução. E não me conformo, com essa expressão, não a aceito, a não ser como ato de força. Nós, sim, estávamos e estamos le-

gitimando a Revolução, dando-lhe os instrumentos que ela não seria capaz de conseguir, nem sequer através das armas. Estávamos, como estamos dando à Revolução, até hoje, todos aqueles elementos legais de que vinha necessitando para se consolidar. Não se poderá dizer agora, se votarmos contra essas emendas, que o Congresso está negando às Forças Revolucionárias aqueles meios, aqueles instrumentos necessários à sua consolidação. E não está, porque seguiu sempre a orientação de conceder ao novo Governo que se instalou depois do movimento de 31 de março tudo quanto pediu a esta Casa para se tornar uma força, para se tornar uma legítima aspiração popular, a que até hoje não conseguiu.

O Sr. Padre Vidigal —

O Sr. Padre Vidigal — Não tem autoridade alguma para falar em nome da Revolução esses que hoje querem falar em seu nome. Logo após o triunfo das armas, depois de 1º de abril, esta Casa recebeu a visita do General Mourão, que afirmou no gabinete do Presidente da Câmara que a revolução foi feita para desagrar o Congresso, para manter a autoridade do Congresso. Ora, Sr. Deputado, mais do que no regime deposto, o Congresso está sendo desmoralizado agora. E' preciso dizer isto alto e bom som. A pressão está aí, os instrumentos de sedição aí estão, usados com propósito e sem propósito, oportuna e inoportuna e com uma desfaçatez que esta Casa nunca registrou igual. A revolução foi feita, segundo outros, e para isso nós a fizemos — e quando digo nós a fizemos, é porque eu estava aqui, com muitos companheiros, na linha de frente contra o Governo deposto — contra a comunicação do País. No entanto, que estamos vendo hoje, Senhor Deputado? É a formação de um caldo de cultura bacilar comunicante, a formação de bactérias para a comunicação futura do Brasil. Com todos os erros que aí estão sendo registrados por qualquer brasileiro que tenha independência mental — porque quem não tem independência mental não pode dizer essas verdades que nós, temos autoridade e coragem para dizer — a revolução foi feita para manter a liberdade do povo na escolha de seus governantes. E o povo escolheu com inteira liberdade os seus governantes. Não houve briga, tumulto, nenhum atentado contra a ordem pública, nenhuma tentativa de morte, nenhuma desordem nas eleições passadas. Uma grande ordem presidiu o pleito. O povo provou que está politizado e é ordeiro. Por que não reconhecem esses militares que o resultado das urnas é a intimação que o povo faz a esses, militares, para que se recolham aos quartéis e cumpram o seu dever, estabelecido na Constituição: a defesa da ordem interna, a manutenção da ordem e o respeito à Constituição e à Lei?

O SR. MÁRIO PIVA — Muito obrigado, nobre Deputado.

Efetivamente, o exemplo que tivemos no pleito de três de outubro demonstra claramente que o povo, além de preparado, além de pronto, está disposto também a votar em 1966.

Esperar que medidas outras sejam adotadas para evitar o pronunciamento das urnas, a mim me parece um golpe baixo, que não deveria ser comportado, que não deveria caber em providências deste Congresso.

Mas o que me preocupa, neste instante, são as emendas que aí estão. Dizem que tenho o vézo de revelar certas preocupações da União Democrática Nacional, embora pertença ao PSD. Isto não é verdade, Senhores Deputados. A realidade é que vivo alguns dramas de meus companheiros e amigos da UDN; o drama que vivem, por exemplo, neste instante.

Sabe-se que as emendas foram enviadas ao Congresso, não após estudo, meditação profunda daqueles que desejam o fortalecimento do regime democrático, mas aqui chegaram como fruto de uma imposição da Vila Militar.

Então, se a União Democrática Nacional pretende continuar apoiando o Presidente Castello Branco, se tem o intuito, o interesse e o propósito de fortalecer S. Exa., é sua obrigação votar contra essas mensagens, para que ele não sofra a pressão que vem sofrendo dos militares. É obrigação moral da UDN.

A ela se impõe o dever de impedir a aprovação destas mensagens, para evitar que se enfraqueça o Presidente Castello Branco, que tem merecido o apoio, a consideração da União Democrática Nacional, e que ainda representa pequena parcela de esperança para a redemocratização desta Pátria.

A União Democrática Nacional, partido a que rendo sempre minhas homenagens mais sinceras pelo apreço que tenho aos seus integrantes, val cumprir o comando desta batalha, decisiva, neste instante, para a preservação da autoridade do Sr. Marechal Castello Branco. E se S. Exa. enviou ao Congresso estas mensagens, num momento de fraqueza, capitulando diante da pressão desses militares, que a União Democrática Nacional lhes dê a merecida resposta.

Digam-lhes os integrantes daquela agremiação que o Marechal Castello Branco está politicamente fortalecido. Não esperem que nós, do Partido Social Democrático, nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, cabalemos votos, para evitar que mensagens como estas, que tanto nos envergonham e que também envergonharão nossos filhos, sejam aprovadas nesta Casa! Isto é o que exige no momento atual, a posição do Marechal Castello Branco na Presidência da República.

Respeitemos o voto daqueles que se manifestarem a favor destas mensagens, porque é um dever democrático assim agir. Quero, porém, afirmar publicamente que, mesmo aprovadas essas mensagens, teremos o Ato Institucional nº 2, teremos a desfiguração do Poder Judiciário; e teremos a redução das atribuições e do número de Deputados desta Casa.

Nós vamos cair, companheiros; façam-lhes então um apelo — Caiamos de pé. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Está findo o tempo destinado ao Expediente.

Val-se passar à Ordem do Dia.

COMPARECEM MAIS OS SRs.

Bilac Pinto.
Batista Ramos
Mário Gomes.
Henrique La Rocque.
Emílio Gomes.
Dirceu Cardoso.

Acre:

Altino Machado — PTB
Geraldo Mesquita — PSD
Mário Maia — PTB
Rui Lino — PTB
Wanderley Dantas — PSD

Amazonas:

Djalma Passos — PTB
José Esteves

Pará:

Adriano Gonçalves — UDN (9 de novembro de 1965)
Burlamaqui de Miranda — PSD
Carvalho da Silva — PTB (4-12-65)
Gilberto Campelo Azevedo — PTB
Lopo Castro — PSP
Stélio Maroja — PSP
Waldemar Guimarães — PSD

Maranhão:

Alexandre Costa — PSD
Cid Carvalho — PTB

Clodomir Millet — PSF
Eurico Ribeiro — PTB
Ivar Saldanha — PTB
Joel Barbosa — PSD
José Burnett — PSD
José Sarney — UDN
Lister Caldas — PTF
Luiz Coelho — PTB
Luiz Fernando — PSL
Mattos Carvalho — PSE
Pedro Braga — PTB

Piauí:

Chagas Rodrigues — PTE
Dyrno Pires — PSD
Gayoso e Almendra — PSD
Heitor Cavalcanti — UDN
João Mendes Olimpio — PTB
Moura Santos — PSD

Ceará:

Alfredo Barreira — UDN (22 de novembro de 1965)
Alvaro Lins — PTB
Armando Falcão — PSD
Costa Lima — UDN
Dager Serra — PTB (22-10-65)
Euclides Wicar — PSD
Flávio Marcílio — PTB
Francisco Adeodato — PTN
Furtado Leite — UDN
Leão Sampaio — UDN
Lourenço Colares — PTB (10 de dezembro de 1965)
Marcelo Sanford — PTN
Oziris Pontes — PTB
Perilo Teixeira — UDN (19-11-65)
Ubirajara Ceará — PRP (28-12-65)
Wilson Roriz — PSD

Rio Grande do Norte:

Aluisio Bezerra — PSD
Djalma Marinho — UDN

Paraíba:

Arnaldo Lafayette — PT
Bivar Olintho — PSD
Ernany Sátiro — UDN
Flaviano Ribeiro — UDN
Humberto Lucena — PSD
Jandui Carneiro — PSD
João Fernandes — PSD
Luiz Bronzeado — UDN
Raul de Goes — UDN
Teotônio Neto — PSD

Pernambuco:

Auerba Jurema — PSD
Alde Sampaio — UDN
Augusto Novaes — UDN
Bezerra Leite — PTB
Clodomir Leite — PTB
Costa Cavalcanti — UDN
Geraldo Guedes — PSD
José Meira — UDN
Luiz Pereira — PST
Magalhães Melo — UDN
Milvernes Lima — PTB

Alagoas:

Medeiros Neto — PSI
Muniz Falcão — PSP
Oceano Carleial — UDN
Oséas Cardoso — PTN
Pereira Lúcio — UDN

Sergipe:

Ariosto Amado — PTB
Arnaldo Garcez — PSI
Francisco Macedo — PTB
José Carlos Teixeira — PSD
Lourival Batista — UDN
Machado Rollemberg — UDN
Walter Batista — PSD

Bahia:

Aloysio Short — UDN (4-12-65)
Antonio Carlos Magalhães — UDN
Cicero Dantas — PSP
Edvaldo Flores — UDN (4-12-65)
Gastão Pedreira — PTB
Heitor Dias — UDN
Henrique Lima — PSE
Hermogenes Príncipe — PSD
João Alves — PTB
Josaphat Azevedo — PTN
Josaphat Borges — PSD
Luna Freire — PTB
Raimundo Brito — PTB

Espirito Santo:

Argilano Dario — PTB
Dulcino Monteiro — UDN
Florianio Rubim — PTN
Gil Veloso — UDN
João Calmon — PSD
Oswaldo Zanello — PRP

Rio de Janeiro:

Adahuri Fernandes — PTB (4 de dezembro de 1965)

Adolpho Oliveira — UDN
Afonso Celso — PTB
Amaral Peixoto — PSD
Ario Theodoro — PTB
Bernardo Bello — PSP
Carlos Werneck — PDC
Daso Coimbra — PSD
Geremias Fontes — PDC
Josemaria Ribeiro — PTB
Ramundo Padilha — UDN
Roberto Saturnino — PSB
Glênio Martins — PTB

Guanabara:

Adauto Cardoso — UDN
Alomar Baleeiro — UDN
Amaral Neto — UDN
Arnaldo Nogueira — JDN
Baeta Neves — PTB
Benjamin Farah — PTB
Breno da Silveira — PTB
Cardoso de Menezes — UDN
Eurico Oliveira — PTB
Expedito Rodrigues — PTB
Jamil Amiden — PTB
Nelson Carneiro — PSD
Waldir Simões — PTB

Minas Gerais:

Abel Rafael — PRP
Aquiles Diniz — PTB
Austregesilo de Mendonça — PTB
Bento Gonçalves — PSP
Bias Fortes — PSD
Carlos Murilo — PSE
Celso Murta — PSD
Celso Passos — UDN
Cyro Maciel — PR (S.E.)
Elias Carmo — UDN
Francelino Pereira — UDN
Geraldo Freire — UDN
Guilhermino de Oliveira — PSD
Gustavo Capanema — PSD
Horácio Bethônico — UDN
Jaeder Albergaria — PSD
João Herculino — PTB
José Humberto — UDN (S.E.)
Leopoldo Maciel — UDN (S.E.)
Manoel de Almeida — PSP
Pais de Almeida — PSD
Pedro Aleixo — UDN
Pinheiro Chagas — PSE

São Paulo:

Abdi Chammas — PSP
Alceu de Carvalho — PTB
Amaral Furlan — PSD
Aniz Badra — PDC
Celso Amaral — PTB
Condeixa Filho — PSP (S.E.)
Dias Menezes — PTN
Ewaldo Pinto — MTR
Germinal Feljó — PTB
Hary Normaton — PSP
Hélcio Maghenzani — PTB
Italo Fittipaldi PSP (S.E.)
José Resegue — PTB
Lacórté Vitale — PTB
Lauro Cruz — UDN
Lino Morganti — PRT
Mário Covas — PST
Maurício Goulart — PTN
Nicolau Tuma — UDN
Ortiz Monteiro — PRT
Pacheco Chaves — PSD

Paulo Lauro — PSP (1-12-6)
Pedro Maranhão — PTN
Pedroso Junior — PTB
Pinheiro Brisolla — PSP
Plínio Salgado — PRP
Ranieri Mazzilli — PSD
Sussumu Hirata — UDN
Teófilo Andrade — PDC
Tufy Nassif — PTN
Ulysses Guimarães — PSD
Ivete Vargas — PTB

Goiás:

Anísio Rocha — PS
Benedito Vaz — P
Castro Costa — P
Celestino Filho —
Emivaldo Caiado —
Geórgio de Pina —
Jales Machado —
Lisboa Machado —
Lizandro Paixão —
José Freire — PSD
Ludovico de Almeida
Rezende Monteiro

Mato Grosso:

Corrêa da Costa
Edison Garcia —
Philadelpho Garcia
Ponce de Arruda —
Rachid Mamed —
Wilson Martins —

Paraná:

Accioly Filho — P
Fernando Gama —
Ivan Luz — PRP

João Ribeiro — PS
José Richa — PDC
Lyrio Bertoli — P
Maia Neto — PTB
Miguel Buffara —

Minoro Miyamoto
Newton Carneiro
Petrônio Fernal —
Plínio Costa — PS
Renato Celidônio
Wilson Chedid —

Santa Catarina:

Albino Zeni — UD
Antônio Almeida —
Aroldo Carvalho —
Carneiro de Loyola
Domício de Freitas
Doutel de Andrade
Joaquim Ramos —

Laerte Vieira — U
Lenoir Vargas — E
Orlando Bertoli —
Osni Regis — PSD
Paulo Macarini —
Pedro Zimmermann

Rio Grande do S

Adílio Viana — PT
Afonso Anschau —
Antônio Bresolin —
Brito Velho — PL
Cesar Prieto — PT
Cid Furtado — PD
Clovis Pestana — E
Croacy de Oliveira
Euclides Triches —
Flôres Soares — U

Floríceno Paixão —
Giordano Alves —
Jairo Brum — MT
José Mandelli — E
Lino Braun — PTB

Luciano Machado
Marcial Terra —
Matheus Schmidt —

Milton Cassel — P
Norberto Schmidt —

Osmar Grafulha —
Ruben Alves — P
Tarso Dutra — PS
Unirio Machado —
Zaire Nunes — PT

Amapá:

Janary Nunes — E

Rondônia:

Hegel Morhy — PS

Roraima:

Francisco Elesbão —

V — ORDEN

O SR. PRESIDEN
A lista de presenç
parecimento de 344
Os Srs. Deputados
posições a apresentar

CONGRESSISTA: *Mário Piva*
 PROJETO N° CAMARA
 N° SENADO
 DC de 29/ 9 / 64 / CD-2F-01 Pg 4905
 DO N° / de / /

O SR. MARIO PIVA:

(Como Líder — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estava eu inscrito, hoje à tarde, para falar na Ordem do Dia, no exercício da Liderança, mas, em virtude da existência em pauta de matéria em regime de urgência, coupo este momento para dar conhecimento à Casa de que venho assinando há algum tempo petição à Bahia, sobre as atividades policiais contra os estudantes bairanos.

3

Tenho a impressão de que este Governo está no eio da violência e do arbítrio. Tenho dito e repeto desta tribuna que a prepotência, que vem caracterizando o Governo passado, foi herdada pelo Governo atual, e o castelismo regulamentado continua sendo uma constante na vida do nosso País.

Sr. Presidente, ontem o "Jornal da Bahia", na "Coluna do Castelo", publicava um cancelário, designando que "o civil se o forte se não passe militar", leio-o neste momento, para que conste dos nossos Anais:

Brasília (Suzanal) — A atividade política civil não chega a ser um jogo de bússola porque o político civil já não alimenta bússola quanto à importância do que possam fazer. Ela só alcança alguma significação quando reflete, como o *status toti* dos nominalistas medievais, uma imagem da realidade de Poder que se afirma obviamente na esfera militar. As lutas que contêm, as dissensões que têm sentido, os ajustamentos que funcionam pertencem à esfera do Poder real, nessa conjuntura que se pensou iria assinalar um ressurgimento das instituições mas que assinalou apenas um recrudescimento de ação político-militar.

Reconstituindo-se a corrente do Poder armado, como fonte inspiradora das definições nacionais, os civis tem hoje sua importância condicionada à maior ou menor vinculação com o pensamento de grupos, setores ou parcelas das Forças Armadas, as quais, investindo-se da atividade política específica, estão sujeitas às leis próprias da ação política, aos atritos, às divergências, às composições, à afirmação da diversidade e à busca permanente da unidade.

Quando um político civil, benenquizado pela auréola da antiga liderança, se dirige opinião pública, o que logo se pergunta é se exprime ele pontos-de-vista ou posições coincidentes com os de alguns militares. Se não exprime, se não tem atrás de si algumas divisões, como na famosa objeção de Stalin à participação do Papa no jogo de poder mundial, sua palavra afetará um pequeno grupo não alcançado pelo castelismo com que se deve ver hoje qualquer ação civil nas decisões da vida brasileira.

Isso é verdade tanto para os que estão na oposição como para os que estão no Governo. Isso funciona em relação a ministros de Estado, como o Chanceler Magalhães Pinto, e a chefes da Oposição, como o Sr. Carlos Lacerda. As diretrizes de política externa traçadas pelo Itamarati funcionam ou deixam de funcionar se elas conferem ou não (no caso, parece que conferem) ou

passaram a conferir desde a reunião de quinta-feira no Palácio das Laranjeiras) com o pensamento do Alto Comando das Forças Armadas. O abandono pelo Sr. Carlos Lacerda da política de panos quentes com relação ao Governo terá sua exata medida na apuração da margem residual de influência que mantinha em setores militares. Se ele agita ou mobiliza alguns coronéis ou generais, sua atitude, seu descomunalizar de espada pode gerar uma crise. Semelhante coisa diria o Senador Auro de Moura Andrade.

Os perigos que aí estão, imediatos e fronte amplos, que ali vão, são entidades tangíveis. O Congresso Nacional é um órgão de fiscalização, não de intervenção política direta, ou seja, não de quem o Vice-Líder do Governo, Sr. Aurício Rendas, a sua existência para realidade política, as lideranças políticas civis, assumindo as distâncias, a crescente perigosidade.

O último ramo do Poder civil, imperativamente preparado pela Resolução de 1963, que se situa na sua força institucional e o Poder Judiciário. De e colagem a surgir os primeiros sintomas de uma restauração, cuja duração dependerá, localia, de alguns dos setores que vivem no intuito de ser tomados por esse Poder autônomo. Para a parte civil, o Supremo Tribunal poderá desamparar, a prazo indeterminado, o papel que o Congresso já não pode reivindicar, de apurar e quebrar as arestas da legislação autoritária em que se fundamenta hoje o Poder militar. Resta saber se com o corte, das dias é a ampliação das dificuldades, o Supremo Tribunal também se autolimitará, fixando a conveniente fronteira entre sua autonomia, sua consciência institucional e a realidade política do País.

Essa previsão, no entanto, já foge ao esquema dessa enxada tentativa de diagnóstico de uma situação, cujo conteúdo é conhecido mas cujo desfecho é imprevisível.

Sr. Presidente, a prova está nestes jornais, que hoje estão à Casa editados em Salvador, jornais que apoiam o Governo do Sr. Luis Viana Filho, que se revoltam, não obstante, contra a brutalidade da Polícia espancando jovens, inclusive assassinando uma estudante do Instituto Isaias Alves, de acordo com a notícia inserida na primeira página do "Diário de Notícias", na edição do dia 25 de agosto, sexta-feira, última.

Uma nota, provavelmente a uma do Instituto de Educação Isaias Alves, morreu ontem no Pronto Socorro, em consequência do ferimento produzido por bala de fogo no pescoço. A notícia chegou à redação do "Diário de Notícias", cuja reportagem, procurando confirmá-la, esteve no Hospital Getúlio Vargas, onde um médico informou ser verdadeira, recusando-se contudo a dar o seu nome por motivos óbvios, e o da mãe, porque havia ordem para nada ser dito.

Sr. Presidente, esse jornal publica fotografia de soldados, em formação de combate, para atacar estudantes a bala de fogo; publica fotografia de bombas por ordem do Governo do Estado, lançando jatos d'água contra do edifício da Universidade Católica da Bahia; publica fotografia de um cidadão bairano, funcionário municipal, que preferiu fugir ao tumulto das ruas escondendo-se no cinema. Ao sair do cinema, foi atacado, barbaramente espancado, e levou vários pontos na cabeça. Publicam, ainda, os jornais da Bahia que

estudantes foram agredidos a cor-
nhadas e dão uma nota de protesto
e da revolta de médicos baianos, por-
que policiais, perseguindo estudantes
que se refugiaram na Reitoria da
Universidade da Bahia e, depois, no
Hospital das Clínicas, lançaram dentro
do Hospital bombas de gás lacrimó-
geno, pondo em risco a vida de
várias crianças. Aqui está a nota
de protesto dos médicos baianos, ir-
ritados e revoltados com a ação poli-
cialista, que se tornou uma cons-
tante na vida deste País.

Dr-se-a, Sr. Presidente, neste ins-
tante, como se tem dito várias vezes
que novamente são os estudantes
baianos vítimas daqueles agitadores
profissionais que procuram, em mo-
mentos como esses, tumultuar a vida
do País. Mas, Sr. Presidente, o que
reivindicavam os estudantes baianos?
Que não fosse aprovado um disposi-
tivo da Lei Orgânica que estabelecia
que o ensino secundário passaria a
ser pago, porque transformados em
fundação todos os órgãos de ensino
oficial do Estado.

O Sr. João Hercúlio — Nobre
Deputado Mário Piva, talvez seja
este o famoso diálogo anunciado
certo dia pelo Sr. Vice-Presidente da
República, que seria travado entre os
estudantes e o Governo, o diálogo da
violência — violência do Governo,
violência daqueles que querem, a
todo o custo, sufocar a voz da mo-
cidade brasileira. V. Ex.^a tem a so-
lidariedade integral nossa nesse pro-
testo que faz contra as violências e
arbitrariedades praticadas na Capital
baiana.

O SR. MARIO PIVA — Agradeço
ao nobre Vice-Líder, João Hercúlio,
o apelo que deu, porque representa
efetivamente a voz de todos aqueles
que estão, não apenas revoltados, mas
também informados com a nova lin-
guagem, a linguagem do cassete
tipo família, da baioneta e também
da coronhada que se pretendia reins-
talar neste País e que vem sendo uti-
lizada como forma de amedronta-
mento da mocidade brasileira.

O Sr. Otávio-Caruso da Rocha —
Permita V. Ex.^a um aparte, nobre
Deputado. Venho ouvindo, com a de-
vida atenção, este pronunciamento
que V. Ex.^a faz, com o costumeiro de-
sombro político, e registro que me
parece muito curioso que o Governo,
quando tenha que se confrontar com
um diálogo político, não dialogue,
mas, surpreendentemente, use de violên-
cia, como se esta fosse um argumen-
to político, quase que a conformar as
opiniões que, relativamente à violên-
cia, têm indivíduos. Obrigado, nobre
Deputado.

O SR. MARIO PIVA — Mas, Sen-
hor Presidente, vinha eu dizendo,
analisando as razões deste movimen-
to estudantil, que os jovens se opu-
nham a esse dispositivo da Lei Orgâ-
nica do Ensino Estadual. Foi bem,
Sr. Presidente. A revolta foi tão
grande na Bahia, que até os pais dos
estudantes prepararam, — mas não
puderam realizar, porque foram im-
pedidos pela brutalidade policial —
uma passeata de protesto. Professores
que participaram desse movimen-
to estudantil, cujas fotografias estão
divulgadas nos jornais que aqui tra-
go e que demonstram que não se tra-
tava apenas de um pequeno movi-
mento de agitadores profissionais,
foram presos, como presos foram dois
jornalistas pertencentes aos órgãos
da imprensa da Capital baiana.

Enão indago, Sr. Presidente; ha-
veria motivação, haveria razões, pre-
valeceriam motivos de ordem políti-
co-ideológica para o movimento en-
cetado pelos estudantes? Não. Eles
apenas lutavam por que o ensino con-
tinuasse gratuito. E a prova de que
tinham razão é que, ainda sábado, se
não me falha a memória, o Governador
do Estado, embora tarde, depois
de deixar espancar estudantes, esta-
beleceu, através de decreto, que o en-
sino continuaria gratuito, isto é,

atendeu à reivindicação, porque das
mais justas.

O Sr. Hernando Alves — Veja, no-
bre Deputado Mário Piva, que já se
pratica a violência preventiva neste
País. Já em nome das Turmas Arma-
das, elementos que querem apenas
perpetuar a presença do poder mi-
litar em nosso País, e Chefes de Exer-
cícios Estaduais vinculados ao pro-
cesso revolucionário de escolha de
governadores, nada mais fazem neste
instante do que impedir o acesso da
juventude ao Governo, a este mesmo
Governo que vive dizendo que quer
o diálogo com a juventude, mas talvez
diálogo com a juventude nas ruas,
transformando-as em campo de batelha.

O SR. MARIO PIVA — Obrigado
a V. Ex.

O Sr. Geraldo Freire — Permita-
me, nobre Deputado. Três apartes
foram dados a V. Ex.^a, referindo-se
a uma negativa de diálogo. Desaja-
ria que V. Ex.^a pudesse informar-nos
se o sabe quem pediu o diálogo e
quem o negou.

O SR. MARIO PIVA — Sr. Presi-
dente, quem sempre pediu o diálogo
foi a mocidade; quem sempre
negou foi o Governo revolucionário.
A verdade é esta, e a prova evidente
é que os estudantes, para governo do
nobre vice-líder Geraldo Freire, estu-
tiveram às portas da Assembleia es-
tadual, onde a ARENA tem 48
Deputados e o MDB 12, para, em comi-
ssão, se entenderem com os Depu-
tados líderes da situação, no intuito
de serem atendidas as suas reivindi-
cações. Sabe qual foi a resposta, Sen-
hor Presidente? Polícia colocada na
porta de baioneta. Responderam ao
diálogo com baionetas, coronhadas,
cacetadas e fatos d'água dos estu-
dantes. Este o diálogo que este Go-
verno entende de estabelecer com os
estudantes, falando uma linguagem
que achincalha, humilha e sobretudo
não dá dignidade aqueles que preten-
dem dirigir este País.

O Sr. Hernando Alves — Esclare-
cendo o nobre Líder da Maioria,
Deputado Geraldo Freire, lembramos
que o Presidente Costa e Silva disse
publicamente que estava interessado
no diálogo com todos os setores da
população, inclusive os estudantes; e
o Sr. Ministro de Educação também
revelou isto várias vezes. Mas uma
coisa é necessário que a liderança do
Governo confesse que ela não quer de
fato o diálogo.

O SR. MARIO PIVA — Sr. Presi-
dente, queria fazer esta comunicação
para registro, e o faço com absoluta
tristeza, porque a classe estudantil do
meu Estado sempre primou — e faz
porque convivi com esses moços du-
rante mais de 13 anos — pelo respec-
to à ordem à lei e à disciplina. O
que esses estudantes queriam, no mo-
mento Sr. Presidente, não era agita-
ção. Tratava-se de uma reivindicação
das mais justas que poderiam fazer,
para que se estabelecesse a gratuidade
e para que se firmasse, sobretudo,
bases de igualdade na oportunidade
de estudar. Os estudantes queriam e
querem estudar. Sr. Presidente. Os
estudantes queriam e querem ser ou-
vidos. Mas não se pode falar com
um Governo que é surdo e que se
ouve a voz da truculência, do arbi-
trio, da prepotência e da violência.
(Muito bem.)

Criticas aos jornais Revolucionários

Glênio Martins — MDB.
Rozendo de Sousa — ARENA.

Guanabara:

Breno Silveira — MDB.
Gonzaga da Gama — MDB.
Rafael Magalhães — ARENA.
Raul Brunini — MDB.

Minas Gerais:

Aécio Cunha — ARENA.
Gilberto Almeida — ARENA.
João Hercúlio — MDB.
Milton Reis — MDB.
Padre Nobre — MDB.
Pinheiro Chagas — ARENA.
Sivalva Beaventura — ARENA.

São Paulo:

Alceu de Carvalho — MDB.
Armando Mastrocola — ARENA.
Ivete Vargas — MDB.

Goiás:

Anapolino de Faria — MDB

Mato Grosso:

Rachid Mamede — ARENA.

Pernambuco:

Jorge Cury — ARENA.
Lyrio Bértoli — ARENA.
Zacharias Ezequiel — ARENA

Santa Catarina:

Arelido Carvalho — ARENA.

Rio Grande do Sul:

Alberto Hoffmann — ARENA.
Brilo Velho — ARENA.
Euchides Triches — ARENA.
Henrique Henkin — MDB.

VIII — O SR. PRESIDENTE.

ORDEM DO DIA

IX — Levanta-se a sessão às 19.40 horas.

(Discurso do Deputado Mário Piva, no Grande Expediente da sessão vespertina de 3 de abril de 1967).

O SR. MARIO PIVA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, no exercício da liderança do Movimento Democrático Brasileiro, ainda me incluo, neste instante, entre aqueles que desejam registrar, nos Anais da Casa, um depoimento a respeito do golpe militar de 1º de abril de 1964.

Quero acrescentar também, e antecipar, por assim dizer, a posição de nosso partido frente ao atual Governo da República.

Este depoimento, Sr. Presidente, somado ao de outros companheiros de nosso partido — que representam ou representaram e a expressão da maioria esmagadora do M.D.B. — servirá para o julgamento da posteridade. Através dele, amanhã, poderemos saber quem fez história e quem contou estórias.

Fui reconduzido à Câmara Federal por considerável parcela do eleitorado livre e consciente de meu Estado. Crédito essa consagração nas urnas muito menos nos meus poucos méritos pessoais do que à coerência de atitudes e à firmeza de convicções democráticas, sempre manifestadas desta tribuna.

Por isso mesmo, não poderia eu ser arrebatado pelas solenidades festivas, que repercutem com tanta sonoridade e que despertam a curiosidade natural mas não o interesse nem o apoio do povo brasileiro. Não posso aceitar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o festival de palavras vazias, bordadas de recalques compreensíveis, que espocam com fulgor pirotécnico e furaz, nas trevas que se abateram sobre este País. Trevas que se alastram pelas órfãs dos nossos anseios liberais!

Sr. Presidente, não serei impiedoso a ponto de fazer a apologia de uma quetelada apaladada de revolução, e, por isto mesmo, inautêntica, incapaz e antidemocrática, apenas para destacar fatos episódicos, que a História registrará para nossa vergonha. Prefiro, em razão disto, fiilar-me às manifestações fúnebres e, com todo respeito, fazer o necrológio que devia ter sido feito na data apropriada, isto é, a 1º de abril.

Sr. Presidente, sempre defendi a tese de que esta chamada revolução foi, efetivamente, um princípio de abril e está identificada, pela própria vontade popular, com a artificialidade com o engodo, com a maíficia, com o-humorismo que todos compressam à data dedicada aos tolos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, três anos representam uma perspectiva razoável para que se diga, do ponto-de-vista sociológico e histórico, se houve, efetivamente, uma revolução neste País. É a indagação que fazem milhões de brasileiros. Os exegeses da Escola Superior de Guerra afirmam e reafirmam que o Brasil conseguiu o milagre de desfiagar e tornar vitoriosa uma revolução sem derramamento de sangue. Sob um aspecto, a concordância é geral. Não iremos aqui apoiar o óbvio. Não houve derramamento de sangue. Também não houve revolução. O que houve foi um golpe militar, com derramamento de fel; fel que tornou mais amarga a vida de milhões de brasileiros menos favorecidos; fel que travou a liberdade; fel de ódio, de arbítrio e de desejo de vingança; fel que marcou a condenação de homens e de mulheres, sem culpa e sem direito a defesa.

Se as palavras voam, Sr. Presidente, os números são implacáveis e ficam. Aqui está a mostra de um período que tantos pretenderam homenagear com champagne, como se o sofrimento, a desdita, pudessem ser embriagada pela voz daqueles que tentam enganar a própria Nação. Em 1.065 dias do chamado período de consolidação do processo de uma revolução que não houve, em 1.065 dias — atente bem — o País assistiu, desolado, revoltado, confuso, além de amedrontado, a dois períodos de delírio punitivo. O primeiro retrata o procedimento desumano de vingança, e vai de 9 de abril de 1964 a 10 de outubro de 1965. Nêle houve 118 cassações de mandatos conferidos legitimamente pelo povo, através do voto direto e secreto; 373 atos de suspensão de direitos políticos por 10 anos; 524 aposentadorias em caráter punitivo; 20 demissões com aposentadoria imediata; 244 demissões com expulsão; 1.284 demissões simples; 555 reformas; 4 cancelamentos do uso de insígnias militares; 165 transferências para a Reserva; 60 cassações de medalhas; 4 cassações de aposentadorias; 2 cassações de autorização e uma desercreditação; 36 destituições; 5 disponibilidades; 20 demissões de Ordem do Mérito Militar; 55 exclusões da Ordem do Mérito; 40 expulsões; 26 exonerações — tudo, Srs. Deputados, num total de 3.535 atos punitivos.

O Sr. David Lerer — Nobre Deputado Mário Piva, V. Exª está, neste momento, narrando a triste saga de uma revolução que não houve, do golpe militar de 31 de março. V. Exª transmite, em números, as violências conhecidas.

O SR. MARIO PIVA — Uma parte.

O Sr. David Lerer — ... uma parte de das violências conhecidas. E as desconhecidas, nobre Deputado? — aquilo que se cometeu por este Brasil inteiro, em nome da revolução: as igrejas invadidas; as escolas violentadas; as arbitrariedades contra camponeses...

O SR. MARIO PIVA — Os estudantes espancados.

O Sr. David Lerer — ... contra estudantes, contra operários; os espancamentos, as torturas, as sevícias? Quantos enlouqueceram, ou adoeceram, ou perderam empregos, ou perderam escolas, ou perderam filhos, pais e esposas? E as violências cometidas no navio "Raul Soares"? E tudo aquilo que ficara enterrado pela capa do anonimato, do silêncio das mazmorras ou do descampado do Nordeste, de onde vem V. Exª? E ainda aquilo que se cometeu em São Paulo e nas grandes Capitais, contra os trabalhadores, em nome da luta contra a subversão, que continuou, e da luta contra a corrupção, que nunca terminou, mas, que, pelo contrário se acentuou nestes três, negros anos da história do Brasil?

O SR. MARIO PIVA — Nobre Deputado David Lerer, agradeço, penhorado o aparte de V. Exª, que vem ampliar a radiografia que estamos tentando fazer da falsa revolução de 1º de abril.

Mas, diga eu, Sr. Presidente, não parou aí a fúria punitiva do Governo, que só pode ser equiparada à fúria legiferante por ele mais tarde demonstrada. Veio a segunda etapa, a que os revolucionários, os autores do golpe, os donos da chamada revolução chamaram "fase de restauração do regime democrático". É preciso se registrar oficialmente o que o Sr. Presidente da República de então denominou de "período de restauração da democracia neste país", ou seja, aquele caracterizado pela continuidade da vingança, do ódio derramado sobre aqueles que sequer tiveram o mais elementar direito de se defenderem de acusações que até hoje desconhecemos.

O César naquela época não precisava de um circo nem de leões. Instalou-se factiosamente na poltrona, usou do Ato Institucional nº 2 e derramou sobre o País mais 169 cassações e suspensões de direitos políticos; mais 26 demissões, mais 14 reformas, mais uma cassação de pólo e patente, e mais 2 aposentadorias. Total da segunda fase: 212 atos punitivos.

Esse o balanço que alguém precisava fazer neste País, quando se fala aqui em revolução democrática. E onde não houve "paredon". Não há diferença entre o "paredon" que mata, o "paredon" que leva definitivamente para longe desta vida aqueles que participaram de uma luta, e esses atos de punição que levam a dor, a fome e a miséria a milhares de lares brasileiros.

Sr. Presidente, nesses 1.065 dias "revolucionários", em que sangue não correu mas, é preciso repetir, correu o fel da maldade, da tirania, da intolerância, da vontade ditatorial, 3.747 atos punitivos foram baixados. Recordo absoluto na história do mundo: três atos punitivos por dia. Praticou o Governo que passou, o Governo Revolucionário, cujo período foi tão cantado e decantado por muitos, mais de três atos punitivos por dia durante 1.065 dias de triste administração neste País.

O Sr. Aido Fagundes — Nobre Deputado, estou ouvindo com atenção a estatística trágica que V. Exª traz ao conhecimento desta Casa e do País. Entre esses dados tão chocantes, é indispensável se inclua, num capítulo especial, a violência com que o Governo federal interveio na Assembléia Legislativa gaúcha, forçando uma solução que o povo anteriormente já havia repudiado. Eu queria fazer este registro, no instante em que V. Exª aponta ao conhecimento da Casa os excessos do movimento militarista que empolgou o poder na República.

O SR. MARIO PIVA — Agradeço a V. Exª que apenas se antecipou: o caso do Acre e do Rio Grande do Sul serão incluídos entre as crises que se

AMARA
SENADO
1177

NB. PRO. CSS. 222. 4, p. 129

2005

dellagraram neste País e que trouxe-ram a intransigência à família brasileira.

Sr. Presidente, apresentei essa es- talística, quando fazia a indagação sobre se houve uma revolução neste País. Do ponto de vista sociológico, político, e sob o prisma histórico, só- mente a má-fé, a ignorância ou a impudência poderiam, depois de três anos, considerar revolução o que não passou de um golpe militar. A con- fusão continuou e ganhou corpo, gra- ças à propaganda baseada nos conhe- cimentos de arapuzes dos teóricos da Escola Superior de Guerra todos em- penhados nessa tarefa, na modificação de conceitos inequívocos no campo da Sociologia e da História. Uma revo- lução, Sr. Deputados impõe-se pelos elementos que lhe dão forma e con- teúdo — ensina um historiador clá- ssico. Nem o conteúdo do movimento de 18 de abril de 1964, nem a forma pré-fabricada por atos institucionais, pela pressão sobre o Legislativo, pela tentativa de desmoralização do Judi- cário, pelas ambições pessoais ou pela vontade incontornável de criar de fabricar deuses, de parar as manhas do terrorismo policial, são características de uma revolução. Uma revolução necessita também re- presentar a vontade da maioria da coletividade — ensina esse sociólogo. Suas características deverão ser emi- nentemente populares e nacionais. Desse modo, ela constitui um avanço, no sentido do progresso, respeito à vontade soberana e democrática do povo. E, porque uma revolução tanto pode ser feita de modo pacífico como por processo violento, tenham os her- mentos do Movimento de 1964 em consideração uma revolução. Ainda que houvesse ocorrido somente em 19 de abril de 1964, somente isso não lhe daria o direito de batizar a quartelada de Revolução.

Pode ocorrer uma insurreição, mas isto não será revolução, se não estiver unida do conteúdo que a consa- gra, transformando a estrutura social e representando os anseios populares e nacionais. Revolução nós a tivemos neste País a partir do Governo Jus- celino Kubitschek. Isso, sim, foi re- volução — uma revolução industrial que tornou este País num dos maiores países industriais da América La- tina. Revolução é isto: transformação social, num movimento que se apóia nos anseios e na vontade da maioria de um povo. E esta foi a revolução que nós tivemos: a do Governo do Sr. Juscelino Kubitschek. E, Sr. Presidente, naquela revolução pacífica, dois levantes, o de Aracatama e o de Jacareatanga, foram esmagados, foram totalmente derrotados, como cas- telos de cartas não pela vitória ou pelo ódio, mas pela grandeza do per- dão. Com o perdão destruíram-se as sementes que se haviam plantado em Jacareatanga e Aracatama. E quanto à diferença entre duas épocas, Senhor Presidente! Quando o mesmo homem que perdoou aqueles todos envolvidos na insurreição de Aracatama e de Jacareatanga, teve de responder a IPMS, quanto à humilhação, quanto ve- zame, quanto indignidade sofreu, ele que estivera no arto, e que sempre subreptício se mantivera, tão elevada a sua intenção do perdão...

O Sr. Eurclio Velloso — Queris- simo Presidente, esclarecer a V. Ex. que tenho a impressão de que não houve perdão. Se tivesse havido, eu, como um dos participantes desses dois movimentos, não o teria aceito. No caso foi dada uma anistia, não des- pedida por mim nem por nenhuma dos meus companheiros. Foi pura e sim- plesmente uma manobra política, nada mais.

O Sr. MARIO PIVA — Nobre Deputado, ouço com inênita alegria — e eu já o esperava — o seu depoi- mento. V. Ex. considerou manobra polí-

tica a anistia. Pela primeira vez ouço falar de anistia como manobra polí- tica; pela primeira vez ouço dizer que perdão é manobra política. Anistia, quer queira V. Ex. ou não, é o per- dão a quem comete um crime ou uma falta.

O Sr. João Herculino — Aquilo foi, sobretudo, uma insubordinação.

O Sr. MARIO PIVA — O que houve no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek foi isto: perdão. E hoje mesmo, quando se fala em anistia, Sr. Deputado, os próprios companhe-iros de V. Ex. se erguem, como se essa palavra devesse ser incluída no índice das realizações democráticas deste País.

O Sr. Arruda Câmara — Foi autor de um decreto de anistia, o de nº 12. Infelizmente, os poderes militares, quer dos governos anteriores, quer do Governo revolucionário passado, privile- giadamente na parte militar, se re- cusaram a cumprir este decreto, e os beneficiários dele tiveram de bater às portas dos tribunais, inclusive do Su- premo Tribunal, que proclamou a constitucionalidade daquele decreto em todo seus itens. Mas, na parte relativa ao Poder Executivo, a não ser no Ministério da Justiça de João Mangabeira, só conseguiram vitória depois de recorrerem ao Poder Judi- cário.

O Sr. MARIO PIVA — Pode Vossa Excelência repetir isso, para que fi- que constando claramente do meu discurso? Os beneficiários, se bem entendi, recorreram ao Judiciário para conseguir...

O Sr. Arruda Câmara — A aplica- ção do decreto.

O Sr. MARIO PIVA — ... a apli- cação do decreto de anistia.

O Sr. Arruda Câmara — Os tribu- nais todos puseram em prática o de- creto; a Câmara dos Deputados e o Senado o cumpriram, mas o Poder Executivo, através de um parecer do Consultor da República, contornou de V. Ex. e por decisão do então Chefe do Governo, a isso se recusou declarando inconstitucional o decreto. Então, as partes interessadas, em sua maioria militares, antigos partici- pantes de revoluções, porque o decreto abrangia o período de 1934 a 1961, tiveram de bater às portas do Judiciá-rio. E aqueles que foram até o Supre- mo Tribunal tiveram a vitória, ainda em decisões recentes, porque o de- creto foi declarado inconstitucional em todos seus itens. Agora, por ques- tão de técnica, referindo-se a anistia, V. Ex. não deve dizer perdão. Anistia é o eterno esquecimento, como se nada houvesse existido. Perdão é o indulto.

O Sr. MARIO PIVA — Considera V. Ex. a anistia ainda maior do que o perdão?

O Sr. Arruda Câmara — É maior, porque é o eterno esquecimento, como se nada houvesse existido.

O Sr. MARIO PIVA — Agradeço ao nobre Deputado o depoimento que me traz. Lembro que, pelo menos naquela época, ainda contavam com a possibilidade de recorrer à Justiça; e aqueles que foram injustiçados nestes três últimos anos nem essa possibili- dade têm.

Mas, Sr. Presidente, diga eu que revolução houve no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek. A revolução burguesa — e isto nos ensina outro sociólogo brasileiro — no Brasil, vi- nha-se processando de mancha paci- fica e democrática, acelerada pela industrialização intensiva que trans- formou o País no maior parque indus- trial da América Latina e o conduziu à emancipação econômica. Para o complemento orgânico dessa revolu-

ção, impunha-se a reforma agrária e várias outras de natureza secundária. Reformas de Base são exclusivamente as que atuam na industrialização do País, ligadas evidentemente pela for- ma do regime a ocupação financeira; e são aquelas que atuam na transfor- mação da propriedade e exploração da terra.

Ao analisarmos estas palavras, Sr. Presidente, e ao compará-las com o crescimento registrado nestes três últimos anos, alcançamos conceitos desalentadoras. Não vou voltar aqui, porque já o fiz exaustivamente; a ex- aminar o fracasso do plano de ação econômica do Sr. Roberto Campos.

Tres anos são passados, e o quadro aí está para comprovação de que nada passou de um primeiro de abril. As publicações oficiais dos órgãos das classes conservadoras, as declara- ções unânimes do empresariado na- cional, o eco das vozes que se fazem ouvidas nos Estados Unidos e, se isto não fosse tudo, as confissões ofici- ais do Governo que passou, servem para comprovar que a revolução de- mocrática do desenvolvimento nacional não passou efetivamente de um primeiro-de-abril no plano do desen- volvimento brasileiro.

O Sr. David Lerer — Nobre Deputado, a mais arrasadora confissão de derrota foi a que se verificou na pu- blicação da renda "per capita" no ano de 1966. Quando em 1960, ao fim do Governo Juscelino, o crescimen- to da renda "per capita" era de 7,2% — portanto, uma das maiores do mundo, no regime capitalista — no ano de 1966, ao fim da triste gestão Roberto Campos, o crescimento da renda "per capita" foi de 0,4%.

O Sr. MARIO PIVA — Nobre Deputado David Lerer, a esse argu- mento que V. Ex. traz para incorpo- rar ao meu discurso, abrilhantando-o, quero acrescentar outro dado. Todas as publicações oficiais revelam que, ao fim do Governo do Sen- hor Juscelino Kubitschek, tivemos um índice de crescimento da ordem de 7%. Pois bem, após três anos da chamada Revolução, em que se con- sagrou o Plano de Ações Econômicas do Sr. Roberto Campos, esse índice de crescimento baixou vertiginosa- mente a 2,3%. Isto é, não acom- plinou sequer o crescimento vegetati- vo do Brasil.

Além disso, com o golpe militar de 1964, ficou abortado o esforço que se vinha fazendo para liberar o País da subordinação incômoda de capitais estrangeiros que aqui chegavam, não para ajudar nosso crescimento, mas para fazer com que o País continuas- se a ser uma Nação satélite da eco- nomia deles.

O Sr. Luiz Sobá — Nobre Depu- tado Mário Piva, auto a exposição de V. Ex. Quanto à participação de capitais estrangeiros, eu pediria per- missão apenas para uma adendo. Como V. Ex. sabe, o Governo Roberto Campos, a título de buscar esses ca- pitais, sob alegação de que viam ajudar o desenvolvimento do País, lançou as obrigações restruturais da Tese do Nacional. V. Ex. sabe tam- bém que dois integrantes do Consi- lho Nacional de Economia e Senho- res Olivan de Paiva e Fernando Gar- çarias, tiveram uma exposição ao Conselho, condenando o lançamento desses títulos, porque se permitia que firmas estrangeiras, com subsidiárias no Brasil adquirissem, até 17 de maio de 1964, as ditas obrigações — e na- quele oportunidade o dólar ia a 2 mil e 200 cruzeiros — ao preço de 1 mil e 850 cruzeiros. Com isto o Governo teve de pagar, antecipada- mente, pela troca da moeda, 13% em mais nos 24% de juros nem na cur- sagem monetária aplicada. Então fi- zava o Governo em planejamento econômico e combate à inflação, V. Ex. pode imaginar o montante de obrigações lançadas no mercado e

adquirido por firmas estrangeiras e subsidiárias no Brasil. O custo aproximado é que o Governo no- bre, após um ano, terá de com- pagar ou resgatar essas obrigações ma- de o equivalente de 100%. Vale dizer, o Governo vai perder 300 bilhões de cruzeiros ou 1 trilhão de cruzeiros importância correspondente a 1% do Orçamento da República. Se esse custo realmente, 500 bilhões ou um milhão de cruzeiros, 73, desvaloriza- mos a moeda, como o fez o gover- nante dessas obrigações, para pagar a firmas estrangeiras com mo- diação no Brasil, que possuem, gastos alguns milhões de dólares. No País de origem, estas firmas, e a aplicação do seu capital, não nem mais de meio por cento no Brasil e ter, aqui, com essas di- dídas das firmas as finanças e a moeda do País, cem por cento, por do capital aplicado.

O Sr. MARIO PIVA — Mi- nobre, nobre Deputado.

Éra justamente isso que eu qu- afirmar. Não somos, nem pouco- mente, nem o NDE o é, Jacobina. Queremos a constituição do "in- now" e do capital estrangeiro. Não queremos subordinação a in- resse e grupos internacionais. É r- tamente isso que não queremos. Verifico nessa segunda metade da votação de 1 de abril de 64.

O Sr. David Faraco — Nobre De- putado V. Ex. está utilizando um eloquência costumeira, e seu dire- to de oposição — direto que é- pinto e pelo até com alegria. Sr. Piva, com a convicção de que V. Ex. Excelência parece estar preso, eu tenho duas lições, nobre Deputado — e V. Ex. também veterano do

Caso, não deve tê-las — quanto possibilidade de nem aparte con- ter a quem vai à tribuna de ex- ter um ponto de vista firmado, eu me permitia uma observação. V. Ex. se está referindo à Revolu- ção, e se, não houve. Esta, e quando colocá-la dentro de um e- do sociológico, dentro de um e- do político. Mas V. Ex. não fez referência alguma à situação, era o Brasil se encontrava em março 1964. E eu me permito repetir, quanto não de coisas que poderiam- das sobre aquela época, apenas- ponto, porque referido e liberar- acionado por V. Ex. Refiro-me posição de Brasil em face do mun- do em matéria de crédito e de divi- das. Nosso País, Sr. Deputado, em 1 de maio de 1964, estava falido, devia ao mundo. Navios brasileiros de- voltas para não entrar em países Europeus, recursos do sarem sendo para pagamentos de dívidas. Uma situação calamitosa e crua, quem pode por isso em dúvida, obra e luta para restabelecer o- lha do País. E é realmente assim, vel se tenha conseguido o que se- se ve. Hoje, esta Nação, inspi- fiência ao mundo, tem o seu en- assegurado. Os navios de ban- não precisam mais voltar por falta pagamento de dívidas. O Brasil apresenta hoje como uma nação, vanta capaz de trazer seus recursos também no campo econômico, mas.

O Sr. MARIO PIVA — Nobre Deputado Arruda Câmara, nobre Sr. de V. Ex. sobre tudo com a re- solução que traz, da intransigência dos principais ministros da revolução. E certos ministros de

Mas Sr. Presidente, quando esta- za, precisamos não só de uma- para feito através o comando de- e, certamente, não só aqui se- ocorrer. Pois, Sr. Presidente, todos os militares que foram ali estão es- tem. Sr. João Goulart, no dia 1 de março de 1964, no comício da- val do Brasil. Todos os chefes de forças que tiveram a quartelada,

aqui a declaração do grande teórico do trabalhismo universal, Harold Lask: "Uma das grandes atividades políticas de um povo é equilibrar na balança a liberdade com a autoridade. O povo que não souber equilibrar a autoridade com a liberdade, estará sempre fadado a ver oscilar essa balança: ora pesa o prato a favor da liberdade, contrário à autoridade, e entramos na anarquia; ora pesa o lado da balança da autoridade, contrário à liberdade, e cria-se um governo autoritário". Os países sul-americanos, sem exceção de um só, não souberam ainda equilibrar esses dois fatores preponderantes na vida política dos povos civilizados. Há de V. Exa. convir que, antes de 1964, pesava neste País o prato que trazia a sigla da liberdade e entramos na anarquia, com a indisciplina da autoridade. Para corrigir isso, fez-se pesar a autoridade. Teremos todos de ter a habilidade para fazer voar a balança ao equilíbrio. Quero, nobre Deputado Mário Piva, dizer a Vossa Excelência que essa expressão que usamos, Estado militarista, é absolutamente equivocada e contrária à nossa vocação histórica. Tivemos Heitor da Fonseca no poder e não permaneceu nele; Floriano Peixoto, e não ficou no poder; Eurico Gaspar Dutra, e fez questão de cumprir o seu quinquênio. Veio o Sr. Castello Branco e marcou prazo para sair. O Sr. Costa e Silva diz que não aceita a realiação. Tivemos só uma época de estado militarista, no Governo do civil Getúlio Vargas. E' muito melhor um militar, com sentido de limitação no poder, do que um civil a comandar civis, oprimindo o povo. (Palmas).

O SR. MARIO PIVA — Muito obrigado a V. Exa. O ensinamento de Harold Lask, a que V. Exa. se refere, não se aplica ao caso brasileiro, porque fala em autoridade moral e o que há no Brasil, neste momento, é autoridade da baioneta.

Há outro equívoco histórico de Vossa Excelência: o Sr. Castello Branco marcou outro prazo para sair, e o Congresso quando, sob imposição dele, lhe promoveu o mandato não o aceitou. E não aceitou agora, porque não encontrou como fazê-lo.

O Sr. João Herculino — Manebrou para isso.

O SR. MARIO PIVA — Manebrou e manebrou bastante.

Outro equívoco histórico: V. Excelência sabe que, execução feita — porque é o País civil de todos os militares — ao nobre ex-Presidente Gaspar Dutra, nenhum Governo militar se manteve no poder com autoridade moral, mas, sim, com autoridade da baioneta. Sabe V. Exa. o que fizeram com o símbolo da Justiça? O símbolo da Justiça, já disse quinhentas vezes, é uma mulher de olhos vendados, com uma balança em uma das mãos e uma espada na outra. Neste País tiraram-lhe a balança, tiraram-lhe a venda, tiraram-lhe o manto, deixaram-lhe somente a espada. E' isto que se vê neste País: sob a espada se mantém a autoridade, porque falta a autoridade moral necessária para estabelecer o equilíbrio com a liberdade.

O Sr. Clóvis Stanzel — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ary Alcântara) — Atenção!

O SR. MARIO PIVA — Vou permitir o aparte e depois concluirei, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ary Alcântara) — Lembro a V. Exa. que dispõe de um minuto para terminar o seu discurso.

O Sr. Clóvis Stanzel — Desejo dizer que estou apartando V. Exa. como uma homenagem ao brilhantismo, ao

espírito de combatividade e outras virtudes essenciais a um político, que V. Exa. possui e de que dá provas neste Congresso. Mas o nobre colega comete um equívoco, quando diz que o Marechal Castello Branco não conseguiu permanecer no poder, embora haja manobrado. Então, ou esse estado militarista a que V. Exa. se refere é muito fraco, ou o chefe do estado militarista é outro, e V. Excelência deveria então, nesse instante, anunciar.

O SR. MARIO PIVA — Desconheço desde quando o Marechal Costa e Silva é civil. Ai está meu equívoco. Confesso a V. Exa. a minha ignorância. Pensei também que fosse militar. Então, a substituição de um militar por outro militar não significa que se acabou o estado militarista. O Governo não está dominado por um militar, mas por militares. O que está dominando este País são o pensamento e os ensinamentos da Escola Superior de Guerra.

Mas, nobre Deputado, infelizmente meu tempo é escasso, e devo concluir.

O espólio do golpe militar de 19 de abril de 1964 está sendo administrado — e ninguém sabe se será enriquecido pelo governo atual. As visitas de cortesia, as manifestações de amizade pessoal ou as viagens de turismo não podem servir de esponja para apagar o que sofreu a Nação, nesses três anos. A adesão a um governo que se lastreia na filosofia militarista do seu antecessor não é simples adesão, é um ato de cumplicidade. E' a traição mais intolerável. Desdita que se abateu sobre muitos dos nossos companheiros e grande parcela do nosso povo. E' a negação de todos os ideais democráticos que justificam e amparam o programa da oposição. E' a renúncia do Poder Civil e a consagração do militarismo. São os homens de convicções e os oportunistas fundidos no mesmo cadinho da acomodação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Movimento Democrático Brasileiro, não está fugindo ao diálogo. Queremos, porém, usar e ouvir a mesma linguagem que pode ser entendida pelos estudantes, pelos trabalhadores, pelos intelectuais, pelos representantes das classes produtoras, enfim pelo povo que anseia pelo retorno à verdadeira democracia e à retomada da revolução do desenvolvimento brasileiro.

O próprio Presidente da República afirmou há poucos dias que "ainda é cedo para a Oposição acreditar no Governo". Não é apenas cedo, Senhor Presidente e Srs. Deputados. O adesismo é inoportuno e injustificável. O Governo atual — e aqui cabe com prioridade a expressão — é o golpe de abril requentado. Se o Marechal Costa e Silva deseja continuar seguindo a linha de atos que podem merecer a simpatia do MDB e de toda a Nação brasileira, que prossiga na sua jornada. Estaremos atentos e no dia em que S. Exa. construir, sobre os escombros de uma herança recebida do seu antecessor o monumento democrático que assegure o restabelecimento de todas as franquias individuais, das eleições livres e diretas, do princípio da auto-determinação, da renacionalização das empresas brasileiras, a disciplina e o controle da colaboração do capital estrangeiro, enfim, esmagar sob o impacto adequado e fiel do seu comportamento os atos discricionários e antidemocráticos e as demonstrações de subserviência, que nos comprometem como Nação civilizada, então, Senhor Presidente e Srs. Deputados, o Presidente poderá estar tranquilo; a Oposição não lhe regateará o aplauso e a mais decidida cooperação, porque estaremos dando apoio à revolução do

progresso material e cultural, pelo qual tanto lutamos neste País. Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas). (O orador é cumprimentado).

(Discurso do Deputado Cid Sampaio, no Grande Expediente da Sessão vespertina de 6-4-67).

O SR. CID SAMPAIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, o País, após a revolução, ainda não retornou à normalidade. Profundas modificações ocorreram, inclusive na estrutura política da Nação, embora, para reintegrar-nos na normalidade constitucional, tenhamos votado uma nova Constituição, nos últimos dias da legislatura passada. Numa situação como esta, um Congresso realmente cabe firmar bem a sua posição, para que não seja marginalizado e passe a participar mais da vida nacional. Na realidade o Legislativo teve várias de suas prerrogativas canceladas ou atingidas, nas reformulações feitas, tortalecendo o Poder Executivo.

Sr. Presidente, além da autenticidade da sua origem, o Poder só se legitima no seu uso, através da eficiência com que é exercido. O bom desempenho da função de governar, o bem cumprir a tarefa de governo assegura ao governante o respeito devido à sua autoridade. O poder ineficaz no entanto torna-se, sempre, um poder arbitrário, porquanto só através da prepotência e da arbitrariedade pode afirmar-se.

Esta é a razão por que, Sr. Presidente, o Congresso, a par do dever de lidar com os problemas constitucionais, com as liberdades individuais, deve preocupar-se também com os problemas administrativos, com a sua eficiência, trazendo sua colaboração em termos de permitir que o Governo, no seu conjunto, seja eficiente na solução dos problemas do povo brasileiro.

Venho hoje à tribuna tratar de assunto que se relaciona com o problema de energia no País. Um fato, um simples fato, que caracteriza, no entanto, uma política, ocorreu em janeiro deste ano. A ELETROBRAS determinou à Companhia Hidrelétrica do São Francisco que adquirisse a quase quingentenária usina de Bananeiras. Não é contra o fato em si que venho à tribuna. E' contra a política que esse fato caracteriza.

A Usina de Bananeiras é originária do acervo adquirido pelo País à AMFORP — American Foreign Power — no fim do Governo passado. O acervo das 10 subsidiárias da ... AMFORP foi adquirido com base no relatório da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos — CONESP.

Esse relatório, concluindo por justificar a aquisição dessas empresas, partiu da premissa de que a escassez de recursos energéticos pode vir a comprometer o ritmo desejado de desenvolvimento. Salientou ainda que as mudanças estruturais da economia brasileira e o próprio ritmo acelerado do processo de industrialização determinaram solicitações de energia elétrica que as concessionárias se viam incapazes de satisfazer. Isto em decorrência do desinteresse em investimentos nesses serviços, cujas tarifas, desatualizadas pela inflação, provocaram o retraimento na oferta de poupanças. E diz o relatório textualmente no seu item 5, que passo a ler:

"Dêsse impasse resultou o retardamento das obras de expansão e uma deterioração dos serviços prestados." E concluiu que a busca de solução para corrigir a falta de investimentos

Jac
Mif
Pra
que
na
Jai
IPI
zal
que
sob
6
(
pr
que
bol
cor
no
car
jad
nie
na
(
D
e
to.

154

CAMARA
SENADO
CONGRESSISTA: MARIO PIVA
PROJETO N°
N°
PC de 29 / 4 / 64 / CD-SF-CM Pg 1831
N° / de /

economica e humana das regiões mais atrasadas, sera, tambem e por consequência, de integração e desenvolvimento nacional. (Muito bem. Palmas.)

O SR. MARIO PIVA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, evidentemente é um discurso era fim de sessão, quando quase todos os companheiros, por motivos óbvios, já se dirigiram aos seus Estados, aproveitando o recesso branco da próxima semana. Entretanto, o tema, pela sua importância, merecem maior audiência, para que os debates se realizassem com a amplitude que nós do Movimento Democrático Brasileiro desejávamos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, recebi, do Líder de meu Partido, a incumbência de firmar, ainda esta semana, a posição do Movimento Democrático Brasileiro em face das notícias divulgadas e dos fatos que se desenrolam no País, e que não podem ser considerados como simples episódios isolados.

O MDB está convencido — e aqui traduzo a palavra oficial do Partido — de que estamos diante de uma conspiração em marcha, (muito bem) a qual, por incrível que pareça, nasce, não daquele perigo iminente que tanto se anunciava, ou seja, do radicalismo da esquerda, mas, sim, do radicalismo da direita.

Ora se examinarmos o quadro atual da situação brasileira, encontraremos, de um lado, no centro dos acontecimentos, a figura do Marechal Costa e Silva, guindado à mais alta magistratura da Nação contra o voto e contra a vontade do Movimento Democrático Brasileiro, e, em maioria da Nação, aza-se de passagem, através de método que condenamos, mesmo as vésperas de sua realização, ou seja, o pleito indireto; e, de outro, veremos o nosso partido a realizar um sistema de oposição que não deve ser confundido, em hipótese alguma, com essa outra oposição, que surge nascida de inspirações das marionetes que se movimentam de acordo com os caprichos movidos por "Wall Street" e pelo Pentágono.

Sr. Presidente, sentimos e observamos — e basta o mais elementar, o mais preliminar exame dos fatos para chegar a esse resultado — e isso que queremos denunciar à Nação, está em curso um processo claro de conspiração, dentro do melhor, do mais puro estilo de todas as conspirações nacionais, isto é, com aparato publicitário impressionante, mitando aqueles célebres policiais aqueles célebres espíões de determinado País que usavam na lapela a insígnia: "Polícia Secreta", "Espião Secreto".

Evidentemente, desde o dia em que o ex-Ministro Roberto Campos, a título de agradecer uma homenagem por motivo da passagem do seu natalício, em um discurso formulou críticas severas à orientação do atual Governo, desde então romperam-se os laços, desfizeram-se todos aqueles resquícios de respeito que ainda existiam entre duas correntes em luta, dentro de um mesmo sistema de Governo, implantado de maneira violenta, arbitrária e contra os interesses nacionais.

Dois facções lutando em áreas diversas, mas com o mesmo propósito. Esse discurso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi interpretado por algumas correntes políticas do País apenas como uma manifestação pessoal. Entretanto, devemos levar em conta que, naquele banquete, estavam presentes dois Ministros do atual Governo e, além deles, o ex-Presidente da República.

Logo após o banquete os jornalistas tentaram ouvir o Marechal Castello Branco e S. Exa. disse que

estava de férias em matéria de política. Não é verdade.

O SR. JOAO HERCULINO — Isso é uma ameaça.

O SR. MARIO PIVA — S. Exa. está em recesso. O recesso do Marechal Castello Branco foi proclamado no dia de sua viagem, no Aeroporto de Brasília, quando militares lhe disseram — e políticos da ARENA, nesta Casa, os ouviram e me transmitiram a notícia: "Aguardamos V. Exa. de volta a Brasília. V. Exa. entra neste instante em recesso do Governo brasileiro".

O SR. JOAO HERCULINO — Isso é uma ameaça terrível.

O SR. MARIO PIVA — A pior ameaça que poderia pesar sobre nós, Sr. Presidente.

Logo depois, veio aquela nota do Ministro do Exército, o general Lyra Tavares. Isso deveria até causar certo embaraço ao próprio Mal. Costa e Silva. Eu não me recordo — e aqui faço justiça ao ex-Chefe da Nação — a não ser no episódio de atrito entre S. Exa. e o Presidente do Superior Tribunal Militar tivesse feito o Ministro da Guerra naquela época, o Mal. Costa e Silva qualquer pronunciamento político no decorrer do tempo em que permaneceu à frente daquele ministério, quando era Presidente o Mal. Castello Branco. É absolutamente compreensível que isso suceda, porque o Chefe Supremo das Forças Armadas neste País, é o Presidente da República, e, é claro, qualquer pronunciamento das Forças Armadas deve depender partir.

Sr. Presidente, voltamos agora — é importante se ressaltar — aquela mesmo clima que tanto condensamos às vésperas do 31 de março de 1964, com uma diferença apenas: os pronunciamentos não partem de militares com divisas, partem de militares com galões. Não são sargentos, são coronéis, generais, materiais alguns dos quais deveriam sentir-se mais à vontade, desfrutando a sua bem remunerada reforma, de pijama.

Mas, Sr. Presidente, logo após as declarações do General Lyra, seguiram-se outras, cada vez mais graves. Otiem foi o Marechal Comodoro Franas. Ouvi dizer, nesta Casa, que esse Marechal não lidava coisa alguma. Tenho minhas dúvidas, Sr. Presidente. Esta Nação não pode continuar sendo o receptor de todos os recalques pessoais de todas as frustrações e, além disso, servindo de jogo para aqueles que pretendem retornar ao poder e instalar uma ditadura sem concessões. Porque a que está aí ainda nos dá algumas concessões...

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a análise desses fatos revela a existência de três alternativas que estão sendo devidamente preparadas e fundamentadas pela Escola Superior de Guerra, pela nossa Sorbonne, através de fórmulas matemáticas. Se duvidam, vejamos. O que pretendem esses reacionários da direita, ao estabelecerem este clima de confusão dentro do País? Em primeiro lugar, desejariam — e esta é a primeira opção — que o movimento democrático brasileiro se precipitasse sobre o Governo do Marechal Costa e Silva. Então, isto viria facilitar a criação daquilo que eles chamariam de impopularidade da consolidação do processo revolucionário. O segundo caminho seria pretender que a oposição — esta, autêntica, que realizamos — se confundisse com a oposição do Sr. Roberto Campos. Então, projetando-se essa união das forças de oposição autêntica com a oposição comandada pelo Marechal Castello Branco — e é preciso que se diga isto com absoluta sinceridade Sr. Presidente, porque repilo com veemência qualquer insinuação a respeito da minha formação ideológica;

que Cabotagem por confusão, abriam as discussões, tanto da direita quanto da esquerda — teríamos privilegiado o processo, que está fixado em seis meses, para comprovar incapacidade do atual Presidente da República.

Mas ainda existe uma terceira opção — desta nós temos exemplo vivo nesta Casa: deixar a ARENA criar divergências dentro do partido do Governo. Temos presenciado a Sr. Presidente, nesta mesma tribuna, líderes do atual Governo a lidarem o governo exilado do Marechal Castello Branco. A preocupação fundamental dos embaixadores colegas da ARENA não tem sido a defesa do Governo Costa e Silva, mas, sim, a revelação do saudismo, a demonstração de apreço, de respeito — que não sei até onde chega — por aqueles que deixaram o poder a 15 de março de 1967.

Que significaria uma divisão mais profunda nos quadros do partido governista? A manifestação de uma inequívoca de que faltaria a este Governo o respeito político-parlamentar, que o governo anterior encontrou. Ora, Sr. Presidente, o problema está colocado em termos tão claros que somente os surdos não veem o clamor que se ergue por todo este País, somente os cegos não veem a intranquilidade que se abate sobre o povo brasileiro numa prova de que se ampliam as possibilidades de uma retomada do poder pelos chamados donos-da-revolução.

Logo na área militar. Mas na área civil também.

É preciso ficar bem claro, e se denuncie também à Nação, que se projeta a realização de uma reunião de Governadores para o próximo dia 18 de maio. Mas, todos os Governadores? Não somente aqueles afinados, ou melhor, afinadíssimos com Marechal Castello Branco.

Recorde a Casa o que ocorreu às vésperas do 31 de março. Está voltando aquele sistema de conspiração — conspiração aberta, anunciada, divulgada em boletins, conspiração, talvez, que coubesse nas páginas de revistas em quadrinhos. Antes de 31 de março, o então Governador Magalhães Pinto, hoje Ministro das Relações Exteriores, convocou uma reunião de Governadores para o Rio Grande do Sul. Pois bem, três dias antes da reunião, no Estado desse Governador que tomara a iniciativa dessa assembleia, ecloia o movimento que foi denominado "revolução de 17 de abril".

Na quantidade, cabe ao Marechal Costa e Silva, com todo o instrumental de que ainda dispõe, com todo o poder que ainda enfiava em suas mãos, medir a força dessas que estão conspirando contra o Governo desses que estão conspirando para o restabelecimento de uma ordem que nós, do MDB, abominamos sob qualquer forma.

Mas a nossa posição, a posição do Movimento Democrático Brasileiro continuará a ser a mesma. Nossa oposição não vai ser confundida com esse desejo de alienação daqueles que foram apedoados do poder. (Muito bem. Palmas.)

Nós não seremos confundidos Sr. Presidente. Nós nos manteremos firmes na disposição de conquistar todos aqueles primados, todos aqueles princípios, todas aquelas postulações que formulamos dentro do nosso programa. Nós lutaremos pelas indispensáveis alterações na orientação econômico-financeira do Governo anterior. Nós lutaremos pelo restabelecimento das eleições diretas. Nós lutaremos pela retomada do processo de desenvolvimento. Nós lutaremos pela revogação da lei de imprensa e da lei de segurança nacional. Mas, nós não lutaremos para adonar aqueles que desejam subordinar a nossa soberania a grupos internacionais, e

algo que come os
Tru e tru gozo

I.C.

O SR. MÁRIO PIVA:

(Sem verba de ordem) Sr. Presidente, está em pauta a discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1967, que altera o texto do Decreto-Lei nº 271, de 11 de maio de 1967, abrindo ao Ministério da Saúde o crédito especial de 400 mil cruzeiros novos, destinado a atender, no corrente exercício, às despesas de gratificação especial do Serviço Nacional de Informações.

Por isto, o S.N.I. acaba a ganhar a confiança e a popularidade. Por isto, a discussão desta matéria deve ser feita em caráter de urgência, pois há que recorrer às despesas públicas nacionais. (Canto 1304, P. 1304)

8

O Sr. Presidente, enquanto o Serviço Nacional de Informações não foi criado por lei, evidentemente, a sua participação na vida pública brasileira, e sobretudo a sua colaboração aos trabalhos realizados pelo Congresso, tem sido marcadas, constantemente, por erros, equívocos e, às vezes, providências, que deturpam o espírito de cada um a respeito de que a tendência do Serviço Nacional de Informações é a de, exclusivamente, apontar à Nação. As autoridades, aquelas que não concordam com as providências firmadas pela Resolução do 11 de março de 1967.

Num regime Democrático, Sr. Presidente, num verdadeiro regime democrático, a existência do S.N.I. deveria ser considerada uma exceção, e não uma afronta à própria democracia.

Todas as notícias que temos lido sobre as atividades do Serviço Nacional de Informações são dolorosas para aqueles homens em cuja consciência democrática ainda não foi possível colocar a serpentina esterilizadora.

Sr. Presidente no seu exemplo de rotivos, o Presidente da República afirma que entendendo errado o expediente, na forma adotada, em plena conformidade com as prescrições da atual Constituição, submete a este Congresso o pedido de abertura de crédito ao Ministério da Fazenda. São 400 mil cruzeiros novos, cuja aplicação é, na realidade, infinita, porque essas gratificações não são pagas exclusivamente a funcionários do Serviço Nacional de Informações, mas também, aqueles que se mantêm no papel de detetores junto a esse órgão.

Esta verba tem, também, essa destinação, isto é, se presta a que o Governo utilize os homens de caráter fraco, de formação pouco firme, para levar informações, muitas vezes capciosas, muitas vezes falsas, ao conhecimento das autoridades, no intuito de que o S.N.I. justifique a sua existência quanto aos problemas que lhe estão afetos.

Tivemos, logo depois da Revelação, Armente na Justiça da Guanabara, 178 processos, preparados e organizados pelo Serviço Nacional de Informações, processos imediatamente recebidos pela Justiça, sob a alegação fundamentada de que todos tinham como principal prova o testemunho pessoal. Quase todas as testemunhas ouvidas nesses processos, que representavam cerca da metade do total encaminhado à Justiça comuna da Guanabara, declararam que, efetivamente, haviam prestado depoimento, mas o haviam feito sob pressão.

Ora, Sr. Presidente, concedendo a um órgão, como o Serviço Nacional de Informações, uma contribuição que representa um sacrifício da receita pública brasileira para a prestação de serviços que merecem a repulsa e o repúdio de todos os homens democratas, estaremos nos preparando para que se instale definitivamente aquele Serviço, que bem se parece e bem pode ser comparado com as polícias existentes nos regimes ditatoriais.

9

Sr. Presidente, o Congresso Nacional, em nome não apenas de sua soberania, mas em respeito àquelas que foram vítimas das más informações prestadas por um mau Serviço, não pode, sob pena de estar ferindo os seus próprios brios, aceitar esta abertura de crédito, que representa, sobretudo, uma ofensa ao Congresso Nacional.

MÁRIO PIVA

8-6-67

Pag. 3061

CONGRESSISTA: *Mário Piva*
 PROJETO Nº _____ CAMARA _____
 Nº _____ SENADO _____
 DC de *21/11/67* CD-*1111* Pg *7854*
 DO Nº / de / /

A. F.

Convocação e debate
divisão do Congresso

O SR. MÁRIO PIVA:

(Comunicação. — Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, continua em ordem do dia na imprensa a discussão a respeito da convocação extraordinária do Congresso.

É justo que o assunto seja debatido livremente pela imprensa brasileira. Entretanto, porém, todos os Deputados desta Casa justamente a crítica partida do Executivo.

Ora, Sr. Presidente, o Poder Executivo nada tem a ver com convocação extraordinária do Congresso. Se um leão de parlamentares fizeram a convocação, foi porque a consideraram necessária.

Não tendo assinado essa convocação, sou, contudo, faverável à medida,

e talvez por motivos não constantes do documento que a determinou, pois acredito que, numa fase como esta, é extremamente perigoso manter o Congresso fechado por três meses.

Ora, Sr. Presidente, isso não se disse no documento. Mas a verdade — todos sabem nesta Casa — é que, quando a UDN integrava a Oposição, em nenhuma oportunidade deixou de convocar o Congresso extraordinariamente.

Fala-se, Sr. Presidente — e isso apenas com o propósito de criar condições antipopulares para o Congresso — no recebimento de uma ajuda de custo.

Que examinem esses Senhores do Executivo que fazem essas críticas quanto vai custar essa convocação aos cofres nacionais, e comparem essa ajuda de custo, paga para o funcionamento da democracia, com os banquetes que o Itamarati tem oferecido a personalidades que visitam nossa Pátria; comparem os gastos com as despesas extraordinárias que simples órgãos do Poder Executivo realizam, a título de tudo e de todas as coisas.

Sr. Presidente, se observarmos quanto gasta o Serviço Nacional de Informações veremos que as despesas são muitas vezes a de uma convocação extraordinária. E para quê? Para delatar patriotas, para criar uma atmosfera de animosidade, de antipatia contra aqueles que não concordam com o que aí está.

Sr. Presidente, admito, admito, acato a crítica partida do próprio Congresso, de Deputados ou de Senadores, à convocação extraordinária, mas considero uma impertinência a imissão do Poder Executivo. (Muito bem.)

10

11

ANEXO N.º 1.8

MÁRIO JIVA

1-2-68 Pag. 488

ANÁLISE E COMENTÁRIO DA POLÍTICA NACIONAL

O SR. MÁRIO JIVA:

(Sem revisão do orador). - Senhor Presidente, Sr. Deputado, ninguém estranhou que durante algum tempo, nesta Casa, sobretudo no segundo semestre do ano passado, tivéssemos mantido um comportamento moderado, em relação à atitude que vinhamos tomando, mormente na vigência dos Atos Institucionais, que eram uma constante espada de Damocles pesando sobre a cabeça de cada um. O motivo é bastante simples: apenas, como todo o povo brasileiro, havíamos aberto um crédito de confiança ao Governo que se iniciava e que podia seis meses para estabelecer novos rumos para a política e para a economia deste País. Faltava, naquela hora, na retomada do processo democrático, e adiava-se que estava disposto o Governo a restabelecer todos aqueles princípios que haviam sido abandonados durante o período chamado período punitivo da Revolução.

Sr. Presidente escolheu-se o prazo de confiança que havíamos aberto a este Governo. Esgotou-se e, infelizmente os resultados colhidos em todos os setores da vida pública nacional, quer sob o aspecto político, quer sob o aspecto econômico, são desoladoramente negativos, são altamente prejudiciais à retomada do processo democrático e ao estabelecimento de norma de bem-estar para o povo brasileiro. Esgotou-se o prazo e, agora, a desconfiança, a intranquilidade e o mal-estar dominam o povo brasileiro.

E eu não quero ser cúmplice da incapacidade que domina a Nação, neste momento, nem desejo ser acusado de omissão diante da hipocrisia democrática daqueles que, no fundo, são os mais autênticos representantes do autoritarismo, da prepotência, da intolerância e da antidemocracia.

Por melhor que se a minha benevolência, Sr. Presidente e Sr. Deputados, não posso e não devo - porque mesmo me repugna - adaptar-me a essa farsa que se chama de democracia com o seu tombrigo sedap-tam ao habitat intestinal.

Não sou daqueles que preferem, para crescer e projetar-se, o caminho da menor resistência; não sou daqueles que somente sabem andar a favor da correnteza, mesmo sem saber para onde ela os leva. Sou refratário a toda sorte de subordinação nascida de ameaças. Sou imune aos gritos belicos, mesmo quando eles se restringem ao simples direito, viver - esquerda, viver - meia volta, viver.

Sr. Presidente, aborrecem-me os moralistas patológicos. Não me fazem bem ao estomago os banquetes em que se oferecem pratos anticomunistas, que são regados aos vinhos da ditadura da direita, vinhos espumantes que se preparam nas adegas das verdadeiras ditaduras.

Sr. Presidente, passam-me a cabeça os que se serviram da barba da revolução e da família para...

la no porta-estandarte do ódio, do orgulho e da vingança.

O movimento armado de 17 de abril de 1964 transformou-se num verdadeiro prelúdio, em que os militares disputam todas as nomeações e todas as categorias de cargos civis. Os carteristas, os aventureiros, os candidatos à apocentadoria política, todos os que tiveram as suas vontades ditatoriais satisfeitas em outras épocas, estão disputando a maior parte de velocidade do século.

No campo da administração pública, no âmbito econômico, na esfera política, no seio do povo, não há tranquilidade; e não se venha dizer, como disse o Líder da Maioria em discurso pronunciado nesta tribuna e em declarações prestadas à imprensa do País, que nos fornecemos o sindicato da oposição para agitar o País. Mas, se isso fosse verdade, Sr. Presidente e Sr. Deputados, eu preferiria pertencer ao sindicato da oposição a integrar a maioria governista, porque eu não me quero na delação, não na denúncia, não na odiosidade, não na vingança. O que eu, Sr. Presidente, desejo de revelar, de traduzir a verdadeiras vocações e os sentimentos mais íntimos do povo brasileiro, é a tranquilidade na neste País, Sr. Presidente e Sr. Deputados, provocada pela incapacidade daqueles que se tornaram donos da Revolução, daqueles que se fizeram atirantes deste País, representando uma minoria que ainda hoje permanece no poder, e ninguém sabe por quanto tempo, respaldada nos batonetas e nos quarteis.

Disse eu, Sr. Presidente, desta tribuna, que o povo, pela sua maioria, escolheu a composição desta Casa, elegendo em maior número Deputados da ARENA. Parabéns a ARENA, parabéns ao povo que soube escolher tão bem. Mas será esse povo honesto e capaz apenas polimerase? Por que este povo, aqui cantado e defendido na sua soberania, e que sabe escolher tão bem, não tem o direito de escolher o Presidente da República? Por que Sr. Presidente, no instante em que se pretende eleger o mais alto magistrado da Nação, cria-se mais impedimento, ao estilo do curso da casidade na época das Cruzadas, para que o povo não escolha seu Presidente? Por que essa maioria que representa, como dizem, a vontade do povo brasileiro, impede este mesmo povo de escolher o seu Presidente? Será que este povo é honesto e capaz só-somente pela metade, ou é capaz para escolher Deputados e incapaz para escolher o Presidente da República? E, aí volta a questão de que tanto falou o Líder da Maioria. De qual, uma; ou o povo escolheu errado agora, ou há desconfiança de que este povo escolheu certo agora e vai escolher errado amanhã.

O Sr. Alde Sampaio - Permissão. Quería fazer uma distinção do que V. Exa. acaba de unificar. O povo saber escolher Deputados e o Governador do Estado e muito diferente de poder o povo escolher bem o Presidente da República, não é só uma questão de capacidade intelectual. Até os intelectuais tem dificuldade em escolher um Presidente da República, num país como o Brasil, com dificuldades até de conhecimento das pessoas. O voto, como sabe V. Exa., é realmente uma escolha por decisão; é uma decisão para escolher bem. Então, que acontece? A base principal do voto é a escolha de uma pessoa e o conhecimento de todos os candidatos. E como pode um elemento vamos dizer do Amazonas conhecer bem um candidato do Sul? Poucos elementos, mesmo políticos, do Norte serão capazes de dizer o nome do Governador do Estado de Santa Catarina. No entanto, esse Governador pode vir a ser candidato à Presidência da República. Perguntaria a V. Exa.: qual o eleitor dos outros Estados que daria, conscientemente, o seu voto, como uma boa escolha, para um

12

13

candidato cujo procedimento político desconhece? É muito diferente do que acontece com os Srs. Deputados, que são os elementos da região, gente conhecida, família do mesmo saco, como se diz nos negócios políticos. Até o candidato a Governador precisa ser conhecido dos eleitores do seu próprio Estado. Mas o candidato a Presidente da República, não. Este deve ser apresentado sob a confiança dos partidos que o apiam. E, às vezes, há equívocos muito grandes dentro dos próprios partidos que apressam, e a escolha, afinal, acaba sendo feita, não pelo povo, mas por aqueles que apresentaram o candidato e que deram o aval àquela personalidade. A solução é, pois, inteiramente diversa. Por isso, as minhas manifestações, desde moço, quando entrei na política, depois de estudar a sistemática do voto foram sempre no sentido de que, no Brasil, o Presidente da República deveria ser escolhido pelo Parlamento ou por uma grande assembleia eleitoral, e não diretamente pela massa popular.

O SR. MARIO PIVA — Nobre Deputado, V. Exa. apenas veio reforçar a minha tese. Em primeiro lugar, V. Exa. faz distinção que não há, entre o que o povo deve e o que ele não pode. V. Exa. acha o que o povo deve escolher o seu candidato Presidente da República e o povo não pode escolher seu candidato a Presidente da República.

Mas quero lembrar a V. Exa. que não foi o MDB que propôs, não foram as forças da Oposição que propuseram, foi o Governo do Mar. Castello Branco que propôs a esta Casa o voto ao analfabeto. Veja V. Exa. qual era, naquele instante, a preocupação dominante.

O Sr. Alde Sampaio — V. Exa. não consideraria um erro político, um erro doutrinário...?

O SR. MARIO PIVA — Estou falando de V. Exa. um exemplo revolucionário. Estou falando uma vez mais, ou melhor, uma fantasia revolucionária, uma demagogia revolucionária: o voto ao analfabeto... E V. Exa. vem dizer-me que o povo do Norte pode não conhecer o Governador da Santa Catarina que se candidato a Presidente da República. Poucos Deputados do Norte nesta Casa conhecem o Governador de Santa Catarina. Poucos Deputados do Norte a esta Casa sabiam da capacidade administrativa do Gen. Costa e Silva, e Sua Excelência, hoje, é Presidente da República. S. Exa. não fez uma apresentação não apresentou um programa, não foi julgado pelo povo e, hoje, é Presidente da República. E Presidente da República, Deus sabe como. E Presidente da República graças ao voto indireto, sem a conivência da Oposição. A Oposição não tem esse pecado. Quanto a incapacidade que se instalou no Governo, não nos cabe a culpa. Podemos julgá-la, porque somos juízes, como V. Exa. o são, em nome do povo, mas não temos nenhuma responsabilidade.

Ainda outro dia, ouvi, nesta Casa, um Vice-Líder de V. Exa. dizer que este Governo não tinha filosofia, e tanto não tinha que não vivia a ARENA atrelada ao Presidente da República, discordando de S. Exa. quando as questões regionais o exigissem. Como vê V. Exa., este é um governo contra a vontade do povo, representante de uma minoria do povo, respaldado em bajonetas, fundamentado exclusivamente no ódio e na vingança e que outra coisa não tem feito, a não ser — usando célebre frase de um político que militou na Bahia por muito tempo — tornar-se "governo unanimemente divergente".

O Sr. Alde Sampaio — O exemplo que V. Exa. traz não destrói a tese que sustentei; mesmo porque, num Parlamento como este, que elegeu o Presidente atual, o General Arthur da Costa e Silva, há conversas. Ao chegar o momento de eleger alguém,

já todos o conhecem o candidato, todos têm informações e já sabem da sua capacidade, pelo menos da sua capacidade intelectual, do seu comportamento na vida.

O SR. MARIO PIVA — V. Exa. me perdoe...

O Sr. Alde Sampaio — São pessoas políticas interessadas em ganhar...

O SR. MARIO PIVA — Em nome da maioria do povo que V. Exa. representa, não ouço o povo, porque o povo pode também saber. Basta que o candidato se apresente em praça pública, exiba seu programa entre em contato com o eleitor nas pregações cívicas. V. Exa. representa a maioria do povo e quer impedir esse povo, dizendo que ele não tem capacidade de escolher? V. Exa. me perdoe!

O Sr. Alde Sampaio — V. Exa. não diga isso. Estou denunciando a boca do povo. Não o estou respondendo. Não estou querendo reduzir a capacidade do povo.

O SR. MARIO PIVA — Uma boa ação sempre resulta numa escória.

O Sr. Alde Sampaio — Se V. Exa. inteligente como é, conhecedor de grande número de assuntos, instruído como é em muito setores, fosse chamado a participar de uma decisão sobre engenharia, não poderia fazer porque desconhece o assunto. Se fosse chamado a discutir também sobre pessoas de um país estrangeiro, V. Exa. com toda sua capacidade, não teria condições para tanto. O que quero dizer é que, na conversação política no trato político, o elemento que vive em contato constante com a política, quando vai dar seu voto, já tem informações seguras. É muito difícil que, numa escolha feita assim, num parlamento, o candidato venha como um estranho; mas, numa eleição geral, em massa, o candidato vem e não tem estranho. Há uma pregação de intermediários, mas e uma propaganda política com o fim de vitória, e não de campanha de Janio Quadros. Era preciso um anúncio de que... não pode negar. Entretanto, quem poderia prever que ele tivesse a coragem paratós soltos para praticar depois o ato que praticou? No entanto, os paulistas sabiam...

O SR. MARIO PIVA — Permite? V. Exa. não garantiu, como eu não garanti, como ninguém pode garantir a V. Exa. que este Governo leve mais 4; mais 10, mais 20 meses, mas quem garante não seja ele, não levando a renúncia, mas obrigado a renunciar!

O Sr. Alde Sampaio Ninguém pode garantir coisa alguma porque até os fatos físicos dependem das circunstâncias.

O SR. MARIO PIVA — Qual a diferença da escolha que V. Exa. fizeram?

O Sr. Alde Sampaio — O Presidente Costa e Silva continua. É uma previsão probabilística, com toda a segurança. V. Exa. não pode dizer que dentro desses 30 dias, o Presidente Costa e Silva não continua. Até aqui não tivemos tremor de terra, ou destruição de território; mas quem diz que a natureza não está agindo subterraneamente, e o Brasil não pode até explodir? As probabilidades são pequenas de que este governo saia.

O SR. MARIO PIVA — As probabilidades são grandes. Vou exibir documentos para provar que as previsões são realmente grandes.

O Sr. Alde Sampaio — Isso é outra parte.

O SR. MARIO PIVA — V. Exa. é economista, como eu e vai ver os números que apresentarei a esta Casa. Então, vai verificar que as probabilidades não são tão pequenas. V. Exa. sabe que, há poucos dias, com a saída de um navio norte-americano, *El Pueblo*, o Exército americano mobilizou 14 mil homens para garantir a situação e evitar incidente internacional. Pois bem um líder civil, no Brasil, a

quem não siga, o Sr. Carlos Lacerda — e reconheço a sua posição de autêntico homem de Oposição — falou em São Paulo. Sabe V. Exa. quantos homens foram mobilizados neste País? Nada menos de 15 mil homens.

O Sr. Raul Bragança — 20 em São Paulo!

O SR. MARIO PIVA — Num incidente internacional convocaram-se 14 mil homens, enquanto aqui se convocaram 18 mil, porque um homem vai falar. E depois dizem que não existe líder civil neste País! Existem líderes civis autênticos em pequeno número, que existe muito são fazos, líderes militares, sufocando os líderes civis, esta é a verdade, através da força.

O Sr. Alde Sampaio — Não quero interromper o discurso político que V. Exa. está fazendo com intuito oposicionista. Meu intuito não é este. O que eu quis foi, em face de declaração feita por V. Exa. na pregação que estava fazendo a favor da eleição direta para Presidente da República no Brasil, dar minha opinião contrária, que prego há muito tempo. Acho que, em nosso País, a eleição indireta é melhor para a Nação, e melhor para o povo e não se justifica fazer eleição direta, quando as circunstâncias não permitem que essa eleição tenha realmente bons resultados, ou seja uma eleição perfeita.

O SR. MARIO PIVA — Nobre Deputado, aceito seu apelo mas ainda continuo discordando de V. Exa. e lembrando que os líderes mais destacados do partido a que V. Exa. pertence, a UDN, em certos momentos se acenavam nas épocas das campanhas eleitorais — e esses tempos brancos se rasgavam depois, quando o próprio criador do partido assinou o ato de sua extinção, um ato arbitrário, de violência, que foi por mim comemorado de modo desta tribuna — naquela época chamavam a eleição indireta de melhor meio de corrupção eleitoral. Era assim que falavam naquela época, nobre Deputado!

O Sr. Alde Sampaio — Nunca ouvi isso.

O SR. MARIO PIVA — Os Anais da Casa estão aí para serem consultados e V. Exa. verá que inclusive um nome que foi eleito pelo processo indireto e que se chama Sr. Pedro Aleixo, condenado a eleição indireta nesta Casa, centenas de vezes, como o me o corrupto de se chegar ao Poder.

O Sr. Alde Sampaio — Não conheço as declarações.

O SR. MARIO PIVA — Mas acredito que S. Exa. hoje esteja relembrando seu ponto de vista.

O Sr. Alde Sampaio — Quería pedir permissão para dizer como não vale o exemplo de V. Exa. ainda desta vez. Sabe V. Exa. que essas campanhas da UDN, em favor de um nome, como o do Brigadeiro Eduardo Gomes, com a votação popular, não chegaram a resultados satisfatórios. No entanto, se tratava de um grande brasileiro, que realmente poderia ter prestado relevantes serviços a esta Pátria, mas não pode fazê-lo, porque o voto direto não permitiu.

O SR. MARIO PIVA — O voto direto não permitiu, mas a escolha do povo foi por outro nome. E pergunto: V. Exa. acredita que, pelo voto direto, o Marechal Costa e Silva chegaria a Presidente da República? Quantos bons brasileiros estão aí e não tiveram oportunidade de se concorrer, nobre Deputado?

O Sr. Alde Sampaio — Se o Presidente Costa e Silva tivesse sido morto, com as mesmas condições em que o foi o Marechal Eurico Gaspar Dutra, a massa popular teria feito o mesmo que fez naquele período. Isso é diferente de pretender que o povo escolha por vontade própria, por eleição direta, como diz V. Exa.

O SR. MARIO PIVA — V. Exa. concorda então em que a eleição direta é muito melhor do que a eleição indireta? V. Exa. disse: se não fosse

lançado através de um processo como o do Marechal Dutra...

O Sr. Aldo Sampaio — Não, ao contrário. V. Ex.^a perguntou se era possível.

O SR. MARIO PIVA — Poderia ser, porque qualquer lei não pode concorrer com o pleito democrático. Mas não pôde ser eleger outro homem, além do Marechal Costa e Silva, pelo Congresso Nacional. Impossível era isso.

O Sr. Aldo Sampaio — Também não considero impossível.

O SR. MARIO PIVA — Quem mais poderia ser? Qual o grande motivo que o Marechal Costa e Silva trouxe para ser Presidente da República? Foi Ministro da Guerra da revolução.

O Sr. Hernando Alves — Gostaria que o nome Deputado Aldo Sampaio esclarecesse se o povo errou ou acertou ao escolher o Marechal Eurico Dutra para Presidente do Brasil.

O SR. MARIO PIVA — Acho que ele não terá dúvida alguma em dizer que acertou.

O Sr. Aldo Sampaio — Quero dizer que o povo a isso foi consoado. O Marechal Eurico Gaspar Dutra fez um bom Governo. Teve dos maiores ministérios que o Brasil já possuiu; nomeou inclusive udenistas, como Clemente Mariani que fez uma renovação estrutural do então Ministério da Educação e Saúde, como igual não havia feito no Brasil.

O SR. MARIO PIVA — Então Vossa Excelência concorda em que o voto direto não dá motivo de recreio.

O Sr. Aldo Sampaio — Estou contra a tese, que V. Ex.^a aceita, de que o Presidente Costa e Silva nunca teria sido eleito pelo povo brasileiro.

O SR. MARIO PIVA — Eu não disse isso. Perguntai a V. Ex.^a se havia essa possibilidade. Cabe a V. Ex.^a julgar. Disse eu que era impossível eleger outro que não dele, dentro desta Congresso.

O Sr. Aldo Sampaio — Isso se deu posteriormente.

O SR. MARIO PIVA — Quero indagar de V. Ex.^a se havia possibilidade de eleger-lo pelo voto direto. Não estou aqui condenando-o como Presidente nomeado. Como Presidente eleito, estaríamos, então, discutindo na mesma base em que posso discutir com V. Ex.^a, eleito como eu, pelo voto direto, ou com qualquer membro desta Casa.

O Sr. Aldo Sampaio — A meu ver o eleito para Presidente da República é mais perfeita de modo indireto, que eleito. E, para deputado e Governador, mais perfeita a regra do que indireta.

O SR. MARIO PIVA — Por que, se o voto é majoritário?

O Sr. Aldo Sampaio — Pela técnica do voto.

O Sr. Pedro Vidigal — Nobre Deputado Mário Piva, não participe da alegria de V. Ex.^a pelas eleições indiretas. Sou por ela, a lutar delas, para todos os cargos do Poder Executivo Federal, Governador do Estado e Presidente da República. Não quero arremessar com as parangonas de ordem pública que se registaram no interior do País a cada eleição para a qual o povo é chamado para Poder Executivo da República ou do Estado.

Não quero falar nos tumultos, não quero falar mesmo das perturbações da ordem que registamos, com os assassinatos que se verificaram no interior. Acho valioso o ressensoamento popular na eleição do Presidente da República através dos seus delegados, que somos nós, Deputados Federais, os Deputados estaduais e os Vereadores. Nunca houve no Brasil, e V. Ex.^a bem sabe, liberdade para que o povo escolhesse seu candidato a Presidente da República ou para Governador de Estado, porque esses candidatos eram impostos pelas cúpulas partidárias. Onde a liberdade de escolher, se havia apenas 2 ou 3 candidatos? Essa liberdade sempre esteve restringida pelas cúpulas partidárias.

O SR. MARIO PIVA — Quero que V. Ex.^a me dê uma explicação. Concordo inteiramente em que e por que tinha 2 ou 3 candidatos para escolher; mas que dizer das Assembleias Legislativas dos Estados ou do Congresso Nacional, que se tinha um candidato?

O Sr. Pedro Vidigal — A ARENA indicou um candidato. Se o partido de V. Ex.^a não indicou candidato.

O SR. MARIO PIVA — No Rio Grande do Sul, o MDB quis indicar o seu candidato; então o Governo revolucionário faticamente casou quantos necessários a garantir a vitória do nosso colega Peracchi Barcellos. V. Ex.^a sabe disso.

O Sr. Pedro Vidigal — Lamento profundamente o acontecimento, e digo a V. Ex.^a que lamento ainda mais o fato de ter o nosso colega Peracchi Barcellos concordado em tomar posse, com uma eleição dessa natureza. V. Ex.^a está co-vertendo e debatendo com um Deputado que pensa, como V. Ex., em voz alta.

O SR. MARIO PIVA — Muito obrigado.

O Sr. Pedro Vidigal — Mas há uma coisa com a qual V. Ex.^a e eu não concordamos e que predomina nas eleições para o Poder Executivo municipal, estadual e federal. É o caráter passionnal dessa luta; e o caráter de paixão que faz que o povo se empolgue, de tal maneira que apaixonadamente erra — as vezes, apaixonadamente acerta — como errou das últimas eleições diretas, para a Presidência da República, ao eleger o Senhor Jânio Quadros. Tanto errou, que ele jogou pela janela, cu pelos fundos, os seis milhões de votos que obteve num pleito. E tudo, isso por que? Porque o povo foi intoxicado pelos antigos udenistas que iam para a praça pública gritar: e preciso mudar para melhorar. Passionalmente também — estando minha mão à palmatória — votamos nos no Senhor João Goulart para Vice-Presidente da República, não pensando nunca que um dia ele seria Presidente da República. Sobre tudo nos, do PSD mineiro votamos sob estado emocional, porque deixamos de votar um mineiro que disputava com o Senhor João Goulart o cargo de Vice-Presidente. Esse estado emocional que tem prejudicado as eleições diretas para Presidente da República e Governador de Estado. Esse estado emocional deu também, e verdade resultados satisfatórios. Devo dizer a V. Ex.^a que quando a maioria do povo brasileiro, não absoluta mas relativa, eleger o Senhor Juscelino Kubitschek para Presidente da República, eleger o em estado emocional, quando a UDN pedía, inclusive com o apoio de alguns militares, ao Senhor Café Pi-

lho que obtivesse a retirada da candidatura dele, e ele manteve; quando nós vimos tantas amarguras, inclusive o Senhor Carlos Lacerda querendo impedir a Juntas e a possibilidade a posse do Senhor Juscelino Kubitschek. Pois bem, nobre Deputado, esse estado emocional, passionnal, é que estamos querendo retirar do povo que as vezes vota intoxicado e vota mal, como no caso do Senhor Jânio Quadros, e as vezes vota entusiasmado, passionnamente, como no caso do Senhor Juscelino Kubitschek.

O Sr. Raul Brunini — Nobre Deputado Mário Piva, interrompo-o rapidamente para dizer que a vantagem da eleição direta, pelo povo, é que neste caso pode-se errar, com a esperança de quatro anos depois corrigir o erro. A eleição indireta, não. É imposição permanente. Esta a diferença entre democracia e totalitarismo.

O SR. MARIO PIVA — Concordo com o nobre Deputado Raul Brunini. Mas, Senhor Presidente, como ve V. Ex.^a, quando se trata de assunto dessa natureza, não se faz jogo de palavras e de qualquer sorte estabelecer um diálogo demorado, em que se apuram mais, se emitem opiniões cada um defendendo seu ponto de vista. Afirma, Senhor Presidente, tal não é possível quando se trata de nomeação. E bem sabe, retirei essa chamada revolução em números, porque quando se falou em revolução falou-se em mudança de estrutura, em bens e mal, geral. E preciso agora que se fale em números, para ver se as convicções revolucionárias também conseguem concretiza-las.

Ora, Senhor Presidente, é impressionante observar o que se tem feito neste País, em três anos e meio, para reduzir a engorçadeira aquitativa do assalariado brasileiro, daqueles que constituem a grande massa da democracia brasileira.

Em nome da inflação emitiram-se neste País, durante 75 anos, 885 milhões de cruzeiros. Em nome da inflação, para construir Três Marias, Brasília, Belem-Paraná e implantar a indústria automobilística, emitiram-se neste País 633 milhões de cruzeiros. Em 3 anos e meio, em nome do combate a inflação, emitiram-se 3 milhões e 700 bilhões de cruzeiros, que alguns, como o jornalista Barcoza Lima Sobrinho afirmam ser 3 trilhões e 400 bilhões de cruzeiros.

Vou-me, Senhor Presidente, das estatísticas oficiais e não dos números de que se valeu o Senhor Barbosa Lima Sobrinho. E não me venham com essa história da redução percentual das emissões, que é a maior taxa que existe, pois, ao invés de se reduzir o divórcio, aumentou-se o divórcio. Hoje temos em papel-moeda em circulação cerca de 3 trilhões e meio de cruzeiros. Se amanhã emitirmos mais 3 trilhões vou dizer que emitimos apenas 100% quando, na realidade, essa emissão deve ser fundamentada antes na Redentora e não depois da Redentora. Em 75 anos emitiram-se a média de 10 bilhões e 800 milhões. Nos três anos e meio dados oficiais — foram emitidos 675 bilhões por ano; isto é, num ano as emissões chegaram muito próximas das emissões de 75 anos de República, Senhor Presidente. Em um ano, este Governo está emitindo em média, por minuto, um milhão e 300 mil cruzeiros por hora. Isso, cruzeiro velho, porque cruzeiro novo não existe. Um milhão e 300 mil cruzeiros, enquanto os Governos anteriores, em 75 anos, emitiram por hora, um milhão e 250 mil; isto é, emite este Governo, por minuto, mais do que os outros governos somados emitiam por hora. Emite por dia um bilhão e 875 milhões de cruzeiros, enquanto os governos anteriores, em 75 anos, emitiam por mês 800 milhões. Emite por dia mais do que todos os governos somados emitiam por mês.

Senhor Presidente. Em nome do, data a inflação — ressaltando — o do este Governo reduziu o valor cruzeiro em mais de 200%. Quando este Governo transformou a balança comercial em uma balança oculta, quando este Governo — e aqui diz a voz insubmissa — Senhor Eugênio Gudin — realizou a caixa do Tesouro de 1967, da ordem de um milhão bilhões de cruzeiros...

O Sr. Pedro Vidigal — Esta acusação séria, de qual a direção o Governo poderá defender-se, não digo que defesse coisa. Não há uma defesa satisfatória. Parece da advertência de V. Ex.^a, parielo de antes da inflação, bilhões de cruzeiros emitidos — milhões antigos — e depois a revolução em trilhões de cruzeiros antigos. Voto ao pleito entre a Presidência da República durante o termo de Juscelino Kubitschek, emitiu pouco mais de 100 bilhões. E lamentavelmente, depois revolução que V. Ex.^a sabe que ajudou a fazer, numa hora em a maioria dos militares que se foram depois da revolução se barafundaram com o Senhor João Goulart com o Senhor João Goulart, b'ham com o Senhor João Goulart, festejavam acontecimentos em comemoração do Senhor João Goulart, em nome mais de 2 trilhões de cruzeiros. Como sempre lamentado. Mas V. Ex.^a foi exato. E, lá, uma agravação nunca se apreciou tanto como depois da revolução.

O SR. MARIO PIVA — Isso é omissivo.

O Sr. Pedro Vidigal — Cito monetária, americana e mais antiga e realmente, quando se faz um diálogo entre a obra realizada pelo senhor Juscelino Kubitschek e a obra feita depois da revolução, como foi em dizer como mineiro e amigo do Senhor Juscelino Kubitschek "saldo alto a favor do Senhor Juscelino Kubitschek". (Palmas).

O SR. MARIO PIVA — Muito obrigado.

O Sr. Jusias Gomes — V. Ex.^a está fazendo uma bellissima exposição, e sei que quando que me esclareça se, de comparar grandezas, devemos usar a mesma unidade de medida.

O SR. MARIO PIVA — Exato, V. Ex.^a tem toda a razão. É um erro grave. Vou fazer, imediatamente, V. Ex.^a saber a grandezas exatas de cada coisa.

O Sr. Jusias Gomes — Sim.

O SR. MARIO PIVA — Pois o Senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira emitiu 7 milhões de dólares a preço mensal do dólar vigente na época o Senhor João Goulart, 20 milhões de dólares; a Revolução, 450 milhões de dólares — dólar atual, em casa. Vamos admitir ao preço corrente do valor estabelecido pelo Governo que V. Ex.^a aponta...

O Sr. Jusias Gomes — Os dados comparados por Eugênio Gudin a V. Ex.^a acabou de referir.

O SR. MARIO PIVA — Não, não é Eugênio Gudin.

O Sr. Jusias Gomes — ... são bilhão e 800 milhões de dólares por ano do Senhor Juscelino Kubitschek.

O SR. MARIO PIVA — Perdoe V. Ex.^a.

O Sr. Jusias Gomes — Fico muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. MARIO PIVA — Há um equívoco enorme: 120 milhões de cruzeiros não seriam nunca ao preço de taxa média da época.

O Sr. Jusias Gomes — 1 bilhão e 300 milhões.

dezas realmente emitidas, se V. Ex.
tomar o salário que se pagava naquele
tempo e o salário que se paga agora,
cheiam a conclusão de que se emittiu
mais em salários no periodo JK do
que atualmente.

O SR. MARIO PIVA — Vou usar,
para V. Ex. ficar satisfeito, o salário
médio vigente no País, nobre Depu-
tado. Eu esperava por isso. Um hom-
em inteligente como V. Ex. devia
fazer tal pergunta. Portanto tenho
elementos, se V. Ex. quer saber o
que se faz com o assalariado.

Tomel por base, não o salário mí-
nimo da Região Norte ou da Sul? Não.
Tomel por base o salário-mínimo mé-
dio? Não. Tomel por base o salário
médio vigente no País em dezembro
de 1963 e em dezembro de 1967 — são
salários médios vigentes no País — em
dezembro de 1963, antes da reden-
ção, e em dezembro de 1967, depois
da "redenção". Então, nobre Depu-
tado, aconteceu uma coisa impres-
sionante: um operário de salário médio
no País, para comprar um quilo de
carne, trabalhava, em dezembro de
1963, 15 minutos; em dezembro de
1967 precisava trabalhar 30 minutos
para comprar o mesmo quilo de car-
ne. Para comprar um quilo de carne
verde, trabalhava, em 1963, uma hora
e 30 minutos. Isso é salário real, nobre
Deputado. Sabe quanto trabalho hoje?
Quatro horas e 23 minutos e quando
comprar carne verde. V. Ex. sabe que
para comprar um quilo de café, em
dezembro de 1963, bastava que traba-
lhasse 19 minutos. Hoje precisa tra-
balhar 44 minutos. V. Ex. sabe que
para comprar um quilo de charque —
nos nordestes, sabemos o que re-
presenta o charque na alienação do
nome do Nordeste — precisa traba-
har uma hora e 55 minutos. Hoje
um salário médio aumentado du-
rante esse periodo e com a famosa
política de arrocho salarial, ele pre-
cisava trabalhar quatro horas e meia.

O Sr. Josias Gomes — Permite-me,
nobre deputado, incluir na série de produtos que
V. Ex. está tomando como média
de comparação ponderada, a quan-
tidade que cada ser humano compra
e consome café...

O SR. MARIO PIVA — Vou dar a
V. Ex. Em 63, consumo médio per
capita de pão era de 100 gramas, hoje
de 49 gramas. O consumo médio de
carne, nobre Deputado, era, em 63, de
100 gramas por brasileiro; hoje é de
49 gramas; o consumo de leite era
de 100 litros por habitante; hoje
é de 49 litros por habitante; e uma colher de chá — aliás, a
colher de chá que a revolução
trouxe para o povo. (Riso.)

O Sr. Josias Gomes — Permite-me
fazer uma explicação do fenômeno
do País, pela sua composição eco-
nômica — indústria, secundária e ter-
ciária — deveria ter de ordem de 25
% de dinheiro em circulação rela-
tivamente ao produto bruto nacional.

O SR. MARIO PIVA — Muito bem.
O Sr. Josias Gomes — Sabe quanto
poluição encontramos? Toda a Europa
industrializada, que agora passou a
estar adotando as condições
da Rússia tem 30%. Pois hem-
os temos a 140%. Então para poder
ter de 100 a 40%, como entraron
no Castelo Branco, foi preciso
desacelerar o fenômeno de in-
flação. Isso não eliminou a in-
flação, mas fez um periodo den-
do qual esse fenômeno vai se dar
estrangulava-se o processo de
inflação, pois toda a estrutura eco-
nômica estava encostada nesse ritmo
inflacionário. Conseguiram-se
reduzir a 30%, e o Governo
de 1967 e ainda não atingiu o
ritmo em que a moeda passa fer-
tilmente a ser considerada de
corrente. Então, naquele
momento, o mundo foi obrigado
a olhar o País totalmente des-
estruturado de todo o campo uni-
versal do mundo. Inclusive os
países que aludem à ciência
e à técnica, como a Rússia, que
passou a 21, reduziram o seu
ritmo a 100%. Então al-

guém terá de pagar-o-pato por esse
preço. Passar de 100 para 40 é um
grande serviço prestado, porque, de-
pois da dignidade humana, o que há
de mais sério na estrutura de um país
é o dinheiro, que representa a conde-
nação de esforços humanos e isso tem
de ser respeitado. Não pode haver lei
alguma que estabeleça um critério ju-
sto de transformação do econômico no
econômico, nem do econômico no so-
cial, quando a unidade que mede a
moeda está totalmente fora de qual-
quer sistema. O nosso era um sistema
de loucura, e a revolução, se mais na-
da fez, fez isso: trouxe o nível de
100 para 40%, restituindo ao Brasil
a confiança de melhor perspectiva
para o futuro. Já fez uma grande
obra. Agradeço a atenção de V. Ex.

O SR. MARIO PIVA — V. Ex.
apresentou argumentos fáceis de des-
truir. Quero destacar que V. Ex. ac-
brou de trazer o próprio argumento do
meu discurso: que dinheiro representa,
na infra-estrutura, o esforço humano.
E o que demonstro. Um homem, em
1963, precisava trabalhar 49 minutos
para comprar 1 quilo de sabão; hoje,
precisa trabalhar 7 horas e 23 minutos.

O Sr. Josias Gomes — E' um des-
equilíbrio.

O SR. MARIO PIVA — E' um de-
sequilíbrio, não.

O Sr. Josias Gomes — Ele estava
em desequilíbrio.

O SR. MARIO PIVA — Ele está em
desequilíbrio agora, nobre Deputado.
Sabe V. Ex. onde este Governo con-
sistiu — e isto os homens do Governo
não dizem — equilibrar falsamente,
fantasiosamente, ficciosamente a in-
flação. E' uma ficção. Sabe por quê?
Porque o produto nacional bruto, que
sofria uma incidência de apenas 14%
da carga tributária, hoje sofre a in-
cidência de 47%, nobre Deputado.
Sufoca-se o brasileiro pela carga tri-
butária. E mesmo buscando, arranca-
do da empresa privada, do homem as-
salariado aqueles recursos de que pre-
cisa, nem assim o Governo conseguiu
deixar de emitir, continuar e vai con-
tinuar emitindo, para cobrir o trilhão
e 500 bilhões.

O Brasil, em 1963, com todas as dor-
ras de cabeça que lhe dava o Governo
João Goulart, gastava 14 minutos de
trabalho para comprar um Melhoral;
hoje, com as dores de cabeça que lhe
dá a Revolução, precisa trabalhar 3
minutos. Precisa trabalhar 3 minutos
para comprar um Melhoral, para sal-
vá-lo da dor de cabeça que lhe dá a
Revolução.

Vale V. Ex. a diferença.

Talvez V. Ex. não saiba que, para
comprar um par de sapatos, o homem
brasileiro trabalhava 15 horas, em
1929. Hoje, tem de trabalhar 34 ho-
ras, ou seja, quatro dias e mais duas
horas.

Para comprar uma roupa para ho-
mem, precisava de trabalhar 30 horas.
Hoje, trabalha 93 horas, ou 12 dias,
para comprar uma roupa feita. E não
é daquelas "santa e levanta", porque
esta Revolução sentiu e não pretende
levantar tão cedo, nobre Deputado.

O Sr. Josias Gomes — Quero dizer
que V. Ex. está expressando a ver-
dade; a sua significação dentro de um
sistema de remuneração, e que está
sendo mal interpretada. Foi exata-
mente por imaginarmos que a in-
flação não é ficção, e que o mundo todo
assim não a tem, que o mundo anda
certo. E o único país organizado, como
foi e como é a Inglaterra...

O SR. MARIO PIVA — A Ingla-
terra?

O Sr. Josias Gomes — Sim. A In-
glaterra também foi levada a imaginar
que a moeda não guardava essa pro-
porção com a atividade humana com
a estrutura humana. Foi de 15, como
sempre andou, para 49, e derrubou a
moeda. Agora está pedindo desculpas e
tentando equilibrar-se. Por causa des-
se mau conceito de que esta moeda é
que tivemos uma revolução e tenta-
mos dela sair, porque ainda temos
dentro de nós o pavor que ela nos
criou. Queremos sair nos seus efei-
tos. Admitindo que a moeda é uma

condensação de esforços humanos e
como tal deve ser respeitada e sagra-
da é que devemos modificar o nosso
conceito, para trazer o nosso fluxo, o
nosso meio de pagamento, para a or-
dem de 25%. Partindo daí, illustre
Deputado, acredito que possamos, an-
te o 5, 6, 7 até 9%, realizar
aquilo que pretendemos para o nosso
País. Mas foi por causa desta mau
conceito sobre moeda que nos aliun-
damos e acabamos em uma revolução,
que não foi feita por militar, foi feita
por aqueles que trouxeram a inflação
como fator perturbador da ordem mo-
ral e democrática. Ela desequilibrou
tudo isto e hoje estamos pagando
caro por ela. Desjamos que as au-
toridades monetárias redzam a in-
flação e deem ao Brasil a quantidade de
meios de pagamento, que deve ser de
25 a 30%. E' fácil calcular.

O SR. MARIO PIVA — Em primei-
ro lugar, agradeço a V. Ex., porque
ouve dois conceitos novos, que não co-
nhecia. Evidentemente, sempre que
aprendo alguma coisa devo agradecer.
O primeiro é que esta revolução foi
feita por causa da moeda. O segundo,
que ela não foi feita por militar.

O SR. PRESIDENTE —

(Estatista Ramos) — V. Ex. dispõe
de apenas 5 minutos.

O SR. MARIO PIVA — Perdão,
Sr. Presidente, mas antes que come-
cei a falar às 18:23 horas.

O SR. PRESIDENTE —

(Estatista Ramos) — Está anolado,
ao lado do nome de V. Ex., 17:23
horas.

O SR. MARIO PIVA — Nobres
Deputados, na verdade, em três mi-
nutos pode-se falar a favor desta re-
volução, mas contra ela se levanta
muito tempo.
Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputa-
dos, o que estou demonstrando é que
esta revolução até os números talpa-
lamentavelmente. Por exemplo, há
poucos dias, o nobre Ministro da Fa-
brica disse, em uma entrevista à te-
levisão, que nós aumentamos o pro-
duto nacional bruto de 3 para 5%.
E' verdade. Mas a produção nacional
que, ao tempo de Juscelino Kubitschek,
este aumento foi a 100, 100 minutos
diz.

O Sr. Chagas Rodrigues — Na rea-
lidade, se levamos em conta o setor
industrial, não houve expansão al-
guma.

O SR. MARIO PIVA — A expansão
não acompanhou o crescimento repro-
dutivo do País.

O Sr. Chagas Rodrigues — Estimo-
losando com números. No ano passa-
do não houve expansão alguma na
taxa de desenvolvimento industrial.
E, para voltar ao último ponto, pode-
ríamos dizer que o nobre deputado
fez a maior condenação que se pode-
ria fazer ao Governo anterior.

O SR. MARIO PIVA — Sobre tudo,
porque todos concordam em que isso
é verdade. Não há quem diga
apenas tudo que se poderia seguir o
mesmo caminho sem se sacrificar tri-
vemente, como se tem sacrificado,
a classe menos favorecida do País.

O Sr. Chagas Rodrigues — V. Ex.
fez a análise a partir do movimento
de 1º de abril. Mas se se olhar an-
tes no Governo Costa e Silva, no ano
passado, verá que houve os meios de
pagamento se expandiram tanto e que
nunca a emissão de papel-moeda foi
tão grande. Sabem com relação aos
anos anteriores ao produto Governo
Castelo Branco, o que se fez, no ano
passado, foi um verdadeiro crime con-
tra o desenvolvimento industrial deste
País e contra a própria inflação. Por
isso, no ano passado, o surto in-
flacionário foi muito maior que no ano
de 1966.

O SR. MARIO PIVA — Sr. Presi-
dente, tenho aqui todos os elementos
que colhi os números, os dados re-
lativos à diferença entre o nível do sa-
lário real em 1963 e o nível do sa-
lário real em 1967, e também mantive,
forneço quanto, também mantive,
esta condensação, vários artigos ex-
plicais ao homem brasileiro. Não falsi-

ou cinema, nem em transportes; re-
duzem, apenas o essencial para con-
ter não para viver, mas para sobrevi-
ver. Formas os elementos que...

Mas, Sr. Presidente, tenho a im-
pressão — ainda voltarei a falar a re-
sua disse proibição dos gastos sal-
ariais — de que aqueles que estão
no Governo e não sabem o que fazem
este País não de arrastar para
baixo o que quer e o que faz o
País. Muito bem, agradeço, Sr. Presi-
dente, prolongadas. O senhor é sempre
tudo.

CONGRESSISTA: *MARIO FIVA*

PROJETO N°

CAMARA

N°

SENADO

DC de *07/02168* | CD-*SEBOW* Pg *631*

DO N° / de / /

ANEXO N.º

269

O SR. MARIO FIVA:

(Comunicação. Sem rotulo de credenciais) — Sr. Presidente, Sr. Deputados, vêm causando certa apreensão e mesmo certa curiosidade entre o povo brasileiro as declarações repetidas — e não apenas nos jornais mas também nas Ordens do Dia dos quartéis — dos chefes militares que pregam constantemente a união entre as Forças Armadas, como se que- rerem convencer de uma coisa que evidentemente não existe.

As Forças Armadas estão unidas contra nós, o poder civil, mas, entre elas, a desunião é flagrante. A última reunião, que alguns qualificaram como ato de rotina, foi uma providência adotada para evitar que alguns militares emprestassem solida- riedade ao Sr. Carlos Luz em seu recha- do de sua poltrona em São Paulo, isto é, de seu discurso de candidatura.

Ora Sr. Presidente, o que se verifi- fica neste instante é que a voz do li- der da Frente Ampla avulsa os quartéis e torna de parte a o reser- va da chefia de guerra, esta sim, que hoje inconformada com a atitude

e o comportamento de certos donos do golpe de 1º de abril.

Por isso, neste instante, quero rea- firmar, desta tribuna, que se torna desnecessária, aos senhores chefes militares que representam a maioria que domina o poder, estarem repetin- do constantemente que as Forças Ar- madas estão unidas. Elas estão ape- nas subjugadas por uma minoria que domina o poder. (Muito ...).

14

Desuniam as Forças Armadas

CONGRESSISTA: *MARIO PIVA*
PROJETO Nº _____ CAMARA _____
Nº _____ SENADO _____
DC de *43/02/68* | CD-~~666~~ Pg 806
DO Nº *1 do 7 1*

ANEXO N.º *1/10*

O SR. MARIO PIVA:

(Comunicação — Sem revisão do crader) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de-de o inicio da atual legislatura, o Movimento Democrático Brasileiro, representando a verdadeira aspiração do povo brasileiro, lançou-se contra a famigerada Lei de Segurança Nacional. Dessa tribuna varios pronunciamentos foram feitos por líderes, vce-líderes e integrantes da Oposição, demonstrando quanto desumana, antidemocrática, sumamente fascista era essa lei denominada de Segurança Nacional que nós batizamos de lei de insegurança geral.

Agora, Sr. Presidente, não para surpresa nossa mas para espanto da consciência jurídica de alguns membros de bem que ainda batalham na ARENA, o Sr. Ministro da Justiça acaba uma representação da Ordem dos Advogados do Brasil para considerar inconstitucional e desumano o Art. 48 da dita Lei.

Sr. Presidente, a Oposição, no seu papel fiscalizador, advertiu o Governo advertiu aqueles que se apoderaram dos quadros direcionais brasileiros, demonstrando que esta lei feria a ética, feria a consciência dos nossos patriotas. Mas, admente agora accoda o Ministro da Justiça, ante uma representação da Ordem dos Advogados do Brasil, para considerar inconstitucional e desumano, segundo pareceres suas no seu despacho, o Art. 48 da Lei de Segurança Nacional.

A propósito, Sr. Presidente, vale ressaltar uma nota de ontem do Jornal do Brasil, que diz textualmente:

"Na liderança da ARENA revela-se que o Governo vinha cogitando desde o ano passado de propor ao Congresso a revogação do Art. 48 do decreto-lei sobre a Segurança Nacional, iniciativa que agora será tomada, de acordo com o despacho do Ministro da Justiça, ao pedido da Ordem dos Advogados do Brasil. O Governo relutava, segundo se explica, por temer que se aviltasse na Câmara um movimento no sentido de alterar outros dispositivos do decreto-lei, cuja revogação anterior é pleiteada pela Oposição".

Repare V. Ex. Sr. Presidente, a acusação frontal que o Governo faz ao seu próprio partido, a desconfiança que este Governo tem na sua sustentação política nesta Casa. Por maior que fosse a luta nossa, da Oposição, somos apenas um terço, somos apenas a representação de uma terça-parte de todo o Congresso Nacional.

Pois bem, Sr. Presidente, a liderança da ARENA, através de uma nota não desmentida, afirmou que o Governo temia que, revogando o Art. 48 por inconstitucional, conseguisse a

Oposição levantar o clamor, a consciência jurídica dos homens de bem da ARENA para revogar todo esse famigerado decreto-lei.

Mas, Sr. Presidente, as coisas estão mudando. Ante as divergências que temos feito nesta Casa, o povo está passando a se interessar por uma revolução que não houve, para fazer a sua própria revolução. E o "Jornal do Brasil" mandou a melhor companhia e cuja linha de conduta muitas vezes divergimos, em seu principal editorial de ontem, intitulado "Democracia Pela Revolução", exibe um retrato claro de como aconteceu esta revolução: apostamos porque acreditamos o caráter dos que a empreendemos. (Muito bem).

15

Representações dos Advogados do Brasil ao Ministério da Justiça para anular o art 48 da LSN

CONGRESSISTA: MARIO PIVA

PROJETO Nº

Nº

CAMAR

SENAD

ANEXO N.º 1611

DC do 15/02/68, CD-~~CCM~~ P3942

DO Nº 1 do 1 1

O SR. MARIO PIVA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, aqui está, no "Correio da Manhã", de hoje, na primeira página, uma fotografia. Fotografia igual a esta só vi, confesso a V. Exa., na época da Gestapo. Só na Alemanha fascista, na Alemanha nazista era possível ver episódio semelhante, em que uma atriz, como Tônia Carrero é presa por ter levado, em companhia de outros atores nacionais, uma "corbelle" de flores ao Monumento dos Pracinhas.

Sr. Presidente, o que está acontecendo neste País não é por acaso; não é uma motivação que surge em decorrência da queda da cultura do povo brasileiro. É a implantação de um regime contra a cultura, um regime de boçalidade, como disse ontem o Senador Arthur Virgílio. É isto que está se passando neste País, quando uma atriz, como Tônia Carrero, um monumento do teatro e da cultura nacional que, através dos seus trabalhos, com outros colegas de profissão, muito tem feito por difundir o teatro entre nós, é presa, como foi ontem, no Rio de Janeiro. Os soldados que acompanhavam o Tenente que decretou a prisão desta moça não tiveram coragem de cumprir a ordem recebida, vendo-se cercados de apupos e da revolta de todos aqueles que acompanhavam Tônia Carrero. Transferiu, então, esse Tenente para um Aspirante da Polícia Militar a responsabilidade da prisão. O aspirante Raposo também não aceitou a incumbência e, revoltado, permitiu que a atriz se afastasse do meio de seus colegas e fosse depositar a corça de flores perto do Monumento dos Pracinhas.

Aqui fica, nosso protesto, mais uma vez, contra essa censura que, na verdade, ao invés de ser contra o país, é contra a cultura neste País. (Muito bem).

*Criticas a
Prisão da atriz
Tônia Carrero*

161

Não farei Institucional nº 2. Ninguém acredita em V. Ex.ª e lava mais no Ato Institucional. País bem. Há dez dias, antes dê-se movimento estudantil, vem-se falando respeito a dignidade do País. O Sr. Benedito I concordou com V. Ex.ª a paciência, nobre De

CONGRESSISTA: *MARIO RIVA*

PROJETO Nº

CAMARA

Nº

SENADO

DC de *214168* CD-~~SELO~~ Pg 1007

DO Nº 1 de 1 1

269

Analisar Nota do Flim da Aero-identica lida em Plenário pelo Dep. Geraldo Jordão

O SR. MARIO RIVA:

(Como Líder. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é 1º de abril. Não furem, e não sejam enganados a acreditar no teor das notas que acabam de ser lidas pelo nobre Vice-Líder da Maioria.

Fimado de Abril — Data histórica de uma bela revolução que foi a maior engodo que o povo brasileiro já conheceu; engodo definitivo. Maniram aqueles que usaram e abusaram do tempo e da família para, em seguida, substituí-los exclusivamente pelo arbitrio, pela violência e pela espada.

Sr. Presidente, tive oportunidade de dizer, nesta tribuna, que todos os símbolos mais caros desta Nação foram destruídos por esta revolução, e o foram estupidamente. Tive ocasião de dizer ainda aqui que do símbolo de Justiça arrancaram a venda, o manto e a balança. Deixaram só a espada. Até a mulher levaram. (Risos)

Mas, Sr. Presidente, o nobre vice-líder da Maioria leu uma nota do Sr. Ministro da Justiça, além das de outros Ministros. Nessa nota o que se faz — e é o que se tem feito constantemente neste País, após o golpe

17

militar de 1964. — é rebater na veia e surrada tecla do anticomunismo. Comunismo nunca existiu neste País, a não ser como uma breve manifestação de uma minoria intrinsecamente insignificante. Se quiserem prova, que façam uma análise de todos os pleitos eleitorais deste País. Em todos eles, desde aquele em que concorreu como candidato do Partido Comunista Yedo Fiúza, as votações dos elementos reconhecidamente comunistas têm sido inexpressivas.

Portanto, Sr. Presidente, a indústria do anticomunismo é apenas uma farsa entre outras tantas utilizadas por este Governo.

12 Mas quem é o Ministro da Justiça, para acusar os estudantes de comunistas? É o mesmo homem que, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a questão de terras, afirmou que 1/3 do território deste País está ocupado por estrangeiros; que a Amazônia, quase inteira, pertence a estrangeiros. E, no instante em que nós, do MDB, ocupamos a tribuna para verberar contra essa invasão do território nacional, no instante em que os estudantes protestam legitimamente contra esta invasão, não dizer, com certeza, que nós somos subversivos, que nós somos comunistas.

13 Agora, quem diz isto? Os mesmos militares que apoiaram o Sr. João Goulart, os mesmos militares que guardaram o comício diante da Central, hoje promovidos. Aproveitaram da revolução a promoção apenas. E esses mesmos homens hoje se arvoram em legítimos e autênticos revolucionários.

O Sr. Haroldo Leon-Pereira — Quero apenas reportar-me à afirmativa de V. Exa. de que a ninguém deve preocupar o comunismo, por ser — e a graças a Deus — uma pequena minoria neste País. Se V. Exa., homem estudioso como é, consultar os anais da História em todo o mundo, há de verificar que o comunismo sempre foi minoria, inclusive nos países onde hoje domina. A própria revolução socialista não desconhece V. Exa., o Partido Bolchevista, que ardeu por transformar o País com a revolução na Rússia, era minoria. De modo que este argumento de V. Exa. a não caducar, a não ser a prova daquilo que afirmamos: que, justamente por ser minoria ativa, que usa muitas vezes, a irresponsabilidade da maioria omissa, é que o comunismo, só pela força, acaba dominando. E o que se quer neste País, é expulsar a vontade da maioria, evitando que a minoria, através desse expediente, possa submeter o País ao jugo que, em outras partes do mundo, acabou por submeter os povos até então livres.

O Sr. MARIO PIVA — Agradeço o subsídio que V. Exa. traz ao meu discurso. Já chegar a esse ponto e dizer que, muitas vezes, a minoria consegue dominar, em determinadas situações da vida de um País. Historicamente isto é certo e, se Vossa Excelência tem dúvida, aqui existe uma minoria dominando. Não é uma minoria comunista, mas ditatorial de direita; é uma minoria extrema, reacionária tão perigosa quanto o comunismo. E contra essa minoria, que hoje não representa o povo brasileiro que nos insurgimos. Ela tem mesmo permitido a totalidade das Fôrças Armadas.

Representam-na apenas aqueles que se arvoraram no Governo, aqueles que tornaram feitores de uma falsa revolução, aqueles que se tornaram feitores de uma falsa revolução, aqueles que se tornaram donos de um golpe, e cuja vaidade, cujo arbítrio, cuja irresponsabilidade os fez poderosos até hoje, pelas batonetas, pelas canções, pelos tanques, mas nunca, nunca deputado, pela formação de uma consciência revolucionária.

O Sr. Sadi Breda — Estou de pleno acordo com o seu pronunciamento. Tendo visitado por quase todo o Brasil sempre em contato com estudantes e

trabalhadores, sentindo os efeitos desse grupo dominante que aí está no Governo, posso dizer que nunca um Governo fez tanto pelo comunismo no Brasil, pela sua propagação, pela sua divulgação, como este que se intitula anticomunista. Não posso aceitar para a oposição, de forma alguma, a picha de comunista. Não posso aceitar que na oposição haja comunistas. Dentro do MDB não conheço nenhum. O MDB realmente se afirmou numa luta positiva de defesa da dignidade da pessoa humana, pelo restabelecimento dos direitos democráticos do povo. Como tal, não estamos promovendo o comunismo, nem vivemos em histórias anticomunistas. Temos uma idéia a perseguir, uma consciência realmente democrática, e quem luta por um ideal não teme outras ideologias. O comunismo é uma ideologia superada, que vem regressando nos próprios países que dominam, onde seus súditos se estão rebelando contra os dominadores. O que existe em nós é uma consciência democrática, autêntica, de luta pelo respeito à dignidade essencial à pessoa humana. Esse respeito que aprendemos a sentir na doutrina cristã. Como representante de um pensamento cristão nesta Casa, não posso admitir, de maneira alguma, setamos instrumento dos comunistas. Consideramos-nos muito cima deles. Nossa mensagem é muito superior à deles. Enquanto pregam o ódio, a destruição de tudo que amamos nos prezamos o amor, como uma força que une. E só poderemos admitir ser chamados de cristãos enquanto na nossa ação respeitamos e amamos ao próximo. O Cristianismo é amor. E só pode amar o próximo aquele que denuncia a opressão no mundo. Não podemos admitir que a minoria seja esmagada. O que vimos presenciando neste País é a opressão ao cidadão, o impedimento ao estudante de manifestar-se, o povo fobido por um grupo dominante e rédeas as suas aspirações de liberdade e de justiça sufocadas, sob o pretexto de que se está combatendo a subversão, o comunismo. Nunca se pronunciou tanto o cidadão quanto agora. Ainda há pouco, no Nordeste, ouvi o depoimento do Padre Helder Câmara, numa Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa dizendo: "Foi a vez daqueles que, realmente não podem falar." E o que a gente sente na festa das mães humildes é o mesmo. O povo tem medo de se manifestar. O que o Padre Helder queria mostrar é que esse medo está sendo combatido. Que Deus não seja agora e momento de explosão, porque a opressão só pode conter o homem até certo ponto, até o ponto em que o medo não lhe tolhe a consciência e ele despenha para uma luta de liberdade.

Estou de pleno acordo com o seu pronunciamento. Nenhum país se tornou trabalho de comunista, de subversivo, de extremista, porque a sua conduta é a de autêntico e corajoso democrata, de um democrata cristão.

O Sr. MARIO PIVA — Sr. Presidente, com frequência, ouvi ativamente a leitura de várias as notas oficiais que o nobre líder Geraldo Guerdes fez, e eu tinha a certeza de que Sr. Exa. leria uma nota do Ministério da Educação, desse homem que deveria estar preso, em qualquer o diálogo com a juventude. E teve silenciosamente uma palavra de encorajamento, uma palavra de conforto, uma palavra de apoio, um conselho, de um Presidente. Pois bem, do Ministério da Educação, nem uma palavra oficial. Não teve o Sr. Tasso Dobra sequer esse cuidado. Portanto, não há nada que pedir ao Coronel Meira Mattos para expedir uma nota oficial. Mas não expediu. Representa os interesses do Governo que somente os militares e o Ministro da Justiça desataram a respeito de um problema que se arrasta desde 1945.

Esse problema do Calabouço já causou diversos choques entre Polícia e estudantes. Pergunto: que reclamam os estudantes? Reclamam melhores condições para o serviço de refeições do restaurante do Calabouço. Será isto, por acaso, subversivo?

Talvez no conceito dos revolucionários, porque hoje, quando o operário reclama comida, melhores salários, ele é subversivo. A obrigação dele em morrer sem gritar. Esta é a sua obrigação. Pois bem, os estudantes também reclamam, desde aquela época, melhoria das instalações do Calabouço. Houve uma promessa formal do Governador da Guanabara. E tanto a linha é válida, que o próprio Governador, em nota distribuída à imprensa, acusou o Coronel Meira Mattos de responsável pela não finalização das obras do Calabouço. Então, se fosse apenas um pretexto, se fosse apenas uma mentira aquilo que dizem os estudantes, não haveria necessidade de, oficialmente, uma autoridade, o Governador do Estado onde se assentavam aqueles mistes accheitamentos, via de público, declarar que o fato era real.

Mas, Sr. Presidente, pergunto: seria que fosse apenas uma inutilidade, isto estaria justificando a morte de um garoto de 13 anos? Se fosse um filho de um daqueles ministros que emitiram nota oficial, esta nota seria da mesma sorte? É isto que me pergunto. Diante daqueles boicotes que os jornais publicaram, pergunto a mim mesmo: e se fosse o meu filho? Será que os homens do Governo também não foram a mim mesmos essa pergunta? Será que não sentiram isso? Como reagiram diante da dor de si mesmos? Mas a dor é alheia; o mal não sacrificado pela outra pessoa é de um estudante anônimo. Mas ele não representa, como dizem aqui, um cadáver para ser explorado; ele representa uma bandeira para ser desfilada; ele representa um vazio para ser preenchido. É diferente; ele não é um cadáver que se irá explorar; aqueles que exploram certo cadáver, hoje estão que estão diante de uma bandeira para ser desfilada.

Sr. Presidente, isso que ocorreu no Calabouço, isso que vai ocorrer ainda sob a responsabilidade dos responsáveis que dirigem este País, isto Sr. Presidente, está ainda motivo para gravar na História do Brasil e para daqueles que se sacrificaram pela liberdade.

O Sr. Vice-Líder da Maioria disse — e isto tem sido repetido — daquela tribuna, que se não houvera democracia neste País, ninguém poderia usar esta tribuna, como eu a estou usando, para criticar para atacar o Governo.

O Sr. Geraldo Guerdes — E outras tribunas, não é só esta.

O Sr. MARIO PIVA — E outras tribunas. Sr. Presidente, aquelas que foram e que eu faço e porque não tem o mandato como deputado, não vou com a mais absoluta sinceridade e coragem aquelas que assim foram. Eu, por exemplo, não sou deputado desta tribuna. Hoje, sei mais ser deputado. Para os Deputados de maioria é mais difícil. Não quero, Sr. vereador V. Exa. a ser presidente da Câmara e Governador, não corram o risco de perder o mandato.

O Sr. Benedito Figueira — V. Exa. comete uma injustiça. V. Exa. não deu direito justiça a sua tribuna e inteligência.

O Sr. MARIO PIVA — Se V. Exa. quiser um aparte, eu não quero também o seu. De qualquer sorte, acerto.

O Sr. Benedito Figueira — Não há propósito de insulto.

O Sr. Álvaro Corrêa — Estamos aqui para prestar uma homenagem a V. Exa.

ANEXO N.º

risco correr do enfraquecimento... V. Exa. mesmo faz do Poder Legislativo a que pertence. Quando afir... perante a Nação que esta Casa... tem independência, que é subst... que recebe "pitos" de chefes... V. Exa. não presta servi... a democracia nem a soberania... esta Casa, que representa o povo... ante a Nação. Continuo V. Exce... na sua linha de independên... na luta pelos seus ideais e terá... o respeito e a consideração... todos quantos compõem e frequen... esta Casa. Mas não queira Vos... Excelência, num momento de emo... — acredito por isso mesmo im... — jogar sobre esta Casa po... que a denigre aos olhos do povo... toda a Nação. V. Exa. pertence... esta Casa. Permito-me lembrar que... a primeira obrigação é fazer res... o Parlamento no qual V. Exce... está integrado.

O SR. MÁRIO PIVA — Admirável... intervenção de V. Exa. Esta Casa... deve ser desrespeitada. Pois bem... Deputado, os militares, os mi... fecharam esta Casa. E nós, 78... MDB, saímos humilhados por essa... Milícios cercaram o Congresso... militares com farda de campanha... m metralhadoras, como se aqui den... estivessem 78 assassinos, 78 sub... vivos.

E não houve uma voz da ARENA... viesse a esta tribuna — não de... MDB, mas defender a ins... Todos se calaram, todos... aquela humilhação que pas... nesta Casa. E' ou não... Casa subornada? Foi o que cu... o que meus companheiros so... nesta Casa. Saímos com la... nos olhos, Sr. Presidente, por... porta. Sofremos isso: a hu... de ver um sargento an... os nossos nomes, reclamando a... carteira para identificação; de... coronel, por sinal o Coronel... Maças, a ofender o Presidente... Casa.

O Sr. Benedito Ferreira — Vossa... ciência permite?

O SR. MÁRIO PIVA — Quero ter... o meu pensamento. Desejo mostrar ao Deputado Leon... que não estou num momento... emoção. Emoção senti naquela dia... que me senti envergonhado de... Deputado, em que fui obrigado a... apresentar a um sargento a minha... para que ele anotasse o meu... me identificasse. Isso é que é... humilhação. E ninguém da ARENA... a esta tribuna fazer a defesa... Casa, que havia sido vilpen...

O Sr. Benedito Ferreira — Vossa... ciência me deixa em dúvida se... mente estive aqui. Eu não est... Foi no Governo passado. Vossa... ciência lembrou muito bem que... da safra nova. Se V. Exa. esta... presente terá visto a manifesta... do Presidente desta Casa, Senhor... Adauto Lúcio Cardoso.

O SR. MÁRIO PIVA — Estou jus... tamente dizendo que o Presidente... Casa, o Presidente da Institui... foi ofendido na saída, por um... do Exército. O que estou... sendo é que não foi eu que estou... covendo para envergonhar esta... O que estou lembrando é que... subordinação não seria do mim... momento de irreverência. Estou... mostrando essa insubordinação... fatos concretos...

O Sr. Benedito Ferreira — Vossa... ciência invoca fatos anteriores à... instituição vigente e anteriores ao... todo constitucional que ora vive...

O SR. MÁRIO PIVA — Vossa Exce... lência sabe como foi votada a atual... tuição? V. Exa. não estava...

O Sr. Benedito Ferreira — Pelo... que é a Constituição que Vossa... ciência jurou respeitar.

O SR. MÁRIO PIVA — Não jurei... nesse Líder, no dia da minha pos... ressivou que não limitamos qual...

quer compromisso com a atual Cons... tituição.

O Sr. Benedito Ferreira — Senhor... Presidente, desejo levantar uma ques... tão de ordem, pois causa-me capê... cie...

O SR. MÁRIO PIVA — Sr. Presi... dente, peço a V. Exa. que me asse... gure a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Mário Maia) — Continua com a... palavra o nobre Deputado Mário... Piva.

O SR. MÁRIO PIVA — Nobre... Deputado Benedito Ferreira, ninguém... mais do que eu gosta de receber apar... tes. Não me importo que tumultuem... o meu discurso. Estou habituado a... isso.

O Sr. Benedito Ferreira — Não há... o propósito de tumultuar.

O SR. MÁRIO PIVA — Nobre... Deputado, peço a V. Exa. que se... contenha no curso do meu discurso... a que os apartes de V. Exa. sejam... breves, para que V. Exa., amanhã... possa fazer outro discurso, não es... gotando todo o assunto, no qual Vos... sa Excelência é brilhante. Mas peço... que V. Exa. deixe esta questão para... outra oportunidade.

O Sr. Benedito Ferreira — O assun... to é pertinente. Serei rápido nesta... minha intervenção final. Atente bem... nobre Deputado; não sei como esta... Casa consentiu e como pode tolerar... dentro do nosso Regimento Interno... que V. Exa. exerce, em toda a sua... plenitude, o seu mandato de Depu... tado, de representante do povo, sem... ter prestado o juramento de prax... de defender a Constituição. Há pou... co, numa Comissão, ouvi um novo co... lega nosso, que a esta Casa está che... gando, assumir, também, esse com... promisso que V. Exa. deveria ter as... sumido. Não sei se pertence ao MDB... ou a ARENA, mas este nosso colega... que está chegando, prestou o juram... ento. Logo, não entendo como pode... V. Exa. estar exercitando um direito... legítimo de representante do povo... sem ter prestado o compromisso de... defender a Constituição. Daí, fico em... confusão. Até lembrei-me, dada a... minha inexperiência, de levantar uma... questão de ordem. Mas abordarei o... assunto oportunamente.

O SR. MÁRIO PIVA — Se fôssemos... entrar no campo das indagações... eu ficaria em dúvida sobre como pode... o Sr. Presidente da República exer... cer o seu mandato, como também os... Governadores nomeados. Eu poder... ia entrar nesse campo da indagação... mas não vou; não é o curso do meu... discurso. V. Exa. está equivocado. Apenas quero deixar claro que neim... o orador que está na tribuna nem o... MDB são responsáveis pela humilha... ção por que tem passado este Parla... mento. O que quero demonstra é... que não estou criando, num momento... de emoção apenas, essa figura que o... nobre Deputado Leon Peres conside... rou como despitimosa para esta... Casa. Revelo fatos históricos, que... estão incluídos nos Anais desta Casa. Sofremos humilhação, não como mem... bros do MDB, mas como membros do... Parlamento. E nenhum outro Depu... tado desta Casa defendeu a Institui... ção. Todos aceitaram como fato con... sumado o recesso do Congresso. Pior... que isto, a criação de figura nova no... Direito brasileiro, o executor do re... cesso. Criou-se o recesso, que é um... fato completo por si mesmo. Mas no... caso da Câmara, para ser maior a... humilhação, para ser maior o espê... ranhamento, criou-se a figura do ex... ecutor do recesso, e foi entregue ao... Presidente desta Casa, na madrugada... do dia 23 de outubro, um documen... to sem assinatura, que se dava uma... cópia do ato do recesso.

O que o nobre Deputado Hernâni... o Alves. Posteriormente, ouvi o no... bre Deputado Josias Gomes.

O Sr. Hernâni o Alves — Nobre... Deputado Mário Piva, eu, com a... devida venia, acho que já cheguei a... hora de sairmos do recesso, porque...

no momento, quem se isolou psicolo... gicamente do resto da Nação foi exa... tamente o sistema de poder militar... dominante. E isto por vários motivos. Em primeiro lugar, pela implantação... de um conceito de segurança nacio... nal nitidamente militarista, que faz... que os assuntos do Governo e do Es... tado sejam resolvidos inclusive no at... rípio das ponderações dos próprios... membros da maioria política que... apoia o presente Governo. Este iso... lamento psicológico, com relação ao... operariado, com relação à classe mé... dia — e isto é o que está mais sen... sibilizando, no momento — com re... lação à inteligência e à intelectuali... dade, com relação a todos os setores... as verdadeiras forças vivas de um... País — porque essas é que são as... forças vivas — está criando uma si... tuação extremamente perigosa, para a... qual eu chamo a atenção dos Senho... res Deputados desta Casa, sejam eles... do MDB, ou da ARENA. Quem neste... instante, está em situação difícil é... exatamente essa cúpula militar.

E é ela, isolada psicológicamente, ali... enada do resto da população brasi... leira, quem porta as armas e quem... não ouve os conselhos. Neste instan... te, os assuntos de Governo neste País... funcionam em termos de Junta Mil... itar. E' dura a realidade, mas se a... analisarmos, é verdadeira. São ou... vidos e cheirados, discutem, debatem... e decidem os chefes militares coman... dantes de Exército, o chamado Alto... Comando, os Ministros militares, os... Chefes de Estado-Maior, o Secretário... do Conselho de Segurança Nacional... e aqueles elementos que, em cargos... civis, são no entanto, militares, co... mo o próprio Chefe do Executivo e... alguns Ministros de Estado. Eles... estão psicológicamente alienados do... resto da população, e isso é perigoso... especialmente porque portam armas. Tivemos ontem, Sr. Deputado Mário... Piva — e peço-me o tamanho da... intervenção — de um político que... tantas vezes criticamos, o Presidente... Lyndon Johnson, dos Estados Unidos... uma decisão de extrema gravidade... de grande realismo e de audácia, que... sem dúvida poderá abrir novas pers... pectivas para seu país. Suspendeu... os bombardeios sobre o Vietnam do... Norte, revogando toda uma política... que se considerava absolutamente firme... e, ao mesmo tempo, anunciou sua... decisão de não concorrer às eleições... para sua reeleição. Ora, esse gesto... político, sejam quais forem as conse... quências, do Sr. Lyndon Johnson a... estatura de um homem de Estado... responsável. Esse gesto político de... veria, quando muito, influenciar pelo... menos os atuais detentores do poder... deste País, antes que se torne irrem...ediável o conflito civil no Brasil... entre o povo uniformizado e o povo... sem uniforme, antes que se lance uma... geração contra outra, uma classe... contra outra. Nenhum de nós quer o... conflito civil, logicamente. Em primeiro... lugar, porque poderia destruir o pa... trimônio econômico construído e... que fazemos um apelo para que ex... xerquem o que está acontecendo. Não... vamos mais discutir sobre quem es... tava aqui ou não estava, quem capi... tuló ontem ou capitulara amã... ãh. Não vamos discutir o passado... mas pedir que de agora por diante... se encontre um caminho, uma saída... para este mal que se abriu.

O SR. MÁRIO PIVA — Agradeço... o aparte de V. Exa. mas acho difícil... encontrar esse caminho, por uma ra... zão.

Hoje — e lá vai a repetição de um... fato — vários Deputados governistas... disseram-me nesta Casa: "Vocês ve-

jam como andam. Vocês vejam ar... tar a cúpula militar". Essa advertên... cia, recebida hoje a emissão da Casa... de vários deputados governistas: "Vo... ces vejam como andam! Vocês, que... são os moderados e os equilibrados... da Oposição, contemham-se!" Esta... advertência que recabo aqui, man... te. Pois a minha resposta é esta: Não... me contem. Perguntem o que quiserem... Respostem o meu mandato. Perguntem... ao povo. Foi o povo de uma... uma terra que me trouxe para a... Casa e veio representá-la aqui... vemente até quando isto ocorrer... Estas advertências, eu as recebi há... e as deverei sem recesso.

O Sr. Arrada Câmara — Permi... tido sempre, por causa da irresponsabi... lidade do seu mandato, V. Exa. é... visível, nos seus discursos, opiniões... pareceres, pelo menos enquanto est... ver em vigor a atual Constituição, o... acho que estará por muito tempo.

O Sr. Josias Gomes — A perspec... tiva apresentada aqui pelo nobre... Deputado Hernâni o Alves, realmente... está exagerada, com dimensões im... ensas da realidade. Está exagerado... todo o resto do País. Ocorreu um in... cidente exatamente na cidade que es... manda politicamente este País, e que... repercutiu em todo o território na... cional. Mas no restante do País há... uma linha perfeita. Quando se des... tachou a esta Casa, nobre Deputado... V. Exa. há de admitir que o que hou... veria que, em 1963 — certo, não... ocorre em todos os países do mundo... — é fechado o Congresso. E aqui... do Brasil, não foi só fechado o Con... gresso. Foi atirado o próprio Exe... cutivo. Aliviaram o ocupante do Exe... cutivo. Quanto a esta Casa, co... ceiam momentaneamente o seu poder... de decisão. Mas ela apenas entrou em... recesso — V. Exa. sabe muito bem... giro — quando o Executivo o poder... armado ficou destruído. E o poder... que se seguiu no Executivo teve exa... tamente o objetivo também de gar... nte esta Casa. Portanto, ela apenas... entrou em recesso, num momento de... conexão política no Brasil, mas vol... tou a funcionar.

O SR. MÁRIO PIVA — O recesso... a que me referi não foi no golpe.

O Sr. Josias Gomes — Foi no gol... pe que ela foi fechada.

O SR. MÁRIO PIVA — Não. Foi... às vésperas da eleição de 1960.

O Sr. Josias Gomes — Ocorreu... quando foi interrompido o processo... democrático.

O SR. MÁRIO PIVA — V. Exa. está... equivocado. Isso não tem nada... com o que eu disse. Logo depois da... reeleição não houve recesso. Em 1961... tava falando sobre o recesso que o... Marechal Castello Branco decretou... quando foram cassados os membros... de 5 Deputados, e nós, do MDB, nos... reunimos nesta Casa com três depu... tados apenas da ARENA: os Depu... tados Raul Piva, Adauto Cardoso... Arnaldo Negreiros. Foi nessa ocasião... que houve o recesso.

O Sr. Josias Gomes — Nesse ru... mudo eu sintonia em recesso momenta... namente também, porque estava... dentro do processo. Mas quero dizer... a V. Exa. respondendo ainda exata... mente às acusações de que todo o... corpo militar está reunido, que isso... se verifica porque o sistema de seguran... çança nacional tem que entrar imedi...atamente em funcionamento nessas... ocasiões críticas, para cumprir a sua... função de segurança, pois do contra... rio, seria acusado, nesta Casa, de... inércia. Se existisse o Brasil, como... diz o Deputado Hernâni o Alves, em... conexão pública, e o selar de seguran... çança estivesse absolutamente inef... ferente ao processo, seria inconcebí... vel. Então, o que vemos é a sua... inércia, com vistas a manter o re... gime democrático em pleno vigor, e... apenas para isso. Não é para agir... contra este Poder. No Brasil, vi... gora um regime baseado no Legisla... tivo, Judiciário e Executivo com to... dos os seus elementos. Num momen... to de conexão, o que acontece é isso,

ANEXO N.º

Não é para agir contra esta Casa, mas para que o regime tenha validade e oportunidade de funcionar.

O SR. MARIO PIVA — Não sei se foi o subconsciente de V. Ex.ª, mas eu não disse isso. Agora, quanto à organização, estou muito satisfeito com essa notícia. Realmente, essa administração é muito bem organizada. Levou um vigarista um ano e meio à direção da censura federal e ninguém sabia. Era um vigarista. O negócio dos índios está aí. Estão apurando. É uma administração muito bem organizada. Estou muito satisfeito com essa organização, se V. Ex.ª também está.

Mas, Sr. Presidente, o problema é a falta de natureza estudantil. É a resposta à nota oficial que o nobre Deputado Geraldo Gu德斯 leu na tribuna. Os estudantes pediram e pedem melhores condições para o restabelecimento de Calábouço. Tudo isso porque os estudantes não têm condições de dialogar com este Governo surdo e insensível à voz da juventude, governo de incapazes de conversar com a mocidade, que não tem condições de dialogar com os meios, que a tarefa de educar, não porque sabia que são comunistas, mas porque é a maneira mais prática de usar a violência e a força para calar os jovens e não dialogar com eles.

Os estudantes estão reclamando, há tanto tempo, o problema dos expedientes, a melhoria de condições do ensino superior e, enquanto isso, o Governo corta verbas do orçamento desse grau de ensino. É esta a subversão que os jovens estão fazendo. É esta a reclamação. É isto que vale a vida dessa criança e, talvez, ainda valha a vida de muitos outros.

Pois Sr. Presidente, não é só na Capital pública do País que vemos o problema dos estudantes. Hoje tivemos notícia do que ocorreu em Goiânia. Vimos o que ocorreu sexta-feira, em Brasília. Sabemos o que aconteceu hoje em várias partes do País. Não porque seja um plano elaborado, mas porque é um protesto, uma voz de solidariedade que comanda os jovens que nesse momento, estão inconformados com o que vem no País.

O Sr. José Maria Magalhães — Desejava, nobre Deputado Mário Piva, apenas lembrar a V. Ex.ª, nessa exposição que está fazendo com muita segurança, que os estudantes inclusive já amarraram barracas em frente ao Ministério de Educação, por suas vezes, e não conseguiram audiência.

Os jornais noticiaram que, inclusive na Guanabara, ficaram os estudantes uma semana com barracas armadas em frente ao Ministério. Disse muito bem V. Ex.ª a respeito da exploração sobre comunismo. Isto já é uma técnica currada. Não podemos aceitar a mais. Temos de modificar o raciocínio para que pelo menos esta Casa não discuta coisas primárias, que já estão superadas, porque os estudantes, inclusive nos países comunistas, estão também lutando em favor da liberdade. Então o nobre Liker, o simpático Deputado Leon Pires, meu compatriota, a quem muito admiro, voltou a esta ideia de anticomunismo. Não é possível que o Deputado Leon Pires, que nos conhece bem, queira colocar a questão nesta Casa como agente da liberdade comunista. Nós reprovamos tanto o regime de direita como o de esquerda.

Lutamos por uma democracia. Isto é o que nos sempre fazer aqui. Por isso, Sr. Deputado Mário Piva, recebe V. Ex.ª minha inteira solidariedade. Sobre outro ponto, nobre Deputado, que foi levantado aqui, também sabe a Casa a nossa posição. Não temos nenhuma simpatia política pelo Sr. Governador da Guanabara, nem pelo Governador do meu Estado, Minas Gerais. E, então, o nobre Liker Deputado Leon Pires também alinha que o Governador responsável pela morte dos estudantes era elemento do MDB. Ora, Sr. Depu-

tado, o Sr. Negrão de Lima foi eleito em eleições diretas. Não existiam ainda naquela ocasião MDB e ARENA. Ao que me consta, posteriormente o Governador da Guanabara não se filiou a nenhum partido, nem à ARENA, nem ao MDB. É essa questão da exploração da bandeira do Votcong também precisa ser posta. Porque um estudante carregou a bandeira do Votcong, não quer dizer que ele seja comunista. Isto, sem defendendo a liberdade, tendo como símbolo um povo esmagado. As candidaturas que se opõem a do atual Presidente continuam sendo sua campanha contra a guerra do Vietnam. Então, aqui querem ser mais realistas do que o rei. Se na América do Norte a campanha nos que se opõem a candidatura do Presidente Johnson a partir com base na sua bandeira a guerra do Vietnam, aqui então não se pode falar em liberdade? Essa a indústria que queria lembrar, apresentando a generalidade de V. Ex.ª, concordando com os argumentos inteligentes com que V. Ex.ª, coloca os problemas nacionais que precisam ser resolvidos pelo Governo. Isto é um problema nacional que precisa ser entendido pelo Governador. O diálogo precisa ocorrer justamente na parte do Governo. A medida era que este der oportunidade aos estudantes, estes, sem dúvida, emendarão as intenções governamentais.

O SR. MARIO PIVA — Agradeço e interrompo ao meu discurso o brilhante aparte de V. Ex.ª.

O Sr. Haroldo Leon Pires — Nobre Deputado Mário Piva, eu chamado a colação, indiretamente, pelo aparte do Deputado José Maria Magalhães e, por isto, sinto-me obrigado de tentar esclarecer meu pensamento. Em primeiro lugar, não disse que o responsável pelos fatos da Guanabara seria o Governador democristão Negrão de Lima. Afirmo que, se eu quisesse cometer a mesma injustiça que a Oposição fazia com relação ao Governo Federal quando lhe atribua a responsabilidade pela morte daquele jovem, eu poderia ter dito da mesma maneira, que o responsável direto seria o Sr. Negrão de Lima, Governador do MDB, porque foi ele quem nomeou e também demitiu o chefe de polícia. Foi isto o que disse; se quiser colocar a discussão em termos dessas injustiças e nesse tentativa de nos retaliarmos reciprocamente — e entendo que isto não chegou a coisa alguma — eu também poderia ter feito essa afirmação. Mas vamos ter bastante sinceridade. Disse o Deputado José Maria Magalhães que o Governador Negrão de Lima nada tem a ver com o MDB, porque naquele tempo não havia esse partido. Muito bem. Vamos concordar com isto. Agora, quem época o Governador Negrão de Lima na Guanabara? A ARENA? Não. A Bandeira do MDB na Assembleia Legislativa. Mas que isso, não faz a denúncia, primeiro, contra o Governo Federal, foi o Deputado Marcelo Moreira Alves, a quem muito estimo — e eu nem queria cometer a indelicadeza desta lembrança, para provar o que digo. O que é o pai do Deputado Marcelo Moreira Alves na Guanabara? Secretário do Governador Negrão de Lima. Então, se o Deputado Marcelo Moreira Alves alguma responsabilidade houvesse para levantar primeiro deveria envolver-se com o partido, porque o Governador que nomeou o chefe de polícia que o trouxe a cátedra tem, além seu colaborador e dos seus auxílios, vários assessores, o próprio pai do Deputado Marcelo Moreira Alves, Secretário de Fazenda do seu Governo. Quanto à indústria do anticomunismo, não a todos Deputados Mário Piva e José Maria Magalhães.

O SR. MARIO PIVA — Não arde V. Ex.ª, disse.

O Sr. Haroldo Leon Pires — Mas não o que disse o Deputado José Maria Magalhães. E V. Ex.ª, também adri-

ma constantemente que o Governador faz a indústria do anticomunismo.

O SR. MARIO PIVA — Paz.
O Sr. Haroldo Leon Pires — Nos nunca ouvimos que os estudantes brasileiros são comunistas. O que voltamos a afirmar, mais uma vez, perante esta Casa, é que eles são comunistas, empunhando bandeiras legítimas em favor das suas reivindicações. É um question de várias vezes a entrar desta tribuna que são legítimas e justas as reivindicações dos estudantes para a melhoria das condições de seu restabelecimento. Ninguém pode negar, não no que temos aqui, mas essas reivindicações começaram sendo braderias juvenis, depois continuaram com manifestações que afinal, agora tem a ver com a classe estudantil. Pelo menos, é o que se vê no momento. Começamos por discutir sobre a melhoria de condições do restabelecimento de Calábouço. Depois, vamos ir para a campanha do Ministério da Saúde. A seguir, agradecer a Embaixada Americana. Continuando, transcorrem o projeto do restabelecimento de Calábouço numa guerra contra o Vietnam, e o Congresso ao longo que há de ser apresentados. Que faz o Governador? Tem as dúvidas de que é sua a pretensão em favor do restabelecimento de Calábouço? Ou com relação a morte do estudante, a qual todos conhecemos? Não. Mas, se não há no País um clima de tranquilidade para que a discussão se proceda pacificamente e não termine em discussões, em conflitos que podem provocar a morte de outro jovem, que pois o Governador quer impedir a discussão. Não porque quer impedir um protesto legítimo, mas para que a pretensão de um protesto legítimo não se mate no governo do nosso país, neste País. Também é preciso que se diga com uma convicção, não apenas representativa, desta Casa, apenas do estudante. Então, Sr. Piva? E muita gente morreu nos conflitos. Representamos o povo brasileiro. Quantos estudantes aqui se fizeram matando a morte de jovens estudantes? E o jovem soldado de polícia que agoniza no hospital de Brasília, ferido não se sabe por quem?

O Sr. José Maria Magalhães — Faz hoje sobre esse episódio, nobre Deputado, V. Ex.ª, e que não ouviu.

O Sr. Haroldo Leon Pires — V. Ex.ª, poderia completar o seu aparte ao nobre Deputado Mário Piva, se eu não o quisesse. Não acredito que tenha sido um estudante quem haja assegurado a morte daquele. Mas aí está a prova de que dissimulo este movimento, no clima de violência, perdida a serenidade de antes, dele se aproveitam todos os marginais, todos os marginais todos os marginais. E dos aqueles que têm coragem a ajustar com as autoridades, e os comunistas também — por que não? Chegamos a este estado de coisas em que no fim, não se sabe quem é a vítima. A vítima é todo o País. Mas não a morte que o Governador diz que não se vem nos sensibilizar pela morte do estudante? Não. O Governador quer apurar as responsabilidades, não que não está de acordo com esses fatos. O governo distribuiu nota oficial. O Sr. Presidente da República, em grau de Piores Armas, faz o mesmo espetáculo nos fatos. E não permite passeata por que? Porque não quer que outras mortes ocorram. Mas que não quer? Porque — aconteceu aqui em Brasília mesmo, nobre Deputado Mário Piva — enquanto os estudantes se reuniam na Universidade no meu entender legítimos, para protestar contra a morte do seu colega, alguns dos seus colegas, profissionais de economia, dentro da Universidade de Brasília, e a morte de um jovem, aqui em Brasília, a Bandeira do Votcong, não não apenas com um símbolo de protesto ou de resistência, mas porque a ordem que se dava ao estudante era a seguinte: combater a passeata em manifestação contra a morte do estudante, depois quel-

CONGRESSISTA: *MARIO PIVA*

PROJETO Nº

Nº

DC de 12/06/57 | CD. ST. BR

DO Nº

1 do

1 7

ANEXO Nº 113

CA...
SENADO

Pg 5

20

*712 não compreender o odio
e a opressão dos atueis
detentores do poder pela
juventude*

[Handwritten signature]

O SR. MARIO PIVA:

(Comunicação. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Srs. Deputados, não consigo entender até agora, por mais que me esforce, o ódio e a aversão que os atuais ocupantes do Poder têm pela juventude brasileira. Além deste espetáculo deslumbrante que têm os beaguns policiais exercido ao País, sinto que, neste instante, a detentora do Poder resolve criar um novo tipo de castigo para a juventude. Isto é, realizando, dentro de um famoso plano de economia, que até hoje ninguém entendeu as verbas destinadas à universidade brasileira.

Cheguei ontem do meu Estado, Senhor Presidente, e posso comunicar a Casa que, provavelmente, pelas as unidades da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica de Salvador estarão em greve até às 12.00 horas do dia de hoje.

Não se trata, evidentemente, de qualquer motivação de natureza política. Não há razões que possam ser invocadas no sentido de dizer que os estudantes baianos estão, neste instante, sendo movidos por causas de natureza política ou, principalmente, aquilo de que tanto existem os representantes do DOPS e do SNI, causas de natureza ideológica.

Os estudantes protestam é contra o corte de verbas, que está sacrificando o funcionamento da Universidade da Bahia. E é preciso que se verifique neste instante que o movimento estudantil contra o apoio integral do professorado baiano, isto é, dos membros do corpo docente da Universidade da Bahia. Todos eles estão solidários com o movimento estudantil. O próprio Reitor da Universidade, procurado pelos estudantes, reconheceu que o seu protesto era justo, mas acrescentou que ele não dispunha de meios para impedir o corte que se havia verificado no orçamento federal.

Desde sábado está paralisado o maior centro cirúrgico da Bahia, o Hospital das Clínicas. Médicos e estudantes internos solidarizam-se com o movimento de protesto da classe estudantil. Isto é, da juventude baiana, chegando até ao fechamento total do Hospital das Clínicas de Salvador.

Que a ser mantida a atual situação, vai-se verificar que dentro de poucos dias a revolta dos jovens irá ganhar outra natureza e que constituirá uma manifestação insubstituível, de se aproveitarem desse movimento de rebeldia, dessa demonstração de incomformidade dos estudantes baianos, para levar avante os seus intentos inconfessáveis. Então, amanhã estará em uma a revolta com os seus famosos métodos conhecidos isto é, a perseguição através da barraça, dos estudantes de madeira, de punções, das expulções físicas, além do constrangimento moral a que se submetem vários jovens. E não faltaria nesta Casa ouvir vozes oficiais do Governo para recomendar essa versão como se não fosse a versão original, autêntica, em motivo de discurso da tribuna desta Casa, profilando a atitude dos estudantes baianos, que é a mais justa, e mais nobre e que revela um só desejo: o de estudar de estudar bem e de se preparar para a vida profissional.

Sr. Presidente, neste instante, em nome do Movimento Democrático Brasileiro da Bahia, nós nos solidarizamos com a greve empreendida pelos estudantes baianos. (Muito bem.)

deve acudir as Forças Armadas... Procurador da República...

Mário Covas — Fardol O da Justiça sabe que a sua...

GERALDO FREIRE — V. Exa. que eu formulei um jul-

GERALDO FREIRE — Exatamente. GERALDO FREIRE — V. Exa.

Mário Covas — Evidente. GERALDO FREIRE — De...

Mário Covas — V. Exa. terrena me coloco. Eu desde...

Mário Covas — V. Exa. lta das as vantagens, diante de...

Mário Covas — V. Exa. lta das as vantagens, diante de...

Mário Covas — V. Exa. lta das as vantagens, diante de...

Mário Covas — V. Exa. lta das as vantagens, diante de...

Mário Covas — V. Exa. lta das as vantagens, diante de...

Mário Covas — V. Exa. lta das as vantagens, diante de...

contra esta. Não disse que o Govern...

O Sr. José Lindoso — Exato.

O Sr. Arruda Câmara — Afirmou que "o Governo fez aquilo que a...

O Sr. José Lindoso — Exato.

O Sr. Arruda Câmara — O nobre Deputado Mário Covas, desta vez, pa...

O SR. GERALDO FREIRE — Agradeco a V. Exa. e estou intere...

O Sr. Fco Rosa — Nobre Deputado e Lides, o que existe é uma cor...

O Sr. Mário Piva — V. Exa. não de...

O SR. GERALDO FREIRE — Não apro...

O Sr. Arruda Câmara — Pode ofen...

O Sr. Mário Piva — Muito obriga...

injurioso. Nobre Deputado, não que...

O SR. GERALDO FREIRE — Agradeco a reafirmação de V. Exa. Re...

O Sr. Fco Rosa — Nobre Deputado e Lides, o que existe é uma cor...

O Sr. Fco Rosa — Nobre Deputado e Lides, o que existe é uma cor...

O Sr. Fco Rosa — Nobre Deputado e Lides, o que existe é uma cor...

buscar, por todas as formas, enq...

O Sr. Arruda Câmara — Ainda há pouco, tirá a p...

Respeito o ponto de vista dos ad...

O SR. GERALDO FREIRE — Agradeco novamente o apurte com que...

O Sr. CM Carneiro — Nobre Deputado Geraldo Freire, não sei se seria...

O Sr. Fco Rosa — Nobre Deputado e Lides, o que existe é uma cor...

2 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

- 2.1 - INFORMAÇÃO Nº 0662 DE 15 DEZ 68, DO CENIMAR.
- 2.2 - RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES S/Nº, DE 08 ABR 68 CIE/ADF, DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.
- 2.3 - INFORMAÇÃO Nº 1.647/68/S-102-CIE, DE 25 JUL 68, DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.
- 2.4 - INFORME Nº 225/67-CONFIDENCIAL, DE 10 JUL 67, DO QG/11ª RM.
- 2.5 - INFORME DE 14 NOV 67, DO DPF/DOPS-CONFIDENCIAL.
- 2.6 - INFORME Nº 858, DE 24 NOV 67-CONFIDENCIAL, DO GABINETE DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.

Fernando F...
FERNANDO FERREIRA
DA MOTA
REITOR

ANEXO N.º 2, 1.

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 15 / 12 / 1968 Nº 0662

~~EXERCÍCIO~~/INFORMAÇÃO/~~EXERCÍCIO~~

ORIGEM: --- GMM ---

REFERENCIA: ---

DISSEMINAÇÃO: --- GMM - CEMA - CENIMAR ---

CSN

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	
VERACIDADE	

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR --- VII ---

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere

MÁRIO PIVA

Deputado Federal - MDB/BA

- 1 - Discurso pronunciado na Câmara em 1/4/68, ofendendo as Forças Armadas, (anexo C.)
- 2 - Em Candeias/BA nas comemorações de 1º de maio de 1968, fez o seguinte pronunciamento (anexo D)
- 3 - Discurso pronunciado na Câmara em 1/4/68 (anexo E).
- 4 - Em 12/10/67 compareceu, à Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, a convite, a fim de que levasse ao Congresso Nacional a reformulação feita pelos alunos. Valendo nos alunos, entre outras coisas disse:
 - a) - Considerava como líderes Carlos Lacerda "o genio da politica"; Leonel Brizola e Jânio Quadros (informe)
- 5 - Discurso pronunciado na Câmara em março/66 (anexo F).
- 6 - Discurso pronunciado na Câmara em março/67 (anexo A).
- 7 - Discurso pronunciado na Câmara março/68 (anexo B)

555

O DESIGNATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANTENÇÃO DO NÍVEL DO DOCUMENTO
DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO
DEBIDO (de acordo com o Regulamento
para a Segurança da Informação Sigilosa):

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

anexo A

"DIÁRIO DE NOTÍCIAS"
4 ABR 1967

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Piva Chama Revolução de Mentirosa e Tirana

«Sempre defendi a tese de que esta chamada revolução foi, efetivamente, um primeiro de abril», afirmou na tribuna da Câmara, o sr. Mário Piva, ao comentar a passagem do terceiro aniversário da revolução de 31 de março.

Destacou, ainda, o deputado do MDB o número de atos punitivos do governo revolucionário, «recorde absoluto na história do mundo», dias em que, se não houve derramamento de sangue, «correu o fel da maldade, da tirania, da intolerância e da vontade ditatorial».

«Não correu sangue mas, e preciso repetir, em que correu o fel da maldade, da tirania da intolerância, da vontade ditatorial, 3.747 atos punitivos foram baixados, recorde absoluto na história do Mundo: três atos punitivos por dia. O governo que passou, o governo revolucionário, cujo período foi tão cantado e decantado por muitos, editou mais de três atos punitivos por dia, durante 1065 dias de triste administração neste país.»

DELÍRIO

Disse, depois que «nos 1065 dias do chamado período de consolidação do processo revolucionário de uma revolução que não houve, o país assistiu desolado, revoltado, confuso, além de amedrontado, dois períodos de delírio punitivo. O primeiro retrata o procedimento desumano de vindita, e vai de 3 de abril de 1964 a 10 de outubro de 1965. Foram cassados, nesse período, 116 mandatos conferidos legitimamente pelo povo, através do voto direto e secreto. 378 atos de suspensão de direitos políticos por dez anos. 524 aposentadorias em caráter punitivo, 20 demissões com aposentadoria imediata, 244 demissões com expulsão, 1284 demissões simples, além de reformas e cancelamento do uso de insígnias militares, transferências para a Reserva, cassações de medalhas distinções e disponibilidades, além de numerosos outros arbitrios, foram praticados. Disse o sr. Piva que na segunda etapa, a «fúria do governo não parou aí, só podendo ser equiparada, a fúria legislante, que mais tarde veio demonstrar que não coubo aos revolucionários, mas aos golpistas do golpe, os senos da chamada revolução naquela fase, que se chamou de fase da restauração do regime democrático».

SANGUE E FEL

Ao concluir, assinalou o sr. Piva que «nesses 1.065 dias a «Revolução», em que

1.4.68/16,54/Roque/Pereira

103/1

O ENMÁRIO PYVA (Como Líder. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, felizmente hoje é 10/12 de Abril. Não fosse isso, nem sequer chegaríamos a acreditar no teor das notas que acabam de ser lidas pelo nobre vice-Líder da Maioria.

10 de abril, a data histórica de uma falsa revolução que foi o maior engodo que o povo brasileiro já conheceu; engodo definitivo. Mantiram aqueles que usaram e abusaram do man tórço e da família para, em seguida, substituí-los ~~exatamente~~ exclusivamente pelo arbítrio, pela violência e pela espada.

Sr. Presidente, tive oportunidade de dizer, nesta tribuna, que todos os símbolos mais caros desta Nação foram destruídos por esta revolução, e o foram efetivamente. Eles disse ainda aqui que o símbolo da Justiça arrancaram: a venda, o manto e a balança; deixaram só a espada. Até a mulher levaram. (Risos)

M.s, Sr. Presidente, o nobre vice-Líder da Maioria leu uma nota do Sr. Ministro da Justiça, ^{das}além de outros Ministros. Nessa nota o que se faz é repetir o que se tem feito constantemente neste País, após o golpe militar de 1964, é a velha e surrada indústria do anticomunismo. Comunismo nunca existiu neste País, a não ser que

(Francisco)

1.4.68 jud. 17, 14 ivete (cont. o Sr. Vilmar Riva)

113/1

para nossa satisfação. Às 3 horas da madrugada chegava a ordem do Governador -- porque as forças sonadas nesta Casa não davam o quorum necessário para aprovar aqueles projetos -- para que encerrasse a sessão. A sessão foi encerrada. No dia seguinte, às 10 horas, lia-se no Palácio do Planalto o Ato Institucional nº 2. Ninguém acreditava mais no Ato Institucional. Há dez dias, antes desse movimento estudantil, ouvia-se falar reiterada e seguidamente em novo Ato Institucional. Se V.Exa. não acredita, eu acredito. E não considero boato, porque essas Forças Armadas que V.Exa. chama de disciplinadas e eu chamo de Forças Armadas sem convicção, são Forças Armadas que se bandeiam para o lado da força e nada mais, que não têm cumprido o que é o seu legítimo dever constitucional, porque se fossem verdadeiramente Forças destinadas a defender a integridade desta pátria, estariam agora na Amazônia pondo para fora de lá aqueles que ocupam o território nacional. Isto, nobre Deputado, são declarações do Ministro da Justiça e não minhas. Não são declarações da Oposição. Ele diz que toda a Amazônia está virtualmente ocupada por estrangeiros. Então as Forças Armadas, antes de serem Forças de partido político, deveriam ser forças de resguardo da Nação.

O SR BENEFITO FERREIRA. - Permita-me um aparte, nobre Deputado, sem o propósito de tumultuar a sua oração, mas para dar proporções certas e exatas às coisas. Somos nós, os legisladores, que temos de elaborar uma lei que coíba a apropriação que julgamos ofensiva à dignidade nacional. Estou interessado, nobre Deputado, com as declarações

9 - Sendo anunciado com destaque e referência de que fora o ~~que protestou~~ contra o corte dos presentes natalinos para os filhos dos petroleiros, ocupou o microfone, o Deputado Federal MARIO PIVA que assim iniciou o seu violento discurso: "COMPANHEIROS", vou usar da linguagem que sempre usei para com vocês. Quero dizer de início/ que não tenho medo de carêtas, de ameaças, de DOPS, SNI e Policiais. Deve anunciar que, a propósito, o MDB apresentara ainda este mês a Camara, um projeto propondo a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) e que a verba que serve de orçamento aos impostos do SNI, terá uma outra destinação". Prolongou-se em seu discurso ferindo seriamente os postulados da Revolução de 31/3/64, taxando-a de, mancha negra que envolve o País desde 1º de abril de 1964 e que foi um verdadeiro 1º de abril", além de atacar fortemente o Governo e pregar a união das classes operárias e estudantis para derrubar o Governo que aí está.

O A. VÍCIO CIVIL (Questão de ordem - Com revisão do orador) -

Sr. Presidente, notícias chegadas agora à Câmara dão conta de que ontem à noite, numa reunião realizada em Palácio, o General de nome Carrastazul ou Carrastazul Medici, que, além da impropriedade e dessa bobagem de nome, tem ainda a função de Chefe do SNI, disse na frente de vários jornalistas e de pessoas presentes, num atentado a esta Casa, que as instituições parlamentares terminavam no momento em que os Deputados passassem a fazer parte das arruaças de rua.

Ora, Sr. Presidente, é evidente que esse homem se esquece de que as arruaças maiores desse País têm sido feitas pelos próprios militares, desde 1º de abril de 1964. Eles têm sido os verdadeiros arruaqueiros, trazendo a intranquilidade e a desmoralização para este País. Não é justo que um militar do porte do Sr. Carrastazul, ou que nome seja, queira, à distância, ofender os Parlamentares, quando não tem controle sobre o seu serviço, que não sabia que um pobre, um triste, um verdadeiro Romero Lagoa estava no serviço de censura há mais de um ano, assaltando os cofres públicos, fazendo censura. E o SNI isto não conhecia.

Anexo E

(S. Walter)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PIVA: FALTARÁ SEMPRE ALGO NESTA REVOLUÇÃO DE GAGOS

"ESTA parece uma revolução de gagos", disse o sr. Mário Piva (MDB-BA), abordando a iminência de novas cassações, e acrescentando: "Sem o intuito de ofender aqueles a quem Deus não permitiu o uso da linguagem desembaraçada, repetem-se no chamado processo de moralização do movimento de março de 1964, os tropeços da gagueira".

"A cada palavra ou ato, segue-se o silêncio angustiante da expectativa, quebrado pelo esforço de dizer mais alguma coisa", assinalou o parlamentar, pedindo "gratificação de risco de vida", ante as ameaças de desabamentos, incitadas pelos desejos mórbidos de vingança", tendo o sr. Nelson Carneiro lamentado, também as cassações.

COM RISCO DE VIDA

Assinalou o sr. Mário Piva: "Não completou ainda um ano a declaração incisiva do chefe do Governo de que o período punitivo da revolução havia sido concluído. Ingressáramos — segundo afirmou, na época, o marechal Castelo Branco — no caminho largo da consolidação do processo iniciado a 31 de março de 1964. No entanto — e sem surpresa para mim — voltam agora, com requintes de sadismo e objetivos indistigáveis de gerar o pânico nas hostes oposicionistas, as reiteradas informações de expurgo nos quadros do Congresso Nacional, à base de fatos ou suposições anteriores à data da rebelião. A esta altura, nós, os parlamentares do MDB, deveríamos re-

clamar do Governo a gratificação de risco de vida ou mesmo de insalubridade. Nossa atividade, hoje, é mais perigosa do que a dos mineiros, que trabalham nas profundezas da Terra. Sobre eles, pesam os riscos dos desabamentos materiais, determinados por forças incontroláveis; sobre nós pesam também as ameaças de desabamentos, mas incitadas pelos desejos mórbidos de vingança. As sentenças ganharam até novo sentido, nesta fase. A crítica é tida como ato anti-revolucionário, apontar erros e falhas que devem ser corrigidos pode ser interpretado como ação contra-revolucionária, lutar pelo restabelecimento integral da ordem democrática é ser subversivo, clamar contra a alta do custo de vida é instigar as massas contra o Governo, pedir justiça é ofender as autoridades".

LAMENTO DE CARNEIRO

A ameaça de novas cassações está preocupando a grande número de deputados. O sr. Nelson Carneiro lamentou que o sr. João Machado tenha sido cassado causando surpresa para quantos o conhecem, com sua vida sempre voltada para os humildes, não tendo tido oportunidade sequer de conhecer o que contra ele se havia apurado.

O sr. Unirio Machado (RS) disse que a enação está novamente surpresa, ante a ameaça de cassações de mandatos, dando a impressão de que se trata de mais uma ameaça à oposição, que vem se fortalecendo nos últimos tempos.

anexo B

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 08 Abr 68

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES
(Ocorrências estudantis em Brasília e Goiânia)

1. BRASÍLIA

Dia 29 Mar - Estudantes universitários e ginasianos, estes, em sua maioria do Colégio Elefante Branco, insuflados por líderes estudantis comunistas da UnB e apoiados por alguns parlamentares, cerca das 1900 horas iniciaram a passeata anteriormente proibida pela SSP que se transformou em arruaças.

À frente dos manifestantes encontravam-se os Deputados: = MÁRIO COVAS, = JÚLIA STEINBRUCH, = HERMANO ALVES, = MARTINS RODRIGUES, PAULO CAMPOS, = MATA MACHADO, = MARIANO BECK, = BERNARDO CABRAL, = MATHEUS SCHMIDT, = JOÃO HERCULINO, = MÁRIO PIVA e = HÉLIO NAVARRO. Na ocasião discursou o Dep. MÁRIO COVAS.

Posteriormente, concentraram-se na Praça 21 de Abril.

Com a intervenção da Polícia, que não utilizou arma de fogo, mas apenas jatos d'água e gás lacrimogêneo, dispersaram-se em vários grupos, para reunirem-se posteriormente em outros locais como que adotando uma tática pré-determinada (nessa altura dos acontecimentos retiraram-se os deputados). Atacaram ônibus da TCB e incendiaram carros da Polícia.

Houve concentração de manifestantes nas imediações da Casa Thomas Jefferson que foi protegida pela Polícia para evitar possível depredação de suas dependências.

Foi severamente espancado pelos estudantes o Sargento da PM MANOEL ISAAC DE OLIVEIRA (que não usou a arma que portava) e ferido a bala o bancário JOÃO FERRAZ DE LIMA. Observou-se que vários estudantes estavam armados.

O bancário foi ferido por arma, cujo calibre não coincide com o de armas usadas pela Polícia.

Após várias escaramuças, a Polícia conseguiu dispersar as concentrações realizadas e aos poucos os pequenos grupos restantes dissolveram-se.

CONFIDENCIAL

Dias 30 e 31 Mar (Sábado e Domingo) - Os estudantes retraíram-se para a UnB, o que levou as autoridades a se manterem em expectativa.

Dia 1º Abr (2ª feira) - Concentração de estudantes na UnB (cêrca de 100 elementos).

Cidade sob tensão, em virtude dos acontecimentos.

Houve indícios de nova concentração de estudantes na Avenida W3, para nova passeata.

Informes indicavam existência de armas e coquetéis Molotov no interior da UnB.

Os estudantes criaram o território livre da Universidade de Brasília.

Dirigentes estudantis reuniram-se a portas fechadas na FFUB. Informações indicavam que elementos subversivos comandavam a reunião.

Face às informações de existência de armas e barricadas na UnB, o Secretário de Segurança determinou o bloqueio da Universidade.

Informação recebida às 2230 horas deu conta da existência de cêrca de 300 estudantes no interior da UnB; de barricada com móveis no Campus e de coquetéis Molotov.

Nesse dia os dirigentes do movimento reuniram-se para decidir se haveria passeata no dia 1º Abr ou comício dentro do Campus.

Dividiram-se as opiniões. Venceu o ponto de vista do estudante agitador JOSÉ ANTÔNIO PRATES que defendeu a idéia da realização de um comício dentro do Campus, às 0900 horas do dia 2 Abr.

Nesse dia, pequenos grupos de Universitários postaram-se à frente dos Colégios da Cidade, onde distribuíram manifesto e convocaram os secundaristas para o comício previsto para a manhã (0900 horas) do dia 2 Abr no Campus da UnB.

Informações indicavam que no Colégio Elefante Branco tiveram trânsito livre tais universitários.

Conf. *Reuthe*
5 rel.

O Reitor baixou Portaria, suspendendo as aulas até o dia 5 Abr.

Como medida acauteladora, o Prefeito do DF determinou o corte dos telefones da UnB e suspendeu a circulação dos ônibus que, algumas horas após, voltaram a circular, por sua determinação.

Dia 2 Abr - Na madrugada do dia 2 Abr o Prefeito do DF foi à UnB para demover os estudantes das manifestações previstas, mas não conseguiu convencê-los.

Solicitaram ao Prefeito a retirada da Polícia que vigiava os acessos à Universidade. Após serem atendidos, ocuparam tais acessos, que passaram a ser controlados pelos próprios estudantes.

Os estudantes continuavam reunidos na UnB. Durante o dia 2 Abr, alto-falante da Universidade transmitiu marchas marciais, acusando a Polícia de prática de violência e arbitrariedades.

A pedido dos secundaristas foi adiada a inauguração da Praça, no Campus da Universidade. Foi anunciada assembléia geral para a tarde, a fim de ser analisada a situação política no País.

Tendo em vista a existência do impasse e a firme decisão dos estudantes em se manterem na Universidade reunidos, com a possibilidade de novas passeatas, e a existência de informes de que se encontravam armados e possuíam coquetéis Molotov, o Prefeito do DF, após entendimentos com o Cmt da 11ª RM determinou o planejamento de uma operação visando ocupar a UnB pela PM. Tal operação, caso houvesse insucesso, deveria ser complementada pela ação do Exército.

Às 2220 horas o Prefeito do DF tornou pública uma Nota, através de uma cadeia de estações de Rádio e TV, em que historiou todos os fatos, inclusive a ação das autoridades para solucionar o impasse e a firme determinação de não mais contemporizar.

A partir desse momento vários entendimentos se processaram e os estudantes acataram as exigências das autoridades: retiraram as barricadas, evacuaram o Campos, fecharam a FEUB e suspenderam a ssembléia.

Cont. *Quilts*
S.ell.

Dia 3 Abr - Às 0900 horas dêsse dia o Reitor da UnB informou ao Cmt da 11ª RM que as condições impostas aos estudantes tinham sido executadas. Posteriormente, informes indicaram que os estudantes estavam retornando à Universidade em pequenos grupos.

Às 2230 horas continuavam as gestões com vistas à pacificação.

O Deputado JOSÉ BONIFÁCIO comunicou o resultado da discussão entre deputados e estudantes da UnB, iniciado desde as 1230 horas.

Os universitários concordaram em não fazer passeata, mas não estavam de acôrdo com o fechamento da Federação Estudantil Universitária de Brasília (FEUB).

O Reitor da Universidade manteve-se intransigente quanto à ordem de fechamento da FEUB.

O Dep. JOSÉ BONIFÁCIO, resolveu, então, encerrar sua gestão.

Permaneceram na UnB os deputados MARTINS RODRIGUES, DAVID LFRER e MÁRIO COVAS.

Dia 4 Abr - Situação: completa calma.

2. GOIÂNIA

Dia 1ª Abr - Agitações em Goiânia. Escaramuças entre agitadores e Polícia, saindo ferido a bala um elemento civil.

Estudantes reuniram-se na Faculdade de Direito, com omissão total do Reitor.

Os Deputados do MDB PAULO CAMPOS e JOÃO ABRAÃO agitavam o ambiente onde se encontrava o elemento ferido.

O Cmt da PM reuniu-se com o Governador e o Arcebispo.

O Arcebispo, D. FERNANDO GOMES DOS SANTOS solicitou a retirada da tropa que se encontrava nas ruas da cidade, como condição para parlamentar com os estudantes. Tal pretensão foi negada pelo Governador.

CONFIDENCIAL

Às 1830 horas o Governador OTÁVIO LAGE informou ao Comando da 11ª RM que a situação estava calma e que iria falar ao povo pela TV sôbre os acontecimentos ocorridos na parte da manhã. Esclareceu que o elemento baleado não era estudante e foi ferido com bala calibre 38, segundo observação através de radiografia.

Acrescentou, ainda, que a PM/GO, reprimiu as agitações usando apenas bombas de gás lacrimogênio, cassetetes e fuzis com festim.

Às 2200 horas Goiânia aparentava-se calma.

Cêrca das 2000 horas faleceu o elemento ferido a bala, até o momento não identificado.

Temia-se a possibilidade de atos de terrorismo na Capital.

Dia 2 Abr - Foi realizada a autópsia do elemento que faleceu, testemunhada por dois reitores, o decano dos professores de Medicina, um estudante e um médico de Brasília.

Foram encontrados dois fragmentos de bala de revólver.

Ficou a cargo da perícia a verificação do calibre.

Atrito entre estudantes e agente de Polícia que procurava prender cabeças de agitação, resultou ferimentos leves nos estudantes agitadores TELMO FARIAS e MARIA LÚCIA JAIME. O citado agente, anteriormente havia sofrido agressões e tinha sido arrastado pelas escadarias da Catedral.

Houve missa por alma do elemento que faleceu, já identificado como sendo ARNALINDO CÂNDIDO DA SILVA, de 19 anos, lavador de carro.

A missa foi rezada por D. FERNANDO. Na ocasião os estudantes distribuíram panfletos. Após o ato religioso os estudantes reuniram-se nas imediações da Igreja e fizeram dois discursos, retirando-se em seguida sem alteração.

Após a missa D. FERNANDO, retirou-se ausentando-se da cidade, Consta que vai para Aparecida, em São Paulo.

Dia 3 Abr - Sem alteração.

Cont... *[assinatura]*

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Dia 4 Abr - Missa por alma do elemento falecido na GB.
Sem alteração.

3. OBSERVAÇÕES:

Durante os dias de agitação estudantil em Brasília foram distribuídos dois manifestos do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília e um manifesto do Partido Operário (TROTISKIS TA), todos de caráter subversivo.

4. ANEXO:

- Manifestos do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília.
- Manifesto do POR (T).
- Fotografias do Sgt da PM, ferido por manifestantes em Brasília.

Paulo
Srl.

CONFIDENCIAL



Massacre

O sargento da PM Manuel Isaac de Oliveira é socorrido em Brasília por um popultre e um fotógrafo, após ser espancado por estudantes na noite de sexta-feira última



O sargento da PM Manuel Isaac de Oliveira, massacrado por agitadores em Brasília, terá de submeter-se a uma operação plástica no rosto

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (TROTSKISTA) - PCR(T)

O desenvolvimento das lutas revolucionárias em escala mundial, expressa na ofensiva das massas vietnamitas, no aprisionamento do navio ianqui "ueblo", nos últimos acontecimentos no Oriente Médio, mostram o amadurecimento das condições - objetivos para a derrubada do capitalismo, imperialismo e da burocracia dos Estados Operários. Por outro lado reflete a falta de programa e organismos necessários afim de dar uma saída independente e de classe.

Neste processo ascendente da Revolução, o Vietnã se coloca como centro do movimento social, da combatividade, pois concentra e controliza a vontade das massas mundiais em abater o que resta de capitalismo. A força do Vietnã não é apenas dele. É portanto a força dos 15 Estados Operários e das mobilizações que há dentro dos Estados capitalistas. Há principalmente nesta etapa estas manifestações - estudantis que não se dão em abstrato. Tanto na Espanha como no México, Brasil, Polônia, Alemanha, Equador, Chile ou em quase 20 países os estudantes se mobilizam não porque exista em alguns destes países intensas mobilizações operárias, mas porque sentiram a influência do Vietnã. É como setor da pequena-burguesia, que não pesa na economia expressa a radicalização, a elevação da consciência do processo revolucionário, e anuncia a curto prazo que arranha as massas proletárias - sirão como direção consciente. Estes acontecimentos tem influência decisiva no papel que joga o estudante na construção de uma nova sociedade. No Brasil temos - particularmente a expressão deste processo. Primeiro, a decomposição da burguesia - sua fragmentação, as contradições internas, declaração de Gama e Silva, "afrouxo - salarial", "pacificação nacional", crise da Igreja, Frente Ampla, IOB, etc. Segundo, o ascenso das mobilizações operárias que indicam a necessidade de um programa revolucionário, de um Partido que se baseie nos Sindicatos. Daí as operárias se concentraram em torno do MIA, da Carta Política do CSACC, que significam os pontos mais elevados na luta atual pelo Governo Operário-Camponês. É necessário que incorpore no programa do MIA, as reivindicações de movimento estudantil e da pequena-burguesia. Porque o movimento estudantil por si só tem um alcance limitado, - Não pode derrubar a estrutura capitalista. Para isso é de fundamental importância a aliança com outros setores explorados da sociedade: classe operária e camponato. De modo que os problemas estudantis tenham soluções operárias. Até hoje o - estudantado tem usado em suas lutas métodos proletários, como OCUPAÇÃO DA UNIVERSIDADE, greve, apodrejoamento, etc. feitos conquistas que socialmente não possuem força social para assegurá-las. Toda reivindicação estudantil, quer seja alimentação, quer seja excedente necessita da mudança da estrutura social para solucioná-las. Por exemplo, no problema dos excedentes implica no Vestibular, que é uma forma de selecionar a capacidade científica dos estudantes por meios sociais e econômicos. A burguesia já não pode atender a isto. Em momento de luta dos estudantes se coloca a necessidade da QUALIDADE DE VIDA, da Autonomia Universitária, do Governo Operário-Estudantil na Universidade. X

Há que tirar um programa de classe para o movimento estudantil: controle estudantil sobre os cursos, alojamentos, restaurante, nomeação de professores, Governo Operário Estudantil na Universidade, aumento de salários, escala nível de salários, abaixo o arrêcho salarial, abaixo o fundo de garantia, liberdades democráticas e sindicais, pela CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES, pela ALIANÇA OPERÁRIA-CAMPESESA ESTUDANTIL, pelo PARTIDO OPERÁRIO BASEADO NOS SINDICATOS.

Fração Estudantil do PCR(T)
Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
Brasília, 2 de abril de 1933.

CONFIDENCIAL

Manifesto do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília a todos os estudantes do Distrito Federal e ao povo em geral.

O golpe militar, dado em abril de 64 hoje "aniversaria!" Em meio a todos êsses acontecimentos de ascenso do nível de luta do estudantado e de completa decomposição social da Burguesia no Brasil, e do imperialismo yanque, se torna bastante importante que o movimento estudantil tome posição coerente com todos êsses acontecimentos. Não é o esquema de repressão da burguesia que vai deter a marcha dos acontecimentos, vai deter a vontade combativa de toda a população de intervir na luta contra o governo criminoso instaurado a 4 anos.

Um colega nosso é assassinado na Guanabara, pelos que pregam diariamente a "democracia". Democracia de cassetetes?

Não podemos ficar alheios a essa luta que é a de todas as classes trabalhadoras. O que está acontecendo nêsse momento em nossos colégios em nossas escolas, ocorre nacionalmente. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, em todo o Brasil os estudantes estão se manifestando contra a política de isenção do governo, contra a política reacionária do governo. Daí nos unirmos às classes trabalhadoras pois só assim conseguiremos nossos objetivos. Que são os objetivos de todo o conjunto da população explorada, de todo o povo.

Conclamamos a todos que se faça passeatas,, comícios, assembléias nos colégios, greves, nêsse dia em que completa quatro ^{ANOS} governo militar implatado no Brasil.

Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília - DCESB

Manifesto do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília, aos estudantes do Distrito Federal e a todo o povo.

O governo militar, implantado em 64 pelos setores mais reacionários da burguesia no Brasil, acaba de matar um estudante em plena rua, mostrando sua verdadeira face. A burguesia sente que não há mais saída. E isso é apenas o princípio do que está por vir.

Em todo o Brasil os estudantes, lutam por liberdades democráticas, por melhores condições de estudo e contra a política de contenção de salários implantada pela ditadura, transformações das Universidades em fundações (MEC-USAIDE) etc. A classe dominante não tem interesse em aumentar o número de escolas, melhorar as condições de alimentação, saúde, habitação, ou dar combate ao analfabetismo.

O assassinato de um colega secundarista, assim como de outros assassinatos que não "puderam" tornar-se público é a demonstração clara e precisa de qual o caminho que devemos tomar.

O problema não é do estudante do Calabouço, do estudante secundarista ou do universitário. O problema é de todas as classes exploradas. Porque a solução desse problema está concretamente na união dos estudantes com todos os setores explorados da população.

Esse acontecimento não vem por acaso. Em todo o mundo os estudantes saem à rua na luta por reivindicações do conjunto da população explorada. Seja em Roma, Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Polônia, EM TODO O MUNDO!

Quando os estudantes saem às ruas pedindo melhores condições para viver ele está empenhado numa luta que não é só nossa, dos estudantes. Não vamos lamentar o colega morto, morreu um companheiro de luta e como ele morrerão muitos outros companheiros. A hora é de UNIÃO é de todos os que estão empenhados nesta luta. As nossas armas são nossa luta e nosso PROGRAMA. As armas policiais não nos amedrontam. Nós somos a maioria que organizada vencerá na luta pelo progresso humano. Nada nos impedirá nisso.

É necessário que todos os estudantes, secundaristas e universitários, unidos, levem avante essa luta, como tem avançado até agora. A passeata dos calouros de 68, aqui em Brasília, mostrou claramente que a luta não é apenas dos estudantes, mas do povo brasileiro. E que nossos objetivos são os mesmos de todos os povos na luta por sua libertação das travas que até agora nos oprimem, como no VIETNAM, onde todos lutam para expulsar o imperialismo.

Na atual etapa todo o estudantado deve se nuclear em torno dos organismos que levam essa luta nacionalmente. Seja a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE). E localmente o Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília (DCSSB), e a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB).

Conclanamos a todos os colegas que se empenhem com todas as forças para o alcance de nossos objetivos. Objetivos que não são dos estudantes somente. E os quais só se alcançará quando unido a toda a população explorada.

CONFIDENCIAL

(Fis - 2-)

da. Conclamamos a todos a lutar de todas as formas: passeatas, comícios, greves e chamando a população a participar.

Chamamos a todos os estudantes de Brasília a entrarem em greve geral hoje em solidariedade a todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando neste sentido e contra todos os crimes cometidos pelo governo militar.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DE BRASÍLIA - DCESE

9755

23

MINISTERIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO
- 013 -

Em 25 Jul 68

INFORMAÇÃO N.º 1647/68/S-102-CIZ

- 1. ASSUNTO ATIVIDADES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DO PETRÓLEO
- 2. ORIGEM Informante
- 3. DIFUSÃO DEI/MTPS - DEI/MS - DEI/MS
- 4. ANEXO Documentação com 3 cts

AÇÃO SUBVERSIVA DO FORTALECIMENTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DO PETRÓLEO

Continua em plena campanha visando desmoralizar não só a Alta Administração Nacional como a local, da PETROBRÁS, o Sr. MARIVALDO ROQUEIRA GILLES, atual Presidente do SINDICATO, através de uma torrente contínua de manifestos em que procura, sobretudo, lançar a opinião pública contra aqueles administradores e contra o próprio Chefe de Governo (anexos 1 e 2).

No dia 4 ou 5 de junho último, o Sr. MARIVALDO esteve acompanhado de uns poucos petroleiros, na Assembleia Legislativa, a fim de obter dos Deputados "uma posição em defesa do monopólio do petróleo e do repúdio à demissão de técnicos registrados na PETROBRÁS".

Também, pelo Sr. MARIVALDO, foi programada uma paralisação geral de todos os serviços da PETROBRÁS, para o dia 18 de corrente, se não esta data não fossem renditadas este servidores anteriormente demitidos pela Empresa.

Em declaração proferida no "JORNAL DA TARDE", único órgão que lhe dá ampla cobertura, o Sr. MARIVALDO afirmou que o movimento que organiza, de defesa do monopólio estatal, conta com o apoio dos Senadores JOSÉ MARINHO, AURELIO BALBUENA e dos Deputados Federais MARIO COVAT e MARIO REVA.

O Governador LUIZ GILLES, procurado pelo Sr. MARIVALDO e a quem pediu apoio para a paralisação dos trabalhos da PETROBRÁS, no dia 18, não só negou seu apoio como fez ao mesmo que falta vir a sua competência para tomar aquela decisão.

IMPEDIMENTO DO SINDICATO DA REFINARIA "JANUÁRIO ALVES"

Pelo Superintendente da Refinaria "JANUÁRIO ALVES", foi expedida uma ordem proibindo a circulação livre do jornal editado pelo SINDICATO, na área daquela Unidade (ANEXO nº 3).

RESENTA DA DIRETORIA EM APOIO DO GOVERNO

Na reclamação feita na Justiça do Trabalho local, pelo SINDICATO, contra o descumprimento das condições para o pagamento de alimentação, a PETROBRÁS, ao negar suspender a aplicação da lei nº 3.030. Consta que o Sr. MARIVALDO teria declarado que continuará a assediá-la PETROBRÁS nos trabalhos na Justiça do Trabalho, até ver conseguidos os direitos de "legítimos direitos dos trabalhadores assediados pelo atual Governo".

~~CONFIDENCIAL~~

MINISTERIO DO EXERCITO
I EX-11ª REGIÃO MILITAR
QUARTEL GENERAL
2ª SEC/EMR

Brasília - DF
Em 10 de julho de 1967.
P. 1478/67.

- 1. ASSUNTO: Dops Comunistas na Comissão de Segurança da Câmara
- 2. ORIGEM: SNI/ABSB
- 3. CLASSIF.: A-2
- 4. DIFUSÃO: IEME, D2/DF, I EX, BGP, BPEB, 10ª DC
- 5. REFERÊNCIA: Informe nº 130/SNI/ABSB, 04 Jul 67.



INFORME Nº 225/67

1. A COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, não possui nenhuma "assessoria organizada"; e o que ocorre, é que deputados lançam mão de amigos, correligionários e de "cassados".

2. O ex-Cel CARLOS MOLINARI CAIROLI, reformado pelo AI, inteligente, cultura acima do normal, conhecedor profundo de energia atômica, ultimamente está sendo visto com a Deputada IVETE VARGAS, que não pertence a C.S.N. da CD, mas, é a ligação de vários deputados. Tudo faz crer, que seja o ex-Cel CAIROLI, o principal assessor.

3. Damos alguns dados a respeito:

a) o Dep JOÃO HERCULINO (MDB MG) está sendo muito útil aos seguintes parlamentares, quasi todos da Comissão de Seg. Nac.: Hélio Navarro (MDB SP), Gastone Righi (MDB SP), Caruso da Rocha (MDB RS), David Lerer (MDB SP), Paulo Macarini (MDB SC), Hermano Alves (MDB GB), Mariano Beck (MDB RS), Márcio M. Alves (MDB CB), Braca Filho (ARENA SP), Mário Covas (MDB SP) e Mário Piva (MDB BA);

b) os deputados acima, se reúnem pelo menos uma vez por semana, no escritório de JOÃO HERCULINO, localizado no 24ª and do Ed. da Câmara, antigo Gabinete do ex-PTB (ainda existe a logenda na parede), refúgio ideal para traçarem planos, pois, o escritório do MDB no térreo, seria de fácil controle de outros deputados da Arena e MDB;

c) a constância dos deputados citados, nos debates de "energia atômica, reforma agrária, anistia geral, votação direta, espancamentos de estudantes, etc.", com dados apresentados tecnicamente corretos, é que faz-nos parecer trazidos de uma "assessoria organizada".

.....

ANEXOS: 2 Docs. em 5 fôlhas

!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

18 Jul 67
Fidelia
Punção
Frua

~~CONFIDENCIAL~~

CONFIDENCIAL

Foi vereador da C. Municipal de sua terra de 1957 a 1958. Em 1962 elegu-se dep federal pelo PRB, é membro da Comissão de Seg Nacional e da Comissão de Minas e Energia. Deseja a reforma agrária, redimta reforma constitucional. É municipalista, cooperativista, acreditando na convivência pacífica entre o socialismo e a democracia, e é ideologicamente esquerdista.

10

HEBERMANO ALVES - Jornalista, Comunista ligado a JG. Eleito Dep Def pelo MDB CB, em 15.11.66. Autor de uma série de artigos anti-revolucionários e subversivos. Assinou o "Manifesto dos Intelectuais", em 1945. Muito ligado aos meios comunistas. Ligado a AP. Colaborador do semanário comunista "Reunião". Assinou o manifesto "Intelectuais são contra a Intervenção dos EUA no Caribe. Colaborador do jornal "Brasil em Marcha". Manifestou-se contra a candidatura de CS. Dirigente da Ação Democrática, 1956. Assinou manifesto de apoio "aos direitos dos estudantes, quando estes, saem a rua", 1966. Está ligado ao movimento da Frente Ampla. Participa ativamente para o desenvolvimento do comunismo no País. É membro da C.S.N. na CD. Autor do requerimento de convocação do Ministro do Exército para depor sobre CAPRÃO (1967). Em 22.5.67 discursou em plenário, criticando duramente a política exterior do Brasil.

10

MARIANO BRONK (MDB RS) - Primeira legislatura federal. Amigo pessoal do Sr IB, mantém ligações autênticas com o mesmo. Dia 10 de maio 1967, retornou de Montevídeu onde se avistara com os Srs JG e IB; sua visita aos dois exilados foi em função de "pombo correio". É o representante de Brizola na CD. Já foi Secretário de Educação e Cultura do Gov do Rio G. Sul. Exerceu outras funções públicas, sempre relacionadas com Educação. No dia 31 de maio de 1967, defendeu da Tribuna o Dep MARIO ALVES, no episódio do livro "TORTURA E TORTURADOS", defesa com muito ardor. É autor de um Projeto de Lei dispendo sobre revisão judicial das medidas tomadas pelos Governos Municipais e Estaduais, com base nos AIs.

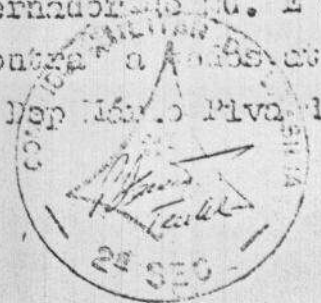
10

MARIO MOREIRA ALVES - Jornalista da CB. Primeira legislatura federal. Pertence à Comissão de Educação e Cultura, titular, e suplente da C. Minas e Energia. Eleito pelo MDB CB, apoiado pelos esquerdistas da CB tem se destacado pelos apertes sempre contra tudo do Governo. Muito conhecido pelo "caso" do seu livro apreendido "TORTURAS E TORTURADOS" É esquerdista muito ativo.

10

JOÃO HERCULINO - Sua pretensão é eleger-se Governador do JG. É membro da C.S.N. da CD. Demonstra sempre "ser do contra" a tudo o que os governantes. No dia 19.5.67, aprovou a tese do Dep Mário Piva de que

CONFIDENCIAL



HELIO NAVARRO (MDB SP) - Titular da C.S.N. da CD. Paulista de nascimento, advogado, eleito Dep Fed pelo MDB SP em 15 Nov 66. Assinou manifesto inflamando os estudantes, em agosto de 1964, à união pelas lutas contra a miséria, pelas reformas e contra o intervencionismo na FAC. Estêvo em comissão, no QG do II EX, para desagrevar o Gen KRUEL de críticas recebidas. Foi Presidente do Centro Acadêmico XI de agosto, lançou manifesto à Nação em que acusava o Ministro Suplicy de Lacerda pelos incidentes havidos na UNE/GB. Acusou, em programa de TV, o Exército Brasileiro de "pelegos". ATIVIDADES COMO DEP FED 1967: em discurso acintoso contra os Srs Suplicy de Lacerda e Laerte Ramos, requereu CPI para apurar corrupção, descrédito, falência e ruína da UnB (26.4.67); no dia 29.5.67 da Tribuna, afirmou que as Forças Armadas estão propositadamente ignorando o assunto "aerofotogramétrico" feito pelos norte americanos, que nada mais é do que a localização das nossas jazidas minerais. Aparteia sempre o Dep Clóvis Stenzel. É apontado como marxista, subversivo e de alta periculosidade, tendo sua área de ação nos meios estudantis de S. Paulo.

GASTONE RIGHI (MDB SP) - Titular da C.S.N. da CD. Paulista de nascimento, em 4 Jun 65, constava pertencer ao Setor Jurídico da Célula de Santos e Litoral Sul Paulista do PC do Brasil. Prefere trabalhar nos corredores do Congresso; na Tribuna seus discursos são sempre de críticas contra atos recentes do Governo.

CARUSO DA ROCHA (MDB RS) - Vice-Presidente da C.S.N. da CD. Filho do falecido deputado BROCHADO DA ROCHA. É advogado, professor da Fac Dir. da UFRGS, pertenceu ao ex-PTB, ataca violentamente o Gov na TV e rádio, tem um tio cassado de nome João Senderi Caruso. Na campanha política para sua eleição, na cidade de Três de Maio RS, foi assessorado pelo cidadão russo REINHARDT ADOLF HUPPEL, elemento de ligação de Wilmar Taborda. Os temas preferidos para seus discursos são: nacionalismo, combate ao capital espoliativo e reacionário norte-americano, além de violentos ataques em apartes ao Governo Federal.

DAVID LERER (MDB SP) - Comunista reconhecido por sua atuação em SP. Requiereu CPI para apurar culpa do Reitor Laerte Ramos de Carvalho nos últimos acontecimentos na UnB (1967). Tem recebido destacada promoção propagandística de suas atividades na "ULTIMA HORA". É Titular da C. Seg Mac da CD, vem se destacando nos apartes sempre violentos contra tudo que seja da Administração Pública, especialmente, Ato do Gov GB e Anistia Geral.

PAULO MACARENI (MDB SC) - Advogado, fundou a Escola Técnica do Comércio de Capinzal (cidade onde nasceu), estabelecimento de ensino gratuito.



NOME: CARLOS MOLINARI CAIROLI
 FILIAÇÃO:
 NATURAL DE:
 PROFISSÃO: MILITAR (Cel Ref) AI
 RESIDÊNCIA:



DATA	FORTE	HISTÓRICO
17/9/64	SNI/ARJ INF 3089/64	Durante a sua estada na Direção do DFSP, nomeou para o cargo de Corregedor o Dr MARCHILLES SCORZELLI - elemento conhecidamente corrupto. (ACE 384/64) -wtf-
30/10/64	MIN AER INF 9/CAC-2	Quando Chefe do Serviço Contra o Contrabando, envolveu-se, na Guanabara, em descominhos tais como Wiski e papel linha d'água, pertencente ao Sr. AUREO DE MOURA ANDRADE. (ACE 958/64) -wtf-
1964	SNI/ARJ INF. 3150 01/10/64	Encaminhado ao SNI/ARJ, de ordem do Chefe do SNI (O DOCUMENTO) (ACE 675/64) -wtf-
08/03/65	ESCAV MG INF 117/65 A-1	Era elemento de ligação de ANA CALEFFI. (ACE 440/65) -wtf-
18/03/65	ESCAV MG INF 131/65 B-2	É intimamente ligado a ANA CALEFFI, sendo considerado "POMBO CORREIO" dos asilados. (ACE-513/65) -wtf-
1965	ACUSAÇÃO F-5	Por ocasião de uma greve em Sobradinho, efetuada por candangos desempregados, compareceu (O marginado) ao local onde arranhou emprêgo no DFSP aos líderes do movimento. Mandou sus- tar sindicância contra SILVISTRE GOMES FERREIRA - falsário de diplomas de odontólogo. (ACE 1829/65) -wtf-
1965	RELATORIO IPM/TCB	Indiciado no IPM/TCB - Art 4º, item II da Lei 1802, de 05/01/53, por omitir-se quando solicitado, ao Chefiar o DFSP, a defender o patrimônio daquela Sociedade, por ocasião de uma greve em agosto/63, que culminou com o quebra- quebra em vários ônibus da Empresa e incên- dio de um Honobloco. (ACE 2146/65) -wtf-

FOOTNOTES

CONFIDENCIAL

NOME: CARLOS MOLINARI CAIROLI

17/02/66	11ª RM INF 65/66 F-6	Ligado a Operação Bananal. (ACE 138/66) -wtf-
1966	CERTIDÃO	Indiciado no Proc 3715, instaurado para apurar irregularidades na TCB, artigos 2º, IV, 5º e 12º da Lei 1302, de 05/01/53. (CERTIDÃO FORNECIDA PELA JUSTIÇA DO DF). (ACE 591/66) wtf-
1966	MICRO FILME	Indiciado em IPM 10º BC, para averiguar movimento estudantil de 21/09/66. (ACE 996/66) -wtf-



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
D.P.F. - POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL



CONFIDENCIAL

ASSUNTO: Músico Gervásio e outros
ORIGEM: CEM/LS
CLASSIFICAÇÃO:
DIFUSÃO: CEM/STP/ - 12/57 - CIA - CEM/STP

[Handwritten signature]

JURAMENTO DE FIDELIDADE
(24 - 07 - 57)

O Deputado Músico Gervásio, acompanhado de Músico Jure, Músico Protásio de Andrade, Francisco Amador, João Vianna e João Lago, todos, todos em Santa Catarina. No dia 6/10/57 foi registrado no Conselho Municipal de Itajaí, à título de nome da reunião e realização de uma conferência em prol da U.C.B. e do Brasil, dia 8 de outubro, viajou ao sul do Estado, conferência realizada na União Católica de Ingera e participação da III Conferência de UCB em Santa Catarina.

Na conferência proferida na União Católica de Santa Catarina criticou o cenário UCB-USAID e a política educacional do atual Governo. Condenou a distribuição de verbas (dotações orçamentárias), citando que o governo dispende 75% com as forças armadas, reservando pequena quantia ao setor educacional. Fazia a movimentação dos estudantes para que o governo libere mais verbas para o setor educacional.

Condenou a infiltração americana no Brasil. Cargos de tenentes. Afirma que no norte do país os americanos colocaram tabuleta com as seguintes palavras "A INICIATIVA A INICIATIVA DE INICIATIVA UCB".

Resaltou os progressos feitos pela União em todos os sentidos. Abordou a questão da necessidade de técnicos para o Brasil e a existência no exterior de técnicos, como Carlos Pastore, que não tem condições de prestar serviços ao país, por contingência política.

Assistiram a conferência aproximadamente 200 pessoas, como membros esportivistas, Resaltou-se a presença do Padre Protásio de Andrade e do Padre ANTONIO BENEDETTI, líder espiritual da UCB

MÁRIO PIVA

Histórico

- Único parlamentar que da Tribuna da Câmara disse+ "endosso inteiramente as palavras do Dep. MÁRCIO MOREIRA ALVES". Referia-se ao discurso pronunciado por aquêle Parlamentar
- Apoiou e incitou estudantes, explorando o incidente da Universidade Nacional de Brasília e a invasão ao Congresso Nacional, quando da realização do Congresso Latino-Americano.

Em 24 NOV 1967

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO

2ª DIVISÃO - S.S.I. Exército
Gabinete do Ministro do Exército
D. 2/DF
BRÁSILIA - DF.

INFORME N.º 858

- 1. ASSUNTO:..... MÁRIO COVAS e outros
- 2. ORIGEM:..... SDR/SC - Info nº 705/67, de 14 Nov 67, da DOPS/DF
- 3. CLASSIFICAÇÃO:..... - Não dada na origem
- 4. DIFUSÃO:..... CIE - 11ª RM - P: 7/17 - 7/22 - 7/09.s. - 7/25.o.
- 5. DIFUSÃO ANTERIOR:.. Gab SNI - GM2 - CENIMAR ^{N/55}

Esta Agência recebeu o seguinte informe:

"O Deputado MÁRIO COVAS, acompanhado de MÁRIO RIVA, LÍGIA DOU- TEL DE ANTRADE, FRANCISCO AMARAL, DOM VITÓRIA e PAULO MACARINI, es- tève em Santa Catarina. No dia 6/10/67 foi recepcionado pela Câma- ra Municipal de Itajaí. À tarde do mesmo dia retornou a Florianópo- lis onde proferiu uma palestra na U.C.E. e domingo, dia 8 de outubro, viajou ao sul do Estado, proferindo palestra na Rádio Anita Garibal- di, de Laguna e participando da II Concentração do MDB em Crisciuma.

Na conferência proferida na União Catarinense de estudantes cri- ticou o acôrdo MCC-USAID e a política educacional do atual Governô. Condenou a distribuição de verbas (dotações orçamentárias, dizendo que o govêrno dispende 75% com as Fôrgas Armadas, reservando peque- na quantia ao setor educacional. Pediu a movimentação dos estudan- tes para que o govêrno libere mais verbas para o setor educacional.

Condenou a infiltração americana no Brasil. Compra de terras. Afirmou que no norte do país os americanos colocaram tabuleta com os seguintes dizeres: "É PROIBIDA A "NERADA DE "STRANJEIROS".

Ressaltou os progressos feitos pela Rússia em todos os sentidos. Abordou a questão da necessidade de técnicos para o Brasil e a exis- tência no exterior de técnicos, como FRANCISCO BERTINO, que não tem con- dições de prestarem serviços ao país, por contingências políticas.

Assistram à conferência, aproximadamente 200 pessoas, em sua maioria esquerdistas. Ressalta-se a presença de LÍGIA DOU TEL DE AN- TRADE e do Padre AFONSO BIRKE, líder espiritual da JUC e JEC".

Furtado
5-1

MS. PROCESS. 222. 4, p. 181

MAURO PIVIA

MARIO PIVA

— x —

Manifesto da Associação de Mães do Brasil Lido pela Dep. Júlia Steinbruch
tirar cópia p/ Rio

Cardoso
Alves

O SR. MÁRIO PIVA:

(Como Líder — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres Deputados, eis aí, no início desta desprenteciosa oração, a palavra da nobre colega Júlia Steinbruch, trazendo para o conhecimento deste plenário o Manifesto lançado pelas mães brasileiras contra a inominável covardia que se pratica, sob a responsabilidade deste Governo, contra a juventude brasileira.

Mas, Sr. Presidente, entre outros títulos negativos, o atual Governo ostenta — e pode ostentar — o de campeão da violência contra a cultura. A afirmativa encontra respaldo, Srs. Deputados, na estatística das ocorrências históricas registradas neste País — e eu me detive apenas na análise dos elementos a partir de 1930 — que oferece um saído que em nada dignifica os detentores do poder, pois ninguém deverá ser possuído pela vileza de consolidar um regime político através de amedrontamento e do massacre da juventude.

Mais revoltante neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que aquela inação do Governo para apurar a responsabilidade dos seus auxiliares que cometeram e indignidade de profanar um templo do ensino, como a Universidade de Brasília, é aquilo que ele continua permitindo que se faça, através do trabalho, das desculpas e, sobretudo, da afronta dos seus beaguins, daqueles soidados que são dopados para realizar tarefa tão ingloria.

Ainda ontem tive oportunidade de denunciar à Casa a existência de viaturas do DOPS realizando cerco à Universidade, impedindo a entrada de estudantes e professores, causando vexames, tentativas de humilhação a mestres daquela Universidade, sob o pretexto de identificar aqueles que por ali passavam. Além de estudantes, além de mestres, simples transeuntes, rapazes e moças, casais que voltavam de festas, tiveram o dissabor de entrar mais uma vez em contacto com a truculência, com a falta de preparo, com a indignidade que prevalece atualmente no comando de polícia federal da nossa Capital!

Mas, Sr. Presidente, disse eu no início desta oração que este Governo pode ostentar, entre os muitos títulos negativos que ornamentam a sua presença nesta quadra de 64 a 68, o de campeão do terrorismo cultural. Preparei, Sr. Presidente, com a colaboração de dois órgãos da imprensa, de funcionários do Ministério da Justiça e da Polícia Civil, um cuidadoso levantamento estatístico das violências policiais praticadas neste País entre 1.930 a 1.963 e entre 1964 e 1968. A comparação de 33 anos de vida pública brasileira com apenas 4 anos é simplesmente estarrecedora, nobres Deputados; é um fato que causa vergonha, é um fato que causa verdadeiro rancor e revolta e que leva a que todas as classes sociais, a que todos os órgãos sindicais se pronunciam com veemência contra este militarismo que se implantou no País e através do qual se pretende definitivamente instalar uma ditadura entre nós. O que se quer agora, Senhor Presidente, Srs. Deputados, é eliminar este restinho de liberdade consentida, este restinho de força democrática que ainda dá ao mundo a impressão de que vivemos num regime democrático.

Podem perguntar-me se, dentro de um regime de força, dentro de um regime atrabiliário, dentro de um regime prepotente, como esse que aí está, se justificaria a presença de um membro da Oposição para, desta tribuna, em rápidas pinceladas, tornar a destacar o que tem sido a crueldade, a tristeza, o dissabor, o desânimo, o desestímulo e, sobretudo, a vergonha do atual Governo. Perguntem-me e lhes respondo que, mesmo na ocasmal série, mais grave quando estavam em vigor os atos institu-

cionais, quando pesava sobre nossa cabeça a espada de Dâmocles dos éditos revolucionários, jamais me afastei desta tribuna, para fazer as mesmas críticas a um Governo cujo imobilismo, cuja incompetência, cujo desprezo pela população brasileira devem ser destacados a cada instante, para que os jovens sintam, como nós, a hora amarga, o momento difícil que atravessamos.

Mas, Sr. Presidente, referia-me à estatística que compara 33 anos da vida deste País com 4 anos que sucederam ao golpe, a quartelada de 1º de abril, que se resolveu batizar de "revolução democrática". Entre 1930 e 1963, quando figuraram no Governo ditatorial que por quinze anos se instalou neste País figuras proeminentes que aderiram imediatamente à Revolução, como autênticos revolucionários, entre aspas, como o Senhor Juracy Magalhães e o ilustre Senador Filinto Müller, nessa época, Sr. Presidente, em que muita coisa aconteceu no Brasil, em que se acusou a ditadura de ser a responsável por tudo quanto ocorreu de triste e de cruel também, entre 1930 e 1963 dois estudantes morreram, vítimas de conflitos com policiais. Elimino desde logo, para que ninguém levante suspeitas, os quatro estudantes que morreram em São Paulo, ao deflagrar da Revolução de 1932. Mas dois estudantes apenas, Sr. Presidente em trinta e três anos, foram vítimas da truculência policial, numa época em que o Congresso estava fechado quase a metade desse tempo, em que o Congresso não existia, em que a ditadura era declarada, sem a farsa que hoje aí se observa. Dois estudantes foram vítimas de choques com a polícia, em plena via pública.

Entre 1964 e 1968, um estudante e um popular que participavam dos movimentos estudantis foram mortos. Em quatro anos, o saldo é o mesmo: duas vítimas fatais — prestem atenção — deste choque terrível de uma polícia truculenta, de um estado policial, de um militarismo enervante, de um militarismo destrutivo, que nada constrói. Dois morreram também, em apenas quatro anos.

Sr. Presidente, entre 1930 e 1963, 136 universitários foram presos ou detidos, e 23 deles sofreram torturas físicas ou mentais. 136, em 33 anos de vida pública deste País. Pois bem, Sr. Presidente, entre 1964 e 1968, 373 estudantes foram presos ou detidos, dos quais 137 sofreram torturas e entre eles alguns estão quase loucos como é o caso do estudante de Brasília, Alduisio Moreira. Depois de torturado barbaramente, no cerrado da Capital Federal, este jovem foi ontem transportado para Uberaba, numa viatura da Câmara, pois negou-se apavorado a ser transportado numa ambulância, porque a considerava um carro da polícia. Eu visitei este jovem, Sr. Presidente, na manhã de ontem. É um quadro doloroso. É uma tristeza, Sr. Presidente, um jovem de 22 anos, quase massacrado pela polícia. Fantasiam, inclusive, um fuzilamento, fizeram desse jovem alvo para tiro real. Mergulharam esse rapaz de cabeça dentro do lago, ameaçando-o de afogamento. Seviçaram-no, humilharam-no, Senhor Presidente, e hoje este jovem é quase um louco. Eu invoco o testemunho do Deputado Brito Velho, da ARENA, que esteve durante todo o tempo acompanhando carinhosamente, pensosamente, constrangidamente, aquele jovem, que foi transportado à tarde de ontem para Uberaba, em Minas Gerais.

Entre 1930 e 1963, em 33 anos, policiais detiveram, para que prestassem esclarecimentos, quatro professores. Entre 1964 e 1968, neste curto prazo da redentora, 56 professores foram presos, ou convidados a comparecer perante autoridades policiais, a fim de prestarem esclarecimentos. Naquela época, isto é, nos 33 anos

que antecederam esta triste e dolorosa fase, 10 mestres conheceram a demissão. E agora, 93 professores do ensino superior, 74 deles de Brasília, conheceram a demissão sumária, ou foram compelidos a deixar as suas cátedras em consequência das perseguições policiais. Na época do terror, na época do Estado Novo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 18 intelectuais estiveram aprisionados e dois deles foram desterrados. Cinco escolas superiores, em 33 anos, estiveram sob o cerco militar, mas jamais foram invadidas e muito menos depredadas. Entre 1964 e 1968, neste curto período da gloriosa quartelada, que se chamou revolução, 20 intelectuais conheceram a humilhante submissão a inquéritos policial-militares, e mais de uma dezena foi desterrada ou vilipendiada da maneira mais torpe e desumana, inclusive aqueles dois de que há pouco tempo tivemos oportunidade de tratar nesta Casa, que tiveram suas cabeças raspadas, além de terem sido espancados. Um deles conseguiu, inclusive através de um retrato falado, dar à Polícia a pista para descobrir o seu torturador. Entretanto, até o momento ninguém conhece, apesar das promessas de medidas rigorosas, de providências enérgicas, de inquérito, aqueles que torturaram esse jovem.

Quinze vezes, neste período, a Polícia cercou estabelecimentos de ensino secundário e 28 vezes plantou-se, como guarda incomformada e cruel da grandeza do espírito da mocidade, em torno das escolas superiores. Cinco vezes, em escala de violência crescente, invadiu universidades para espancar rapazes e moças, atingir membros do magistério e, além disso, desrespeitar elementos representantes de outro Poder, ou seja, o Poder Legislativo.

O balanço comparado, Sr. Presidente, das duas fases da vida brasileira dá exata medida do ódio, da incompetência, do arbitrio, da prepotência contra as manifestações da elite cultural do País, ódio este que se cevou na contradição de um Governo que lamenta a violência e, ao mesmo tempo, permite a violência para ter o que lamentar.

Sr. Presidente, o que pasma a todos os brasileiros de qualquer condição social, membros ou não do Congresso Nacional, é o pingue-pingue da irresponsabilidade que jogaram as autoridades, procurando cada uma atirar sobre a outra a culpa do que aconteceu. E no domingo, para espanto nosso, sob o título "O assunto de Brasília", a Secretaria de Imprensa da Presidência da República publica um comentário em que afirma que a maior vítima dos acontecimentos da Universidade, a maior vítima, é o próprio Presidente da República.

Não, Sr. Presidente. Vítima, não! O autor de tudo que acontece é o Presidente da República.

Analise-se sob o ângulo que se quiser os acontecimentos de Brasília e chegar-se-á, em última análise, à conclusão irretorquível de que o Presidente da República é o grande responsável por aquilo que está acontecendo. Já disseram aqui que era o Ministro da Justiça; ontem, pretenderam dizer que era o Prefeito do Distrito Federal; depois, afirmaram que era o Chefe da Casa Militar. — Mas nenhum deles é o responsável, porque, se o fossem e se o Presidente da República não concordasse com tais desmandos, imediatamente já que são demissíveis *ad nutum*, ele os demitiria para, se não dar uma demonstração de espírito humano, pelo menos, dar uma demonstração de respeito à Nação, que foi tão cruel e covardemente afrontada pelo que aconteceu na Universidade de Brasília.

O Sr. Yukishigue Tamura — Nobre Deputado Mário Piva, assim como V. Exa., este modesto Deputado da ARENA também e toda a Nação acompanham estarrecidos o que está

acontecendo na Capital Federal, especialmente no incidente da Universidade. Formalmente, a responsabilidade de toda a administração é do Sr. Presidente da República.

Mas V. Exa. não pode deixar de admitir a figura jurídica do excesso de mandato, o abuso no exercício do poder. E deste poder abusou a polícia militar. De certo que vejo nas palavras de V. Exa. uma ênfase que não aceito. E, digo mais, não aceito como elemento da ARENA que no dia 15 de agosto, Assunção de Nossa Senhora, subiu a essa tribuna para solicitar a S. Exa. o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Deputados a aprovação da minianstia. Isto no dia 15 de agosto. Pois bem, Senhor Deputado, nem duas semanas decorreram, e esse espetáculo doloroso comoveu a Nação inteira e ao próprio Presidente da República, que ficou indignadíssimo pelo excesso de mandato exercido pela polícia militar. — Nós aqui somos, repito, a figura da mãe complacente, que deve exercer, agora mais do que nunca, a missão medianeira junto ao Chefe do Governo, o pai que encarna a autoridade, para repetir, mais uma vez, já agora serenamente, a S. Exa. que conceda a anistia a esses jovens estudantes, a esses operários, vítimas da incompreensão, vítimas de uma época, incompreendida.

talvez eu, se moço fosse como eles, fosse pior. Não tive sequer essa coragem de afirmar. O que fizeram é inimitável. Há na vida dos homens públicos a figura daqueles que simbolizam verdadeiramente um semáforo. É muito fácil caminhar numa sociedade como líder com o sinal amarelo, o sinal do comodismo. É muito fácil para o líder comandar dentro do sinal verde. Mas, é difícil, heróico, romper o sinal vermelho para dizer: "Este é o nosso caminho de paz e prosperidade". Assim fez um Kennedy; assim fez um Lincoln; assim fez um Luther King e assim fizeram muitos jovens de hoje. Como muitos políticos, fugimos ao comodismo do sinal amarelo e do sinal verde e rompemos o sinal vermelho, para dizer: "Precisamos meditar sobre os problemas nacionais para abriremos novas estradas, novos horizontes. Diante dessa revolta no discurso de V. Exa. discurso candente, de Oposição, quero dar o meu aparte prudente de homem de Governo, que não temeu subir à tribuna nas horas mais difíceis, quando tudo se conjugava para repelir *in limine* o processo da anistia ou minianstia. Naquele momento, disse: "Vamos corajosamente dizer ao Governo que devemos ir ao encontro dos ideais dos moços, porque fácil é dizer "não", mas difícil é dizer "sim", na hora em que devemos fazê-lo". Falar "não" só pelo não, não. Mas dizer "sim" no momento difícil seria oportuno. E não estamos ainda fora da oportunidade. Agora, mais do que nunca, devemos deixar esta linguagem candente de ferir para, num conagração nacional, numa penitência coletiva, dizer também: "Somos homens. Erramos, nós, mandantes. Precisamos meditar sobre este problema, fazê-lo amadurecer, e dar aquilo de que a Nação está a precisar.

Não é o castigo. E eu lembro agora, se V. Exa. me permite ...
O SR. MARIO PIVA — É o tempo, nobre Deputado. Desculpe-me.
O Sr. Yukishigue Tamura — ... esta mesma ênfase, o exemplo da mãe chinesa, que, quando viu dois filhos brigarem, logo decidiu quem era o culpado e quem era o inocente. Esta mãe deu um bôlo, um doce para o menino culpado e castigou o menino inocente. E o sábio, que estava a assistir a esta briga de dois irmãos, disse: "Não entendo por que esta mãe castiga o inocente e premia o culpado". — "O Sr. é apenas um observador. Não tem o sentimento

de mãe, que conhece bem os seus filhos. Vá ver o resultado." E lá os dois se encontraram, um chorando e o outro arrependido a dizer: "Meu irmão, já não entendo mais nada. Eu é que deveria apanhar e ganhei um bôlo. Vamos agora fazer as pazes. Dividamos este bôlo meio a meio e nunca mais brigaremos". E, assim, a mãe chinesa pacificou a família, aos olhos de um sábio. Que bela mãe esta. Que esta Câmara repita este gesto, suplicando ao pai, ao Presidente Costa e Silva, como a expressão da autoridade; vamos ao encontro dos filhos que querem o pai através da mãe.

O SR. MARIO PIVA — Nobre Deputado, agradeço o aparte de V. Exa., mas devo dizer inicialmente que meus sentimentos maternais não chegam ao ponto de aceitar a polícia com toda a sua violência. Chego a dizer a V. Exa., nobre Deputado, — que nem sequer nós aqui, na Câmara, temos direito, como os jovens não têm, de meditar, porque a polícia não deixa. Chego a dizer a V. Exa. que não posso aceitar essa posição que assume o Presidente da República, de ser a maior capacidade oficial para chorar a morte daqueles que ele permitiu que matassem, porque não tomou nenhuma providência, nem castigou, nem bôlos dividiu entre os criminosos. Nobre Deputado, reconheço em V. Exa. um dos homens autênticos, como reconheço em outros homens da ARENA homens autênticos na defesa da justiça. Mas pergunto a V. Exa., nobre Deputado: até onde pode ir a filosofia, quando um pai vê, como o Deputado Brito Velho viu, um jovem quase enlouquecido pelas torturas que sofreu? Até onde pode ir a filosofia chinesa, nobre Deputado, quando a maldade brasileira apanha um jovem, e lhe dá um tiro na testa, e o leva para um hospital, onde permanece até hoje inconsciente, este moço, cujo destino ninguém sabe qual será? É muito interessante, nobre Deputado, quando há calma, quando há entendimento, quando há liberdade, quando há amor, falar nos termos em que Vossa Exa. falou, com toda a sua cultura filosófica. Mas, nobre Deputado, é muito apanhar um jovem como esse que está sendo torturado num dos quartéis desta Capital, e fazer dele um filósofo e não um guerrilheiro. É muito difícil que se aplaque o ódio no coração, quando se sofre na própria carne a crueldade, quando es sofre na própria carne o martírio de ver um filho sacrificado, de ver um filho espezinhado, de ver um filho humilhado por seres que só poderiam entrar no Jardim Zoológico, para nunca mais dele sair.

O Sr. Yukishigue Tamura — Permite-me V. Exa. complementar o aparte? lembrei-me de um pensamento brasileiro, muito brasileiro: "Papagaio come milho, periquito leva a fama". Os papagaios foram esses maus militares, esses sargentões da polícia do Estado de São Paulo, os terroristas que andaram jogando bombas e de metralhadoras assaltando os bancos. Dizia o meu Governador, Abreu Sodré: "Ai daqueles que eu pilhor!" Mas o Comandante da Força Pública dizia: "Infelizmente andávamos à cata desses bandidos, desses facinoras lá fora e eles estavam dentro de casa". Esses eram os papagaios e os coltados dos estudantes, que não tinham nada que ver com o milho, "pagaram o pato". Era a defesa que queria fazer dos inocentes dos estudantes, dos operários, que estão pagando pela culpa de meia dúzia de miseráveis que andaram plantando o terror em São Paulo e em todo o País. Então, este é o momento de V. Exa. ficar um pouquinho menos irritado com meu aparte. Vamos apaziguar esta família. Vamos exigir do Presidente esta "mini anistia" para os estudantes, e não

vamos ficar fechados nesse comodismo, nesta luz amarela ou nesta luz verde. Rompamos um pouquinho a nossa intransigência de luz vermelha e pacifiquemos a família brasileira. Esta é a intenção do meu aparte.

O SR. MARIO PIVA — V. Exa. tem razão. Apenas não posso aceitar a palavra irritação. Talvez seja questão de origem. V. Exa. tem uma árvore genealógica oriental enquanto eu sou de origem napolitana. Não exija de mim, nobre Deputado, a tranquilidade e a filosofia que V. Exa. pode demonstrar num instante como este. Infelizmente, nobre colega, sou o resultado de uma fusão das raças italiana e brasileira. Pior ainda, italiana e baiana; macarrão com pimenta ... Permita, então, V. Exa. que isso tudo reflua de dentro de mim, não como irritação ou desaprêço...

O Sr. Yukishigue Tamura — Justa irritação.

O SR. MARIO PIVA — ... ao aparte de V. Exa. Compreenda V. Exa. que, num instante como este, qualquer um de nós — e não acredito que sinta menos do que eu V. Exa., pai homem público, bom cidadão que é — sinta, talvez de maneira diversa, eu com meus rompan-tes...

O Sr. Brito Velho — Até parece riograndense.

O SR. MARIO PIVA — ... até parece riograndense.

O Sr. Yukishigue Tamura — Nobre Deputado Mário Piva, eu admiro de longa data a sua franqueza, a sua coragem cívica e o destemor com que usa da tribuna. É um motivo de alento e digno de ser imitado. Vejo em V. Exa. todas as qualidades positivas que desejaria ter e lamento não possuir.

O SR. MARIO PIVA — V. Exa. está sendo modesto.

O Sr. Yukishigue Tamura — Apenas, sentado, lá no meu lugar acompanhei V. Exa. subindo à tribuna e dando vazão aos seus sentimentos nobres. Mas eu estava lá naquele cantinho, de lágrimas nos olhos.

O SR. MARIO PIVA — Obrigado, nobre Deputado. Acredite V. Exa. que não há nenhum desaprêço quanto à observação que V. Exa. fez. Veja V. Exa. a diferença que existe entre nós. V. Exa. é capaz de chorar em silêncio. Eu não sou, nobre Deputado. V. Exa. é capaz de rir em silêncio. Eu não sou, nobre Deputado. Mas nem por isso minhas lágrimas, ou as lágrimas de V. Exa. são menos sinceras. Nem por isso meu riso, e o riso de V. Exa. são menos espontâneos. É apenas uma diferença de procedimento de comportamento e de formação, nobre Deputado. É apenas isto. Por isto é que, quando V. Exa. diz que eu estava irritado, declaro que não estava, mas deveria estar. É a revolta dos deuses, que neste instante se traduz em cada um de nós. É a revolta daqueles que sentem os inocentes, como V. Exa. afirmou, os periquitos como V. Exa. disse pagando a culpa dos papagaios da perversidade e da maldade.

O Sr. Lurtz Sabá — V. Exa. citou que o único responsável por esta situação é o Sr. Presidente da República. E é mesmo, porque temos, apenas nas varas de execuções criminais, só em São Paulo e na Guanabara, na ordem de 15 mil cidadãos marginais. Em Brasília, também a Polícia não se preocupa com ladrões, marginais, batedores de carteira assaltantes. Preocupa-se em prender cidadãos indefesos.

A responsabilidade é do Sr. Presidente da República, porque mantém no cargo o Ministro da Justiça, que comanda esse setor, e a quem estão subordinadas a Polícia Federal e a Polícia de Repressão ao Contrabando. Verifica V. Exa., por exemplo, que o contrabando está oficializado neste País. Em quem desagua, então,

tôda essa irresponsabilidade? No Chefe Supremo da Nação, que deveria tomar providências, demitir o Ministro irresponsável que conduziu a Política do Governo, uma das mais importantes. Policiais são beaguins, homens incapazes, mal dirigidos por alguns elementos superiores como o Ministro da Justiça, o Comandante da Polícia Militar de Brasília e outros, numa irresponsabilidade geral. E por quê? Porque o Chefe da Nação permite esse estado de total irresponsabilidade. V. Exa. está absolutamente certo. Para que culpá-lo um soldado e metê-lo na cadeia? Vamos solicitar e exigir a demissão do Ministro da Justiça. Se o Presidente da República quisesse punir os irresponsáveis, não haveria oportunidade melhor do que esta. O Governo se recusaria do prejuízo que sofreria no quadro político brasileiro, se demitisse o Sr. Luis Antônio da Gama e Silva, que não se desincumbiu bem dos encargos de Ministro da Justiça, como não se desincumbiu dos de Reitor da Universidade de São Paulo, ou dos de figura nos quadros políticos, administrativos e jurídicos de São Paulo.

O SR. MÁRIO PIVA — Muito obrigado a V. Exa.

Mas, Sr. Presidente, retomando a minha exposição, não posso aceitar, evidentemente, sem mágoa e sem protesto, o que escreveu — e talvez o fizesse quase em caráter oficial — o dileto companheiro, porque também jornalista profissional, Heráclio Salés, no "Jornal do Brasil", de domingo — "O Acidente em Brasília" — onde o Secretário de Imprensa do Governo, entre outras coisas, reclama a paciência histórica para ser testemunha da boa vontade, do interesse, da tendência para caridade que revela o ilustre Presidente da República.

Ora, Sr. Presidente eu indagaria de V. Exa. se a paciência histórica chega ao ponto de acompanhar, serenamente, depois de seis dias, a impunidade absoluta com nenhuma providência adotada pelas autoridades, a fim de pôr cõbo às ameaças que pesam sobre a Universidade de Brasília, a fim de pôr um ponto final na verdadeira ameaça que pesa sobre todos aqueles que ainda pretendem seguir a vida universitária neste País. Seis dias Sr. Presidente, hoje. E até hoje, afora as lamentações, eliminadas as culpas, que são trocadas entre Ministro da Justiça, Chefe da Casa Militar, Presidência da República, um General do Exército, um Coronel da Polícia, um Sargento, um soldado e simples beaguins afora essas discussões estéréis, sem sentido algum e sem efeito oratório, afora isto, Sr. Presidente, resta a estatística que apresentei, segundo a qual, em quatro anos, neste País, mais estudantes foram presos, mais professores demitidos, mais jovens torturados, do que em trinta e três anos, isto é, de 1930 a 1964.

Esta farsa de revolução, que não aconteceu, Sr. Presidente, esse golpe, esta quartelada está tirando definitivamente a sua máscara. O que aí está é o retrato do que houve em 1º de abril de 1964, tôda aquela capa de democracia com que se pretendeu cobrir, com que se pretendeu esconder a verdade relativa ao procedimento desses homens que hoje estão no poder, os feitores da chamada revolução, está sendo destruída agora pelo comportamento indigno daqueles que mandaram e daqueles que executaram o assalto à Universidade de Brasília.

Sr. Presidente, a Oposição se colocou desde o primeiro instante, ao lado dos jovens castigados e humilhados na Universidade de Brasília, como fizeram nobres companheiros da ARENA, cujos nomes declino com absoluto respeito — Brito Velho, Oswaldo Zanello, Osmar Cunha e tantos outros que lá estiveram conosco, todos defendendo não em nome de um partido, mas em nome da dignidade hu-

mana, maior respeito no tratamento aos jovens, e muitos que lá não foram, mas que, imediatamente, tomando conhecimento dos fatos, se apressaram em trazer uma palavra de solidariedade, de condenação aos que exorbitaram das ordens recebidas, pedindo, inclusive, a punição dos culpados.

O Sr. Cardoso Alves — Eu me alinho, nobre Deputado, entre os estícos, entre os que creem na ineficácia do Parlamento. Vi, profundamente consternado, a anistia, que se constitui em vigorosa afirmação dos conciliábulos no meu Partido e fora dele, que se constitui em testemunha democrática no vis a vis da vida parlamentar, ser fragementamente demolido neste Plenário, por Deputados que não tiveram a coragem de votá-la porque preferiram sopitar, os impulsos da sua consciência. Mas, se de alguma coisa pode valer a minha palavra, quero congratular-me com V. Exa pela veemência do seu discurso, pela nota neapolitana e pela pimenta que a ele deita para temperá-lo. Quero manifestar a minha posição tácita, clara de um homem que tem sido de limpedez neste Parlamento. Sou totalmente contrário a este sintoma, sintoma gravíssimo, que se consubstanciou no assalto planejado à Universidade de Brasília; na quase execução de um móço que, se viver, viverá inutilizado no fuzilamento simulado de alguém que há de estar sofrendo amarguras indescritíveis. E quero solidarizar-me com o manifesto das espôsas dos Deputados, que a exemplo das mães paulistas e das espôsas de São Paulo, mandaram os seus maridos para posições viris contra os Emboabas. Espero que determinados homens recolham na alma a lição de virilidade que lhes oferecem as espôsas. Mas apenas um sintoma sério, nobre Deputado. O mal — V. Exa comentou, como de resto tem sido comentado a mancheias por este plenário — é a distorção dos ideais da revolução, que se comprometeu perante a história a tornar esta Pátria uma democracia de linhas puras e limpas e que recolheu no seu bôjo ideais os mais acendrados, que ora vilipêndia, que ora trai sob a complacência de um Parlamento quase morto, inerte, como eu sinto ser a Câmara dos Deputados, que deveria levantar-se a uma só voz contra o que se praticou em Brasília, nobre Deputado. Aqui dentro há Deputados de maior dignidade que lecionam civismo à Pátria, mas há outros que preferem solidarizar-se com atitudes como estas, acumpliciando-se ora com a defesa, ora com o silêncio, neste instante muito mais grave do que a defesa porque os mantêm ocultos e os mantêm inatingidos. Não quero atacar a quem quer que seja nem deitar uma desconfiança impessoal sobre tôda a Câmara. Eu a respeito profundamente como instituição e gostaria de respeitar cada um de seus membros como um democrata, mas como democrata corajoso. Não aprecio muito aqueles que vão à tribuna tratar de assuntos em tese, não descendo a casuísticas que enojam o País como esse fato que ocorreu na Universidade de Brasília. Vi quase com lágrimas nos olhos o Deputado Zanello protestar dessa tribuna e espero que muitos Zanelos tomem consciência da grandeza da responsabilidade popular e permaneçam firmes e desobedientes. O meu partido se tornou um partido envergonhado se não voltar a sua vocação democrática e se não pretender afirmar na história o compromisso que assumiu com o povo e com o mundo no momento em que nasceu. (Palmas.)

O SR. MÁRIO PIVA — Muito obrigado, nobre Deputado. O aparte de V. Exa traz todo o tempero neapolitano e tôda aquela pimenta indispensável para embriagar a maior vigor às palavras que despreziosamente venho pronunciando nesta tribuna em defesa precavida, sobretudo, da dignidade deste Parlamento.

E figo isto, nobre Deputado, porque, por incrível que pareça dentro desta Casa talvez 99,9% estejam contrários a tudo quanto ocorreu em Brasília.

O Sr. Amaral de Sousa — 100 %.

O SR. MÁRIO PIVA — Diz Vossa Excelência 100 %, e eu me congratulo em ouvir isto partido de um vice-líder da ARENA.

O Sr. Amaral de Sousa — Não sou vice-líder.

O SR. MÁRIO PIVA — Mas a verdade é que quem tem acesso ao Palácio não é o MDB não somos nós da Oposição. As portas do Palácio estão abertas para ouvir aqueles que pertencem ao partido que apóia o Governo. Entretanto, nobre Deputado, eu não conheço, até o instante espero sinceramente conhecer, um nobre Deputado ou um nobre Senador da ARENA que vá ao Presidente e francamente lhe diga: "Presidente, não chore apenas; haja como homem, porque como homem a Pátria precisa da ação de V. Exa." (Muito bem. Palmas.)

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VIAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º
DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

MÁRIO PIVA

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D - A N E X O S
 - 1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NO CONGRESSO NACIONAL
 - 2 - INFORMAÇÕES OU INFORMES